BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XII | JANEIRO - FEVEREIRO DE 1954 | N.º 118

Sumário

EDITORIAL: IV Centenário de São Paulo — DE PARANHOS ANTUNES (p. 3).

TRANSCRIÇÕES: A Região Central de Minas Gerais — HENRICH GUTERSOHN (p. 5).

CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA: Produção de Feijão no Brasil Meridional — MARIA DA GLÓRIA DE CARVALHO CAMPOS (p. 50) — O cinqüentenário do Tratado de Petrópolis — 17 de Novembro de 1903, Vitória do Conjugado Rio Branco — Plácido de Castro — LIMA FIGUEIREDO (p. 59).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Evolução, Definições, Objeto e Divisões da Geografia — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA (p. 63) — Leituras Geográficas (p. 75).

CONTRIBUIÇÃO À GEOPOLÍTICA: O Mundo Redondo e a Conquista da Paz — HALFORD J. MACKINDER (p. 80).

BIBLIOGRAFIA E REVISTAS DE REVISTAS: Livros (p. 85) — Periódicos (p. 86) — Bibliografia da Região Amazônica (p. 88).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (p. 96) — Conselho Nacional de Geografia (p. 96) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação dos Geógrafos Brasileiros (p. 98) — CERTAMES — I Congresso Mundial do Café (p. 98) — II Congresso Brasileiro de Folclore (p. 99) — VII Seminário Municipalista Baiano (p. 102) — UNIDADES FEDERADAS — Minas Gerais (p. 103) — Paraná (p. 103) — Pernambuco (p. 105) — São Paulo (p. 105).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatório apresentado à XIII sessão ordinária da Assembléia Geral pelo delegado de Minas Gerais (p. 108) — Relatório apresentado à XIII sessão ordinária da Assembléia Geral pelo delegado do Paraná (p. 111).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Íntegra da legislação de interêsse geográfico — Leis (p. 116) — Decretos (p. 116) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico — Minas Gerais (p. 127) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Íntegra das resoluções ns. 432 a 437 (p. 130).

Editorial

IV Centenário de São Paulo

O dia 25 de janeiro dêste ano da graça de 1954 viu passar a grande data do IV centenário da fundação de São Paulo — a gloriosa metrópole bandeirante. Quatro séculos na vida de um povo já é algo de notável, mas quando êsses quatro séculos estão repletos de glória e de realizações, então êles se tornam memoráveis.

A São Paulo de Piratininga devemos muito de nossa grandeza e de nossa expansão geográfica, graças aos denodados bandeirantes que, afrontando o desconhecido dos sertões, quebraram para sempre o tabu da célebre linha de Tordesilhas.

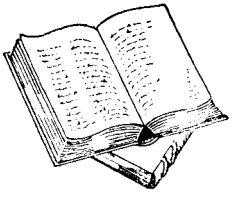
As ondas sucessivas das bandeiras que se desdobraram para o Sul, para o Oeste e para o Norte asseguraram-nos a posse de largos e dilatados trechos da América Meridional.

Podemos afirmar que devemos os primeiros conhecimentos geográficos da hinterlândia brasileira, pura e simplesmente, aos informes e roteiros que os devassadores das matas e dos cerrados, dos chapadões e das campinas, dos rios e das montanhas, foram trazendo para os cartógrafos oficiais do Reino.

E o próprio ALEXANDRE DE GUSMÃO *— o ilustre Santista, — a quem tanto devemos, não teria construído o magnífico edifício do Tratado de Madri (1750), se não conhecesse profundamente tudo quanto os seus bravos patrícios haviam feito, como pioneiros atrevidos das monções e dos descobertos.*

Glória, pois, à nobre e trepidante metrópole paulista, berço de tantos varões ilustres, pioneira da civilização brasileira, vanguardeira do progresso.

DE PARANHOS ANTUNES
Secretário-Geral do C.N.G.



Transcrições

A Região Central de Minas Gerais

UMA CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA CULTURAL DO BRASIL

HEINRICH GUTERSOHN

Mitteilungen der Geographisch-Ethnographischen Gesellschaft
Zürich, vol. 42, pp. 53-112, 1945.

O desenvolvimento econômico e cultural do Brasil processou-se nos últimos três decênios com surpreendente rapidez. Naturalmente houve graves retrocessos e principalmente a crise mundial de 1929 atingiu sobretudo a monocultura cafeeira de São Paulo e secundàriamente os demais ramos da atividade econômica do país. Ela convenceu de maneira drástica aos produtores da necessidade de uma rápida transformação para a policultura, que seria a única solução para garantir ao país agrícola Brasil um desenvolvimento sadio e permanente. Também a capacidade de produção da indústria, ainda em desenvolvimento, cresce a olhos vistos, já atingindo os seus produtos os mercados europeus. A aproximação de uma segunda guerra mundial trouxe principalmente um forte desenvolvimento da indústria de mineração, que se fundamenta em ricos depósitos de minérios, sendo que êste aumento se acelerou ainda mais com a deflagração do conflito mundial. Onde a capacidade dos novos empreendimentos ainda é muito pequena procura-se angariar o capital necessário para maior desenvolvimento das mesmas para exportação de minérios.

Portador do mais recente desenvolvimento da indústria de mineração é o estado de Minas Gerais[1] na região montanhosa do Brasil. Na história da colonização portuguêsa assumiu êste estado uma especial importância, já que na primeira metade do século XVIII a maioria dos imigrantes espalhava-se pelos seus vales na procura bem sucedida de ouro e diamantes. Os valiosos achados daquela época permitiram um desenvolvimento cultural cujas provas permaneceram para a posteridade nas notáveis construções mundanas e eclesiásticas. Após um século e meio de estagnação econômica a atenção foi voltada também, finalmente, para os depósitos de outros minérios. Na verdade já eram conhecidos desde há muito e o próprio nome de "Minas Gerais" expressa isso, mas o seu aproveitamento era de âmbito muito restrito. Atualmente a exploração racional das valiosas ocorrências de ferro e de manganês é que é principalmente o escopo de companhias nacionais e estrangeiras.

No extenso estado de Minas Gerais é apenas uma área relativamente restrita que contém a grande massa dos minérios. É a região montanhosa ao sul de Belo Horizonte. (Fig. 1). Nós a denominaremos de região central de Minas Gerais, de um lado porque realmente em relação à superfície do estado a sua posião é central, e, por outro lado também, porque se aplica aqui o ponto de gravidade econômico e cultural. Para o geógrafo a região central de Minas Gerais é especialmente interessante porque serve de exemplo de como diferentes fatôres econômicos condicionaram de maneira decisiva, atuando simultâneamente ou um após o outro, o desenvolvimento e com isso a estrutura, funções e o quadro

---

[1] 593 810 quilômetros quadrados, 8 milhões de habitantes, densidade de população 13. Para todos os topônimos foi utilizada a ortografia oficial vigente.

Nota — Tradução do Prof. Walter Alberto Egler.

da paisagem cultural. O que se pretende a seguir, portanto, é de, após uma ligeira apreciação das condições naturais, analisar pelo prisma cultural-geográfico esta região.

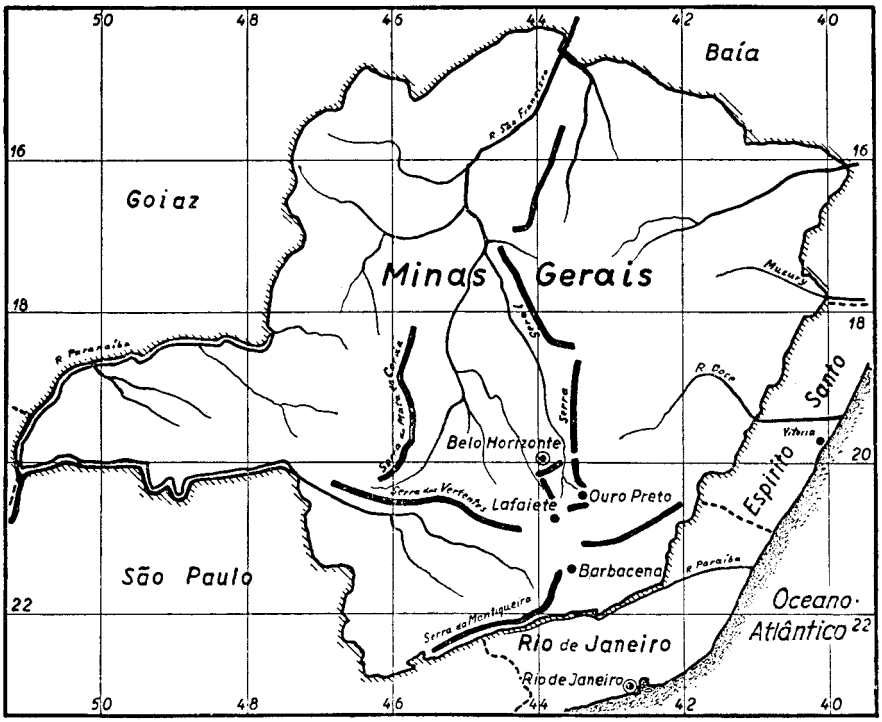


Fig. 1 — Minas Gerais e a sua região central.

A paisagem natural. Estrutura e relêvo

Uma cadeia montanhosa de sentido aproximadamente norte-sul constitui a coluna vertebral orográfica da região montanhosa do Brasil. No estado de São Paulo a mesma é representada pela serra da Mantiqueira, que se estende paralelamente à cadeia litorânea mais baixa da serra do Mar, sendo separada da mesma pelo vale do rio Paraíba. A serra da Mantiqueira culmina no pico do Itatiaia com 2 790 metros. Entre Santos e o Rio de Janeiro esta cadeia montanhosa percorre, numa distância aproximada de 100 quilômetros, paralelamente ao litoral para, então, flexionar sùbitamente para norte, acompanhando, já em Minas Gerais, a margem leste do rio das Velhas e do rio São Francisco, numa distância aproximadamente de 500 quilômetros do litoral. A cadeia chama-se aqui de serra Geral de Minas ou também serra do Espinhaço, elevando-se nas cristas mais altas a 2 044 metros (Pico do Itambé) e baixa de altitude, aplainando-se em direção norte, para os lados do estado da Bahia, na Chapada Diamantina. O ponto culminante de tôda a região montanhosa, aliás, encontra-se fora desta cadeia principal, numa ramificação no sul de Minas, em Barbacena, que segue para ENE, constituindo o divisor de águas entre o rio Paraíba e o rio Doce. É o Pico da Bandeira com 2 884 metros.

A parte de Minas Gerais que fica a leste dessa cadeia principal é uma região montanhosa e ondulada, fortemente trabalhada pela erosão e cujos cursos de água, ricos em quedas, drenam principalmente para as bacias do Paraíba, Doce, Mucuri e Jequitinhonha. A oeste e noroeste do estado predominam os planaltos. O rio Grande e o rio Paranaíba, ambos tributários do rio Paraná, coletam as águas dos quadrantes de sudoeste, na direção do escalonamento geral de oeste,

enquanto o rio São Francisco drena os planaltos do norte. O divisor de águas entre o rio Grande e o rio São Francisco, por sua vez, separa-se da serra da Mantiqueira para oeste, em Barbacena, chamando-se inicialmente de serra das Vertentes e mais adiante, já com direção norte, de serra da Mata da Corda. Nem tôdas as serras acima relacionadas são cadeias resultantes de dobramentos ou remanescentes dos mesmos, algumas elevações são restos de planaltos erodidos que se sobrelevam das imediações.

Quatro das bacias acima enumeradas tocam-se numa área relativamente pequena, isto é, aquelas do Paraíba, Grande, São Francisco e Doce. Ali, a mais ou menos 21° 15' latitude sul e 43° 46' de longitude oeste, na região da cidade de Barbacena, fica o centro hidrográfico da região montanhosa brasileira e, logo ao norte da mesma, começa a região central de Minas Gerais segundo o nosso ponto de vista.

As imediações de Barbacena parecem, entretanto, desmentir a sua propriedade de região central. A serra da Mantiqueira, que provém do sul, perde aqui o seu caráter de cadeia serrana e rebaixa-se numa região de colinas que, numa altitude média de 1 000 metros, assume quase o caráter de um planalto. A região de colinas, levemente ondulada, tem altitudes relativas de 100 metros e as depressões são pouco acentuadas, não oferecendo dificuldades às comunicações. Maull denomina esta região "uma superfície de caráter predominantemente aplainado" (20, p. 175). Compare-se com a figura 14. Ela mostra que, na direção de oeste, na região de penetração do rio Grande e Paraopeba os cursos de água quase não são encaixados, enquanto as ramificações superiores do Piranga e Doce vindas de leste numa altitude aproximada de 800 metros, logram promover uma erosão bem mais acentuada.

Sòmente uma pesquisa geológica mais minuciosa poderá esclarecer se se trata aqui de uma superfície de erosão ou de uma antiga superfície de planalto. Uma pesquisa desta natureza é muito difícil porque uma camada de decomposição de talvez até 30 metros de lateritos encobre o complexo fundamental arcaico. Apenas isoladamente, de preferência a leste, granitos e gnaisses aparecem expostos pela ação da erosão. De planura semelhante são também as regiões a oeste da serra da Moeda, o planalto da Moeda com 900-1 000 metros e, a noroeste da serra do Curral, a paisagem plana de Belo Horizonte a 1 000 metros. Estas regiões planas, a maior distância da região central se transformam em verdadeiras paisagens de planaltos, inclusive do ponto de vista geológico com ocorrência de espessos pacotes de camadas horizontais.

Partindo do divisor de águas pouco definido em Barbacena para norte, o relêvo modifica-se depois de 80 quilômetros de distância em Lafaiete (antigamente Queluz). A região de colinas é interrompida para norte por uma cadeia montanhosa de sentido leste-oeste, a serra do Ouro Branco e, separada da mesma pelo vale do ribeirão do Funil, estende-se com encostas igualmente íngremes a serra de Ouro Prêto (1 550 metros). Esta frente transversal estende-se por mais de 50 quilômetros. Nas suas extremidades ligam-se em sentido mais ou menos perpendicular à mesma, tomando o rumo nornoroeste, a leste a serra Geral e a oeste a serra da Moeda. Na extremidade norte da serra da Moeda liga-se, em forma de T, em direção WSW-ENE, a serra do Curral, que, a leste de Sabará, junta-se com a serra Geral. A ligação para norte é interrompida entretanto por um colo de 1 150 metros entre Caeté e Santa Bárbara. Desta maneira estas cadeias formam aproximadamente um quadrado de 50 por 50 quilômetros, abrangendo uma área de 2 500 quilômetros quadrados. Êste *bastião montanhoso central,* juntamente com os seus flancos exteriores, é que denominamos a *região central de Minas Gerais*. O curso superior do rio das Velhas penetra no seu espaço interior pelo lado norte, através de Sabará, garantindo a drenagem na direção do rio São Francisco. A área central tem uma altitude de cêrca de 1 100 metros e o rio das Velhas deixa-a numa cota de 700 metros. Para o sul existe uma passagem favorável para a região ondulada de Lafaiete em Burnier com um colo a 1 150 metros de altitude.

As características orográficas da região central são estruturalmente condicionadas. Do planalto ao sul emerge aqui uma cadeia dobrada, de relêvo movimentado, já bastante erodida. Acima do pedestal primitivo fica em discordância a cadeia secundária, cujo elemento construtivo mais importante é representado pela série de Minas. Já Derby(5) criou esta denominação e desde então

é empregada por todos os geólogos. (Fig. 2). A série de Minas é constituída por chistos sedimentares e em parte magmáticos, de calcários, de quartzitos fortemente metamorfizados e de itabirito. Freyberg (10, p. 21) engloba sob a denominação geral de formação Espinhaço a série de Minas (algonquiano inferior) e a série de Itacolomi (algonquiano superior), sendo que esta última ainda não pôde ser seguramente diferenciada daquela em tôda parte. Uma característica primordial da série de Minas é a sua riqueza em minérios, principalmente de ouro, ferro e manganês. Ela é fortemente dobrada e, em muitas partes, apresenta-se com mergulho bastante acentuado. As partes que afloram à superfície demonstram a resistência variável das rochas. Assim, os chistos, de consistência mais mole, foram em geral mais erodidos dando origem a solos moles, enquanto os quartzitos e itabiritos, mais duros, surgem como cristas salientes formando uma sucessão de costelas. A erosão seletiva formou então um característico *relêvo de afloramentos de camadas* (Schichtkopfrelief) (10, p. 299), fortemente perfilado. Da mesma forma que nas regiões circunvizinhas planas, a camada de decomposição também aqui é considerável e colorida de vermelho carregado. Os quartzitos duros das partes altas, ao contrário, são pouco decompostos, apresentando além disso uma cobertura vegetal pouco desenvolvida e têm colorações mais claras. O fato de as terras vermelhas estarem de preferência nas partes baixas e os solos esbranquiçados e amarelos ficarem nas posições mais elevadas, portanto, parece que é mais devido a causas de estrutura e de resistência da rocha, não sendo uma conseqüência da influência climática diferente (22, p. 331).

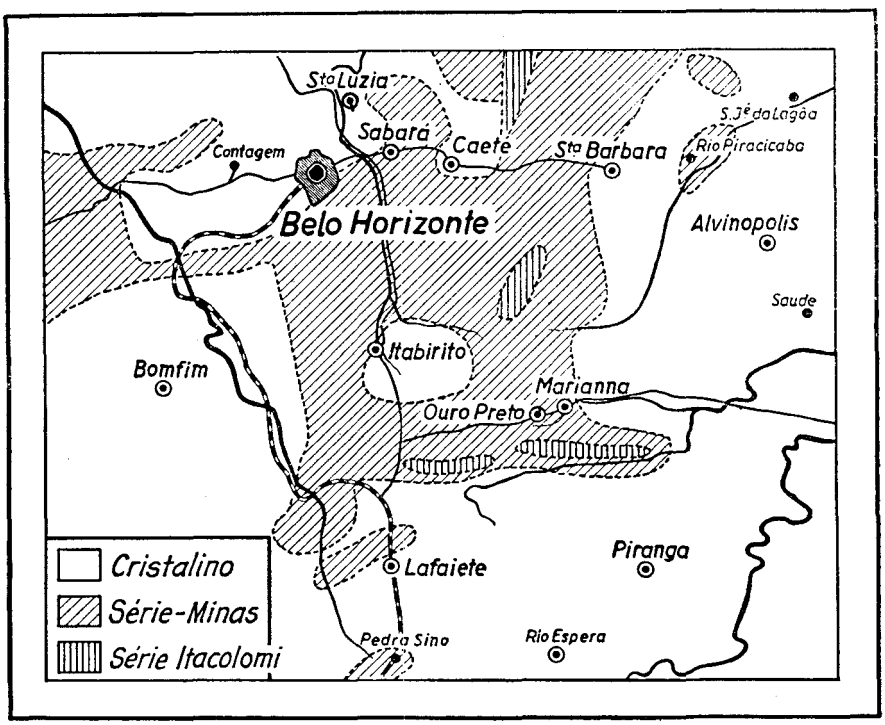


Fig. 2 — Esquema geológico (seg. 44).

A ocorrência de inclinações muito acentuadas no flanco dos morros não pode, entretanto, ser devida exclusivamente à inclinação das camadas, paralelamente ao processamento de dobras ocorreram também desnivelamentos, cuja existência fica demonstrada pelas íngremes frentes de falha. Especialmente íngreme é a encosta leste da serra Geral e a estrada de Ouro Prêto para Mariana apresenta um desnível de cêrca de 400 metros numa distância de apenas 8 qui-

lômetros. Falhas também existem na encosta oeste da serra da Moeda e na borda norte da serra do Curral. Esta situação foi reforçada posteriormente nestes locais por movimentos epirogenéticos mais recentes, que provàvelmente elevaram tôda a região montanhosa central acima da superfície circundante mais plana (22, p. 230). Afundamentos recentes dos cursos de água deixando as encostas dos vales acentuadamente convexas atestam isso suficientemente, como, por exemplo, no ribeirão do Funil em Ouro Prêto, onde as encostas de base abaulada constituem uma característica da paisagem.

O levantamento em época recente também fica provado no interior do grande quadrado de serras. O rio das Velhas, principalmente acima de Sabará, apresenta-se em cêrca de 30 quilômetros encaixado em gargantas no terreno. Na verdade as formas de itabirito tornam-se rio acima acentuadamente mais macias, porque as rochas da série de Minas foram ali, numa área de cêrca de 250 quilômetros quadrados, removidas, expondo granitos e gnaisses fortemente laterizados. Segundo Freyberg o vale é uma sela de fratura de sentido norte-sul (11, p. 117). Próximo à borda oeste dessa zona mais central quartzitos e itabiritos inclinadamente dispostos, constituem uma crista isolada que culmina no Pico de Itabira (1 550 metros), um morro de minério de ferro puro. Entre o mesmo e a serra da Moeda, para oeste, estende-se à semelhança dos flancos exteriores, um planalto levemente ondulado, enquanto o relêvo nas demais áreas da parte central permanece acentuadamente movimentado. *Regiões de colinas* da área central e dos flancos e *regiões montanhosas de afloramentos de camadas* (Schichtkopfberglander) são, portanto, as formas de superfície mais importantes da região central.

Os solos da série de Minas são pobres em cálcio e fósforo e de modo geral pouco férteis. Em todo caso ficam dêste ponto de vista em flagrante contraste com os solos argilosos resultantes da decomposição de rochas cristalinas, que garantem às regiões planas circunvizinhas uma relativa fertilidade. Também aos mesmos falta aliás o cálcio e o fósforo, mas o relêvo e o clima mais favorável e talvez também ocorrências locais de solos vulcânicos, conferem-lhes vantagens. Minas possui, por exemplo, nos solos de Bambuí, condições bem melhores para a sua agricultura, mas os mesmos ficam fora da região central considerada.

O clima

A região de alta pressão da latitude sul penetra no sul durante o inverno pelo continente sul-americano a dentro, ao passo que no verão se transforma no anticiclone sul-atlântico mais cerrado e afastado do continente, enquanto no interior do mesmo, em conseqüência da forte insolação, origina-se uma área de baixa pressão. Assim, já por si o gradiente barimétrico mais elevado desta época do ano, exerce uma tendência para as chuvas de verão. Isto é válido principalmente para a região costeira e cadeias litorâneas de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a monção de sudeste ocasiona as chuvas de ascensão. A principal causa para a dominância das precipitações de verão também no interior do Brasil central é a trajetória solar anual, que, como era de esperar, leva à formação de chuvas convectivas. A quantidade das precipitações é bastante alta com uma média anual de 1496 mm em Belo Horizonte e 1928 mm em Ouro Prêto. O valor elevado referente a Ouro Prêto sem dúvida deve ser reputado às condições orográficas, como um simples olhar sôbre a carta pluviométrica deixa entrever. Êle não pode, portanto, basear-se simplesmente em chuvas zenitais e uma componente horizontal deve ter participação no fenômeno.

As temperaturas normalmente decrescem do norte para o sul. No limite norte do Estado de Minas a média anual é de 24°, no limite sul está em tôrno de 18°. Na mesma direção crescem também as diferenças das médias mensais. Em Catalão (18° 11' lat. S 830 m) a amplitude entre as médias do mês mais quente e mais frio atinge apenas 4,6.°, em Belo Horizonte (19° 55' lat. S) já 5,5° e em São Paulo (23° 33' lat. S) 6,2° (18, p. 264). Naturalmente as isotermas sofrem fortes modificações e principalmente na região da serra Geral de Minas, portanto, também na região central elas refletem o relêvo. Assim a média anual de Ouro Prêto (1 100 metros) fica abaixo de 18°, mais de 2° abaixo daquela de Belo Horizonte, numa altitude de menos 200 metros. O gradiente vertical de temperatura é, portanto, grande. Também os extremos são mais marcantes nas

altitudes e os planaltos freqüentemente sofrem geadas, sendo Ouro Prêto tida nas imediações como de clima frio e rude. As áreas montanhosas não consideradas na figura 3 por falta de dados mais completos acusam médias anuais que ficam entre 15° e 7°. Temperaturas de -10° não são consideradas raras (43, fol. 4).

Assim, é principalmente a altitude que confere a nossa região o caráter climático local e, como a média de janeiro das estações da região central fica abaixo de 18°, ela conta segundo a classificação de Köppen, na área de distribuição do clima quente de inverno sêco (Cw), enquanto as regiões vizinhas mais baixas ainda apresentam principalmente um clima de savana periòdicamente sêco (Aw).

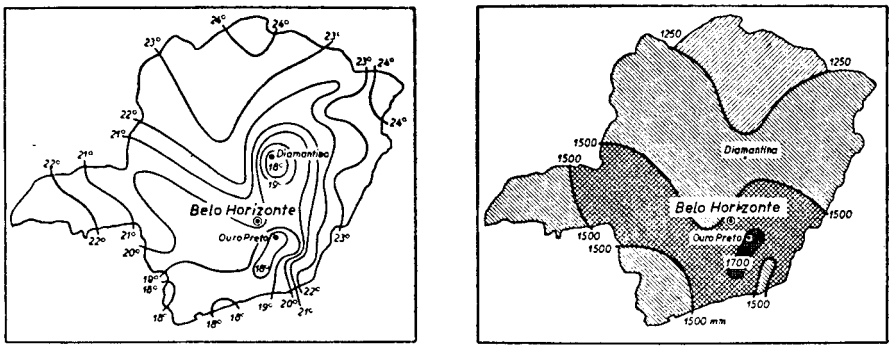


Fig. 3 — Isotermas e isoietas anuais (seg. 43).

Para Belo Horizonte damos abaixo pormenorizadamente as médias mensais da temperatura e precipitação (18, p. 264):

Mes.	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XIII	Ano
Temp.	21,9	22,3	21,7	20,4	18,6	17,0	16,8	18,0	20,2	21,3	21,3	21,2	20,1°
Prec.	324	241	161	73	16	12	10	23	38	124	211	273	1 496 mm

Nos cinco meses de inverno (V-IX) chove apenas 99 mm, ou seja, 7% da precipitação anual; nos sete meses restantes (X-IV), isto é, no período das águas, caem os restantes 1 397 mm, ou seja, 93%. No período de sêca chove 15 dias e no período das chuvas 97. No dia 24 de outubro de 1929 o pluviógrafo de Belo Horizonte registrou 22 mm de precipitação em 11 minutos o que representa o valor mais alto até agora registrado. O número de horas de insolação atinge um total de 2 045 por ano. As diferenças entre as médias mensais de temperatura são pequenas, principalmente nos meses de verão; no inverno a elevação de julho para setembro é bastante acentuada. A causa dêste ciclo anual é a umidade do ar. Com uma média anual de 73,9%, a umidade relativa nos meses de verão (X-IV) é mais elevada (max. em I com 78,5%), enquanto nos meses de inverno, ao contrário, é acentuadamente mais baixa (min. 67,3% em IX, 43, fôlha 6). A marcha anual da umidade corresponde portanto à da precipitação.

O clima da região central é bom. Com exceção das partes mais elevadas as temperaturas permitem a semeadura e colheita pràticamente em todos os meses do ano. A distribuição das chuvas exige entretanto para uma futura utilização agrícola intensiva o emprêgo da irrigação artificial. Tôdas as frutas européias crescem ali, apenas a cultura de cereais, principalmente do trigo, oferece dificuldades cuja solução entretanto se procura alcançar. O único verdadeiro perigo existente são as geadas esporádicas, que para diversas culturas subtropicais, como por exemplo, para o café têm efeitos catastróficos. Também a criação encontra no período sêco a principal dificuldade a vencer. Medidas preventivas,

como por exemplo, a fenação do capim, é a principal premissa para uma futura criação mais intensiva. Pastos artificialmente irrigados prometem também as melhores possibilidades.

Como conseqüência do hábito também aqui generalizado de queimar os pastos e as novas derrubadas, durante o mês de agôsto estende-se por sôbre tôda a região uma fumaça esbranquiçada que, por exemplo, em Belo Horizonte impede durante dias de avistar-se a pròximamente situada serra do Curral. Possìvelmente esta fumaça, conforme menciona Draenert (6, p. 409), logre impedir ocasionalmente a formação de geadas.

Flora e fauna

Na constituição da cobertura vegetal natural de Minas Gerais contribuem principalmente as matas litorâneas, os campos e as caatingas. As matas litorâneas estendem-se continente a dentro a partir da região costeira atlântica e tornam-se, com a maior distância da mesma, cada vez menos densas. Os campos são savanas características do Brasil Central, em parte paisagens campestres providas de arbustos e moitas (campos cerrados) e em parte planícies abertas (campos limpos). Os rios são emoldurados por matas em galeria e nas dobras do terreno ou nas bacias de coleta dos riachos, para onde é carreada terra boa ou onde aflora a água do lençol subterrâneo, crescem igualmente parcelas compactas de mata (capões), uma ocorrência muito freqüente nos trópicos (36, p. 91). Êles conferem à paisagem um aspecto parquiforme. As caatingas das regiões sêcas do nordeste do Brasil irradiam-se até Minas Gerais a dentro. Elas perdem no comêço da estação sêca as suas fôlhas e contêm muitas xerófitas. Entre êstes três tipos naturalmente há uma variedade de transições.

A distribuição das formações vegetais ainda não é bem conhecida, faltando levantamentos sistemáticos e uma boa base cartográfica. Além disso, a vestimenta vegetal primitiva aparentemente foi muito modificada pela influência do homem. Não que um povoamento bastante denso fôsse a causa disso, mas é que o hábito adquirido dos índios de queimar os campos ao fim da estação sêca, sem dúvida destruiu em muitas partes a vegetação lenhosa, criando savanas abertas. No sul do estado principalmente a mata primitiva, pela ocupação da terra pelo homem, foi pràticamente destruída e apenas a toponímia de "Zona da Mata" lembra a primitiva cobertura vegetal.

Em traços gerais encontra-se no leste do estado matas, no extremo norte caatingas e nas demais partes campos. Como as temperaturas mais altas são registradas exatamente no norte a ocorrência das caatingas torna-se ali compreensível. Apesar de tudo deve-se dizer que a quantidade de precipitações anuais é sempre superior a 1 metro, mas decisivo é, aparentemente, o fato de que a estação sêca é muito acentuada e demorada e que o solo não logra armazenar suficiente umidade. Na região de matas ao sul a quantidade de precipitações oscila em tôrno de 150 centímetros, o que explica suficientemente o aparecimento desta formação vegetal. Mas também no centro e no oeste de Minas extensas regiões alcançam esta mesma quantidade de chuvas, não acusam temperaturas sensìvelmente diferentes das regiões florestais e, apesar de tudo, são apenas campos. De mais a mais, a carta de precipitações não coincide absolutamente com o mapa da vegetação. Assim, as influências da temperatura e da precipitação difìcilmente podem ser recìprocamente avaliadas.

De significação decisiva parece entretanto a qualidade dos solos. Na verdade faltam também para a avaliação dêste fator os dados necessários, mas exatamente na nossa região central êste fato se mostra bem evidente. As matas da região do rio Doce tornam-se a montante cada vez menos densas, terminando quase inteiramente no flanco leste da serra Geral. Embora razões climáticas também influam fundamentalmente, é sem dúvida a modificação da rocha que age como fator determinante. Assim, por exemplo, cresce sôbre os quartzitos e itabiritos da série de Minas, quando muito, uma mata anã e sòmente sôbre chistos, pelo menos originalmente, abstração feita das partes mais altas, aparecem matas. Isto é válido para as demais áreas da região central, desde que a capacidade de retenção de água do solo seja suficiente e que a estação sêca não seja muito acentuada. Nas áreas de laterito em Itabirito, na bacia interna, existia primitivamente mata e, da mesma forma se dava nos vales

estreitos, seja sob forma de matas-galerias ou de formações lenhosas em solos chistosos. A qualidade da rocha e a capacidade de armazenamento de água são portanto fatôres decisivos.

Hoje, aliás, só se encontram matas nas encostas mais íngremes dos vales, como, por exemplo, no rio das Velhas entre Sabará e Itabirito, no ribeirão do Funil em Ouro Prêto e de ambos os lados da soleira entre Caeté e Santa Bárbara. As regiões de colinas de Congonhas do Campo, que já primitivamente eram campos como demonstra o próprio nome, e o planalto da Moeda apresentam apenas matas-galerias e capões.

O reino animal corresponde mais ou menos ao de todo o Brasil Central. O macaco, tamanduá, anta e numerosos pássaros povoam ao lado de muitos outros representantes, as matas e capoeiras. Entre os insetos os carraptos e bichos-de-pé são especialmente molestos e as formigas por vêzes devastadoras. Também cobras são ocasionalmente encontradas. Os rios são piscosos mas as suas margens e águas paradas são ninhos de criação de nuvens de mosquitos.

Tipos de paisagens naturais

Fazendo um retrospecto das condições naturais da região central verifica-se que as diferenças de relêvo e de estrutura também condicionam, em última análise, regiões naturais distintas. Dois tipos de paisagens naturais podem ser distinguidos: de um lado a região de colinas de savanas, quente e de inverno sêco, com florestas em galeria e de cabeceiras e do outro lado a região de afloramentos de camadas, quente e de inverno sêco, com savanas e matas em faixas. Na região de colinas os fatôres mais importantes, condicionando inclusive a atividade humana, são dados pela cobertura vegetal, ou seja, pastagens, solo agrícola e madeiras. A região montanhosa, ao contrário, encerra como elementos estruturais mais importantes os diferentes minérios, sobretudo ouro, ferro e manganês (compare tabela 1).

A PAISAGEM CULTURAL

A marcha do desbravamento e suas conseqüências

A região central de Minas Gerais era escassamente povoada antes do raiar do século XVI. Os poucos índios viviam nas matas das montanhas e apenas esporàdicamente, no exercício da caça, saíam para os campos despovoados. Construções de qualquer natureza desta época faltam inteiramente (35, p. 16; 30, p. 183).

O desbravamento efetuado pelos colonizadores luso-brasileiros não se desenrolou da mesma maneira que nas regiões vizinhas. Enquanto no restante do Brasil de preferência se tratava de obter áreas agrìcolamente aproveitáveis, aqui a abundância de riquezas minerais é que agia como fator diretor na orientação e marcha cronológica da ocupação das terras. O desenvolvimento da economia, povoamento, das comunicações e mesmo o desenvolvimento político são por isso peculiares e o conjunto dêstes acontecimentos exerce por êsse motivo também uma influência tôda especial na atual paisagem cultural.

Qual seria a marcha normal da colonização caso faltassem as riquezas minerais? Provàvelmente a mesma que nos estados vizinhos, onde a frente pioneira agrícola se deslocava sempre mais para o interior. A fronteira da Bahia estender-se-ia pela bacia do São Francisco e do rio Jequitinhonha, os colonizadores do Espírito Santo alcançariam no seu constante avanço a bacia superior do rio Doce e São Paulo teria crescido para noroeste através de suas savanas dos planaltos interiores. As cunhas de crescimento demográfico, no seu constante avanço, acabariam por se encontrar na região do centro hidrográfico da região montanhosa do Brasil, isto é, na área de Barbacena, e consolidar-se-iam aí em fronteiras políticas, de maneira que, onde atualmente se situa neste centro Minas Gerais como estado independente, dar-se-ia o contacto dos limites. Êste estágio final provàvelmente seria alcançado relativamente tarde. Isto porque, no caso da Bahia, êste crescimento constaria principalmente de áreas de caatingas, isto é, de pastagens de valor reduzido. Ao Espírito Santo caberia o

flanco leste da região montanhosa, onde teriam de ser vencidas as matas densas, embora tornando-se mais abertas serra acima, e as vias fluviais pouco navegáveis e interrompidas por quedas e onde, além disso, os índios combativos teriam com o próprio sacrifício de suas vidas defendido o seu espaço vital. As dificuldades sofridas pelos colonos alemães nesta região são bastante significativas neste sentido (29, p. 189). Também da parte de São Paulo o estímulo a um avanço para oeste não teria sido muito grande, porque ainda hoje existem no oeste do estado grande áreas de matas que permanecem à disposição do desbravamento para os próximos decênios e que, qualitativamente fornecem melhores solos do que os campos do sudoeste de Minas. Tais cunhas de crescimento não teriam, portanto, sem dúvida, sido levadas adiante com grande energia. Principalmente a região central de Minas Gerais só seria desbravada relativamente tarde, porque suas condições naturais são inferiores àquelas das regiões vizinhas. O clima, orografia, qualidade dos solos e possibilidades de comunicações são menos favoráveis, por exemplo, do que no sudeste do estado, para os lados de São Paulo.

As tentativas fracas e incertas de penetrar para o interior que já no século XVI e XVII tinham sido empreendidas a partir da costa do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e também de São Paulo, não alcançaram ressonância e a região montanhosa não logrou despertar maior interêsse e atrair colonizadores. Da mesma maneira, teria sido possível que os empreendimentos dos "bandeirantes" de São Paulo, aquelas célebres bandeiras do século XVII que penetraram em Minas, não tivessem tido maiores conseqüências. Como os bandeirantes penetraram para o interior do continente até a região do rio Paraguai, o seu avanço tomando rumo norte, a pé ou a barco no rio Paraná e seus afluentes, através do sertão remoto, os conduziu igualmente para a região montanhosa mineira pelo lado de trás. Espírito de aventura, fome de terras, captura de escravos entre a população indígena e a sêde de metais e de pedras preciosas incutia-lhes energia e a finalidade na sua marcha de penetração. Em fins do século XVII deram-se os primeiros achados de ouro no rio Grande, rio das Mortes, rio das Velhas e outros rios e, com isso, se desencadeou um desenvolvimento que diferiu inteiramente daquele descrito linhas atrás como pressupostamente "normal". Em 1699 começa a explotação de ouro em Ouro Prêto e, passo a passo, em outras partes da região central: em Sabará, Carmo (Mariana), Caeté, etc. Em 1728 encontram-se os primeiros diamantes na serra do Frio, um pouco mais para norte. Minas que a princípio era uma parte de São Paulo, já em 1720 se tornava um estado independente.

O povoamento não se desenrolou por isso contìnuamente, como nas regiões vizinhas, mas dramàticamente. Não houve uma ocupação espacial contínua através dos planaltos de savanas, na forma de um punhado esparso de fazendas isoladas, mas grandes saltos ao longo de diretrizes naturais penetrando na região montanhosa. As terras intermediárias não interessavam e permaneceram inicialmente, despovoadas. Riquezas em estado latente, semelhantes a energias acumuladas, de um golpe tornaram-se ativas, alcançando imediatamente uma grande importância. Em compensação outros fatôres, que até então tinham sido determinantes, perdiam em importância. Os dominantes faziam-se sentir não só na intensidade e no sentido do desenvolvimento, mas também, como ainda será demonstrado adiante, na estrutura da paisagem cultural em via de formação. Que êstes acontecimentos são próprios de um desbravamento desta natureza pode ser sobejamente verificado pela comparação com outras regiões de exploração de ouro.

A época tardia do desbravamento do centro de Minas, 200 anos mais tarde que as faixas costeiras do Brasil e 150 após o planalto de São Paulo, é a principal razão pela qual êste elemento novo da União brasileira, apesar de sua posição econômica destacada que já vai completar um século, permaneceu sempre um estado interior, que para a exportação de sua produção fica sempre na dependência de canais de escoamento que atravessam outros estados. Isto porque, quando finalmente se deu o seu desbravamento, os estados litorâneos Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo já estavam de tal maneira consolidados que o seu irmão mais novo não mais logrou romper a sua estrutura territorial. Por outro lado, deve-se reputar principalmente à importância dos recursos naturais aí existentes o fato de se ter constituído ali uma unidade política, quando as demais condições naturais eram de molde a contribuir antes para

um fracionamento e para a anexação de cada parte ao estado correspondente à bacia fluvial de que fazia parte. O nome de Minas Gerais significa, portanto, mais um aspecto político, êle caracteriza igualmente a fôrça atuante que levou o parcelamento a uma unidade.

Na sua penetração a partir do sudoeste, os bandeirantes seguiram de preferência as vias fluviais, mas havia também alguns bons caminhos terrestres que superaram em pouco tempo aquêles em importância. São as comunicações através das paisagens abertas de campos que, a noroeste da serra da Mantiqueira, penetram, a partir do planalto de São Paulo, para o sudoeste de Minas. Fàcilmente transponíveis já eram também naquela época alguns colos mais baixos da serra da Mantiqueira, entre o sul de Minas e o vale do Paraíba. Êstes terrenos abertos foram também, como em outras partes, inicialmente preferidos pelo povoamento, enquanto as matas permaneciam intactas. Êstes caminhos, porém, em parte, têm uma declividade desfavorável. Isto diz respeito igualmente àquele criado em 1710 e que atualmente, é o mais importante porque é a saída mais curta da capital. Êle leva de Belo Horizonte, passando por Barbacena, para o vale do Paraíba em Entrerrios, dali vale acima até Barra do Piraí e daí, finalmente, passando pelo colo da serra do Mar, para o Rio de Janeiro. É êste também o trajeto seguido pela Estrada de Ferro Central do Brasil que, com uma bitola de 1,60, tornou-se a principal ferrovia do estado. Outras três linhas acompanham atualmente antigos caminhos de tropas, cruzando no limite sul do estado a serra da Mantiqueira para o vale do Paraíba. São estradas locais com bitola de um metro. Que estas estradas cruzem cadeias montanhosas em lugar de seguir os vales dos rios parece paradoxal à primeira vista, mas êste fato torna-se compreensível levando em conta as vias seguidas no desbravamento. Outras rodovias e ferrovias percorrem as savanas a noroeste da Mantiqueira. Também elas seguiram o trajeto de antigos caminhos de tropas e os seus trilhos fazem parte da esfera de atração de Santos. De maneira geral, aliás, uma grande parte do sudeste mineiro está orientada para São Paulo ou para Santos, o que já fica demonstrado pelo fato de que a rêde ferroviária desta região está apenas fracamente entrelaçada com a rêde central de Minas. Para o norte não existe uma ligação ininterrupta ao longo do rio São Francisco em direção à Bahia. Na verdade os trilhos seguem até Pirapora, isto é, até a um ponto de onde se pode seguir viagem via fluvial, mas, mesmo assim, como via de escoamento de Minas êste caminho representa uma importância inteiramente secundária. Do norte do estado e para o mesmo, as mercadorias são levadas principalmente através do Rio de Janeiro. É verdade que para as novas minas de ouro afluíram também alguns nortistas mas os mesmos não lograram obter o mesmo lugar de destaque dos paulistas e, desta maneira, a ligação naquele sentido até hoje é pouco significativa.

Os inconvenientes no perfil longitudinal, aos quais se antepunham em escala reduzida, as vantagens de um encurtamento nas distâncias, não lograram, portanto, desviar os caminhos da direção sul, fazendo-os acompanhar a declividade natural do relêvo. As vias de comunicação são conservadoras, o que uma vez ficou estabelecido e se tornou rota batida assim o permanece mesmo que haja inconvenientes a considerar. Os beneficiados com estas condições de comunicação são principalmente os dois portos de Rio de Janeiro e Santos.

Sòmente um estado de Minas posterior, mais densamente povoado e econômicamente fortalecido, é que vai dar o devido valor às saídas naturais para o mar. Entre êstes caminhos mais favoráveis o mais importante é sem dúvida aquêle que, ao longo do rio Doce, leva à costa do Espírito Santo. É verdade que houve necessidade ali de derrubar matas e rasgar estradas e uma estrada de ferro de Belo Horizonte para Vitória, através desta zona, só muito recentemente se tornou uma realidade. Ela tem a bitola de um metro e infelizmente parece não ser suficiente ainda para satisfazer as necessidades locais, mas caberá à mesma uma importante missão nos problemas de transporte da região. Por ora o pôrto de Vitória tem de se contentar com um papel secundário ainda.

Êste conservadorismo no que diz respeito aos antigos caminhos de comunicação é apoiado ainda pela circunstância de que as mais importantes paisagens agrícolas de Minas se formaram igualmente na região por êles percorrida. Ali se originaram, como produtos de decomposição das rochas arqueanas, em áreas climàticamente favorecidas, os solos relativamente férteis que natural-

mente convidavam a um aproveitamento intensivo. A conseqüência disso é que as partes mais densamente povoadas e mais bem servidas em estradas do estado, não levando em conta as zonas de mineração, igualmente se apóiam nestes velhos caminhos. São os municípios do sul, no sudeste e da Mata no sul do estado e, principalmente, as áreas limítrofes com São Paulo e Rio de Janeiro, que acusam densidades de população de 50 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto tôda a metade norte do estado em poucos lugares acusa mais de 10, geralmente, porém, ficando abaixo dêste valor, de maneira que a densidade de população em relação a todo o estado de Minas Gerais, decai para 13. As zonas de maior densidade demográfica ficam portanto no sudeste, no sul e no centro. O fato de que a principal direção e intensidade do desbravamento ainda hoje se espelha na estrutura da população será adiante comentado.

Assim, a descoberta de riquezas minerais na região central exerceu a sua influência não só nas imediações dos locais de descoberta das minas, mas foi também a causa que agiu na constituição de um estado todo especial, atraindo os primeiros exploradores através dos caminhos que lhes ficavam mais à mão, do que resultou por outro lado, um traçado compulsório das estradas, que apenas em pequena parte corresponde ao percurso topogràficamente mais favorável. Além disso, a continuação do povoamento e a distribuição da população foram, por muito tempo ainda, influídos por êstes acontecimentos dos primórdios da colonização. Os minérios são por isso, na região central de Minas Gerais, os elementos estruturais mais importantes da paisagem cultural.

OS MINÉRIOS COMO ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA PAISAGEM CULTURAL

O ouro — Fundamentos e evolução

A principal área de ocorrência do ouro corresponde com a região da série de Minas. Há a distinguir depósitos primários e depósitos secundários. Entre os primários os principais são os filões e as camadas cuja idade, aliás, ainda é motivo de dúvidas. Mais recentes que a série de Minas e mais antigos que a série de Itacolomi, trata-se provàvelmente de intrusões que levaram a formação das camadas na discordância entre as duas séries da formação Espinhaço (11, p. 79). Valiosas ocorrências contêm também a "jacutinga", o minério de ferro friável da série de Minas. Neste caso trata-se de estreitos depósitos de ouro livre, os filões de "jacutinga", que aparentemente foram posteriormente aduzidos. As aluviões, na forma de terraços e de depósitos fluviais, ficam incluídas nos depósitos primários. Entre elas a "canga", um conglomerado formado de elementos de "jacutinga" ligados por um cimento ferruginoso, é muito estimado, não só pelo seu conteúdo em ferro, mas também pela sua eventual presença de ouro. Em muitos casos o ouro apresenta-se coberto por uma película de humatos ferrosos (11, p. 91). Êsse "ouro prêto" deu o nome à cidade e à serra que lhe fica próxima. Freqüente é também o "ouro branco", tratando-se neste caso de depósitos que contêm paládio e encontram-se, por exemplo, na serra dêste nome ao sul de Ouro Prêto. A porcentagem dos minérios naturalmente varia muito. Nas galerias ela atinge até aproximadamente 12 gr/ton; na "jacutinga" às vêzes mais. Freise, por exemplo, cita uma porcentagem máxima de 25,5 gr (9) e da Mina da Passagem assinala-se uma porcentagem episódica de 200 gr/ton.

Os bandeirantes que, em 1700, dedicavam-se à procura do ouro nos cascalhos e areias dos cursos superiores dos rios da região central, lavavam estas aluviões em bacias rasas de cêrca de 50 centímetros de diâmetro (bateias), da mesma forma, portanto, como era comum nas demais regiões auríferas. Cedo, porém, verificaram que êste metal nobre podia ser obtido com melhores resultados pela lavagem do material dos taludes. Dos taludes para os depósitos primários pròpriamente ditos pouco faltava então. Êstes, pelo que parece, começaram a ser explorados já a partir de 1721 (11, p. 68) e, com isso, passou-se da simples lavagem de ouro nas aluviões para a escavação de minas. Inicialmente se cavavam simples valas e, finalmente, galerias e poços de descida. W. L. von Eschwege, chegado a Minas em 1811 e que contribuiu de maneira destacada na pesquisa geológica e das minas, prestou também relevantes serviços na mecanização da mineração. Na Mina da Passagem, ainda hoje em exploração, os pilões por êle instalados para a preparação mecânica do minério, lograram, em 1819, dar à mesma um novo surto de desenvolvimento. Êstes pilões funcionavam movidos

à fôrça hidráulica. Apesar de tudo, porém, os poços acarretavam sempre maiores dificuldades, principalmente pelo fato de os trabalhadores não darem vazão no esgotamento das águas que se infiltravam. Atualmente dos muitos empreendimentos daquela época permanecem em atividade apenas dois: Passagem e Morro velho.

Em 1719 o govêrno decidiu construir casas de fundição nas regiões auríferas mais importantes, isto é, Ouro Prêto, Sabará, São João d'El Rei e Vila do Príncipe (Sêrro Frio), porque desta maneira o estado podia arrecadar com maior segurança o seu tributo. Por volta de 1710 estima-se que 35 000 pessoas, principalmente escravos, já se encontravam em atividade nos numerosos garimpos. A época de maior florescimento corresponde ao período de 1735-1766, com aproximadamente 80 000 labutantes. Naquela época o Brasil era o primeiro produtor de ouro do mundo. Em 1814 trabalhavam em 228 depósitos primários e 337 secundários, 169 homens livres e 6 493 escravos, havendo, além disso, 3 876 homens livres e 1 871 escravos dedicados à lavagem das aluviões (garimpagem), de maneira que ao todo, havia ainda 12 409 braços ativos na obtenção de ouro, decréscimo êste correspondente a um período de 50 a 60 anos. Até 1820 êste número decresceu para 6 000 (8, p. 227); tab. I, p. 264). No ano de 1824 foi investido capital inglês em algumas minas, seguindo-se a época de número reduzido mas bem orientado e rendoso de minas, de modo que em 1903 delas havia apenas oito e, atualmente, apenas duas, Passagem e Morro Velho, com um total de 7 500 trabalhadores. Estas minas exploram também alguns depósitos menores das imediações, que antes pertenciam a pequenos grupos. Não se deve esquecer também os apesar de tudo ainda numerosos grupos de garimpeiros e os garimpeiros isolados, num total de cêrca de 8 000 pessoas, que garantem a sua existência numa base econômica acanhada. Êstes números documentam o inicial meteórico desenvolvimento dos primeiros decênios de exploração e a posterior constante decadência. Conjuntura e decadência demonstram-se, conforme ainda será descrito mais adiante, claramente no quadro da atual paisagem cultural.

A esta mesma época correspondem extensas e numerosas migrações internas dos habitantes da região central. A febre do ouro atraiu inicialmente grandes contingentes de agricultores que seguiram as pegadas dos bandeirantes até os vales serranos incultos. Em pouco tempo, quando se tornaram conhecidos os auspiciosos resultados conseguidos, uniram-se aos paulistas os elementos provindos do nordeste do Brasil. Oscilações de conjuntura e grandes crises agrícolas em conseqüência das perigosas sêcas, trouxeram sempre novas ondas dêstes nortistas para as minas de ouro. Esta influência remota das grandes riquezas recém-descobertas chegou a irradiar-se através do oceano até o reino de Portugal, de onde afluíram para as minas outros tantos milhares de aventureiros atraídos pelo poder do ouro. Como mão de obra barata serviram inicialmente os escravos indígenas. Depois, entretanto, como os mesmos não se mostravam eficientes e o dinheiro, graças aos grandes lucros obtidos, sobrava sobejamente, preferiu-se a aquisição de escravos negros no mercado do Rio de Janeiro. Alguns dos negros já tinham prática de garimpagem na sua terra natal e podiam instruir outros neste mister. Se ainda hoje a estrutura demográfica do centro de Minas é extremamente desigual e, ao lado de luso-brasileiros pessoas de tôdas as partes do mundo dedicam-se às mais variadas atividades, havendo os que parecem ter a sua existência econômicamente garantida, ao lado de muitos empobrecidos, cujo nível cultural decaiu a um valor mínimo, então, nisto tudo, o ouro foi o fator de maior influência.

Em fins do século XVIII os rendimentos da exploração do ouro caíram ràpidamente. As melhores aluviões tinham sido revolvidas, as minas mais ricas, pelo menos superficialmente, tinham sido esgotadas e, com isso, a decadência começou a manifestar-se fortemente. Quando, por fim, começaram, em meados do século XIX, a ser auferidos em São Paulo os grandes lucros da florescente cultura de café, intensificou-se ainda mais a retirada para o sul. Esta não se restringia aos paulistas que voltavam assim ao seu primitivo lar, mas envolveu também os mineiros e mesmo os nortistas que assim se afastavam mais ainda de sua primitiva região de colonização e para os quais Minas Gerais constituiu assim apenas uma estação temporária de sua migração. E tôdas estas pessoas levavam consigo os seus escravos negros ou mestiços, para empregá-los novamente nos seus novos pousos. Assim, portanto, foram também aqui, na mais

antiga área de colonização de Minas Gerais, as oscilações de conjuntura e de crise que condicionaram de maneira decisiva as modificações no povoamento e na economia e, com isso, da própria paisagem cultural.

A garimpagem

Nos rios da região central atualmente ainda existem em atividade cêrca de 8 000 garimpeiros, isolados ou em pequenos grupos. Com as pernas nuas mergulhadas na água fria, a cabeça protegida do sol causticante por um chapéu de abas largas, mantêm êles nas mãos, em posição curvada, a bateia chata no fundo da qual, após demoradas revoluções, se acumula finalmente o pó de ouro. O resultado tão penosamente conseguido é guardado cuidadosamente numa bôlsa de couro prêsa ao cinto. Outros constroem uma tábua inclinada, sôbre escoras, com mais ou menos 40 centímetros de largura e provida de sulcos transversais, formando assim uma superfície inclinada sôbre a qual é despejada com água e areia aurífera e, graças ao seu pêso específico elevado, o ouro se deposita nos sulcos. O trabalho é esgotante e a permanência por horas seguidas na água fria sob o sol causticante acaba por debilitar a saúde. Por êstes motivos o trabalho diário é restringido a poucas horas. Os 8 000 garimpeiros produziram no ano de 1936 novecentos quilos de ouro o que equivale a uma produção diária de 0,3 gr por cabeça. Com isto, entretanto, o homem, mesmo levando em conta o custo de vida relativamente barato em relação aos outros países até 1940, atinge um rendimento diário muito restrito. É compreensível por isso que os filhos de meia idade de vez em quando auxiliem o pai e que as mulheres não raro sejam chamadas ao trabalho. Aos resultados mesquinhos corresponde também a moradia bastante primitiva destas famílias. É um rancho de pau a pique, de tábuas ou de pedaços de fôlha de zinco que fica à beira do rio. Alguns cultivam ainda ao lado um pedaço de terra, plantando milho, feijão ou mandioca. Outros preferem pagar na povoação mais próxima um abrigo mais confortável, deslocando sempre o seu local de trabalho no rio, para, desta maneira, explorar num âmbito mais extenso os depósitos mais ricos que se deslocam constantemente por ocasião das cheias durante a estação das chuvas. O meio de vida pobre dêsses grupos e famílias de garimpeiros representa um tipo especial de paisagem cultural: a *paisagem do garimpo*.

Na margem dos rios encontram-se freqüentemente pequenos cômoros redondos de 1-3 metros de altura, densamente cobertos de vegetação emaranhada. São montes de cascalho, testemunhos do trabalho de garimpagem do último e penúltimo século, constituídos pelo material peneirado que os garimpeiros lançavam de lado. Numerosos, por exemplo, são êstes cômoros nos arredores de Sabará, a montante na direção de Rio Acima, como também no vale do Ouro Prêto e do rio Paraopeba. Dos ranchos dos trabalhadores quase não restam vestígios. Principalmente nos vales mais estreitos a capoeira logrou dominar completamente apagando muitos vestígios da atividade humana passada. Estas colinas cobertas de capoeiras são os testemunhos de uma *paisagem de garimpo extinta*.

Parece entretanto que a obtenção de ouro a partir das aluviões fluviais ganham atualmente um novo desenvolvimento. No rio das Velhas há pesquisas em andamento no sentido de substituir o primitivo trabalho de garimpagem por instalações mecanizadas. Perfurações de sondagem são executadas com moderna aparelhagem próximo e no próprio leito do rio, as amostras retiradas são analisadas quanto ao seu conteúdo em ouro e, onde são suficientemente ricas, deverá ser iniciada a nova mineração. Dragas possantes serão empregadas para retirar as camadas superiores de cascalho estéril depositando-as ao lado do rio e com possantes jactos de água serão desmontadas e preparadas as camadas subjacentes de minério aurífero assim expostas. Ainda em 1938 havia apenas os barracões dos trabalhadores e da administração e acima da água se elevavam os esqueletos das tôrres de perfuração. É provável que desde então esta nova forma de atividade já esteja em pleno desenvolvimento. Êste novo processo permite o aproveitamento de aluviões até uma porcentagem de apenas 1/3 g por metro cúbico de material. Além disso, a intenção é de não só restringir-se ao leito dos rios e suas margens, mas pretende-se também explorar desta maneira antigos leitos de rios atualmente secos. O que os muitos milhares de garimpeiros não lograram conseguir em vários séculos de atividade, isto é, de in-

fluir apreciàvelmente ou mesmo de transformar o aspecto da paisagem de sua área de trabalho, será realizado com êstes novos métodos de trabalho em curto espaço de tempo. Êste novo processo terá por princípio o aproveitamento de depósitos mais pobres, de reavivar êste ramo de economia em bases coletivas, lançando mão das possibilidades oferecidas pela técnica moderna e as conseqüências são: instalações de maquinaria, povoados de barracões, novas vias de comunicação, desvio de rios e acúmulo de depósitos de resíduos de grandes dimensões, tudo aspectos inerentes a uma *paisagem de garimpo de grau superior*. Com isto, esta nova fase de desenvolvimento também introduzirá na região elementos inteiramente novos na paisagem cultural, um novo ciclo da obtenção do ouro de aluviões terá início, apenas declinando quando os numerosos vales da região central, pela segunda vez e desta feita de maneira bem mais intensiva e ampla, tiverem sido revolvidos, lavados e removidos.

Como na grande maioria dos córregos e rios, desde que estejam no âmbito da série de Minas, foi realizada a garimpagem, a paisagem de garimpo coincide com o traçado dos cursos de água e áreas marginais, de maneira que a mesma se apresenta distribuída de modo linear sôbre tôda a região central. Cidades, com uma única exceção, não são encontradas neste tipo de paisagem cultural. Apenas Mariana parece ter adquirido desde cedo um caráter urbano porque lá moravam os prospectores. Sòmente os mineradores se concentram em aglomerados urbanos (4, p. 412).

A mineração de ouro

Uma antiga região aurífera de características todo especiais é Ouro Prêto no sudeste da região central. Em outras épocas, graças às ricas jazidas de ouro e apesar das condições orográficas desfavoráveis, foi o centro econômico e cultural do jovem estado de Minas Gerais. Atualmente o mesmo se dá fora das principais vias de comunicação. Quando a exploração desenfreada das então ricas jazidas veio finalmente a terminar diante do exaurimento das mesmas, os fatôres adversos existentes nesta região (distância, clima inóspito e dificuldades de comunicações) fizeram-se sentir, então, com maior intensidade, isolando esta região das demais, degradando-a inicialmente até a decadência e finalmente quase até a insignificância. As diferentes fases dêsse acontecimento refletem-se ainda hoje nìtidamente na fisionomia da paisagem.

O acesso para Ouro Prêto é feito geralmente a partir da soleira de Burnier (1 150 metros) para leste, entre as duas serras Ouro Prêto ao norte e Ouro Branco ao sul. Após 13 quilômetros é transposto um divisor de águas a 1 350 metros e, a seguir, caminha-se para leste descendo pelo estreito vale do ribeirão do Funil. O nome indica que o ribeirão corre, em virtude de um forte aprofundamento do terreno, num corte profundo e estreito. Após mais 18 quilômetros as encostas se tornam mais amplas e atinge-se o alargamento de Ouro Prêto. Mesmo aí as encostas se elevam íngremes de ambos os lados, com inclinações de cêrca de 25° e altitudes relativas de 600-700 metros. Expressivas são as encostas, convexamente salientes mais ou menos a 200 metros acima do riacho, testemunhas do recente levantamento que deve ter sofrido tôda a região central.

O traçado do vale é geològicamente condicionado. Nas camadas da série de Minas, de direção leste-oeste e mergulhando para sul, estão intercaladas, em concordância, camadas de calcário dolomítico, cuja solubilidade provàvelmente deu origem ao atual vale (10, p. 66). Quedas de água, condicionadas por bancos rochosos mais resistentes, denunciam, já à primeira vista, a forte declividade do leito. Esta importa, desde a nascente até a estação de Ouro Prêto, em cêrca de 50%. As encostas fortemente inclinadas são desprovidas de mata e capim e, quando muito, alguma vegetação arbustiva parece, pelo menos nas partes superiores, ser a cobertura vegetal natural. Quando, ao fim da estação sêca, as alturas estão envôltas em fumaça que é oriunda da queimada dos campos, a região tem um aspecto quase tenebroso. Também na estação das chuvas o vale freqüentemente está envolvido de neblina e esporàdicamente as geadas ameaçam as culturas de plantas subtropicais (bananas, cana de açúcar e café), que entretanto não têm grande significação na economia local da região central.

Ouro Prêto estende-se pela encosta norte. Como impressões dominantes chamam a atenção as numerosas igrejas, que estão construídas a diferentes

alturas, principalmente sôbre esporões das encostas. Entre estas, encaixadas em depressões da encosta, fileiras de casas indicam o traçado das ruas. Ao lado de ruas que acompanham a linha de declive há outras que parecem conduzir sem traçado prévio, com declividade variável por sôbre as irregularidades orográficas das encostas. Um conjunto principal conduz morro abaixo até a estação situada numa várzea de cêrca de 200 metros de largura.

Nas carreiras de casas e acima das mesmas aparecem as irregularidades do caimento das encostas. Em locais sem maior justificação há nivelamentos cuja origem não pode ser natural. Principalmente o degrau acentuado que aparece acima da cidade é de origem artificial, por ali passavam os filões auríferos de "jacutinga". Ainda se encontram ali velhos canais que serviam para conduzir ao longo das encostas a água necessária ao desmonte hidráulico, além disso galerias e poços desmoronados, em parte repletos de água, tanques de coleta para dentro dos quais era conduzida a rocha desmontada para aí ser lavada e, finalmente, monturos de material já lavado. Mais de 300 antigos locais de exploração podem ser contados nas imediações da cidade (26, p. 3), aos quais ainda se acrescentam os garimpos à margem do córrego. Taperas isoladas e construções de pedra abandonadas, provàvelmente restos de antigas instalações de pilões mecânicos, é o que resta das minas. Morro acima há outros tanques de coleta nos quais provàvelmente era acumulada no fim da estação das chuvas a água necessária para o período da sêca e podem ser reconhecidos também alguns trechos antigos de caminhos, que aparecem notòriamente entalhados no chisto mole, talvez porque o casco das mulas afofava sempre a terra, ou talvez também porque a água das enxurradas temporàriamente procurava escoar pelos mesmos. De tôda esta atividade humana restam apenas os vestígios mas êstes denunciam as intensas e multiformes interferências do homem nestes ricos outeiros, interferências estas que até hoje ainda moldam a paisagem. A região extinta de mineração dos arredores de Ouro Prêto hoje em dia é uma região pobre de savanas, nas quais, em aproveitamento extensivo, o gado graúdo e miúdo pasta o capim que cresce por entre os agrupamentos esparsos da vegetação arbustiva mirrada e baixa.

As antigas estradas, que visavam sempre aos locais de mineração, não são por isso planejadamente construídas, crescendo antes arbitràriamente à medida que avançava a exploração dos melhores depósitos, ficando apenas de maneira restrita adaptadas às condições orográficas do terreno. As estradas secundárias em parte são bastante íngremes enquanto as estradas principais, ao contrário, evitam os declives muito acentuados. Em virtude disso o traçado urbano de Ouro Prêto não obedece ao modêlo do tabuleiro de xadrez, como é o caso na maioria das cidades brasileiras, mas o povoado cresceu, desde a sua fundação, segundo um ponto de vista especial. Mas, enquanto no Rio de Janeiro e São Paulo antigos as condições orográficas determinaram o local das primeiras casas, no caso de Ouro Prêto estas condições ficaram em plano secundário. Primordial era, em primeira linha, a situação favorável em relação à mina como núcleo funcional de um lado e, de outro lado, em relação à estrada morro abaixo e em direção a Burnier.

As casas no centro da cidade estão comprimidas em fachadas unidas. Na sua parte posterior, afastadas da estrada, há jardins bem tratados com árvores frutíferas e plantas ornamentais. As construções são de taipa, as mais recentes de tijolos, geralmente caiadas e cobertas com telhas de canal. De maneira sumária podem-se distinguir dois tipos de casas. No centro da cidade alinham-se lado a lado, construções de dois pavimentos de aspecto vistoso. O pavimento térreo é ocupado quase inteiramente desde a rés-do-chão até o teto pelas portas e janelas com pouco espaço entre si. O pavimento superior é cercado por um balcão estreito acompanhando tôda a fachada e, atrás do mesmo, aparecem as janelas altas como as do pavimento térreo, porém, mais subdivididas e terminadas superiormente por obras de estucaria. O telhado sobressai 1-2 metros formando alguns escalonamentos para cima e termina num frontão paralelo à fachada. Estas evidentemente eram as residências dos burgueses ricos do período de abastança. Elas lembram muito as construções semelhantes nos bairros mais antigos de Lisboa tendo, portanto, ligações tradicionais. Sem dúvida o aspecto exterior nem sempre satisfatório de conservação das mesmas demonstra que aos diferentes moradores não parece ser muito fácil angariar os meios necessários à sua subsistência e, com isso, demonstra-se também que estas casas não

correspondem à situação atual, mas que são relíquias de um século que assistiu a um florescimento e bem-estar econômico. Não longe dêstes bairros há outras casas que de preferência emolduram as íngremes ruas transversais, denotando no todo o mesmo estilo de construção, mas que são mais estreitas e mais baixas. Estas são moradias dos mineradores. Também hoje em dia são ocupadas por trabalhadores, algumas se encontram vazias, prestes a desmoronar, comprovando igualmente a modificação desfavorável na intensidade econômica. O mesmo demonstram de maneira impressionante as igrejas. Segundo Tschudi já em 1862 eram 18 (35, p. 33) e o mapa topográfico de 1928 assinala o mesmo número. A maioria das mesmas possui duas tôrres e são de beleza artística digna de reparo. Sendo construídas segundo o estilo barroco português também demonstram com isso fortes traços ligados à tradição. Em algumas foram construídas, em anexo, posteriormente as residências paroquiais. O número destas igrejas e o seu estilo demonstram que foram construídas numa época de bem-estar econômico. Mas poucas destas construções sacras ainda são utilizadas atualmente. Muitas estão vazias e quase não são mais cuidadas, apresentando estado de conservação pouco satisfatório.

Assim, já o aspecto exterior de Ouro Prêto demonstra que a cidade outrora foi um importante centro e que os seus antigos moradores dispunham de fôrças culturais notáveis para aquela época. Isto foi no século XVIII, quando os rendimentos elevados das minas atraíam sempre mais pessoas e a cidade tinha o pomposo nome de Vila Rica de Ouro Prêto. Quando Minas Gerais se tornou estado independente em 1720, naturalmente Ouro Prêto foi escolhida para capital, mais uma prova de que a mesma representava o centro de gravidade do jovem estado. Era lá que começava a estrada do ouro e dos escravos, que, desde 1710, passando por Burnier e a soleira de Barbacena, levava para o Rio de Janeiro, ligando assim entre si as mais importantes cidades do Brasil de então. E na praça da Independência em Ouro Prêto o monumento a Tiradentes lembra as épocas agitadas de 1789, quando se ansiava ali pela separação do Brasil do reino de Portugal.

Esta perda de importância atesta também os decréscimos verificados no número da população. Após a fundação em 1669 a população aumentou ràpidamente mantendo-se por cem anos por volta de 8-12 000 habitantes. Em 1818 ainda eram 8 500 (33, p. 337), em 1862 6 000 (35, p. 33). Atualmente são novamente cêrca de 8 000. O decréscimo começou já em fins do século XVIII e, segundo opinião de Eschwege, não por falta de ouro mas em virtude dos métodos de trabalho muito primitivos. Na exploração desenfreada tinham-se esgotado apenas os depósitos mais ricos, deixando geralmente o trabalho inteiramente entregue aos escravos e não acompanhando sistemàticamente os filões. Muito depósito aproveitável foi por isso coberto de cascalho tornando-se por isso atualmente difícil de encontrar. Para a decadência contribuiu outrossim a constante elevação do preço dos escravos (35, p. 21). A expressão máxima dêste retrocesso foi quando Ouro Prêto, em 1897, teve que ceder a primazia de capital do estado à mais nova, mas em muitos pontos mais bem servida, cidade de Belo Horizonte.

Além da administração local deixou-se em Ouro Prêto a Escola de Minas oficial, para impedir assim, em parte, a marcha assustadora com que a mesma caminhava para o destino de uma paisagem fantasma. As obras de arte atraem forasteiros. Garimpeiros isolados procuram ainda se manter e num círculo de 70 quilômetros encontram-se ainda cêrca de 5 000, onde na época florescente eram 10 000. Além disso, de alguns anos para cá, promove-se a exploração de outros recursos minerais que abundam na região. Os minérios de ferro entram em grande porcentagem na composição das cadeias de serras locais e, além do ferro, exploram-se terras corantes e já foram verificadas ocorrências de sulfato de barita, bauxita, pirita, manganês, topázio e cinábrio (10, p. 71). Em 1941 encontrava-se em construção uma fábrica de alumínio. Mas, apesar de tudo, continuam a se fazer sentir os já comentados fatôres negativos e, além disso, há falta de energia, de maquinaria, de estradas de ferro e de rodagem eficientes e até de mão de obra. A estrada de ferro, que aliás já alcança Ouro Prêto desde 1888, tem apenas bitola de um metro, um leito inseguro e declividades muito fortes. Isto são deficiências que podem ser sanadas com o correr do tempo. É verdade que Ouro Prêto nos últimos anos refez-se um pouco e o ponto crítico da crise parece ter sido superado, mas, nunca mais, poderá re-

assumir no quadro administrativo de Minas Gerais a posição privilegiada que já gozou.

Também como paisagem agrária os arredores de Ouro Prêto dificilmente chegarão a uma situação de destaque. Já no período magno a agricultura desta região era apenas um subsídio à atividade de mineração. Procurou-se obter para os garimpeiros um abastecimento local mas as necessidades superavam sempre de longe a produção e tornava-se necessário trazer suprimentos de gêneros de outras partes, ou seja, das regiões vizinhas à região central.

Ouro Prêto, em suma, é uma relíquia de épocas passadas levando uma vida modesta. Ruas e casario, a vestimenta da povoação, estão moldados segundo os princípios da época e por isso atualmente em desproporção com a situação real. Muitas ruas atualmente servem, quando muito, como caminhos de pedestres. O capim cresce livremente nas mesmas e cavalos, bois e gado miúdo procuram ali o seu alimento. A estação no fundo do vale permaneceu como uma estação de cidade pequena; o tráfego e o movimento de carga mantiveram-se dentro de limites restritos e em tôrno da estação não logrou se formar um bairro ferroviário como apêndice da cidade situada mais ao alto. Durante o dia as ruas quedam quietas, sendo que nas primeiras horas da tarde quase desertas e sòmente à noite os moradores abandonam as suas casas e postam-se, como é peculiar de tôdas as cidades brasileiras, em grupos a conversar.

A paisagem de Ouro Prêto é uma característica paisagem *de mineração de ouro*. Outros representantes dêste tipo de paisagem são: Mariana (9 quilômetros a leste de Ouro Prêto), Sabará (15 quilômetros a leste de Belo Horizonte), Caeté (13 quilômetros a leste de Sabará) e ainda, fora da região central, Diamantina e São João d'El Rei, para citar apenas as mais importantes. Tôdas, entretanto, não lograram alcançar a importância de Ouro Prêto. Apenas Mariana possui entre êstes centros ainda hoje um local de exploração de ouro. É a Mina da Passagem, que desde 1729 fornece ouro. As demais em parte decaíram da mesma forma que Ouro Prêto, ou, em parte, lograram manter uma certa posição mediante a adoção de outros recursos.

Além das citada minas de ouro havia ainda na região central um grande número de outras menos importantes em tôrno das quais não se constituíram cidades. Com a queda da produção foram as mesmas abandonadas e sòmente as encostas revolvidas, as galerias desmoronadas e as construções de pedra abandonadas, ficaram como vestígios das mesmas.

A paisagem de mineração de ouro fundamenta-se em fôrças intrínsecas. Estas de sua preexistência latente foram transformadas em energias construtoras da paisagem, ao tempo em que, por motivos econômicos especiais, se dava, fora de Minas Gerais, a libertação de muitos braços ativos. O estágio inicial promissor da primeira metade do século XVIII atraiu mais mão de obra do nordeste do Brasil. O estágio culminante era atingido por volta de 1750, quando as minas já tinham ultrapassado a sua produção máxima mas mantinham-se ainda em franca produção e, ao mesmo tempo, a agricultura subsidiária nos vales e estradas de ligação já tinha alcançado um estado de desenvolvimento que garantia a subsistência da população. O estágio de decadência, finalmente, começou com o forte decréscimo da produção e o concomitante encarecimento do custo de vida, acelerando-se quando, a partir de 1850, as novas plantações de café de São Paulo começaram a atrair os trabalhadores com salários compensadores. A causa local e a influência remota a partir do estado vizinho, manifestavam-se no mesmo sentido.

À semelhança da paisagem do garimpo a paisagem da mineração de ouro talvez possa ser novamente reativada graças aos recursos da técnica moderna. Especialistas estudam estas possibilidades. Em Ouro Prêto e suas imediações, por exemplo, foram recentemente examinadas 350 antigas minas de ouro. Ao secamento, limpeza e desobstrução de antigas galerias, seguiram-se minuciosos estudos geológicos, análises de rochas e levantamentos topográficos, além de que novas perfurações forneceram mais matéria para análise. Em condições favoráveis do mercado universal não se hesitará em recomeçar a exploração das melhores jazidas (27, p. 4) Ao estágio decadente se continuaria então um novo estágio de desenvolvimento e com isso um novo ciclo de desenvolvimento da paisagem de mineração de ouro.

As minas de ouro

Das duas minas que ainda se mantêm em funcionamento (Morro Velho e Passagem), a primeira é bem mais importante que a segunda. Morro Velho é um empreendimento em grandes proporções. Da mesma forma que as minas de Ouro Prêto êste empreendimento determina também o caráter local da paisagem, mas, embora baseada nos mesmos minérios, esta paisagem de minas é inteiramente diferente e uma comparação entre as duas mostra claramente que um método de exploração moderno, para uma mesma finalidade, condiciona uma paisagem diferente.

Nova Lima, a cidade que se formou em tôrno das usinas, é, da mesma maneira que Ouro Prêto, afastada das vias de comunicação mais importantes, embora em menor grau. Ela localiza-se no interior do grande quadrilátero da região central, no âmbito da estrada de ferro local Lafaiete-Burnier-Sabará. Em Raposos, a última estação ao sul de Sabará, entra-se por um vale lateral, vindo de oeste, subindo 50 metros para, então, depois de 3,5 quilômetros, atingir a depressão montanhosa de Nova Lima. Na encosta dos fundos desta depressão continua para noroeste a serra do Curral e no seu lado oposto, a 10 quilômetros em linha reta, para noroeste, fica a capital Belo Horizonte.

As encostas que formam êste panelão se elevam atrás de Nova Lima sempre mais íngremes, com uma inclinação de 15° até 1 200 metros, de maneira que o seu vértice superior se eleva 400 metros acima do fundo da depressão. Em Nova Lima eleva-se o Morro Velho do qual partem, primeiro com uma inclinação de 45° e depois tornando-se mais suaves até 16°, em direção noroeste, as duas camadas de depósitos auríferos. Os filões são constituídos de quartzo, minerais de arsênico e de magnetita, pirita e outros minerais (11, p. 109). Até 1938 a mina tinha atingido uma profundidade de 2 453 metros, com o que Morro Velho se conta entre as minas mais profundas do mundo. Em 1834 a Companhia, fundada com capitais inglêses, adquiria a mina de um proprietário particular que a tinha explorado apenas superficialmente. O desenvolvimento até a situação atual foi temporàriamente interrompido por duas catástrofes: um incêndio e uma grande explosão.

A mina com as suas instalações é a dominante paisagística da depressão de Nova Lima. As diversas instalações técnicas estão abrigadas em construções de madeira de um ou de dois pavimentos, irregularmente dispostas no terreno. Em parte, também, fôlhas de zinco são empregadas como material de construção ou na cobertura das fachadas. Por poços e galerias de muitos quilômetros de comprimento a rocha aurífera é trazida em vagonetes à luz do dia, sendo encaminhada então por planos inclinados e mesas de distribuição para as instalações de beneficiamento. Um cabo aéreo traz ainda, em caçambas, mais material de uma mina secundária a 4,5 quilômetros de distância, passando por sôbre as colinas que emolduram a depressão a nordeste. O material que vem das minas em fragmentos do tamanho de um punho ou de uma cabeça, é enviado às casas de pilões onde, após várias manipulações, é cada vez mais fragmentado. Mulheres postadas diante de uma esteira rolante eliminam os fragmentos de material estranho. Finalmente, o minério é pulverizado e com isso parte do ouro já é libertado. Nas casas de lavagem o minério assim preparado é escorrido com água sôbre tábuas sulcadas e sôbre panos estendidos, no que uma parte do ouro fica retido nos sulcos e nas malhas do tecido. Com mais algumas operações, separando o material mais ou menos concentrado, obtém-se finalmente a maior parte do ouro disponível que pode ser fundido. O restante sofre então um tratamento químico. Em construções especiais, em tanques de diferentes dimensões, com o emprêgo de compostos de cianureto, nitrato de chumbo, lâminas de zinco, ácido sulfúrico e cloro, obtém-se finalmente o restante do ouro e os subprodutos arsênico e prata. Diàriamente 1 000 toneladas de minério preparado fornecem 10 quilos de ouro, 2 de prata e 565 quilos de arsênico. Num pavilhão especial da fábrica 3 400 metros cúbicos de ar por minuto são esfriados até 4°, sendo levados por canalizações especiais até o fundo da mina onde reduzem a temperatura ambiente de 68° para 42°. Sôbre as colinas próximas há pequenos barracões de madeira que abrigam as instalações de ventilação. Ao todo trabalham na mina 6 600 operários, sendo que metade dêste número no interior da mesma. A par de uma usina elétrica Morro Velho possui também uma instalação termoelétrica. Os trilhos que formam a rêde entre as diferen-

tes dependências da mina, terminam todos na estrada de ligação que, através do vale lateral, leva a Raposos, alcançando ali a estrada de ferro estadual. Os edifícios da administração e as moradias dos funcionários ficam nas proximidades sob a proteção de um parque.

O operariado em grande parte mora em Nova Lima. O povoado que se limita com a área da usina, é barulhento e amontoado e suas casas não têm o estilo tradicional como as de Ouro Prêto. Várias estradas irradiam-se para diferentes regiões e entre elas uma para Belo Horizonte, passando pela serra do Curral, sendo que na mesma o intenso movimento de veículos e de pedestres é um testemunho da atividade econômica reinante. Em diferentes locais das imediações acumulam-se os resíduos da mina, em parte ainda expostos mas em parte já cobertos pela vegetação. Assim resulta no todo o aspecto de um centro industrial ativo de uma característica *paisagem de minas de ouro*. Encontra-se a mesma em tôda a plenitude econômica.

A região circunvizinha tem o aspecto semelhante ao das demais regiões da região central. Nos primórdios da colonização, quando Nova Lima ainda era uma região remota, provàvelmente havia ali matas, pelo menos nas áreas mais favorecidas. Mas, como em tôda parte, a madeira também aqui foi destruída para o consumo doméstico e, principalmente, para as fundições de ouro e de ferro e de um reflorestamento ninguém cogitava. Assim, apenas uma vegetação arbustiva, sem grande valor, emoldura as estradas e os caminhos e sobe, em parte, pelas encostas acima. Sòmente em algumas áreas restritas, especialmente favorecidas, do fundo do vale, há algumas glebas agrìcolamente utilizadas. De uma atividade agrícola intensiva, abrangendo áreas consideráveis, não é o caso. Garimpeiros e mineradores, já desde o princípio, abasteciam-se de produtos trazidos de outras partes.

Abstração feita da destruição da mata, a influência espacial da mina de ouro é de âmbito bem mais restrito que aquela da região de mineração. Enquanto nas imediações de Ouro Prêto a influência das minas na paisagem cultural se expressa na forma de escavações nas encostas, fossos, galerias e construções arruinadas, no caso da mina profunda de Morro Velho esta influência se limita às imediações mais próximas da mina. A mineração a céu aberto age espacialmente e deixa para trás, após a sua extinção, uma extensa paisagem de ruínas; a mineração em galerias, ao contrário, tem a sua influência limitada às imediações da entrada das mesmas, mas em compensação é cronològicamente mais constante. Schultze (32) chamou a atenção para estas peculiaridades das minas de profundidade.

A garimpagem nos córregos e rios e o trabalho nas numerosas minas da região central dando margem a consideráveis lucros individuais, grande parte do resultado obtido ficava na própria região. Isto se exteriorizava nas construções de moradias e igrejas, como, por exemplo, na agora adormecida Ouro Prêto. Onde, entretanto, em trabalho coletivo, em minas de grandes proporções produz-se para companhias estrangeiras, que levam os rendimentos para outras regiões ou mesmo para o exterior, o quadro local molda-se sob esta forma de economia diferente num outro sentido. Morro Velho é uma prova concludente disso. Lá a capacidade de trabalho aplicada ao máximo num empreendimento de organização rígida, criou uma paisagem mineradora que se assemelha àquelas do Velho Mundo. Ela é um elo do conjunto econômico mais amplo do Estado brasileiro, ao qual tem de ser entregue o ouro extraído, e mesmo apenas um elo na corrente de produtores mundiais de ouro. Apenas o elemento valioso fundamental, o ouro, está ligado ao local de obtenção — Nova Lima; as instalações baseadas sôbre o mesmo juntamente com a povoação anexa são um componente da economia mundial e, com isso, também um elemento de uma paisagem cultural bem mais difundida e de grau superior.

O ferro — Fundamentos e evolução

Um outro elemento estrutural importante da paisagem cultural é o minério de ferro. As suas ocorrências abundantes e ricas, da mesma forma que o ouro, conferiram a determinadas áreas da região central uma tendência especial de desenvolvimento que ainda hoje prevalece, logrando mesmo relegar a um plano inferior a importância da exploração do ouro. Nos seus depósitos de minério de

ferro Minas Gerais encerra um potencial que futuramente na economia mineral do Brasil será indubitàvelmente dominante.

Os minérios de ferro são uma importante parte constituinte da série de Minas. Eschwege deu à rocha matriz o nome de "itabirito". Como tôdas as rochas da série de Minas também esta é sedimentar e fortemente metamorfizada em chistos cristalinos. A *facies* mostra tôdas as transições desde a hematita rica e dura, com diferentes fortes intromissões quartzíticas, ou às vêzes também argilosas, até as areias ferruginosas sôltas. Êstes minérios friáveis chamam-se também "jacutinga" e, linhas atrás, já referimos que podem conter ouro. Há também fragmentos de itabirito cimentados por minério de ferro, formando crostas de vários metros de espessura, em grandes extensões no tôpo de morros e sôbre antigos taludes. Estas camadas de canga, com os seus bordos limitados por encostas verticais, condicionam formas morfológicas especiais que se destacam claramente na paisagem.

Em virtude da ampla difusão da série de Minas em tôda a região central, os minérios de ferro ocorrem na mesma quase em tôda parte, tanto nas camadas localizadas no alto, como na forma de jacutinga e de canga nas partes baixas e de meia encosta. Os melhores e mais duros itabiritos constituem também as cadeias mais elevadas. Numa espessura de várias centenas de metros elas se elevam abruptamente, constituindo as já mencionadas encostas íngremes cujo sopé se encontra coberto de canga. Do aspecto peculiar do relêvo é que foi tomada também a denominação de "itabirito". Na língua tupi *ita* é pedra e *bir* íngreme. Isto se aplica, por exemplo, ao pico de Itabira de 1 560 metros, 13 quilômetros a leste de Itabirito (antiga Itabira do Campo), no interior da região central, além disso ao pico de Cauê, próximo a Itabira do Mato Dentro, ao pico de Conceição e a outro morro de minério. Os mesmos são constituídos de hematita com cêrca de 65% de ferro, chegando mesmo no pico de Itabira a atingir em alguns locais uma porcentagem de 75% (12, p. 43; 17, p. 21).

A grande vantagem dêstes minérios reside no fato de poderem ser explorados a céu descoberto e estarem reunidos numa área relativamente pequena. As estimativas dêstes depósitos variam de 7 milhões de toneladas (12, p. 43) até 20 mil milhões de toneladas (17, p. 20). Numa região compreendida por um quadrado de um grau de lado encontram-se 10 mil milhões de toneladas de pelo menos 60% de ferro (28, p. 3).

A descoberta dos minérios de ferro de Minas Gerais data do tempo das primeiras bandeiras. Os paulistas já conheciam os métodos primitivos de fundição na sua terra onde, em Sorocaba, por volta de 1590, já era obtido ferro em pequenas quantidades (1, p. 47). Aos conquistadores os morros de ferro por certo chamaram a atenção, ainda mais que, nas suas penetrações, freqüentemente tinham que passar por sôbre os mesmos e o minério na sua forma mais pura assemelha-se muito ao aço. Bons auxiliares e mestres de fundição foram nas primeiras forjas os escravos africanos, fato que Eschwege comprova várias vêzes. A exploração sistemática do ferro começou na região central sòmente por volta de 1800, mais tarde, portanto, do que em outras regiões do Brasil (7, p. 234). Em 1809 o govêrno mandava instalar no morro de Gaspar Soares, na serra de mesmo nome, uma fundição de ferro (35, p. 12), que não logrou êxito, entretanto, e desde há muito tempo se acha em inatividade. Por volta de 1811 já eram forjadas em numerosas fundições providas de foles manuais, ferramentas para a mineração de ouro e para a agricultura e em Itabira do Mato Dentro já havia mesmo um empreendimento desta natureza que possuía um fole movido a roda d'água (8, p. 515). Um ano mais tarde Eschwege construía próximo a Congonhas do Campo a Fundição do Prato, próximo a um depósito de ferro de magnetita. Em 1827 se dava a fundação das usinas siderúrgicas de Monlevade, 70 quilômetros a leste de Sabará, onde atualmente se encontram as maiores instalações dêste ramo de indústria. Por volta de 1860 havia já 120 pequenas fundições. Vários altos fornos foram montados, em 1888 em Itabirito, 1893 em Burnier, 1920 em Sabará e 1937 em Monlevade. Com isso se desenvolviam pouco a pouco ao lado das numerosas pequenas fundições, empreendimentos maiores. Embora os mesmos não cheguem em tamanho a se igualar às usinas da Europa ou da América do Norte, não deixam entretanto de apresentar consideráveis dimensões. Elas fornecem ferro gusa, canos e, em laminarias, confeccionam-se trilhos e arames. A fabricação de aço, por sua vez, desenvolve-se ràpidamente e as condições impostas pela guerra naturalmente contribuem muito para o

desenvolvimento dêste ramo de produção. Na usina de Monlevade foi inaugurado em junho de 1942 o terceiro alto forno, em meados de 1943 o quarto e, além disso, entrou em funcionamento um quarto forno de redução de aço (7 de dezembro de 1943). O Departamento Estatístico menciona para 1932 quatro e para 1939 dez usinas siderúrgicas em Minas Gerais com, respectivamente, 1438 e 5 721 trabalhadores, com as seguintes cifras de produção (39):

	Ferro gusa	Aço	Laminado	Tubos	Diversos	Total
1932	28 809	26 013	21 576	3 200	261	79 859 toneladas
1939	143 604	59 901	40 787	3 706	15 007	263 005 toneladas

Da produção dêste ano 50% do ferro gusa e 100% do aço e do ferro laminado são oriundos da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. A produção total dêste grupo liderante atingiu 175 540 toneladas, ou seja, dois terços da produção total do estado.

As forjas e as casas de fundição

Já as primitivas fundições de ferro, espalhadas isoladamente sôbre a região central, conferiam à paisagem da mesma traços característicos. A obtenção do minério é semelhante à das minas de ouro e as casas de fundição são simples construções de madeira que abrigam os fornos. Um canal conduz água para as rodas que acionam os foles e martelos mecânicos. Completam o quadro algumas dependências accessórias da administração e guarda de utensílios e, geralmente, há também algumas fileiras de casas para o operariado. Segundo o plano da casa de fundição do Prato (8, p. 509) também ficavam na área da usina as casas dos escravos e êstes, bem como os demais operários, dispunham nas proximidades de terras para lavoura. Êste é o quadro da *paisagem das casas de fundição.*

Nos últimos decênios houve um constante desaparecimento das pequenas casas de fundição em benefício de poucas, mas em compensação maiores, mais modernas e, por isso mesmo, mais produtivas usinas siderúrgicas. Os seus altos fornos na verdade são relativamente pequenos porque, tendo de funcionar com carvão de lenha que sendo frágil não suporta fortes compressões, não podem receber camadas de minério tão altas como no caso do emprêgo de carvão de pedra mais maciço como meio de redução. As usinas de preferência alinham-se ao longo das estradas de ferro o que certamente está relacionado com as condições mais favoráveis de transporte. Centros importantes são: Lafaiete, Burnier, Itabirito, Sabará em uma e Caeté, Santa Bárbara e Monlevade na outra estrada de ferro. Em relação a estas minas, as demais, que ficam afastadas da estrada de ferro, perdem em importância. A rica região de minério de ferro de Itabira do Mato Dentro, por exemplo, não deixa de sofrer um desenvolvimento constante, mas, sem dúvida, bem mais lento que o daquelas. Uma ligação à rêde ferroviária acarretaria ali um forte impulso.

As localidades acima mencionadas são típicas *paisagens de usinas siderúrgicas.* As minas de ferro próximas ou pouco afastadas, as chaminés fumegantes, as instalações industriais nas quais parcialmente podem ser reconhecidos os altos fornos incandescentes, os montes de carvão de lenha e de escórias, fazem parte da mesma, bem como as fileiras de casas de operários, as estradas e caminhos convergentes, as pontas de trilhos e a movimentada estação de estrada de ferro. O barulho dos pilões trepidantes enche o ar e, durante a noite, de vez em quando sobem labaredas visíveis através das construções semi-abertas. Em Sabará principalmente a intensa atividade destas usinas apresenta o maior contraste em relação ao sossêgo dos antigos bairros de mineração.

Mas, as paisagens de usinas siderúrgicas não se restringem aos centros de trabalho. Às usinas está ligada também na mais estreita relação funcional uma outra atividade que demonstra, no sentido mais amplo, quão intensamente a influência das usinas de ferro se faz sentir na estrutura e fisionomia da paisagem cultural. Trata-se da produção de carvão de lenha. Infelizmente Minas Gerais não possui o indispensável complemento de suas riquezas naturais: o carvão. E' verdade que há à disposição em Gandarela e Fonseca carvão terciário mas o seu poder calorífico é insuficiente. Carvão há além disso no sul do Brasil, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a uma distância em linha reta

de 1 200 quilômetros da região central. Mas também êste não é inteiramente satisfatório tendo emprêgo apenas como meio de redução e é tarefa do futuro colocá-lo mais eficientemente a serviço das usinas siderúrgicas. O carvão necessário às atividades das mesmas tinha, portanto, desde o princípio de ser obtido nos "balões", mas, se isto há cem anos atrás podia ser realizado nas imediações das fundições, atualmente os carvoeiros, com o constante recuo das matas, são obrigados a afastar-se cada vez mais dos centros de consumo. Uma devastação de pior espécie destruiu as magníficas matas num círculo cada vez mais amplo, inicialmente as matas em galeria e os capões existentes na própria região central e depois, em escala sempre crescente, as regiões florestais marginais que morriam de encontro à vertente leste da serra do Espinhaço. Sôbre a antiga distribuição das matas pode-se encontrar referências nas publicações antigas. Assim, escreve Eschwege que os garimpeiros que avaçaram de Mariana para Ouro Prêto tiveram que abrir caminho através de um sertão quase intransitável de rochedos e matas e lembra, além disso, que o topônimo Caeté na linguagem indígena significa uma região inteiramente coberta de matas, enquanto atualmente, são raras ali as ocorrências de mata (8 pp. 15, 17). Em Congonhas do Campo, no domínio das savanas, teria havido vales cobertos de matas e Spix e Martius verificaram que ao pé do Itacolomi, na região de Ouro Prêto, havia escuras matas (33, p. 329). Provàvelmente não eram as mesmas matas densas das serras litorâneas, mas uma floresta de altitude, menos densa e, por isso mesmo, mais fácil de derrubar e com uma capacidade de regeneração menor. Tôdas estas formações florestais desapareceram e foram substituídas por capim e formações arbustivas e mesmo em alguns trechos por uma paisagem montanhosa quase inteiramente nua, que mal lembra o aspecto da paisagem primitiva. A grande distância das usinas, em vales de difícil acesso, os carvoeiros levam uma vida nômade e miserável, vendo o valor de seu trabalho decrescer constantemente, uma vez que as despesas de transporte tomam cada vez maior pêso. A dificuldade de obtenção, resultante da destruição sistemática das matas e as distâncias cada vez maiores, chegaram hoje a tal ponto que forçaram a procura de novos caminhos na exploração do ferro.

A destruição da mata é sem dúvida a principal causa de que na região central, em muitos trechos, as encostas apresentam-se lavadas ou mesmo profundamente sulcadas pela ação da erosão. Em tôda parte é necessário manter uma verdadeira luta contra as "barrocas", nome dado aos profundos fossos da erosão. Naturalmente estas, como uma chaga, penetram mais profundamente onde a rocha viva está coberta por uma camada de decomposição consideràvelmente espêssa. Enquanto na parte inferior são relativamente estreitadas em funil, para cima alargam-se em amplos caldeirões. Freqüentemente estas ravinas têm comêço onde, após a derrubada, havia um caminho seguindo a linha de maior declive de uma encosta, ou mesmo uma cêrca pode com os seus moirões ser o agente ativador da erosão. Também a estrada de ferro é de diversas maneiras a causa da destruição, quando, por exemplo, um simples canal de drenagem das águas pluviais despeja durante a estação das chuvas consideráveis quantidades de água pela encosta abaixo. Também em pastos esgotados, principalmente nas imediações das habitações, as barrocas são freqüentes. Ravinas antigas mas ainda cobertas de matas, ao contrário, não demonstram estar tomadas de nenhuma alteração ativa. A natureza demonstra, portanto, também aqui como em qualquer parte, ao colono e explorador os erros que cometeu. Na estrada Burnier-Ouro Prêto muitas vêzes não se pode deixar de ter a impressão de que a devastação já atingiu tal desenvolvimento que grandes áreas estão condenadas a uma cabal destruição e dentro em pouco terão que ser inteiramente abandonadas. Caminhos e o leito da estrada de ferro, que passam pelo alto das encostas, muitas vêzes ficam ameaçadas de perder o apoio pelo constante avanço retrógrado destas ravinas. As regiões de chistos e as áreas de granito e gnaisse com espêssa camada de decomposição, bem como outras áreas desprovidas de vegetação, é que, com a alternância do período de chuva e de sêca, após a influência maléfica do homem, estão mais sujeitas a se tornarem regiões devastadas.

Êste fenômeno danoso não é entretanto apenas uma conseqüência do desflorestamento resultante da necessidade de carvão vegetal. Já há muito era consumida muita lenha para o uso doméstico e para as fundições de ouro e, em épocas mais recentes, pelas estradas de ferro. Também nas savanas das regiões mais altas o pastoreio excessivo e os caminhos contribuíram para destruir a co-

bertura campestre. Mas, a principal causa é, sem dúvida, a produção de carvão ligada às necessidades das usinas. Estas em primeira linha transformaram grandes áreas da região central em paisagens devastadas nas quais, então, a ação destrutiva natural continua ameaçadoramente.

Apenas grandes empreendimentos, como, por exemplo, estradas de ferro e usinas elétricas podem empreender um combate em grande escala contra êste perigo. Constroem-se canais cimentados pelo fundo das ravinas de erosão no intuito de impedir maior aprofundamento das mesmas. Canais semelhantes também são construídos por cima destas brechas, de maneira que a água é captada e impedida de continuar a sua ação destrutiva. Sólidos muros de arrimo construídos como reprêsas se destinam a tolher a devastação principalmente nas partes superiores. Em seguida plantam-se as encostas ameaçadas com capim limão que, com a sua forte trama de raízes, sustenta o solo. Também o bambu é aproveitado para isso. Importante seria naturalmente também o reflorestamento.

A serviço das fundições de ferro existe no Brasil montanhoso um meio de transporte característico: a tropa. Tropas são caravanas de muares que se prestam da melhor maneira para o transporte de qualquer carga (37, p. 1 465). Nas regiões mais planas do Brasil o carro de boi é a viatura tradicional, mas nas regiões montanhosas, com a sua precariedade em vias de comunicação e falta de cursos de água navegáveis, a tropa ainda é o melhor meio de transporte. Tropas de 50 até 80 animais não são raras. Elas trazem pesadas cargas através de grandes distâncias. Fábricas inteiras desmontadas já foram alhures acondicionadas no lombo de animais e levadas a centenas de quilômetros pela região montanhosa a dentro. Na frente vai geralmente um condutor e na retaguarda um tropeiro, ambos a cavalo ou igualmente montados em muares. Durante o dia são realizadas as marchas e de noite, num pouso cercado, os animais são descarregados, postos a pastar, enquanto se repousa. A usina de ferro talvez atualmente não fôsse possível sem a existência da tropa. Os carvoeiros carregam os seus animais na distante borda da mata com carvão e mandam-nos de volta sòzinhos pelo longo caminho que os leva, sem outros cuidados, através de montanhas, de caminhos estreitos à borda de despenhadeiros, sôbre pontilhões de rios e de riachos, seguramente até a usina. Todos levam focinheiras que os impedem de pastar pela beira dos caminhos, perdendo assim muito tempo. Tal transporte naturalmente é muito barato permitindo que as sempre crescentes distâncias entre o local de produção e de consumo do carvão, possam ser econômicamente vencidas. Utiliza-se também em escala crescente a mula no transporte de minérios ricos, de gêneros e de água e estas pacatas tropas, geralmente dispostas em extensa fila, são muitas vêzes, em grandes extensões, o único sinal de vida que se encontra na remota paisagem montanhesa.

É provável que numerosas usinas há muito teriam deixado de existir não fôsse a existência dêsse meio de transporte barato. As tropas são, portanto, um importante fator na atividade da usina e, com isso também, uma parte fundamental da paisagem das usinas da região central de Minas Gerais.

O volume da produção até agora atingido pela indústria do ferro é entretanto, em comparação com a riqueza dos depósitos de minérios, bastante modesto. O pêso dos fatôres desfavoráveis sempre impediu maior progresso nesse sentido. A redução do minério pelo carvão de lenha, em face das atuais possibilidades técnicas, é simplesmente irracional e, além disso, o carvão de lenha se torna cada vez mais caro e as despesas crescem dia a dia ultrapassando um limite econômicamente tolerável. Eschwege expressou a opinião de que apenas as casas de fundição pequenas tinham possibilidades de subsistir, abastecendo o estado de Minas Gerais de ferro, ao passo que grandes usinas não dariam lucro porque a importação de ferro manufaturado estrangeiro para abastecer o restante do país sairia mais barato (7, p. 242). Apesar disso entretanto procura-se, atualmente, pôr à disposição não só da própria região central mas de todo o país, as riquezas aí armazenadas. As dificuldades para esta realização, já assinaladas por Eschwege, ainda não foram entretanto solucionadas. Assim, por exemplo, o problema do transporte do ferro manufaturado, dos canos e do ferro laminado, para os centros de consumo afastados ainda não foi resolvido. As estradas de ferro existentes são a Estrada de Ferro Central do Brasil para o Rio de Janeiro e a Estrada de Ferro Vitória-Minas para o pôrto de Vitória no Espírito Santo. Esta última leva, através da região pouco povoada do vale do

rio Doce, diretamente ao mar, não passando, portanto, junto a mercados consumidores. A Central na verdade tem uma boa bitola de 1,60 metro de largura, mas, em compensação, um perfil longitudinal com declíveis muito acentuados. Em diversos trechos é constituída por uma linha única e ressente-se da falta de material rodante. O ferro importado para evitar concorrência tem de ser taxado com impostos elevados, medida que naturalmente prejudica o desenvolvimento de uma indústria de ferro fora do estado de Minas. Por isso tudo torna-se compreensível que as questões relativas à indústria manufatureira de ferro ocupem freqüentemente grandes espaços nos jornais.

A absoluta falta de carvão de pedra de um lado e de mercados consumidores com grande capacidade de absorção de outro têm como conseqüência que as usinas siderúrgicas existentes não podem aumentar a sua capacidade de produção. Desde que a sua produção seja suficiente para cobrir as necessidades do estado a sua finalidade natural está cumprida. O transporte do ferro para os demais estados não é lógico porque, primeiro teria que ser trazido o carvão através de longas distâncias que o encarecem e, depois, o ferro pronto teria que ser transportado de volta, muitas vêzes pelo mesmo caminho. Destas cogitações chegou-se à conclusão da única solução econômica do problema, cuja aplicação se pretende efetuar atualmente e qual seja a exportação de minério. Duas possibilidades existem então diante dos caminhos disponíveis: minério de alto teor seria levado da região central, através do vale do rio Doce, até a costa do Espírito Santo. Nas imediações do pôrto de Santa Cruz, que seria remodelado, far-se-ia a construção de uma usina onde cêrca da metade dêste minério seria transformado em ferro mediante o emprêgo de coque. A outra metade seria exportada para a Europa ou América do Norte e os navios trariam de volta o coque necessário ao consumo da usina local. Para realizar êsse plano a E. F. Vitória-Minas seria remodelada e eletrificada. Uma conseqüência secundária seria ainda que a região tropical do rio Doce, que abrange uma área de cêrca de 80 000 quilômetros quadrados, poderia com isso ser intensivamente colonizada. Atualmente esta região está ainda em grande parte coberta de matas e colonos pobres localizam-se ao longo dos rios ou da estrada de ferro, em derrubadas, flagelados pela malária, pelo tifo e por outras doenças. Êste é o plano de um grupo de interêsses estrangeiros (Itabira), que, sem dúvida, será realizado mais ou menos desta forma. Uma grande solução, atualmente quase realizada, trouxe a construção de uma grande siderurgia em Volta Redonda, no vale do Paraíba, mais ou menos no local onde as estradas de ferro Rio de Janeiro-Belo Horizonte e Rio de Janeiro-São Paulo se entrosam. Ali, no centro do chamado grande triângulo de metrópoles, há à disposição abundante energia hidroelétrica e boas vias de comunicação. A região central fornece o minério, São Paulo os principais compradores de ferro e o Rio de Janeiro o pôrto para o carvão importado e para a exportação dos artigos de ferro. Em 1943 foi inaugurada a usina que deverá abastecer com ferro e aço não só todo o Brasil, mas também grande parte do restante da América Latina. Além disso o seu desenvolvimento acarretará o surgimento de outras indústrias metalúrgicas e promoverá a instalação de novos ramos de indústria.

Com o entrosamento dêstes projetos os minérios de ferro da região central começam a desdobrar uma importante *influência remota.* Grandes usinas siderúrgicas no vale do Paraíba e na costa do Espírito Santo apóiam-se nos mesmos, aquela a 250 e estas a 300 quilômetros de distância dos centros de energia — as minas. E, nestes pontos remotos se desenvolvem ramos industriais secundários, ao longo das estradas de ferro melhoradas a colonização sofre um novo surto e aos centros carboníferos de além-mar abre-se um novo mercado de abastecimento.

Em compensação, entretanto, as influências diretas, na própria região central, perderão em importância. As minas de ferro já existentes e as que ainda se formarem aumentarão em dimensão e instalações de desmonte tècnicamente aperfeiçoadas, grandes instalações de beneficiamento, crescentes deposições de monturo, vilas operárias e edifícios da administração, formarão, no conjunto, uma moderna *paisagem de minas de ferro,* na qual a antiga dominante, a usina de ferro, perderá em importância. Rampas de distribuição e de carregamento selecionarão o minério de tal maneira que o de qualidade superior seguirá para a exportação, enquanto que o de teor médio será aproveitado nos altos fornos locais. Nas estradas de ferro um movimento intenso satisfará as crescentes ne-

cessidades. A rota do rio Doce naturalmente assumirá o encargo dos transportes da parte leste da região central, enquanto caberá à Central do Brasil a drenagem da parte central e sul.

A par disso permanecerão as usinas já existentes. A elas cabe a tarefa de cobrir as necessidades do estado de Minas Gerais, que se encontra em franco desenvolvimento, e possìvelmente mais tarde aquelas do nordeste do Brasil, principalmente da Bahia, através de vias de comunicação ferroviárias e fluviais melhoradas ao longo do rio São Francisco. Os vagões destinados ao transporte de minério terão que trazer no retôrno o carvão importado e nacional para o consumo destas usinas, uma vez que está imposta ao emprêgo do carvão de lenha uma limitação natural e econômica que em breve será atingida. Tropas e balões de carvão não mais farão parte, portanto, desta paisagem futura e sim a estrada de ferro e boas estradas de rodagem. Um planejamento racional compreenderia ainda medidas para o soerguimento das áreas agrícolas ameaçadas de extermínio, fomentando a agricultura como um complemento útil do empreendimento da mineração.

Com indústrias siderúrgicas no local de obtenção da matéria prima, outras a meio caminho entre o minério e o carvão em locais de baldeação ou nos centros de energia, o desenvolvimento econômico segue um sentido que encontra paralelos em outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte e na Europa. São fenômenos convergentes que se exteriorizam em regiões muito distantes umas das outras.

Um potencial econômico que jazia latente antes de se acenderem as primeiras forjas por volta de 1800, — o minério de ferro —, tornou-se, pela utilização das matas primárias, num fator dinâmico que levou ao desenvolvimento de uma paisagem cultural característica. Num estágio pioneiro constituíram-se pelo conjunto de minas, carvoarias e fundições de ferro as *paisagens de fundições de ferro,* distribuídas segundo pontos pela região central. Em posterior desenvolvimento espacial formaram-se, pela concentração das numerosas pequenas fundições primitivas em menos numerosas porém mais produtivas usinas, as *paisagens de usinas siderúrgicas,* deixando entre si, em virtude da destruição das matas e superutilização das savanas a *paisagem de devastação.* As usinas promoveram um novo acréscimo no volume da produção siderúrgica que, finalmente, levou a uma estagnação sem que no entanto o potencial econômico chegasse a ser plenamente utilizado. A exportação de minério, que atualmente se inicia, levará a um melhor aparelhamento das minas e pela atração de fôrça estranha, o carvão, à modernização das instalações existentes e, com isso, a um novo estágio de melhoramento, que, como já foi demonstrado, se expressará por novos traços introduzidos na paisagem cultural: a *paisagem das minas de ferro.* Numa tal visão do futuro naturalmente se deve levar em conta que novas constelações econômicas podem modificar o valor econômico do ferro e do carvão, podendo modificar com isso as tendências de desenvolvimento até então vigorantes.

O manganês

Entre as numerosas ocorrências de minérios na região central de Minas Gerais o minério de manganês também é importante. A procura dêste metal cresceu com o constante desenvolvimento da produção de aço, principalmente após o advento dos fornos elétricos. A primeira guerra mundial ocasionou uma grande procura de parte dos Estados Unidos da América do Norte. A esta época corresponde também o aproveitamento intensivo das numerosas minas de manganês e com isso êste minério tornou-se, em algumas regiões, um fator importante contribuindo para o modelamento da paisagem cultural.

O manganês encontra-se em combinação com minérios de ferro na série de Minas. Os maiores depósitos, calculados em 18 milhões de toneladas, localizam-se principalmente no domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil, gozando portanto de condições de transporte relativamente boas. A exportação de Minas atingiu em 1917 533 000 toneladas, decaindo constantemente entretanto após 1918, com o término da conjuntura resultante das condições de guerra, para alcançar em 1934 apenas ainda cêrca de 2 000 toneladas, voltando depois, em 1939, a 189 000 toneladas (38, p. 54).

As minas de manganês do centro de Minas mostram claramente como e em que escala o aumento e decréscimo de um ramo de produção podem se expressar na estrutura e na fisionomia da paisagem cultural. Além disso, neste caso, as diferentes fases de desenvolvimento não são subordinadas a condições locais, mas inteiramente pela situação internacional, ou seja, por fôrças alóctonas. Isto é demonstrado com clareza principalmente no município de Lafaiete (antigo Queluz) onde os outros ramos de atividade perdem em importância diante da exploração de manganês. A exploração começou aí em fins do século passado, aumentou muito durante a primeira guerra mundial para, logo após, cair ràpidamente em decadência até extinguir-se completamente em 1935 (34).

Lafaiete situa-se junto à Estrada de Ferro Central do Brasil, na região de colinas ao sul da serra de Ouro Branco. A região do manganês pode ser delimitada por uma área de cêrca de 20 por 20 quilômetros. Na sua parte oeste algumas colinas isoladas se elevam um pouco mais acentuadamente sôbre o nível geral de 1 000 metros, como o morro do Cocoruto com 1 200 metros e alto da Casa Grande na serra de Santo Amaro até 1 448 metros. Mais baixos são morros semelhantes a leste, como por exemplo, o morro da Mina com 1 150 metros.

Do ponto de vista geológico o substrato compõe-se principalmente de gnaisse arcaico, profundamente decomposto, enquanto nos morros se encontram restos da série de Minas, em cujos quartzitos ocorrem minérios de ferro e de manganês. Numa espessura de poucos metros existem tôdas as transições desde o itabirito rico em manganês até o minério de manganês rico em ferro. Da reserva primitivamente calculada em 10 milhões de toneladas, já cêrca de 3,2 milhões foram explorados. Na sua maior parte a exploração foi feita a céu descoberto, mas houve também a escavação de fossos verticais e de galerias horizontais, sendo que estas, na mina Paiva chegaram a atingir 354 metros de comprimento. O material retirado apresenta um teor de 45-52%, mas pode, em certos casos, mediante simples lavagem atingir êste valor. Das doze minas do município a do Morro da Mina era a mais rica. Em média produzia 1 000 toneladas por mês, chegando a atingir de certa feita 33 000 toneladas num mês. No mesmo morro, segundo consta, teria sido explorado também ouro (34; 11, p. 139-185).

O ano de maior atividade foi o de 1917. Na paisagem as minas eram centros de maior atividade. As encostas geralmente eram escavadas desde a margem do córrego até o seu tôpo, em parte fortemente desmontadas, divididas por imensos fossos e cercadas por crateras e montes de monturo, de tal maneira que finalmente o relêvo primitivo ficava fortemente alterado. Naturalmente com isso desaparecia também inteiramente o verdor das ervas e moitas que antes ali dominava. Esteiras rolantes e cabos aéreos levavam o material dos diferentes locais de desmonte para as instalações de lavagem e daí para os vagões da estrada de ferro. Nas imediações das minas localizavam-se as fileiras de casas de operários, sendo que sòmente no Morro da Mina havia 205 das mesmas. Junto destas apareciam ainda os edifícios da administração. A intensidade de trabalho era testemunhada também principalmente pelas estradas de ferro particulares da mina, que realizavam o transporte do minério até a linha da Estrada de Ferro Central do Brasil. As mesmas provam, por sua vez, que a exploração de manganês, desde o princípio, foi realizada inteiramente visando à exportação, porque, para a exploração do ferro não seriam construídas em idênticas condições estradas locais. A figura 4 mostra o traçado das linhas segundo o mapa de 1:100 000. Tôdas convergem para as estações principais do município, como seja, para Lafaiete, Bananeiras e Gajé, onde os vagões, por meio de rampas, baldeavam a sua carga de minério para os vagões da Central, que a levavam então diretamente para o cais do Rio de Janeiro. Como as minas eram exploradas por diferentes companhias as suas estradas de minério acusam diferentes bitolas, isto é, 0,60, 1,00 e 1,60 metro. Irregularmente espalhadas por entre as minas apareciam pequenas fazendas e plantações de tamanho médio, o único elemento paisagístico antigo, mas agora estranho nestas imediações. Êste é o quadro da *paisagem das minas de manganês*, conforme ficou representado no levantamento cartográfico de 1930. Desde então, entretanto, houve modificações. Muitos elementos da paisagem das minas de manganês correspondem àqueles das demais paisagens de minérios. Em tôdas aparecem minas, vilas de operários e instalações de beneficiamento. Além disso a paisagem das minas de manganês, que é inteiramente dirigida para a exportação, apresenta

como dominantes características as rampas de carregar minério e as linhas férreas. Onde, aliás, estas minas ficam na imediata proximidade da estrada de ferro principal, não necessitando assim de estradas particulares de ligação, as paisagens das minas de manganês assemelham-se inteiramente às demais paisagens de minas.

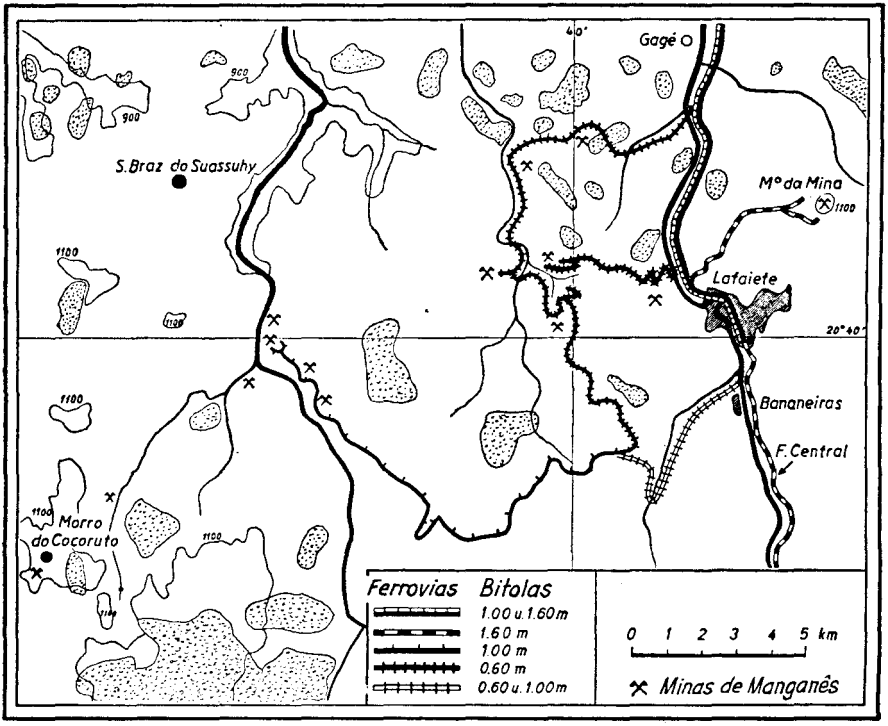


Fig. 4 — Paisagem das minas de manganês de Lafaiete. Escala apr. 1:217 000 (seg. 40).

A queda da produção e, finalmente, a suspensão das atividades das minas, por volta de 1935, trouxeram modificações fundamentais na paisagem. Os acima mencionados elementos funcionalmente básicos da paisagem cultural de 1917 perderam logo a sua razão de existir. O estágio de desenvolvimento passou diretamente para o estágio de decadência, sem que houvesse um período de equilíbrio (3, p. 420). Em alguns casos entretanto nota-se uma tendência à sobrevivência sendo que, ao lado das instalações abandonadas, permaneceram muitas dependências que, em parte, foram aproveitadas em outras finalidades. O relêvo artificialmente modificado das encostas naturalmente permanece, mas as ervas e moitas conquistam novamente os barrancos, apagando os antigos vestígios da destruição. Também os leitos das estradas de minério permaneceram mas os trilhos foram retirados e já se torna difícil acompanhar o antigo traçado, porque também aqui as ervas e arbustos tomaram lugar. Inalteradas permaneceram as propriedades agrícolas isoladas e os pastos de exploração extensiva. A paisagem das minas de manganês em tôrno de Lafaiete é, portanto, uma região na qual, como conseqüência da decadência, existem, ao lado de formas latentes que sobreviveram, formas inteiramente extintas (23, p. 137). Mas, é perfeitamente admissível e, infelizmente, não são de nosso conhecimento dados mais precisos a respeito, que as épocas mais recentes trouxeram novamente algumas formas de plena atividade, porque as necessidades decorrentes da segunda guerra mundial sem dúvida tornaram a elevar consideràvelmente a importância potencial dos depósitos de manganês do Brasil.

Nas outras regiões de exploração de manganês da região central, como em Burnier, Ouro Prêto, Itabirito, Nova Lima, Caeté, etc., as conseqüências dêste retrocesso catastrófico não foram tão drásticas porque as mesmas são parcialmente cobertas pelos elementos da exploração de ouro e ferro. Por intermédio de pesquisas locais em cada um dêstes centros mineradores, teria, através de uma análise minuciosa, de ser estabelecida a contribuição espacial, funcional e fisionômica na paisagem cultural, referente aos diferentes sentidos da produção.

A agricultura

A região central de Minas Gerais não é apropriada para uma utilização agrícola intensiva. Para tal faltam ali algumas premissas fundamentais. O clima, em virtude da altitude, é mais rude do que nas regiões vizinhas, o relêvo acidentado dificulta o trabalho, no que levam vantagem também as áreas vizinhas mais planas, a qualidade do solo deixa a desejar e as condições de transporte não são propícias para garantir o escoamento dos excedentes da produção. Diante do fato de que no estado de Minas Gerais existem outras áreas que se prestam melhor para as atividades agrícolas, o centro de gravidade econômico da região central residiu sempre na mineração e isto sem dúvida continuará sempre assim no futuro. Para o provimento de seu sustento a região central de Minas necessitará sempre de uma suplementação de gêneros e, assim, as outras partes do país funcionarão como paisagens complementares.

Mas esta situação nem sempre foi assim. Os primeiros garimpeiros do século XVIII, que se estabeleceram à margem dos rios e riachos, tinham que cuidar de seu próprio sustento. Êles plantavam nas imediações dos cursos de água, isto é, junto ao local de trabalho, tanto milho, mandioca, feijão, etc., quanto careciam para o seu consumo. Freqüentemente chegavam a passar fome porque, na confiança de alcançar ràpidamente grandes lucros, não tinham interêsse na instalação de uma agricultura bem fundamentada. Além disso, a necessidade de deslocar constantemente o local de trabalho impedia um trabalho de objetivo mais demorado. A desilusão e a miséria, também, forçaram a muitos dedicar-se inteiramente à agricultura e esta transformação tornou-se mais viável a partir da data em que a mineração, em lugar de restringir-se aos vales estreitos, passou a ser exercida também nas encostas e nas savanas dos chapadões e quando as minas de maior rendimento levaram à fundação de cidades como Ouro Prêto e Sabará, cuja população tinha de ser alimentada. Como a rêde de transportes ainda não tinha sido desenvolvida estas áreas de subsistência não podiam ficar localizadas a distâncias muito grandes das minas.

Uma antiga *paisagem agrícola*, funcionando como complemento da paisagem das minas, é a região de colinas entre a serra de Ouro Prêto e Itabirito. A partir da mesma o acesso e com isso as vias de abastecimento para os então mais importantes centros da região central, isto é, para Ouro Prêto e Sabará, é relativamente fácil. Há ali uma série de povoados (Amarante, Cachoeira do Campo, Casa Branca, etc.), constituídos por um agrupamento de casas em tôrno de uma igreja (4, p. 404). São tôdas pequenas propriedades de agricultores independentes, porque aos latifundiários naquela época não interessavam essas paisagens pobres de savanas, uma vez que, no sul de Minas e nas regiões vizinhas, havia à disposição áreas muito melhores. Ainda hoje são empreendimentos dedicados à policultura porque sòmente desta maneira podia ser garantida a produção de alimentos para a população de mineradores. A exportação não entrava em cogitação. Feijão, milho, mandioca e batatas são cultivados e uma criação extensiva fornece a desejada complementação de carne. A devastação e a idade das construções demonstram que esta agricultura está em decadência. Em tôda parte as barrocas rasgam feridas nas encostas, restringindo assim constantemente a área utilizável e demonstrando as conseqüências desastrosas da falta de trato dos solos superexplorados. A queima periódica das savanas, o constante pastoreio de solos não adubados de qualidade inferior e, aqui e acolá, o inteiro abandono por motivo da emigração dos proprietários, são fatôres que, no seu conjunto, enfraquecem os solos e os entregam inteiramente à destruição. Paisagens agrícolas semelhantes, mas espacialmente menos extensas, preenchem nos locais mais apropriados as áreas entre as diferentes paisagens de minas.

A decadência mais forte recai na época da queda da produção de ouro, portanto na segunda metade do século XVIII. Uma crise duradoura em um ramo de economia levou o outro a dificuldades e, assim, demonstra-se também, através dêste exemplo, o destino comum que envolve as paisagens interdependentes. Melhor fundamentada e por isso mesmo mais apta a resistir às crises é a agricultura nos extensos quadrantes do sudoeste de Minas, nas regiões do Sul e da Mata. Embora estas regiões a princípio também funcionassem como simples paisagens complementares das áreas de mineração, exatamente na época da crise, muita mão de obra emigrou para lá, garantindo à mesma um saudável desenvolvimento para as *paisagens de fazendas*,[1] de utilização intensiva e dirigidas para a exportação. Graças às regiões da Mata e do Sul, Minas Gerais é atualmente, em primeira linha, um estado agrícola que poderá assim suportar as eventuais crises da indústria de mineração. Alguns componentes isolados destas regiões naturalmente também se irradiam para a região central. Assim, são cultivados ali também, em alguns locais, café, cana de açúcar, algodão e fumo e em Itabirito e Ouro Prêto há pequenas fábricas de tecidos de algodão. Mas, êstes elementos paisagísticos tornam-se insignificantes diante dos outros mais importantes. Apenas em Belo Horizonte e seus arredores assumem maior pêso.

As áreas compreendidas entre as paisagens até aqui descritas são preenchidas por *paisagens de pastos*. Elas estendem-se principalmente por sôbre as antigas savanas interiores e surgiram também secundàriamente no local de antigos capões derrubados. Apenas as cristas mais salientes e as encosta demasiadamente íngremes dos vales permaneceram como paisagens não aproveitadas.

A capital Belo Horizonte

Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais, não cresceu, à semelhança do Rio de Janeiro e de São Paulo, lentamente com o desenvolvimento do estado, a partir de um núcleo antigo. A cidade existe apenas a partir de 1897 e foi construída segundo um plano preestabelecido, numa área escolhida como futuro centro do estado, com tal sentido de previdência que foram levadas em conta as tendências do desenvolvimento do mesmo que já se delineavam. O crescimento espantosamente rápido de Belo Horizonte para as condições brasileiras (o número de habitantes já ultrapassou 200 000) é um testemunho de que os fundadores raciocinaram e agiram com acêrto.

Numerosos são os motivos que levaram à construção de uma nova capital. Todos, porém, podem ser reduzidos a um denominador comum: o desenvolvimento e fortalecimento econômico do estado. Êste é expresso primeiramente pelo crescimento demográfico. Em 1852 havia 1 milhão, em 1870 dois, em 1905 quatro e em 1938 oito milhões de mineiros.[2] O constante melhoramento dos meios de comunicação fomentava o crescimento; a estrada de ferro e principalmente o automóvel, encurtavam as distâncias, davam acesso a povoações até então isoladas e incutiam ao comércio grandes impulsos, elevando com isso a produção e o consumo. A intensificação na exploração das riquezas minerais e a modernização das usinas existentes na região central agiram de maneira estimulante. Um impulso excepcionalmente forte deu, porém, à agricultura que, fora da região central, encontra-se num desenvolvimento promissor. Sôbre os seus resultados também já se baseia atualmente uma importante indústria, resultado do desenvolvimento de cêrca de três decênios, durante os quais êstes ramos de economia, à semelhança do estado vizinho de São Paulo sofreram um forte desenvolvimento.

Para fazer face às atribuições ligadas a estas tendências a velha capital Ouro Prêto tornava-se insuficiente. Ouro Prêto poderia talvez após a decadência das minas de ouro ter continuado como centro administrativo não fôsse a sua posição desfavorável em relação ao relêvo e comunicações ter dificultado

[1] No original "plantation", mas como não se trata no caso de verdadeiras "plantations" no sentido exato da palavra, preferimos a tradução para fazendas, o que corresponde à realidade. — N. do T.

[2] Provàvelmente uma estimativa exagerada do autor pois que nem mesmo pelo recenseamento de 1950 atinge oito milhões. — N. do T.

sobremaneira esta função. Também o fato de ter-se desenvolvido fortemente a agricultura fora da região central, a ponto de tornar-se o principal ramo econômico do estado, contribuiu para que Ouro Prêto não pudesse mais ser mantida no pôsto de capital do estado.

Onde porém deveria se localizar a nova capital? Na região central e, portanto, nas áreas mais elevadas de Minas Gerais fica o centro de gravidade da mineração e indústrias correlatas, enquanto nas regiões do sul, ao contrário, a agricultura é a mais desenvolvida porque encontra ali melhores solos e também melhores condições climáticas. Lá cresciam as mais pujantes florestas enquanto nas demais regiões a cobertura vegetal de campos e caatingas indicava a existência de condições desfavoráveis para a agricultura. Daí a maior produção de café, milho, arroz, feijão, fumo e cana de açúcar nos quadrantes do sudoeste e sudeste. Nesta região também a densidade de população e da rêde de comunicações é a maior. A principal via de acesso da região de mineração segue na direção do Rio de Janeiro através da zona agrícola. A mineração e a agricultura beneficiam-se assim mùtuamente graças às vias de comunicação em comum. A hipótese de fundar a nova capital no centro desta zona agrária, a partir da qual também seria possível administrar a região de mineração, poderia perfeitamente ser aventada. O fato de não se ter escolhido esta solução simplista demonstra a visão ampla das autoridades competentes na escolha. Estas consideraram, com razão, que o futuro estado de Minas Gerais também teria que se desenvolver nas demais regiões, nas quais atualmente o povoamento ainda é escasso e onde os solos, em geral, não são tão bons como no sul, mas onde, no que se refere à pecuária e à mineração ainda existem possibilidades latentes que se tornarão fôrças ativas logo que haja suficientes habitantes. As futuras vias de acesso ao longo do rio São Francisco para o norte e rio Doce para oeste alcançarão, sem dúvida, grande significação e a uma capital excêntricamente localizada ao sul estas bacias escapariam a sua esfera de influência, tendo outras cidades que assumir a função de foco econômico e, em parte também, administrativo e, com isso, teriam se desenvolvido livremente as tendências naturais de divergência condicionadas pelo relêvo, pondo em perigo inclusive a unidade estadual.

Diante dêsses raciocínios todos, a localização da capital e com isso também a *paisagem metropolitana* resultante fica delineada: nas cabeceiras das grandes bacias divergentes, portanto na região central, mas, ao mesmo tempo, em uma área cujas condições orográficas permitem um futuro crescimento da cidade e, finalmente, em um local que tècnicamente é favorável às comunicações. Uma área em tais condições foi encontrada no flanco norte da serra do Curral, onde um vale lateral do rio das Velhas, numa altitude de 900 metros, se alarga numa ampla bacia de recepção. Posteriormente o vale se estreita e lança o seu afluente a 10 quilômetros de distância no rio principal. Neste local privilegiado em relação a todo o estado de Minas Gerais já se encontrava desde a época colonial o pequeno povoado de Curral d'El Rei. Com exceção de sua velha igreja, localizada no centro, êste povoado desapareceu inteiramente (16, p. 250; 15).

O substrato da área urbana de Belo Horizonte constitui-se principalmente de gnaisse fortemente laterizado, ao passo que a parte sul da cidade toca nas camadas da série de Minas. Elas mergulham para sul e chistos argilosos, fortemente dobrados, em espessura considerável, formam uma região de pé de serra. As encostas íngremes para a serra do Curral formam os itabiritos que, finalmente, na parte superior são cobertos, em discordância, por uma camada de canga de 3 a 4 metros de espessura. Esta crosta, em parte, é horizontal quebrando então sùbitamente nos bordos e, em outras partes, está adaptada à inclinação das encostas. Na área da cidade o gnaisse aparece em pedreiras, como por exemplo, na rua para Santa Lúcia na parte norte; o itabirito aflora no parque da cidade e, ainda na jurisdição da mesma, o minério de manganês pode ser explorado e levado diretamente para a exportação (10, p. 231). Argilas acumuladas em depressões são utilizadas na fabricação de tijolos. Uma indústria desta natureza, por exemplo, ainda se encontrava em 1938 no bairro de Pasto, sendo sempre mais envolvida pela crescente onda de construções domiciliares. Os solos lateríticos, fàcilmente erodíveis, são sulcados perigosamente pela erosão nos barrancos das ruas e na proximidade de uma rua e de casas eu encontrei, por exemplo, no bairro de Cruzeiro, uma barroca profundamente entalhada, com paredes quase verticais de 10 metros de altura.

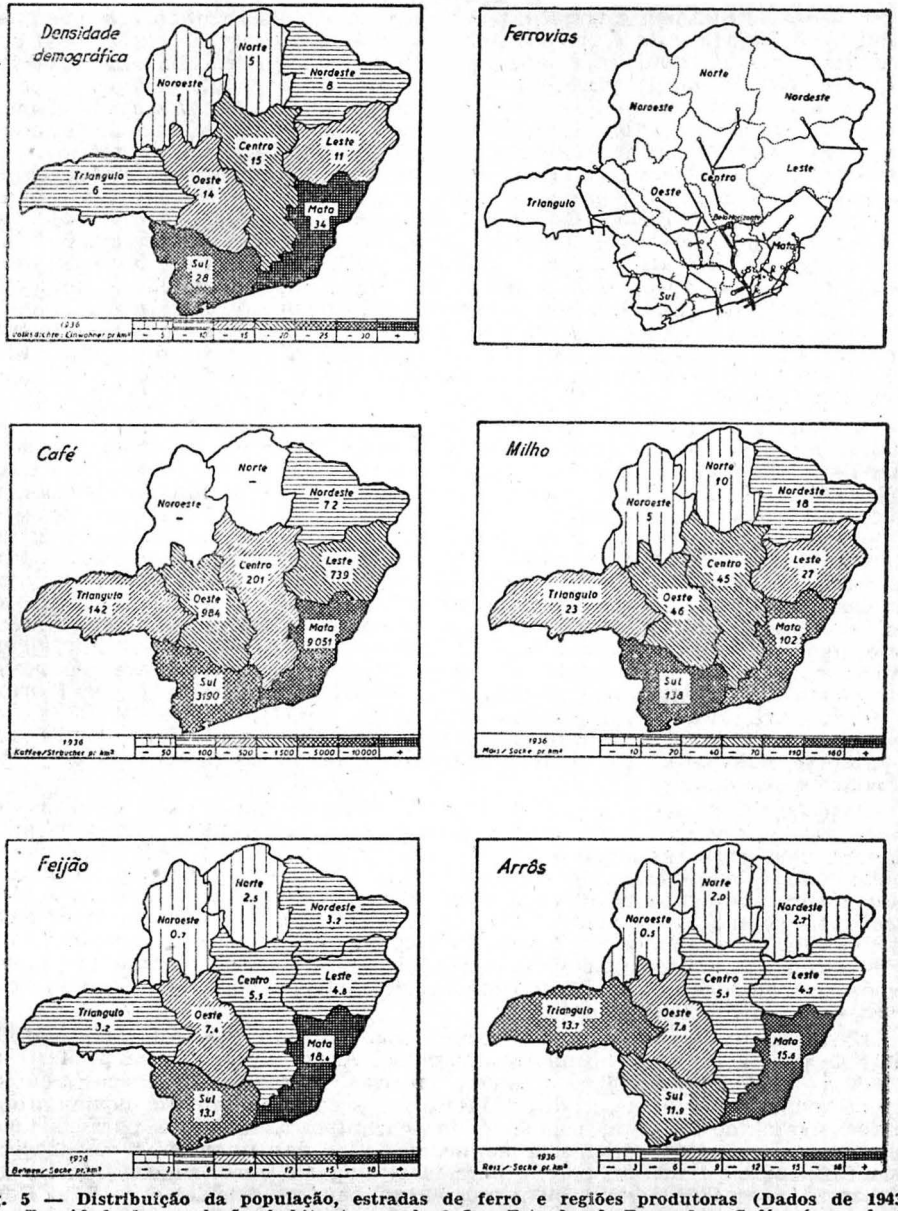


Fig. 5 — Distribuição da população, estradas de ferro e regiões produtoras (Dados de 1943) (1 — Densidade de população; habitantes por km². 2 — Estradas de Ferro. 3 — Café; pés por km². 4 — Milho; sacos por km². 5 — Feijão; sacos por km². 6 — Arroz; sacos por km²).

O traçado da cidade, conforme foi realizado pelo prévio planejamento, restringiu-se inicialmente ao âmbito de uma avenida circular de doze quilômetros de comprimento. Êle foi copiado da cidade argentina de La Plata. Um sistema de 20 por 30 ruas se corta segundo ângulos retos, de maneira que resultaram áreas de 120 por 120 metros subdivisíveis em cêrca de 24 lotes urbanos. O in-

conveniente tècnicamente condenável das comunicações segundo o esquema do tabuleiro de xadrez, isto é, a volta forçada quando o ponto de partida e o destino ficam em dois pontos da periferia da cidade opostos em diagonal, foi afastado pela construção de quatro largas avenidas em diagonal cortando a cidade de lado a lado. As ruas têm 20 metros de largura e as avenidas em diagonal e a circular 35 metros, sendo estas últimas fartamente arborizadas. Quebrando a monotonia há algumas praças amplas e parques com lagos ornamentais e, já por si, a largueza benfazeja das ruas e dos lotes distingue esta nova urbe em comparação com a estreiteza acabrunhante e a sobriedade das áreas centrais de outras grandes cidades. Êste plano urbanístico originalmente foi calculado para uma população de 500 000 habitantes. Hoje em dia, quando apenas metade dêste total foi atingido, já o primeiro anel perimetral foi ultrapassado e uma moldura de novos bairros exteriores, cada qual planejado segundo um esquema de tabuleiro de xadrez menos rígido, envolve a parte central conferindo-lhe a característica de núcleo da cidade. Isto porque a pretensão de cada morador desta jovem cidade é de possuir a sua moradia no centro de um jardim arborizado e, por êste motivo, a cidade cresceu muito mais do que era estimado no sentido lateral.

A maioria destas casas possui telhados de meia água e são construídas de tijolos. As mais antigas ainda são de construção de taipa mas novas construções dêste gênero são proibidas. A intenção é de soerguer a cidade com casas boas que não lhe dêem, por exemplo, como é o caso em muitas áreas coloniais novas, um aspecto de provisório. Mesmo no centro da cidade as construções de um a dois pavimentos são a regra e três ou mais pavimentos uma exceção. Algumas casas comerciais com dez ou mais andares surgiram apenas a título de reclame. Com isso é dado o aspecto característico da cidade: entre ruas amplas e numerosas, casas baixas no centro de amplos jardins e, no centro da cidade, sobressaindo sôbre as mesmas, alguns arranha-céus e uma série de edifícios públicos representativos, bancos, casas comerciais e hotéis. Em alguns bairros começa a se desenvolver vigorosamente uma indústria nova. A par de estabelecimentos têxteis, que manufaturam principalmente algodão, há fábricas de roupas, artigos de couro, gêneros alimentícios, etc. Muita coisa ainda está no comêço prometendo, entretanto, um rápido desenvolvimento e futuramente ainda absorverá muita mão de obra não treinada, recrutada principalmente entre os colonos desiludidos.

As estradas de ferro para leste e oeste acompanham o vale. As linhas de bonde irradiam de uma praça central para a periferia da cidade. Em tôda parte pulsa uma intensa atividade e sente-se que do que foi planejado resultou um centro vivo de um estado em franca evolução. No parque municipal bem cuidado surpreende agradàvelmente a beleza das flores, arbustos e árvores subtropicais. Na população chamam a atenção também aqui como em qualquer outra parte do Brasil, as numerosas pessoas de côr, negros e mestiços. Índios são raros e, da mesma forma, os japonêses que via de regra são encontrados nas outras regiões em qualquer parte. O movimento do mercado ou à noite nos passeios pelas ruas é vivo e buliçoso.

Naturalmente a nova cidade já exerce uma ação indireta cultural-geográfica sôbre as imediações mais ou menos afastadas. Assim, aparecem na periferia da cidade as residências simples e mesmo primitivas das pessoas de poucos recursos, a rêde rodoviária irradia-se para todos os lados com um intenso movimento de carros e caminhões, hortas bem cuidadas garantem as verduras para a cidade e pedreiras e olarias satisfazem as necessidades das numerosas construções. Esta influência estende-se, porém, para mais longe: o curso superior do rio das Velhas foi represado a mais ou menos 40 quilômetros a sudeste de Belo Horizonte, formando uma reprêsa de cêrca de dez quilômetros de comprimento, que se ramifica ainda pelos vales laterais. Ao pé da barragem de 80 metros de altura a usina hidroelétrica Rio das Pedras gera energia para Belo Horizonte. No período da sêca, entretanto, a produção da mesma não é suficiente e no perímetro urbano encontra-se ainda uma usina auxiliar movida a motor diesel e uma outra termoelétrica, que são intercaladas no circuito nas horas de maior consumo. O caráter peculiar do clima exige nesta paisagem reprêsas de maior capacidade. Importante é principalmente a influência indireta da cidade nas regiões circuvizinhas. Ela favorece a produção agrícola e industrial, não sòmente graças à sua grande capacidade de consumo, mas, principalmente, pelo fato de

que, através de suas organizações e pelas facilidades de comunicação, promove o intercâmbio de produtos. Ela proporciona com isso às fôrças inicialmente latentes ou divididas do estado um sentido e uma finalidade certa e simplifica grandemente as diversas funções administrativas. Por ora ainda esta jovem cidade está localizada no limite entre a zona colonial antiga do sul e a zona colonial nova do norte (22), mas ambas as áreas sofrem pela sua presença um formidável desenvolvimento. Ouro Prêto, a capital do passado, estava baseada num único ramo econômico, a mineração do ouro. O decréscimo desta, a princípio tão abundante fonte de rendas, trouxe como conseqüência compulsória a decadência da cidade. Belo Horizonte desde o comêço foi colocada a serviço da economia geral de todo o estado de Minas Gerais e por isso mesmo estará sempre apta, mesmo em face de eventuais oscilações de intensidade de um ou de outro ramo de atividade econômica, a manter permanentemente a sua função centralizadora.

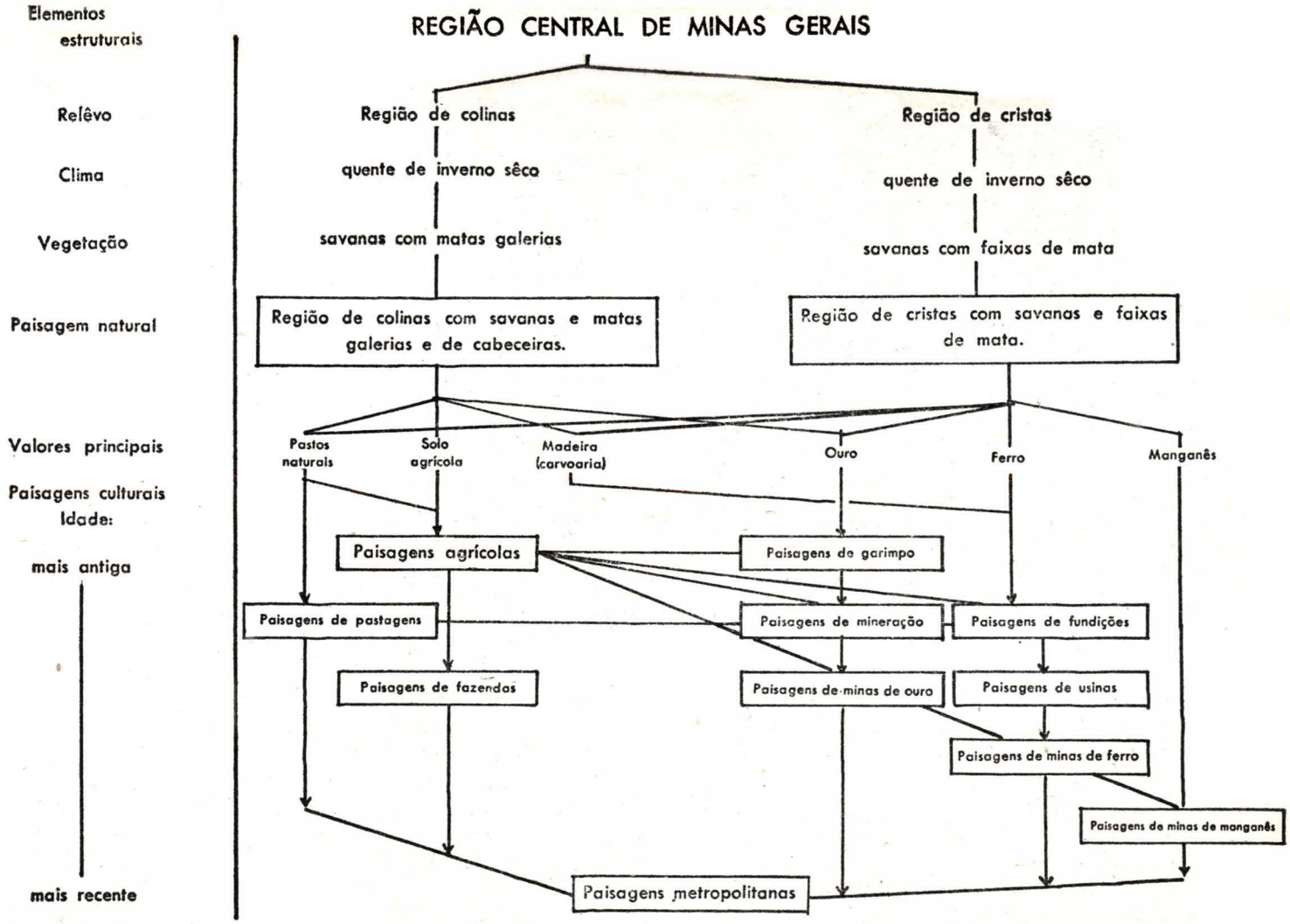
As paisagens culturais da região central

A paisagem cultural da região montanhosa mineira, comparada com as condições européias, é ainda jovem. A paisagem natural do passado pode ser fàcilmente reconstituída e em alguns lugares manteve-se inalterada até os dias atuais. A par disso, porém, há uma série de elementos que, em parte, já existiam em estado latente na região, tendo apenas de ser ativados pelos povoadores e, em parte também, outros que foram introduzidos na mesma atingindo ali o seu pleno desenvolvimento. A coexistência dêstes elementos diferentes, graças à capacidade de concepção do homem, transformou-se em agentes ativos, resultando a paisagem cultural atualmente encontrada.

Tipos de paisagens culturais

O primeiro elemento importante foi o ouro. Êle deu ensejo ao povoamento de lugares onde hoje em dia os montes de cascalho cobertos de vegetação são os únicos indícios que ficaram da antiga ativa *paisagem de garimpo*. Os garimpos de ouro da atualidade ao contrário, levam uma existência de privações. Mais marcantes foram as influências da mineração de ouro. Encostas cortadas por fossos, galerias e aquedutos e, ainda, os terracos e depósitos de cascalho relembram as proveitosas atividades do século XVIII. Com especial ênfase se expressam, porém, estas influências nas antigas cidades com suas numerosas igrejas e nas quais as casas simples de trabalhadores e, principalmente, as majestosas residências ligadas à tradição portuguêsa, lembram o período florescente da *paisagem de mineração*. A condição modificada do mercado, os novos resultados da pesquisa e melhores possibilidades técnicas conduziram à terceira fase da exploração do ouro, que tem a expressão sobretudo na moderna mina de ouro de Morro Velho em Nova Lima. A par da cidade industrial, dos montes de cascalho, da estrada de ferro e do cabo aéreo, destacam-se como dominantes desta *paisagem de minas de ouro* em plena atividade, as grandes instalações para o beneficiamento do minério.

Um segundo elemento não menos importante é o ferro. Graças à ocorrência superficial em largas extensões de minérios de ferro, a região central está semeada de numerosas minas de ferro ativas ou extintas. Em algumas encontram-se ainda forjas e ferrarias. A esta *paisagem de fundições de ferro* deve-se acrescentar ainda as geralmente longínquas carvoarias e também as tropas que têm de trazer o carvão de lenha através de grandes distâncias. A época mais recente trouxe a inatividade de muitas fundições e a concentração da exploração de ferro em poucas usinas maiores, favoràvelmente localizadas em relação às comunicações e por isso mais rendosas. As *paisagens das usinas de ferro* alinham-se, por isso, segundo ilhas ao longo das estradas de ferro. A iniciada exportação de minério de ferro dará origem a novas e maiores *paisagens de minas de ferro* com grandes depósitos de minério e de cascalho e com eficientes rampas de distribuição e de carregamento. Traços idênticos demonstram outras partes da região central onde abundam minérios. Assim, por exemplo, pode ser distinguida uma característica *paisagem de minas de manganês* para a qual, principalmente em Lafaiete, chamam a atenção os muitos quilômetros de estradas de ferro. A forte procura dos compradores estrangeiros durante a primeira grande guerra mundial permitiu o emprêgo do capital necessário.



Tab. 1- Quadro das interdependências dos tipos de paisagens da região central.

Entre os tipos de paisagens culturais fundamentadas nas ocorrências de minérios acham-se distribuídas também paisagens agrícolas, embora estas, em parte, considerando as condições naturais pouco favoráveis, não sejam muito extensas. Como paisagens complementares aos centros mineradores há propriedades agrícolas, reunidas em povoados, localizados na região interior de colinas da região central, constituindo *paisagens agrícolas*. Empreendimentos da atualidade são, por outro lado, as fazendas dirigidas principalmente para a exportação, produzindo café, algodão, cana de açúcar, etc. Estas *paisagens de fazendas* só podem ser consideradas, entretanto, como expansões da região do sul de Minas, mais adequada a esta forma de atividade. Finalmente, savanas naturais ou formadas secundàriamente pela devastação, tornaram-se *paisagens de pastos*.

Uma expressão de recente desenvolvimento é entretanto principalmente a capital Belo Horizonte. Como centro escolhido para as necessidades econômicas e administrativas da região central e do sul e planejada com acertada consideração dos fatôres influentes para o futuro de todo o estado de Minas Gerais, tornou-se ela, em pouco tempo, numa *paisagem metropolitana*.

As principais correlações e interdependências dos diferentes tipos de paisagens culturais estão representadas na tabela 1. Inicialmente estão representados os principais elementos estruturais das paisagens naturais, de cujo conjunto resultam os dois tipos anteriormente distinguidos: a região de colinas com savanas e matas em galeria e nas cabeceiras, quente e de inverno sêco e a região de cristas com savanas e faixas de mata, quente e de inverno sêco. Nestes dois tipos foram destacados então os principais valores caracterizantes da paisagem cultural, como sejam: pasto, solo agrícola e madeira para a região de colinas e os três minérios, ouro, ferro e manganês, para a região montanhosa. Cada um dos diferentes tipos de paisagens culturais resultantes é expresso pelo valor sôbre o qual está baseado, sendo a sua disposição cronológica posta em evidência pela disposição em diferentes linhas horizontais. O fato de que as paisagens culturais mais recentes se desenvolveram a partir das mais antigas fica expresso pela ligação por linhas verticais. A paisagem cultural mais recente, a paisagem metropolitana de Belo Horizonte, fica abaixo de tudo. Com o seguimento cronológico modificam-se e ampliam-se também as influências e relações indiretas: as paisagens agrícolas e de garimpo de ouro ficavam com os seus produtòs condicionados às necessidades locais, paisagens culturais posteriores já às necessidades do estado de Minas Gerais e, mais tarde, de todo o Brasil e, finalmente, as mais recentes ao consumo mundial. As mais recentes são por isso, ao mesmo tempo, as que produzem mercadorias para a exportação, como as paisagens de fazendas, de minas de ouro e de minas de manganês. Maull, que chamou a atenção sôbre esta ampliação cada vez maior da área de influência, caracterizou para as primeiras a estreita dependência da paisagem natural, enquanto as últimas ficavam mais orientadas pela sua finalidade.

Setas de ligação significam dependência, as ligações simples interrelações mútuas. Naturalmente apenas as relações principais puderam ser representadas, a realidade é mais complicada e, além do mais o desenvolvimento cronológico sempre traz múltiplas e complexas dependências e interrelações. No mais a tabela fala por si própria.

Distribuição e crescimento espacial das paisagens culturais

Também no sentido espacial as influências de cada um dos componentes é diferente e as paisagens culturais resultantes por isso mesmo também de distribuição e extensão distinta. Os locais de trabalho e de moradia dos primeiros garimpeiros acompanhavam os cursos d'água, donde as paisagens de garimpo de ouro formam um sistema de linhas estreitas congruentes aos rios. Com exceção das pastagens, tôdas as demais paisagens por nós assinaladas estão dispostas sob forma de ilhas por tôda a área da região central, de maneira que ainda não se tocam mùtuamente. Os espaços intermediários são ocupados por paisagens de pastagens e por encostas inaproveitadas, cobertas de campo ou de vegetação arbustiva e umas poucas matas em vales estreitos. As ilhas são, portanto, ainda relativamente pequenas, ocupando áreas de alguns ares, como por exemplo, em algumas minas, até alguns quilômetros quadrados, como nas cidades. A distribuição destas ilhas de diferente natureza não é entretanto pu-

ramente ao acaso. As minas e usinas estão ligadas às ocorrências mais ricas de minério, às paisagens de povoados agrícolas e de pastagens, por sua vez, às áreas orogràficamente mais apropriadas, sendo que as fazendas ocupam principalmente nos flancos exteriores da região central áreas sempre maiores. Na paisagem metropolitana de Belo Horizonte já foram outros os fatôres locais influentes. As ilhas de usinas siderúrgicas apóiam-se nas estradas de ferro. As minas de minério de ferro, em atividade orientada para a exportação, alinham-se igualmente ao longo das principais vias de comunicação e em breve se desenvolverão aqui e acolá em vilas. Uma posição tôda especial em relação ao crescimento espacial assumem as paisagens das fundições e usinas de ferro num sentido diferente: a sua grande necessidade de lenha combustível e de carvão de lenha exerceu uma grande influência espacial pela devastação das matas, em uma circunferência cada vez maior, e temos assim para estas paisagens não só a usina como centro funcional, mas também, como outros elementos acessórios, as carvoarias. Entre êstes dois centros funcionais (usina e carvoaria) há a acrescentar ainda as áreas primitivamente cobertas de matas que, pelo menos durante o período em que são exploradas as capoeiras, fazem parte desta paisagem, mas que, uma vez esgotadas inteiramente não persiste mais nenhuma relação entre as áreas devastadas e as usinas. As paisagens florestais passaram simplesmente a pastagens e um tipo de paisagem cultural foi substituído por outro. A paisagem de devastação transformou-se em paisagem de pastagens.

Paisagens culturais de determinadas características existem não só lado a lado mas também interpenetram-se em alguns pontos. Das áreas agrárias ao sul irradiam-se pela região central, como já ficou atrás mencionado, as paisagens das fazendas, penetrando assim por entre e por dentro de suas diferentes paisagens. Se denominamos a depressão de Nova Lima uma paisagem de minas de ouro assim o fizemos porque a mina de ouro é dominante, mas há também ali minas de manganês. Minas de manganês também são exploradas no perímetro urbano de Belo Horizonte na imediata vizinhança das casas. Em Burnier há minas de ferro e de manganês e, ao lado, indústrias siderúrgicas e outros empreendimentos, de maneira que se torna difícil até determinar o elemento estrutural dominante, uma vez que o mesmo varia em espaço resumido. E, quanto mais progride o desenvolvimento das paisagens culturais, tanto mais difícil se tornará neste novo país colonial, como acontece nos países de cultura antiga, distinguir a influência de cada um dos tipos de paisagens culturais confundidos numa coexistência espacial. (3, p. 147).

O desenvolvimento das paisagens culturais

Na descrição de uma paisagem cultural não basta se estabelecer o seu tipo e o seu desenvolvimento espacial, mas deve-se levar em conta também o seu desenvolvimento cronológico. Cada forma de economia sofre um desenvolvimento através do tempo e cada fase dêste desenvolvimento se expressa na paisagem, de modo que, às formas de economia em transformação correspondem sucessões das paisagens culturais. Cada paisagem cultural, à semelhança do seu ramo de economia dominante, encontra-se num estágio de desenvolvimento, de equilíbrio ou de decadência e, a par de formas em plena atividade, existem outras já extintas. Após um período de inatividade, pode, provocado pela ação de qualquer nova fôrça exógena ou endógena na paisagem, haver um novo desenvolvimento e, com isso, estabelecer-se um novo ciclo de desenvolvimento na paisagem cultural (2, p. 2; 3, p. 420; 13, p. 28; 23, p. 134 e 25, p. 159).

Tais fases de desenvolvimento da paisagem cultural também se tornam bem evidentes na região central. Paisagens culturais primitivas são as velhas paisagens de garimpo e de mineração de ouro. Algumas fundições de ferro e principalmente também a paisagem das minas de manganês de Lafaiete são igualmente primitivas. Nestas regiões encerrou-se um primeiro ciclo de desenvolvimento e o que ainda resta do mesmo são apenas formas decadentes ou inteiramente extintas. Em algumas, entretanto, anuncia-se um novo estágio de desenvolvimento e, com isso, o início de um segundo ciclo, considerando as novas prospecções em curso no rio das Velhas e em Ouro Prêto e a provável reativação das minas de manganês de Lafaiete em face da situação de beligerância mundial. Em estágio de desenvolvimento encontram-se as paisagens de minas de ferro, de fazendas e a paisagem metropolitana de Belo Horizonte e o estágio de

equilíbrio foi alcançado pelas paisagens de minas de ouro de Morro Velho e Passagem, em plena atividade. O mesmo é válido provàvelmente para as paisagens das usinas siderúrgicas, que apenas em época recente atingiram a plena atividade. Em evidente decadência encontram-se diferentes paisagens de fundições de ferro, cujo ponto funcional central, a forja, vem sendo deixada de lado na marcha do fenômeno de concentração em usinas maiores. Possìvelmente a antiga região agrícola de Amarante e seus arredores, após um estágio de decadência, atualmente atingiu um estágio de equilíbrio, cuja intensidade econômica no entanto não está no mesmo nível atingido no período de maior desenvolvimento. O mesmo pode ser dito com referência às áreas ilhadas remanescentes de garimpo ao longo dos cursos de água nas quais um número reduzido de trabalhadores ainda ganha o seu sustento. Estas paisagens representam um estágio de penúria. Além disso há a considerar ainda que um determinado ramo de economia em locais diferentes pode apresentar diferentes graus de intensidade e com isso, a paisagem correspondente se apresentará igualmente em diferentes estágios. Isto é válido, por exemplo, para a paisagem de minas de manganês, que na região de Lafaiete está extinta, mas, em outros exemplos mantém-se num estágio de equilíbrio.

O transcurso de tais desenvolvimentos não é simples. No quadro gráfico podem constar oscilações e mínimos e máximos temporários. Isto porque as gradações cronológicas da intensidade econômica, provocadas por modificações na situação do mercado, oscilações de produção, etc., atuam sempre na nova forma sôbre os demais elementos da paisagem cultural. As conseqüências dêstes estágios variáveis já tivemos ocasião de tratar da descrição pormenorizada de cada paisagem.

Tôdas as minas de minério deixam para trás, após a sua exploração, uma paisagem de devastação, na forma de aluviões ou encostas superficialmente revolvidas. As fundições e as usinas siderúrgicas promovem, pelo seu consumo de lenha, a devastação das matas e criam com isso, por sua vez, uma paisagem de devastação de grande extensão. O superpastoreio das savanas resultou numa ação semelhante. E, em muitos locais, como já vimos, a paisagem de devastação transforma-se lentamente na paisagem de destruição, cortada de barrocas, no que a terra se torna para os homens inaproveitável por várias gerações.

Tab. 2 — Tipos de paisagens culturais e suas características.

Tipo	Século de início	Principal exemplo	Desenvolvimento espacial	Dominante	Estágio	Outros exemplos
Paisagem de garimpo	17	Margem dos cursos d'água	Linear estreito	Montes de cascalho Tábuas de lavagem	Equilíbrio Estágio de penúria	—
Pais. de mineração de ouro	18	Ouro Prêto	em ilhas	Cidade antiga	Equilíbrio Estágio de penúria	Mariana Sabará
Pais. de minas de ouro	19	Nova Lima	em ilhas	Cidade industrial	Equilíbrio Em plena atividade	Passagem
Pais. de fundições de ferro	19	Do Prato em Congonhas do Campo	Ilhas	Casa de fundição	Decadência	—
Pais. de usinas de ferro	19	Monlevade	Ilhas ao longo da estr. de ferro	Usina	Desenvolvimento	Lafaiete, Caeté
Pais. de minas de ferro	20	Pico de Itabira	ao longo de estr. de ferro	Minas e rampas de carregamento	Desenvolvimento	Burnier Monlevade
Pais. de minas de manganês	20	Lafaiete	em ilhas	Minas e rampas de carregamento	Extinta (?)	Itabirito Burnier
Pais. de pastagens	18	—	superficial	Savana	Equilíbrio	—
Pais. agrícolas	17	Amarante	Ilhas e superfícies	Povoado agrícola	Equilíbrio	Casa Branca
Pais. de fazendas	20	—	Ilhas na reg. central fora em superfícies	Fazenda (*)	Desenvolvimento	—
Pais. urbanas	20	Belo Horizonte	Ilha	Cidade moderna	Desenvolvimento	—

(*) No original "Plantage" — N. do T.

A distribuição e crescimento dos diferentes tipos de paisagens culturais estão representados na figura 15. Na tabela 2 aparecem novamente agrupados com as mencionadas características principais.

Da grande variedade dos elementos estruturais geográficos dos quais dependem as funções e a fisionomia da região central, pudemos apenas considerar os principais. Com relativa facilidade deixam-se caracterizar as principais espécies e formas de economia desta região, suas influências sôbre os demais âmbitos da paisagem e, com isso, as principais paisagens culturais resultantes. Distribuição e crescimento, a disposição espacial lado a lado ou coexistente, pôde ser exposta, bem como os diferentes estágios de desenvolvimento que compreendem estas paisagens, no que, em alguns casos isolados, comprovou-se a existência de mais de um ciclo de desenvolvimento. Tôdas estas condições são complexas, variadas e mutáveis. Muitas relações tornaram-se claras, já outras permaneceram duvidosas. Mas, no seu aspecto geral, a região central de Minas Gerais demonstrou ser, sem dúvida, um excelente campo de trabalho para a pesquisa da geografia cultural.

LITERATURA

1. Bastos H.: Siderurgia e Nação. O Observador Econômico e Financeiro. VIII. 1941, S. 37-52. Rio de Janeiro.
2. Gredner W.: Typen der Wirtschaftslandschaft auf den Grosses Antillen. Petermanns Geogr. Mitt., 1943, S. 1-23.
3. Creutzburg N.: Ueber den Werdegang von Kulturlandschaften. Ztschr. der Ges. für Erdkunde, Berlin, 1928, S. 412-425.
4. Deffontaines P.: Mountain settlement in the central brazilian plateau. The Geographical Review, New York, XXVII, 1937, S. 394-413.
5. Derby, O. A.: The Serra do Espinhaço. The Journal of Geology, XIV, 1906, S. 374-401.
6. Draenert F. M.: Das Höhenklima des Staates Minas Gerais, Brasilien. Meteorologische Ztschr., 1897, S. 405. Wien.
7. v. Eschwege W. L.: Journal von Brasilien, 1. u. 2. Heft, 242 u. 304 S. Weimar 1818.
8. v. Eschwege W. L.: Pluto Brasiliensis. 622 S. Berlin 1833.
9. Freise F. W.: Die Wiederaufnahmemöglichkeiten des verlassenen Goldbergbaues der brasilianischen Staates Minas Gerais. Ztschr. für praktische Geologie, 1934. S. 43-46.
10. Freyberg B.: Ergebnisse geologischer Forschungen in Minas Gerais. Neues Jahrbuch für Mineralogie, Geologie und Paläontologie, Sonderband II, 403 S. Stuttgart 1932.
11. Freyberg B.: Die Bodenschätze des Staates Minas Gerais. 453 S. Stuttgart 1934.
12. Friedensburg F.: Die Bergwirtschaft der Erde. 2. Aufl. 538 S. Stuttgart 1942.
13. Granö J. G.: Reine Geographie. Eine methodologische Studie. 202 S. Helsinki 1929.
14. Gutersohn H.: São Paulo, Natur und Wirtschaft. Vierteljahrsschrift der Naturforschenden Gesellschaft Zürich, LXXXV, 1940.
15. Haushofer A.: Ouro Preto und Belo Horizonte. Eine städtegeographische Studie. Mitt. der Geogr. Gesellschaft in München, 1925, S. 293-311.
16. James P. E.: Belo Horizonte and Ouro Preto. A comparative study of two brazilian cities. Papers of the Michigan Academy of science, arts and letters, Michigan 1933, S. 239-258.
17. Kegel W.: "Mineração do ferro em Minas". O Observador Econômico e Financeiro, v. 1938, S. 20-24. Rio de Janeiro.

18. Knoch K.: Klimakunde von Südamerika. Handbuch der Klimatologie, Bd. II, Teil G., 349 S. Berlin 1930.
19. Krebs N.: Natur- und Kulturlandschaft. Ztschr. der Gesellschaft für Erdkunde, Berlin, 1923, S. 81-94.
20. Maull O.: Die geomorphologischen Grundzüge Mittel-Brasiliens. Ztschr. der Gesellschaft für Erdkunde, Berlin, 1924, S. 161-197.
21. Maull O.: Zur Geographie der Kulturlandschaft. Freie Wege vergleichender Erkunde (Drygalski-Festschrift), S. 11-30. München 1925.
22. Maull O.: Vom Itatiaya zum Paraguay. 366 S. Leipzig 1930.
23. Maull O.: Geographie der Kulturlandschaft. Sammlung Göschen. 1932.
24. Maull O.: Allgemeine vergleichende Länderkunde. Festschrift Norbert Krebs, S. 172-186. Stuttgard 1936.
25. Michel H.: Zur Morphologie der Kulturlandschaft und ihrer kartenmässigen Darstellung. Comptes Rendus du congrès international de Géographie Amsterdam 1938. Tome II, sect. V, p. 158-164.
26. De Morais L. J.: A indústria extrativa do ouro. Dep. Nac. da Prod. Mineral. Avulso n.º 20, 21 S. 1937.
27. De Morais L. J. e Barbosa O.: Ouro no centro de Minas Gerais. Dep. Nac. da Prod. Mineral. Boletim n.º 38. Rio de Janeiro 1939.
28. Roxo M. G.: Minérios de ferro do Brasil. Serviço geológico e mineralógico, n.º 14, 16 S. Rio de Janeiro 1937.
29. Schmieder O.: The brazilian culture hearth. University of California. Publications in Geography, vol. 3, S. 159-198. Califórnia 1929.
30. Schmieder O.: Länderkunde Südamerikas. Enzyklopädie der Erdkunde. 252 S. Leipzig 1932.
31. Schmieder O. und Wilhelmy H.: Das deutsche Landvolk in Südamerika. Lebensraumfragen europäischer Völker, Bd. II, S. 354-373. Leipzig 1941.
32. Schultze J. H.: Die landschaftlichen Wirkungen des Bergbaues. Geographischer Anzeiger, 1931, Heft 9, S. 1-15.
33. Spix J. B. und Martius C. F.: Reise in Brasilien. 3 Bde., 1388, S. München 1831.
34. Teixeira E. A.: Distrito Manganesífero de Lafaiete. Dep. Nac. da Prod. Mineral. Avulso n.º 29, 1938. 21 S.
35. v. Tschudi J. J.: Die brasilianische Provinz Minas Gerais. Petermanns Mitt., Ergänzungsband III, Nr. 9. 42 S. Gotha 1862.
36. Vageler P.: Grundris der tropischen und subtropischen Bodenkunde. Berlin 1930.
37. Wappäus J. G.: Handbuch der Geographie und Statistik Brasiliens. Leipzig 1871.
38. Wappäus J. G.: Comércio exterior do Brasil 1939. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Rio de Janeiro 1940.
39. Wappäus J. G.: O ferro no Brasil. O Observador Econômico e Financeiro, III, 1938, S. 73-97, und VIII, S. 1940 S. 148.

MAPAS

40. Topographische Karte von Minas Gerais 1:100 000. Blätter: Belo Horizonte (1932), Itabirito (1929), Lagoa Dourada (1930), Ouro Prêto (1928), Piranga (1930).
41. Carta internacional do mundo ao 1:1 000 000. Belo Horizonte 1922.
42. Mapa do Brasil, por J. Castiglione, 1:2 200 000.
43. Atlas Econômico de Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte 1938.
44. Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais; Organizado por D. Guimarães e O. Barbosa, 1:1 000 000, 1934.

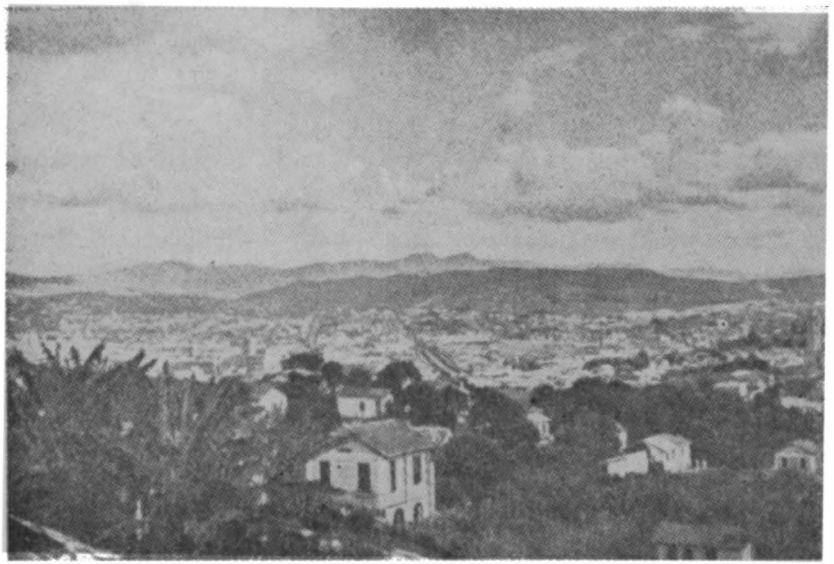


Fig. 6 — Belo Horizonte. Aspecto de uma parte da cidade em direção à serra do Curral. Foto Streiff-Becker.

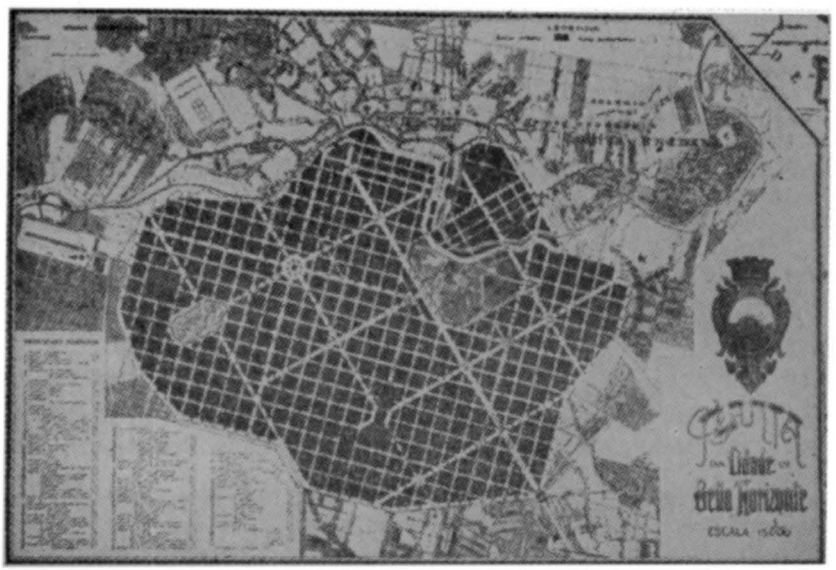


Fig. 7 — Belo Horizonte. Planta urbana.

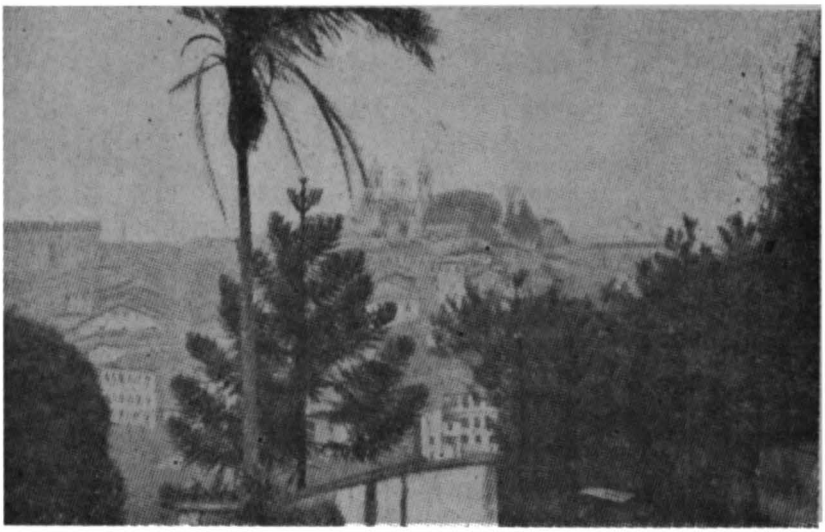


Fig. 8 — Ouro Prêto. Aspecto da área urbana sôbre colinas. Vegetação subtropical

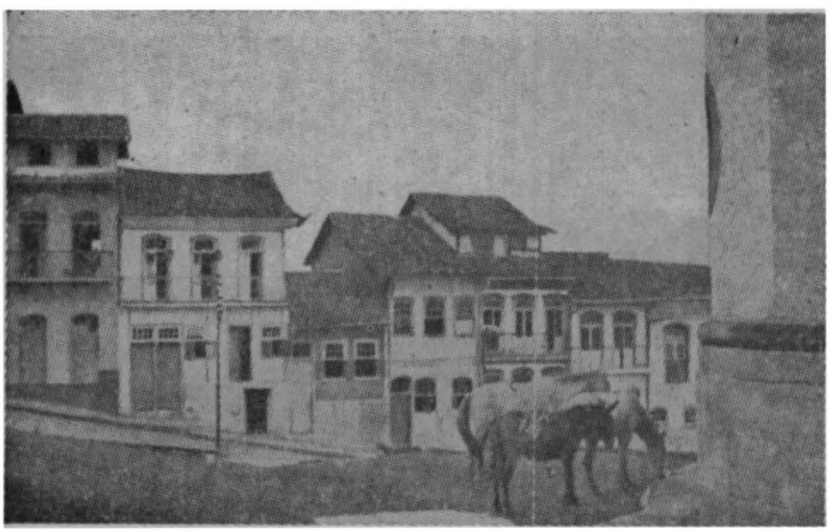


Fig. 9 — Ouro Prêto. Rua com antigas casas de operários e cavalos pastando livremente diante de uma igreja.

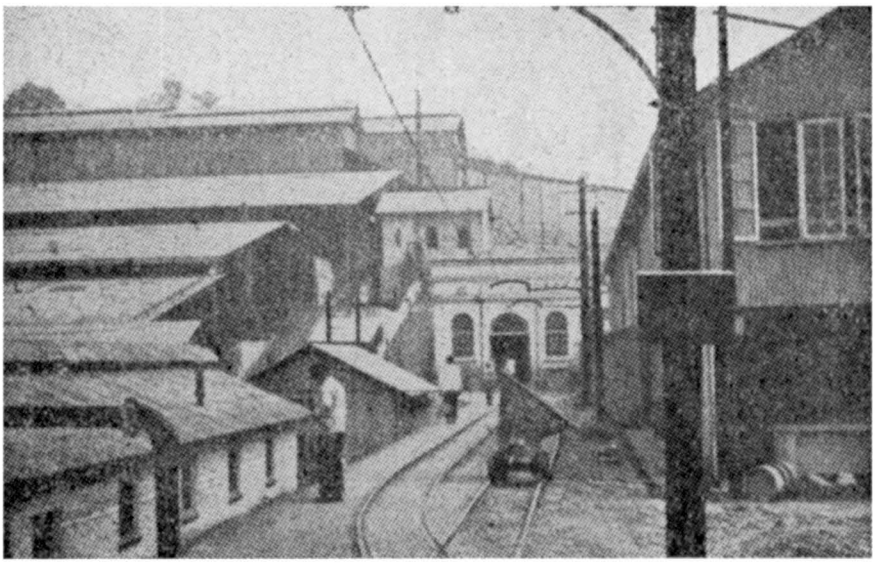


Fig. 10 — Mina de Morro Velho (Nova Lima). Instalações.

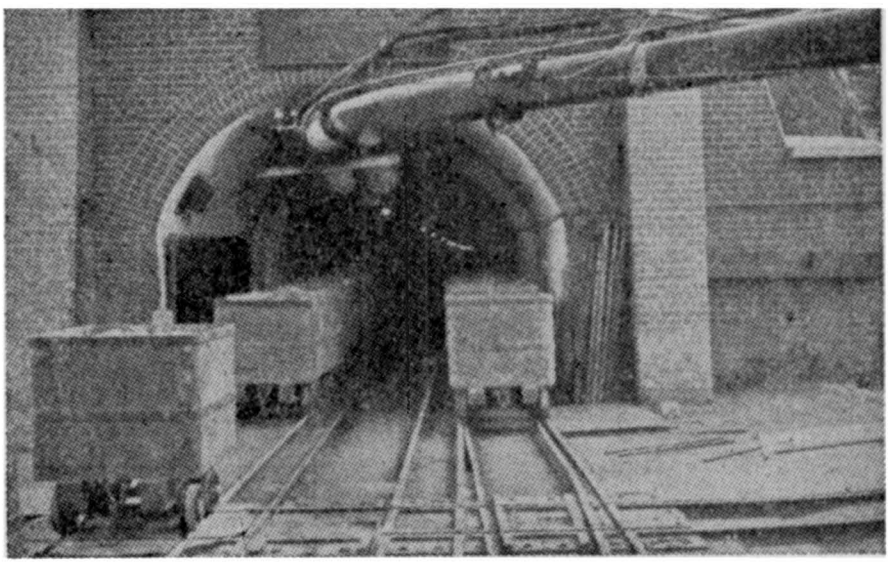


Fig. 11 — Mina de Morro Velho. Entrada para as galerias.

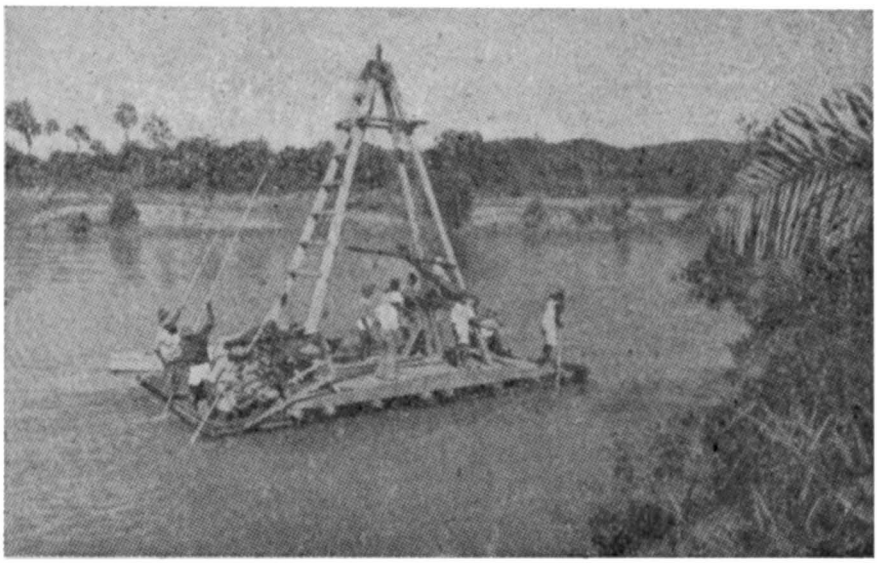


Fig. 12 — Rio das Velhas. Abaixo de Sabará. Na procura de depósitos auríferos; tôrre de sondagem sôbre balsa. Foto Luscher.

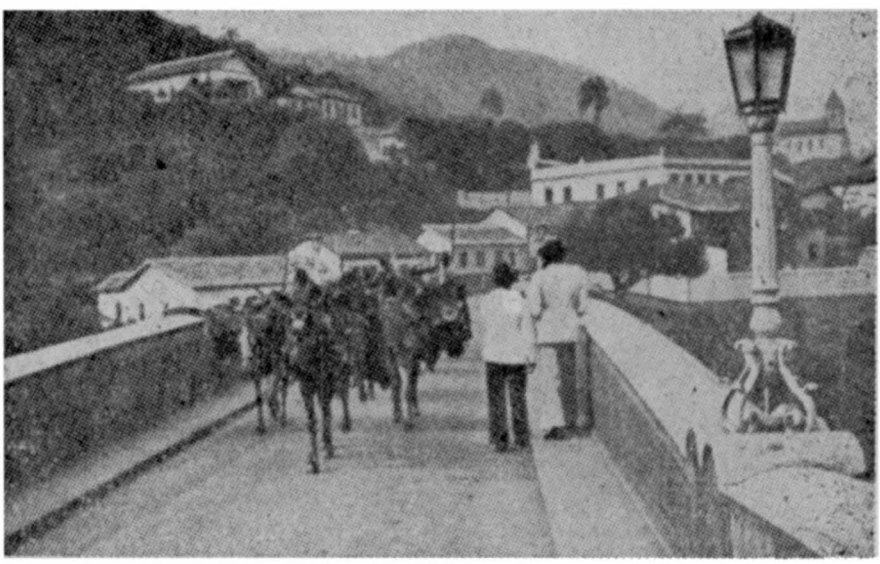


Fig. 13 — Sabará. Ponte com tropa carregada.

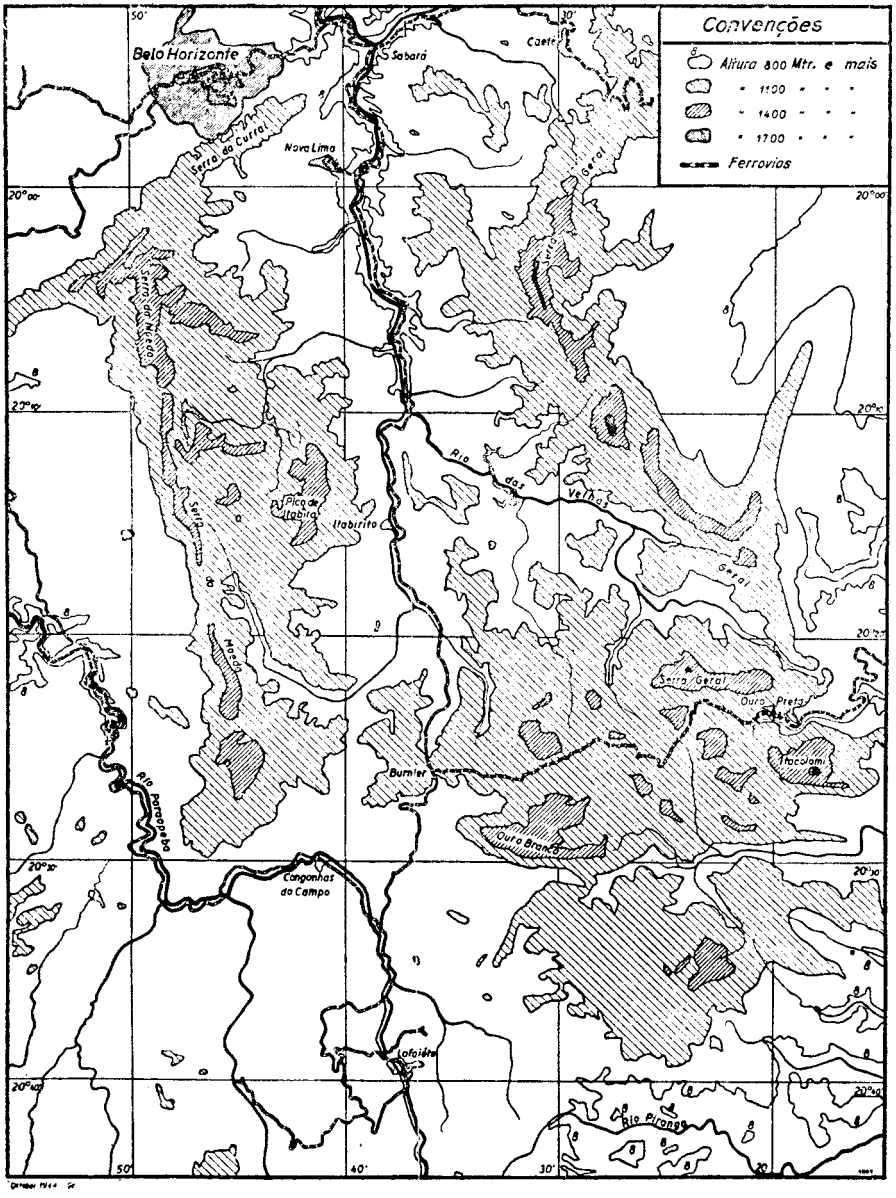


Fig. 14 — Escala cêrca de 1:620 000 (seg. 40).

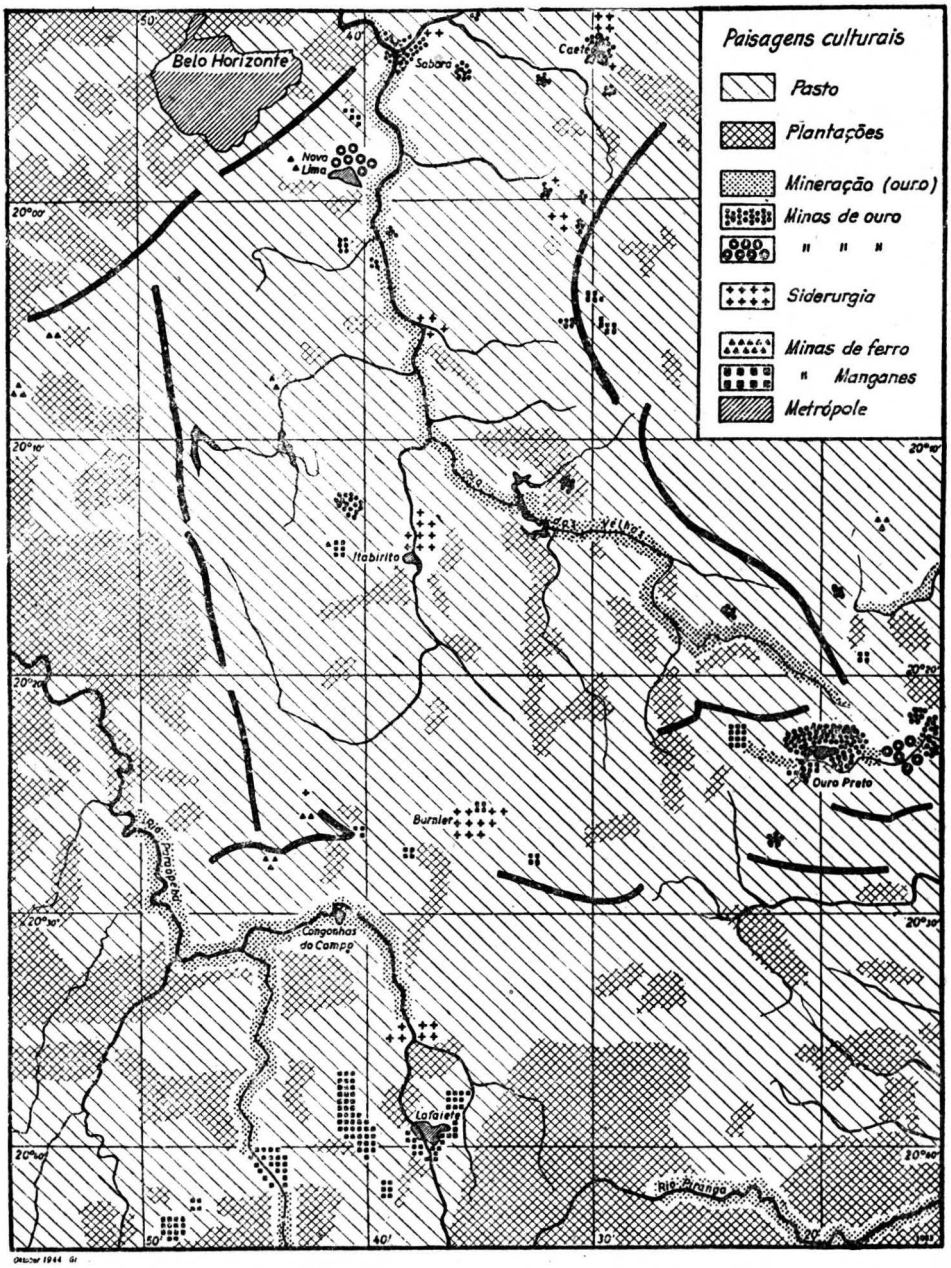


Fig. 15 — Mapa das paisagens culturais (esquemático). Legenda: 1 — Pastos. 2 — Agricultura, fazendas. 3 — Garimpo de ouro. 4 — Mineração de ouro. 5 — Minas de ouro. 6 — Fundições de ferro, usinas siderúrgicas. 7 — Minas de ferro. 8 — Minas de manganês. 9 — Paisagem urbana.

Contribuição
à Ciência Geográfica

Produção de Feijão no Brasil Meridional

MARIA DA GLÓRIA DE CARVALHO CAMPOS
Conselho Nacional de Geografia

A cultura do feijão no Brasil é muito antiga já sendo praticada pelos indígenas, anteriormente ao descobrimento. Disseminada, atualmente, de norte a sul do país, tem como maiores produtores os estados de Minas, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Ceará e Santa Catarina.

Em 1950, a produção do país foi de 1 248 138 000 quilogramas numa área cultivada de 1 807 956 hectares. Dêsse total, 479 167 hectares com uma produção de 395 385 000 quilogramas, pertencem aos estados sulinos (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul). Ainda considerando êstes três estados, comparados os dados de 1920 com os de 1948 e 1950, verifica-se o aumento constante da produção.

A prosperidade do Sul do Brasil neste setor é natural, uma vez que há na região uma série de condições favoráveis ao desenvolvimento da cultura do feijão, tais como a topografia suave do planalto, o clima com chuvas bem distribuídas, os solos ricos em humo, uma forte densidade de população e existência de mercados consumidores fàcilmente accessíveis.

Para dar uma idéia do lugar que ocupa o feijão em confronto com outros produtos agrícolas, foi feito um pequeno mapa, onde está representado, localizado nas zonas de maior produção, o valor alcançado por produtos como o trigo, milho, arroz, feijão e batata inglêsa. Assim, no norte do Paraná nota-se a importância do feijão ao lado do milho e do arroz, enquanto em Santa Catarina sobressai a zona agrícola do vale do rio do Peixe, estando o trigo, o milho e o feijão em condições mais ou menos idênticas, contribuindo êste com a menor quota. No Rio Grande do Sul, destaca-se imediatamente a zona próxima a Pôrto Alegre e o centro-norte do estado, onde o feijão cede lugar ao milho, trigo e arroz.

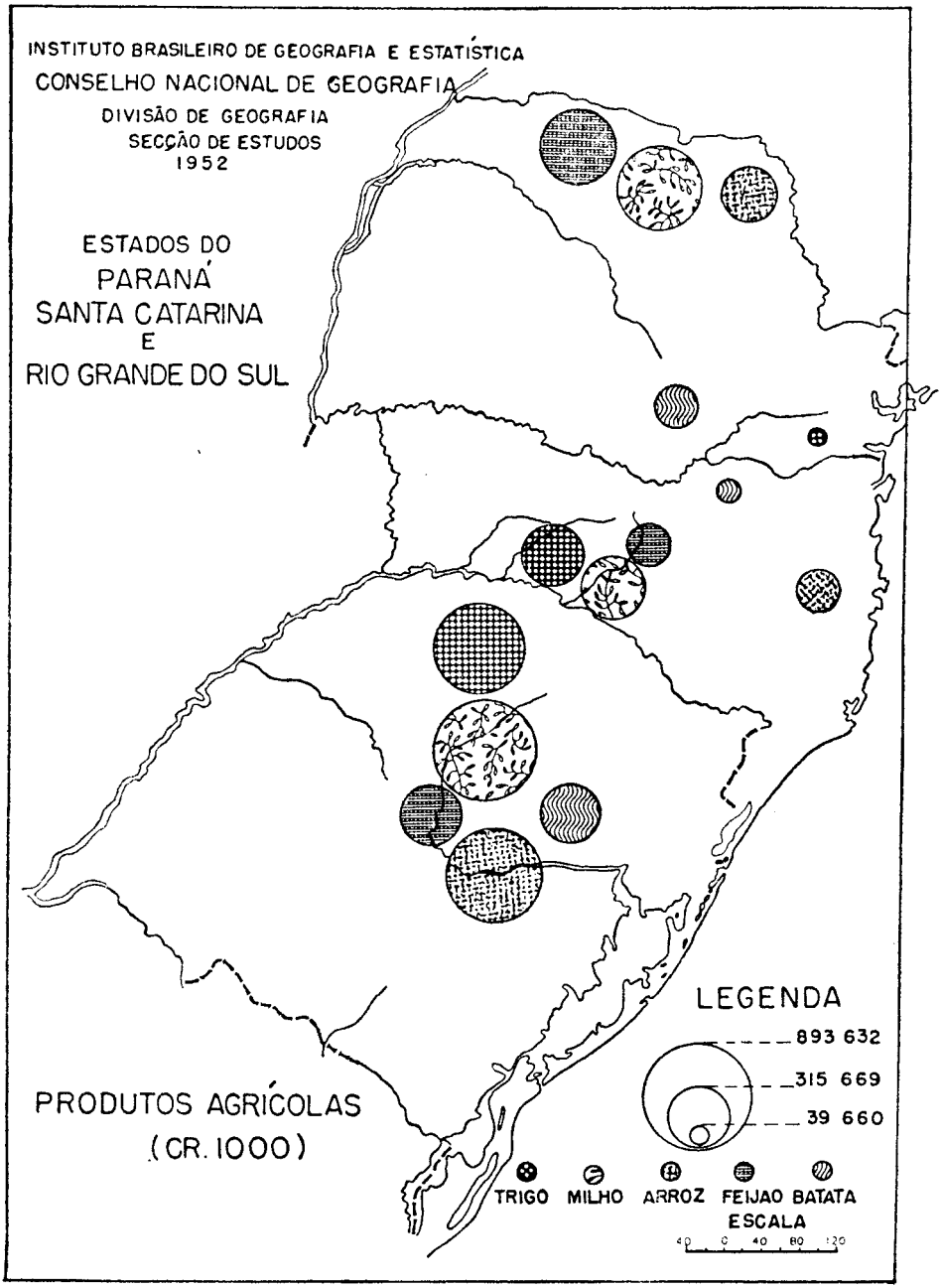
Por outro lado, constam ainda do texto dois gráficos elucidativos: um comparando a quantidade produzida de feijão com a cana, café, milho, e arroz e outro, estabelecendo uma comparação entre a área cultivada dêstes mesmos produtos. No 1.º, destacam-se a cana de açúcar e o café, (com o traçado mais reforçado), produtos de exportação mais comerciáveis, enquanto o feijão, o milho e o arroz atendem mais à subsistência.

No mapa anexo, de produção de feijão, nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nota-se imediatamente a concentração da produção no planalto, em manchas irregulares, devido à maneira como se processou a fixação do homem, que aproveitou para a agricultura, as terras de mata, mais férteis e desprezou os campos, onde, para desenvolver a atividade agrícola seria necessário o emprêgo de uma técnica mais adiantada e um capital maior. Em contraste com essa situação mais próspera do planalto, no trecho litorâneo e na planície gaúcha, esta tradicionalmente ocupada por criadores de gado, a produção decresce em importância.

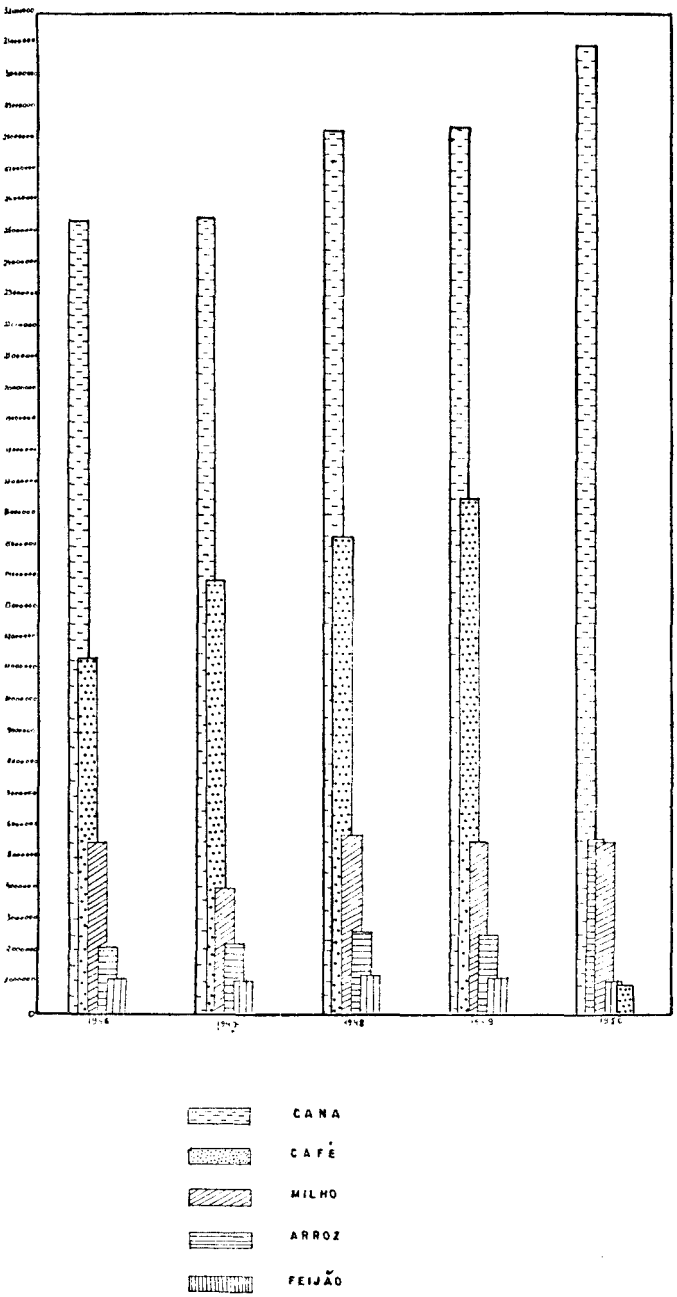
Serão estudadas, então, em 1.º lugar as zonas de alta produção, como sejam: Norte do Paraná, Encosta do Planalto Rio-Grandense, Alto Uruguai e rios do Peixe e Canoas, zona do 2.º Planalto Paranaense, zona do Iguaçu-Negro.

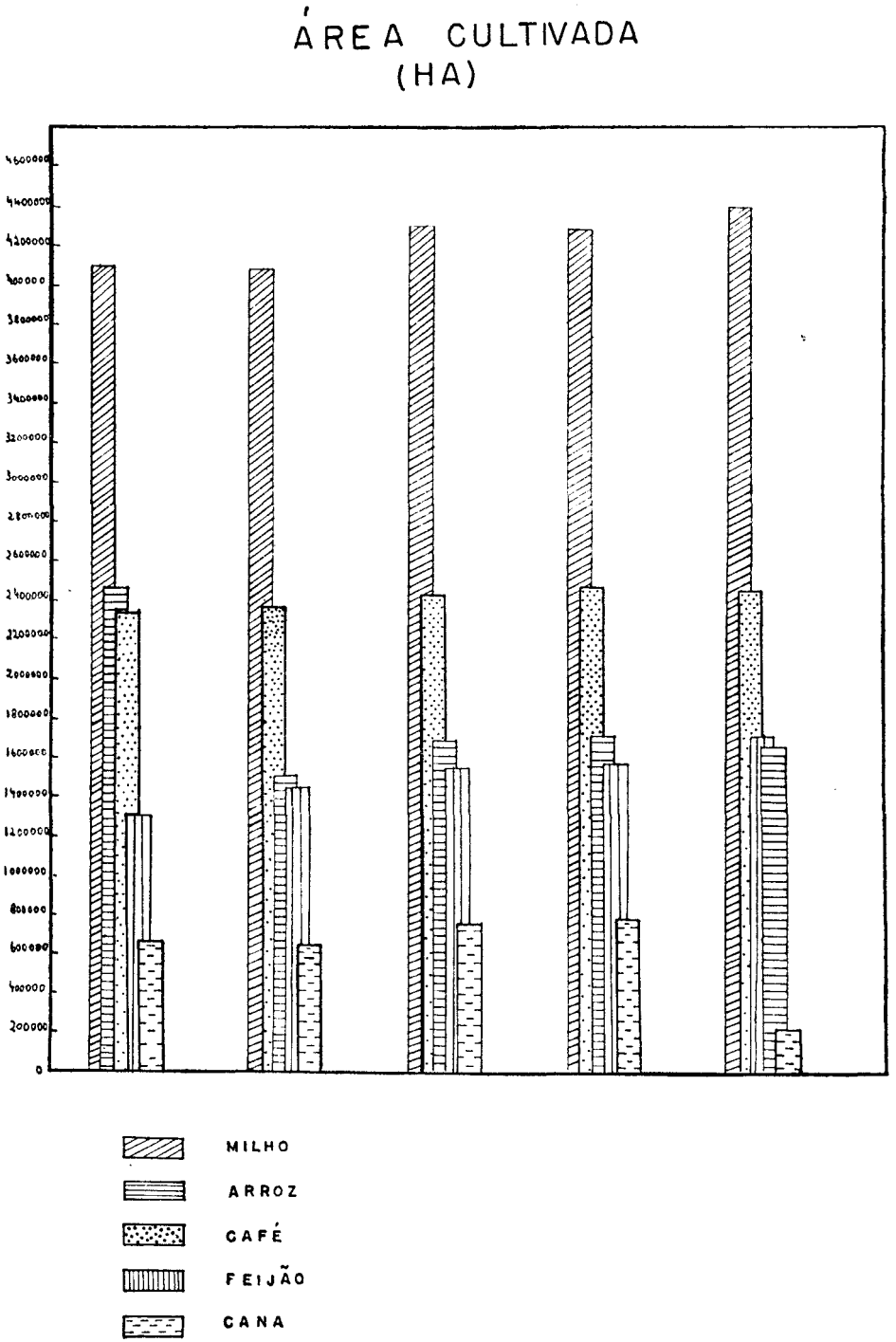
Além dessas zonas, nota-se pequena concentração da produção em tôrno de Curitiba, em Piraí e Castro, no litoral de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, nas serras de Sudeste.

Em tôrno de Curitiba, foi aproveitada a faixa arqueana de solos férteis, para o estabelecimento de numerosas colônias onde se pratica a atividade agrícola,


INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SECÇÃO DE ESTUDOS
1952
ESTADOS DO
PARANÁ
SANTA CATARINA
E
RIO GRANDE DO SUL
PRODUTOS AGRÍCOLAS
(CR. 1000)
LEGENDA
893 632
315 669
39 660
TRIGO
MILHO
ARROZ
FEIJÃO
BATATA
ESCALA
40 0 40 80 120

QUANTIDADE PRODUZIDA
(Ton)




ÁREA CULTIVADA
(HA)
4600000
4400000
4200000
4000000
3800000
3600000
3400000
3200000
3000000
2800000
2600000
2400000
2200000
2000000
1800000
1600000
1400000
1200000
1000000
800000
600000
400000
200000
0
MILHO
ARROZ
CAFÉ
FEIJÃO
CANA

compensadora numa zona bem servida do ponto de vista das comunicações e próxima de um mercado importante.

Nas proximidades de Piraí e Castro, também se cultiva o feijão junto ao milho, que alimenta o rebanho suíno, sustentáculo da economia da zona. O feijão, apenas atende ao consumo local.

O oeste de Santa Catarina e Paraná não constituem zonas produtoras de grande significado, devido ao povoamento esparso, à prática de métodos agrícolas extensivos e à dificuldade de acesso aos centros consumidores. No Paraná, a economia baseia-se no cultivo do milho e criação de suínos e em Santa Catarina, no fumo e fabricação de banha de porco, produtos que suportam um frete alto.

No que se refere à zona litorânea dos três estados meridionais, no Paraná, a baixada se apresenta muito estreita devido à proximidade da serra do Mar. Dotada ainda, de um clima insalubre, dificulta o povoamento, e no Rio Grande do Sul, os solos muito arenosos não se prestam para a atividade agrícola, que só pôde desenvolver-se bem em Santa Catarina onde a orla litorânea mais larga e o clima mais saudável, permitiram maior densidade de população.

Finalmente, nas serras do Sudeste Rio-Grandense, aproveitando a presença das matas e o povoamento mais denso, desenvolveu-se a atividade agrícola.

O Norte do Paraná

Observando-se o mapa anexo, de produção de feijão nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nota-se imediatamente no norte do Paraná, uma forte concentração que vai progressivamente diminuindo para leste, devido à maior pobreza dos solos e para o sul, à proximidade da escarpa da serra.

Em 1951, o norte do Paraná forneceu 50% da produção paranaense, destacando-se no conjunto o município de Londrina, com 15 000 hectares cultivados, e um rendimento de 8 sacas de 60 quilogramas por hectare. Esta grande produtividade, aliás, não é de estranhar numa região próspera como esta, de caráter francamente pioneiro — e todo êsse surto de progresso é relativamente recente — só no início do século XX, para aí acorreria a onda povoadora, resultado da expansão da cultura cafeeira, em busca dos solos férteis do terceiro planalto paranaense.

Fatôres físicos favoráveis, tais como um clima subtropical, a presença da mata, indício de um solo fértil; espigões suavemente ondulados, onde é menor o perigo da ocorrência de geadas e onde a erosão é menos intensa, permitiriam que aí se desenvolvesse o cultivo do feijão. Para isso também contribuiria um povoamento feito em bases sólidas, com o regime da pequena propriedade (25 hectares em média) que traria facilidades para o comércio, e a existência de uma boa rêde de comunicações, garantindo o escoamento da produção para um mercado forte como o paulista.

Por outro lado, a vinda de colonos estrangeiros que com maior tradição agrícola poderiam orientar e melhorar o sistema agrário do nosso caboclo ainda tão primitivo, concorreria para o maior desenvolvimento da agricultura.

O feijão, juntamente com o milho, é plantado nos carreiros de café, o que garante a subsistência do lavrador, sem desperdiçar muitas terras.

Ao tratar-se da produção de feijão do norte paranaense, é importante salientar-se que embora seja ela bem volumosa, não tem a significação econômica do café, suportando, além disso, a concorrência de outros produtos, como sejam o arroz e o milho, pois o norte do Paraná é uma zona policultora.

Zona da Encosta do Planalto Rio-Grandense

Na encosta da serra Geral, apesar do relêvo muito dissecado pode-se notar um adensamento da produção de feijão, o que é natural, uma vez que aí se tem uma zona de ocupação antiga, muito povoada. A presença da mata também constituiu um atrativo para a atividade agrícola em geral, e a proximidade da capital, oferecendo um bom mercado consumidor, incentivou a produção do feijão chegando mesmo a haver um excedente exportável. A vantagem econômica compensaria, assim, as desvantagens de um relêvo desfavorável.

Na parte mais ocidental da encosta, nota-se que a produção diminui, devido ao isolamento e à dificuldade de comunicação com centros consumidores. Aqui, o feijão se reveste de um caráter de mera cultura de subsistência.

Mesmo dentro da zona de maior produção, há trechos mais aproveitados, outros menos: entre Canoas e Itapiranga, onde o solo é pobre, resultante da decomposição do arenito Botucatu, e onde os sistemas agrícolas empregados são muito primitivos, causando o esgotamento dos solos, a agricultura não é intensa. Os colonos voltam-se então para a atividade industrial, possibilitada pela mão de obra barata e pela proximidade da capital.

Em Caí e Dois Irmãos, a agricultura já é mais desenvolvida e conseqüentemente se dá mais importância à cultura do feijão, fazendo-se rotação de culturas incluindo leguminosas. Planta-se milho, no 1.º ano, arroz ou amendoim no 2.º, feijão ou ervilha no 3.º e mandioca no 4.º. Nos intervalos cultivam-se batata inglêsa, a cevada, o trigo e a aveia. Em contraste, no planalto e na encosta superior, nota-se que se rarefaz a produção de feijão. A topografia suave, a ocorrência da mata latifoliada, não justificariam uma atividade agrícola menos intensa. Êste aliás não é o caso, uma vez que aí as culturas de trigo, milho, mandioca, uva, têm importância econômica, o que não acontece com o feijão, que é uma cultura subsidiária, cuja principal utilidade é a alimentação da população. A área cultivada com feijão, nos municípios de Bento Gonçalves, Caxias, Flores da Cunha, Veranópolis, ocupa entre 1 e 1,5% do total, enquanto na encosta (Lajeado, Arroio do Meio, etc.) essa proporção é bem maior, subindo a 6% do total).

Zona do Alto Uruguai e rios do Peixe e Canoas

Será considerada primeiramente a parte norte do estado do Rio Grande do Sul: municípios de Iraí, Palmeira, Sarandi, Erexim, Getúlio Vargas, Passo Fundo e Lagoa Vermelha. Em seguida, a zona de Santa Rosa e finalmente os vales dos rios do Peixe e Canoas.

No norte do estado, o cultivo do feijão não é muito intenso e o plantio é feito de preferência nos vales dos rios, onde havia maior ocorrência de terras de mata, mais propícias ao trabalho agrícola e onde a topografia se apresentava mais favorável. Colonos vindos da região colonial antiga do Rio Grande do Sul, estabelecidos em pequenas propriedades, dedicaram-se à prática de uma agricultura, baseada em métodos muito primitivos, resultando daí o esgotamento dos solos; têm-se então extensões imensas inteiramente devastadas. Uma vez ou outra, entretanto, como em Rondinha, no município de Sarandi, a situação é mais próspera: já existe aí maior variedade de culturas, e o sistema agrícola é mais adiantado: ao lado do milho, do feijão e da mandioca, plantam-se a batata doce, a abóbora, a cana de açúcar, o arroz.

De modo geral, planta-se o feijão intercalado com o milho, no verão, e o trigo no inverno, durante 3 ou 6 anos e deixa-se a terra em pousio uns dois anos; quando o solo não produz mais, cultiva-se a mandioca, ainda por 5, 6 ou 10 anos. Ao norte, no município de Palmeira, costuma-se plantar o milho em dois periodos diversos e quando o mais velho começa a secar, planta-se o feijão intercalado.

O município de Erexim, que apresenta uma produção maior, fornece apenas 68 000 sacas de 60 quilogramas numa área de 7 560 hectares.

Comparando êsses dados, com os que se referem ao milho, ainda mais se atesta a pouca importância do feijão: no mesmo município, tem-se uma produção de 1 645 000 sacas de 60 quilogramas numa área de 67 500 hectares.

Em direção a Três Passos, nota-se a menor produção. É um tipo de exploração diverso, baseado na extração da erva-mate e das madeiras e na criação de gado; atestando a pequena importância da agricultura nesta zona, sucedem-se extensões de terras devastadas, que estão sendo transformadas em invernadas. Como se vê, a cultura do feijão não pode ter aí grande expressão econômica.

Em Santa Rosa, a produção de feijão é grande: a topografia suavemente ondulada, os terrenos relativamente férteis constituem um bom *habitat* para o feijão. Quando os trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul alcançaram a região, garantindo a fácil colocação dos produtos num mercado consumidor forte,

como o de Cruz Alta, a situação tornou-se próspera, no que se refere à agricultura em geral, e conseqüentemente ao feijão. Hoje já há preocupação em substituir os métodos primitivos de uma atividade agrícola que acabaria por esgotar os solos, por outros mais adiantados. É praticada então uma rotação de terras melhorada com a introdução de leguminosas como a soja diminuindo, assim, as áreas em capoeira.

Os dados estatísticos confirmam êsse maior desenvolvimento agrícola, tanto que a produção de feijão do município de Santa Rosa em 1951, foi de 339 800 sacas de 60 quilogramas numa área cultivada de 17 650 hectares, bem razoável, portanto. Chega-se até a pensar que todo êsse feijão não sirva só para o consumo dêsse município e que, em parte, seja enviado a Cruz Alta e Ijuí, mas à falta de dados estatísticos, não se pode fazer tal afirmação.

Entre Santa Rosa e Campo Novo, apesar da topografia acidentada e do isolamento que aí já se faz sentir, o aproveitamento da terra é menos extensivo, o que permite um resultado compensador para a atividade agrícola.

Nos trechos atualmente servidos, pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, (Ijuí e Santo Ângelo) a situação da cultura de feijão é mais próspera, o que já não acontece em São Luís Gonzaga. Neste trecho mais ocidental, onde já se sente dificuldade de comunicações, o fumo é o produto agrícola de maior alcance econômico, cujo alto valor compensa as despesas de um frete elevado. O feijão, cultura de subsistência, não poderia concorrer com aquêle produto.

No vale do rio Peixe, as terras férteis permitem uma agricultura compensadora e a existência da estrada de ferro, que garante o escoamento da produção é uma vantagem de grande alcance econômico. Esta foi a condição essencial para o desenvolvimento agrícola da região, sem o que estariam os colonos, que ali se estabeleceram, fadados ao insucesso. A produção razoável de feijão dessa zona é pois, fácil de ser explicada, uma vez que as condições essenciais do seu desenvolvimento — forte densidade de população, solos férteis, facilidade de transportes, são aí atendidos.

No município de Concórdia, começa-se a notar a maior ocupação do solo: culturas de milho, feijão, alfafa, cevada, centeio, ocupam as encostas dos vales. Predomina ainda o sistema primitivo da rotação de terras, embora haja em certos pontos melhor aproveitamento. Assim, por vêzes, mesmo nas encostas muito íngremes, de solo muito pedregoso, há numerosas e variadas culturas na parte mais alta do vale, de relêvo suave, o aproveitamento é insignificante, e no tôpo plano dos espigões notam-se abundantes reservas de matas. Geralmente, o trigo é plantado no inverno. No verão, o milho e o feijão, associados, o arroz e a batatinha, deixando-se a terra em pousio 3 a 4 anos, após dois anos consecutivos de plantio.

A cultura do feijão não tem um lugar de destaque nesta zona e provàvelmente apenas satisfaz o consumo local. O produto agrícola que se reveste de maior importância, é o milho, uma vez que serve para a alimentação do rebanho suíno, alicerce da economia dessa zona.

No vale do Canoas, tem grande importância a cultura do trigo e, ao seu lado, os agregados das grandes fazendas praticam uma agricultura subsidiária enquanto no restante do planalto a principal atividade é a criação de gado. Alguns colonos de origem alemã, vindos da bacia do Itajaí, praticam as culturas tradicionais de milho, mandioca e feijão.

O 2.º Planalto Paranaense

Compreende êle a faixa que se estende desde Prudentópolis, até União da Vitória, e Pôrto União, êste último já em Santa Catarina, englobando além dos municípios citados, os de Rio Azul e Mallet. A cultura do feijão, como a agricultura, de modo geral, se desenvolveu bem aí, dadas as facilidades de comunicação, quer por estradas de ferro, quer por rodovias, que garantiam o escoamento da produção para os mercados locais.

Pratica-se uma agricultura de subsistência e paralelamente a explotação ervateira, que em Prudentópolis constitui a principal fonte de renda, tendo sido aliás um fator decisivo no seu desenvolvimento.

Na agricultura empregam-se métodos rotineiros, sendo o feijão plantado juntamente com o milho.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

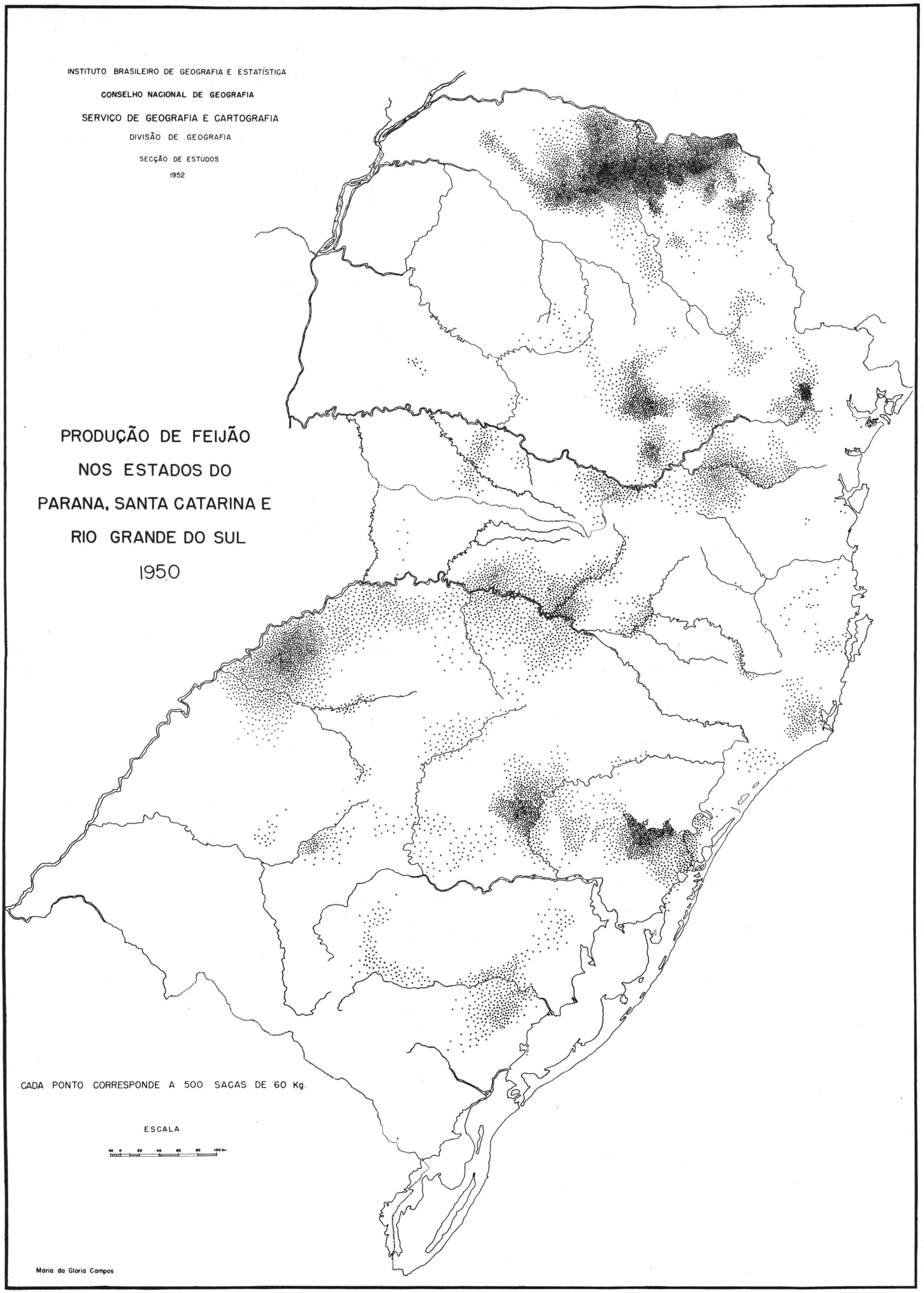
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

SECÇÃO DE ESTUDOS

1952



Maria da Gloria Campos

Em alguns trechos do município de Irati, domina a explotação da erva-mate e pouco adiante nos Campos Gerais, é a principal atividade a criação extensiva. De Pôrto União a Canoinhas, há outra zona ervateira, onde a produção é menor e nos campos de Guarapuava, onde passa a predominar a atividade pastoril, nota-se logo um claro bem visível no mapa.

Zona Iguaçu-Negro

Zona importante, abrangendo Mafra e Rio Negro, de economia sobretudo extrativa, baseada na exploração da madeira e erva-mate. A cultura do feijão não tem aí muita importância pois, só a partir de 1929 a agricultura tomou maior desenvolvimento, devido à baixa da erva-mate, conseqüente à grande produção argentina que passou a fazer-nos concorrência.

Desorganizada a economia local, as atividades voltaram-se para o cultivo dos cereais, o que não foi aliás difícil para o colono de origem polonesa aí fixado já acostumado com tal gênero de trabalho. Também com a construção da estrada de ferro, garantindo o escoamento da produção para um centro consumidor como São Francisco, abriam-se novos horizontes para a atividade agrícola e, conseqüentemente, maior estímulo seria dado ao cultivo do feijão.

Apesar das condições de solo não serem muito propícias à atividade agrícola, surgem numerosos núcleos coloniais com suas plantações de milho, feijão, batata inglêsa, mandioca e trigo, estabelecidos de preferência nas encostas ou no tôpo das colinas. Os métodos agrícolas são ainda atrasados, empregando-se um sistema rotineiro de queimada e rotação de terras. Cultiva-se o milho e a batata inglêsa ou o milho e o feijão 3 ou 4 vêzes no mesmo local, deixando a terra em descanso 4 a 6 anos. Só quando o colono dispõe de mais terras, faz uma rotação de cultura alternada com capoeira. É difícil, portanto, que o cultivo do feijão assuma aí um caráter de importância na economia local, sendo a principal fonte de renda a explotação de madeira e erva-mate.

Conclusão

Do estudo feito, conclui-se que a produção de feijão no Sul do Brasil satisfaz plenamente as necessidades do consumo local, estando sua distribuição ligada às zonas de maior densidade populacional, melhores condições de solo e fácil acesso aos mercados consumidores. Em contraste, nas zonas pouco habitadas, onde se faz sentir o isolamento, a produção diminui muito, como no oeste do Paraná, por exemplo.

Nas zonas bem servidas do ponto de vista de comunicações, próximas a um bom mercado consumidor, desenvolve-se a produção de feijão. Assim, na encosta da serra Geral, no Rio Grande do Sul, onde são atendidos êsses requisitos, pode-se notar uma produção de feijão bem razoável. Realmente, tal zona densamente povoada, é servida pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, por onde escoam os produtos que demandam aquêle mercado e o da Campanha. O mesmo acontece no norte do Paraná, favorecido ainda pela proximidade dos mercados paulista e carioca.

Nas regiões muito afastadas a economia baseia-se, ou na exploração agrícola de um produto como o fumo, capaz de alcançar um preço alto que cubra as despesas de transporte a longa distância, como no oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; ou em outro tipo de exploração, que não o agrícola, como acontece no oeste do Paraná, onde a maior fonte de renda é o rebanho suíno.

BIBLIOGRAFIA

Livros

DENIS, Pierre — "Amérique du Sud — Le Brésil". Geographie Universelle, tome XV. Première partie. 240 páginas, 36 mapas e figuras, 64 fotografias fora do texto. Librarie Armand Colin, Paris, 1927.

PRADO JÚNIOR, Caio — "Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia" 2.ª edição. 389 páginas. Ilustrado. Editôra Brasiliense Ltda. São Paulo, 1945.

RAMBO (Pe. Balduíno) — "A Fisionomia do Rio Grande do Sul" (Ensaio de monografia natural). 360 páginas, 41 fotografias, 5 mapas. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Pôrto Alegre, 1942.

SAINT-HILAIRE (Augusto de) — "Viagem ao Rio Grande do Sul" — 1820-21. 404 páginas. Brasiliana, série V, vol. 167. Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1939.
"Viagem a Santa Catarina". 400 páginas. Brasiliana, série V, vol. 166. Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1939.

Periódicos

AMARANTE ROMARIZ, Dora — "A peneplanície — O vale do Ribeira — A direção dos afluentes do Ribeira — Visita a Curitiba e o desenvolvimento da cidade", in "Bol. Geog.", ano II, n.º 24, março, 1945.
Anuário Estatístico do Brasil — IBGE, 1947.
BIGARELLA, Prof. João José — "Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná", in "Bol. Geog.", ano V, n.º 55, out., 197.
BONDAR, Gregório — "Feijões cultivados no Brasil e suas pragas". Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1930.
ESPÍNDOLA SCHAEFFER, Regina — "Excursão ao Paraná e Santa Catarina. Trecho: Blumenau-Florianópolis-São Francisco-Joinville", 109a. tertúlia de 11.5.945, in "Bol. Geog.", ano II, n.º 21, 1944.
GEIGER, Pedro — "Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina. Trecho: Curitiba-Guarapuava" — in "Bol. Geog.", n.º 24, ano II, março, 1945.
"Apresentação do último relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina, a viagem Londrina-São Paulo" — in 'Bol. Geog." ano III, n.º 28, julho, 1945.
GUIMARÃES, Adir — "Formação do povo paranaense e colonização do Paraná" — in "Bol. Geog.", ano II, n.º 23, fev., 1945.
JAMES (Preston) — "A expansão das colônias do Brasil Meridional" (transcrito da "Geographical Revew"). Vol. XXX, n.º 4 — outubro de 1940. "Bol. Geogr.", ano V, n.º 49, abril, 1947. Pp. 21 a 34, 1 mapa esquemático.
LERNER, Léia — "Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina. Viagem Curitiba-Joinville-Blumenau", in "Bol. Geog.", ano III, n.º 26, maio, 1945.
MONBEIG, Pierre — "A zona pioneira do norte do Paraná", in "Bol. Geog.", ano III, n.º 25, abril, 1945.
OLIVEIRA, Beneval — "Reconhecimento geral do vale do Iguaçu-Negro". "Cultura Política". Ano IV, n.º 46. Nov. 1944, Rio de Janeiro.
PAIVA, CASTRO — "O feijão — instruções para a sua cultura" in "Bol. da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1932.
PAUWELS, (Geraldo) — "Morfogênese do litoral Catarinense". "Bol. Min. Trab., Ind. e Comércio". Ano VIII, n.º 93.
PIMENTEL, Fortunato — "Aspectos gerais da cultura do feijão no Rio Grande do Sul", in "Bol. da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio", Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.
PÔRTO DOMINGUES, Alfredo — "Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina: trecho: São Paulo-Curitiba", in "Bol. Geog.", ano II, n.º 24, março, 1945. "Trecho: Curitiba-Paranaguá", in "Bol. Geog.", ano III, n.º 25, abril, 1945.
Recenseamento de 1920
Recenseamento de 1948
TIOMNO, Mariam — "Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina: trecho Curitiba-Londrina e visita à fazenda Monte Alegre", in "Bol. Geog., ano III, n.º 28, julho, 1945.
VALVERDE, Orlando — "Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul". "Rev. Bras. de Geog.". Ano X, n.º 4, out.-dez., 1948. Pp. 477-528, 35 figs.

Inéditos

BERNARDES, Nilo — "Relatório de viagens ao Paraná e Rio Grande do Sul".
BERNARDES, Lísia M. Cavalcanti — "O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná". (Relatório da viagem ao estado do Paraná).
EGLER, Walter Alberto — "Relatório de viagem ao Rio Grande do Sul".
VALVERDE, Orlando — "Relatórios de viagens ao Paraná e Rio Grande do Sul".

O Cinqüentenário do Tratado de Petrópolis 17 de Novembro de 1903, Vitória do Conjugado Rio Branco - Plácido de Castro*

LIMA FIGUEIREDO
Consultor-técnico do C.N.G. e membro da Comissão de Divulgação Cultural

Nascido no dealbar dêste século, não vivi o ambiente da época em que foi assinado o hoje famoso Tratado de Petrópolis, todavia, me recordo muito bem das homenagens tributadas ao ínclito barão do Rio Branco, por ocasião do seu falecimento em 1912. Contava eu apenas dez anos de idade, mas tenho viva em mente a impressão que sofri com aquêle acontecimento. Em tão tenra idade, preparando-me para o exame de admissão ao Colégio Militar, imagino haver sofrido um sôpro do impacto que atingiu tôda a população carioca. O entêrro do barão foi qualquer coisa excepcional, trazendo para a rua o povo aos cachos para o adeus àquele que, dirimindo as nossas questões fronteiriças, desanuviou o horizonte do nosso futuro. Também fui para a rua com minha mãe. Assisti ao lutuoso espetáculo no meio da multidão e fui contaminado pela dor estampada em todos os semblantes. Da grandiosidade do evento ficou-me indelével recordação e nos meus ouvidos ainda soa a exclamação de minha mãe: "Meu filho, como o povo sentiu!"

Mais tarde, já primeiro-tenente, deambulei pelo território do Acre, chefiando uma expedição à zona lindeira com o Peru e a Bolívia, pude ter uma outra impressão, cuja influência no meu *ego*, foi definitiva. Ao levantar rios e varadouros, ao recensear os habitantes, estudando-lhes seus usos e costumes, ao visitar os marcos confinantes, em tudo eu sentia a presença de Plácido de Castro, cuja bravura ficou até hoje acesa, bem rutilante, no coração do povo acreano, em cujo peito, até hodiernamente, ainda se abriga a mágoa de o govêrno, julgando as terras bolivianas, haver tentado entregá-las, sem levar em conta que elas haviam sido desbravadas, domadas e ocupadas pelos brasileiros.

No oratório da admiração e da veneração daquela gente fulguram os vultos de dois bravos, de dois patriotas, de dois heróis — Rio Branco e Plácido de Castro. Um foi o soldado, foi a impetuosidade, foi a revolução, foi a alma da ressurreição de um pedaço da pátria. Outro foi o pensamento, o estudo, a reflexão, o espírito vigilante, para que não fôssem perdidos os esforços incríveis levados a cabo por brasileiros que não queriam, de forma alguma, deixar de ser brasileiros.

O Tratado de Petrópolis girou pelo conjugado Rio Branco-Plácido de Castro.

Após 26 anos de vida no estrangeiro, aportou no Rio de Janeiro, em fins de 1902. Chegava como vencedor, trazendo no brasão a marca de duas vitórias: Amapá e Missões. O povo, a imprensa, o govêrno confundiam-se nas homenagens que lhe eram tributadas com entusiasmo, com grandiosidade e, sobretudo, com sinceridade. De fato, o advogado do Brasil nas duas batalhas diplomáticas revelara-se um verdadeiro gênio.

Vitorioso, vinha Rio Branco exercer o cargo de ministro das Relações Exteriores do novel govêrno presidido por Rodrigues Alves, por cuja proteção tanto suspiramos nestes dias incríveis na nossa conjuntura atual.

Apesar de sua estirpe, apenar do *savoir faire* revelado em duas ásperas campanhas, aves agoireiras — que sempre existem — vaticinavam-lhe um de-

---

* Transcrito do *Jornal do Brasil* — Rio de Janeiro. Edição de 18-XI-1953.

sastre tremendo na solução do caso Acre, até então mal conduzida por tão longos anos. Mas "le Déstin est Maitre" e o homem veio, para felicidade nossa talhado para ser o artista magnífico da nossa integridade nacional, construindo o nosso mapa geográfico, valendo-se apenas de duas grandes armas — a lógica e a razão. Nas suas argumentações, antes e durante as conversações jamais pecou pela lógica: "Atendeu sempre à voz da razão. Manteve-se sempre e sempre numa atitude de equilíbrio perfeito, só comum aos predestinados. Levantou um monumento ciclópico, piramidal, ultra-extraordinário — o Tratado de Petrópolis — apesar dos ventos marcianos que sopravam e do rosário de erros acumulados que representavam terreno incapaz de suportar qualquer construção".

A 3 de dezembro de 1902 o barão tomou posse da pasta, para que fôra nomeado, sob a expectativa geral de como iria êle resolver a questão acreana.

As fronteiras entre o Brasil e a Bolívia deveriam ser demarcadas na conformidade do Tratado de Ayacucho, de 27 de março de 1867. Estávamos em plena guerra com o Paraguai — 1865-70 — a opinião pública boliviana não nos era favorável e, assim, foi fácil colocar-nos, nessa situação difícil, uma pedrinha na bota. A diplomacia brasileira esforçou-se, como sempre o fêz, mas premida pelas circunstâncias teve que ceder, abrindo à Bolívia várias concessões Em que pêse tudo isto, algumas precauções foram tomadas para deixar agir o porvir.

Nos mapas bolivianos, a região acreana era ignota. Não se viam rios, elevações, povoados, etc. — uma só expressão a caracterizava — "tierras no descubiertas". Para êles tudo era o desconhecido. Para nós, entretanto, a coisa era diferente. Já, em 1861, em canoa, o caboclo amazonense Manuel Urbano da Encarnação remontara o Purus. Três anos depois, êsse mesmo impávido desbravador servia de guia ao engenheiro William Chandless, a serviço da Real Sociedade de Geografia de Londres. Seu filho — Gil Brás da Encarnação — logo em seguida se adentrara por aquêles caudais com um navio a vapor. E na sua alheta seguiram os *paroaras* — nordestino empós o ouro negro — e os "regatões", geralmente sírios e portuguêses com armazéns flutuantes para barganhar mercadorias e gêneros alimentícios por borracha.

Tudo isto prova que o devassamento e a ocupação foram feitos por gente nossa e, além do mais, geogràficamente a região era nossa, pois o acesso a ela era feito normalmente pelos afluentes e subafluentes da grande calha amazônica.

Quem estudar os Tratados de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777), verificará, outrossim, que històricamente, aquela região deveria ser nossa. Contudo o Tratado de 1867 torceu a questão e deu razão a quem não a tinha — à Bolívia.

Vejamos o que pontificava o diploma: da confluência do Beni com o Mamoré, onde começa o Madeira, ao 10° 20' de latitude sul, a linha correria por êsse paralelo até encontrar o rio Javari. Se a nascente dêste estivesse ao norte daquela latitude, a linde seria uma oblíqua unindo a confluência citada à cabeceira do Javari. Um mapa denominado da *linha verde*, desenhado por Duarte da Ponte Ribeiro, o qual, quiçá, servira para a redação do Tratado de 1867, sem constar do mesmo, configura as diferentes hipóteses formuladas, sendo a linha traçada entre a confluência Beni-Mamoré e a cabeceira do Javari, a côr da esperança.

A cabeceira do Javari era uma incógnita, ninguém conhecia quais as suas coordenadas. Em 1874, Tefé e Blake fixaram-nas a 7° 1' 175" de latitude sul e 74° 8' 27" de longitude W. G. Cunha Gomes em 1897, colocou-as a 7° 11' 48,10" de latitude sul e 73° 47'44 5" de longitude W. G. Cruls e Ballivian em 1901, situaram-nas a 7° 6' 55 de latitude sul e 73° 47' 30,6" de longitude W. G. Na demarcação definitiva dos limites entre o Brasil e o Peru, em 1926, o almirante Ferreira e Silva confirmou quase cabalmente o trabalho da Comissão chefiada pelo astrônomo Luís Cruls, genitor do festejado romancista Gastão Cruls: 7° 6' 58,51" de latitude sul e 73° 47' 30,6" de longitude W. G., exatamente igual à anterior.

Pelo exposto, o manancial principal do Javari estava longe, muito longe mesmo, do paralelo de 10° 20', portanto a valer a letra do Tratado, todo o território, compreendido entre a oblíqua — a *linha verde* — e o paralelo citado, seria sem dúvida boliviano. Assim compreenderam os estadistas do Império, assim pensaram os ministros do Exterior da República até a nomeação do barão do Rio Branco. Olinto de Magalhães, que o precedeu, não só enchia a bôca em dizer que o Acre era boliviano, como se irritava se alguém afirmasse o contrário.

Rio Branco teve outra visão. Achava que o problema apresentado em 1902, já não era o de 1867. Já não se tratava de uma interpretação do Tratado e sim de uma negociação diplomática, em face dos acontecimentos supervenientes. Havia em tela um problema humano e uma questão política, com facêtas econômicas.

Desde 1851 fôra o Acre descoberto por brasileiros. A partir dessa data foi estabelecida uma corrente migratória que dia a dia se engrossava, para avolumar-se enormemente em 1877-79 pela chegada dos cearenses que, tangidos pela sêca no seu torrão, vinham cùpidamente em busca da fortuna, no Eldorado da hévea. Cada um chegava, estabelecia-se onde bem lhe aprouvesse, porque considerava aquilo terra de ninguém. Era um verdadeiro caso de *res nullius.*

Castilho Goicochêa, no seu interessante livro *Fronteiros e Fronteiras,* cita entre aspas, sem declarar o autor, o seguinte trecho bem urdido: "Desde que o Brasil o começou a possuir, ninguém mais o possuiu. Antes que o Brasil começasse a possui-lo, não o possuiu ninguém". E logo em continuação: "Ocorreu no transe, segundo Rui Barbosa, um caso de apropriação *jure occupantis,* uma vez que o Brasil reunia às condições de explorador, colonizador, organizador, administrador, os três elementos da ocupação: o descobrimento, o uso e o estabelecimento". Isto está perfeito e é Craveiro Costa quem o confirma no seu documentado *A conquista do deserto ocidental.* "O Acre é obra dêles (cearenses), como produto do seu arrôjo e da sua tenacidade o povoamento de todo o interior do Amazonas".

Apesar de o govêrno brasileiro haver declarado serem aquelas terras bolivianas, seu govêrno não podia exercer sua soberania sôbre elas, porque a isso se opunha a população brasileira em revolta e de mão armada.

A Bolívia contornou a situação arrendando o território ao Bolivian Syndicate, de capitais americanos e inglêses, sob a presidência de um filho de Teodoro Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos da América. Hoje ficou mais ou menos provado que essa emprêsa tinha o bafejo oficial dos seus países.

Seria instalado para sempre no solo livre da América o sistema das *chartered companies,* cujos resultados foram ótimos nos continentes da África e da Ásia. A Bolívia delegava uma apreciável parte da sua soberania a essa emprêsa que passaria a administrar a região, a arrecadar rendas, a manter a ordem pública, para isso podendo manter fôrça armada.

Rio Branco não quis enfrentar ao mesmo tempo a Bolívia e o Syndicate, para isso usou sua influência internacional e resolveu, primeiramente o caso com êste, o que consegue obtendo, em New York, a renúncia de todos os direitos e favores que lhe haviam sido concedidos pelo contrato de 11 de junho de 1901 entre Félix Aramayo, ministro da Bolívia em Londres e Frederik Whitridge. Por essa desistência, o Sindicato recebeu dez mil libras, o advogado mil e o agente quatro mil, perfazendo um total de 15 mil libras. Estávamos em fins de fevereiro de 1903, quando êsse forte empecilho foi debelado. Rio Branco mostrara-se perfeito e notável estrategista, separando os adversários para batê-los por partes.

Enquanto isso, a revolução iniciada dèbilmente no fim do século XIX, estava crepitante qual fogueira de fortes labaredas, sob a direção máscula e bem orientada do agrimensor gaúcho Plácido de Castro. Vencera as tropas regulares bolivianas que foram mandadas contra êle, prendera o próprio ministro da Guerra, coronel Montez e levara suas tropas até o rio Orton, muito e muito ao sul da nossa atual fronteira.

Rio Branco insistiu junto ao govêrno boliviano, no sentido de ser mantido um *modus vivendi,* a fim de que pudessem entrar em negociações. Houve relutância por parte do país amigo que, para comêço de conversa, exigia fôssem os acreanos desarmados. Nosso chanceler não podia aceitar isso, por humilhante. E ficou firme no seu ponto de vista. A Bolívia concordou. Mas, mesmo assim, o presidente da República, general Pando, resolve êle mesmo pôr-se à frente de uma tropa e a marchar para o Acre. Nosso govêrno, por indicação de Rio Branco, teve que tomar, também, uma medida excepcional. Determinou aos ministros da Guerra e da Marinha que ocupassem militarmente o território do Acre. Ràpidamente a medida foi posta em execução, num exemplo de eficiência e disciplina. Uma brigada, comandada pelo general Olímpio da Silveira operaria no próprio Acre; outra, comandada pelo general João César de Sampaio, atuaria pelo sul em Mato Grosso.

Diante de tal dispositivo, o *modus vivendi* entrou em pleno vigor e dêle teve Plácido conhecimento, quando, já há cinco dias, sitiava, em Puerto Rico, a vanguarda das tropas do general Pando. De modo eloqüente deu prova do seu elevado patriotismo, suspendendo as operações e prestando obediência ao general brasileiro.

Muitos cronistas na ânsia de realçar a figura de Plácido de Castro têm desmerecido a ação da fôrça do Exército e criticado as atitudes do general Olímpio da Silveira. Precisamos fazer justiça a essa brigada de observação e ao seu comandante, visto como a missão a ela atribuída era delicada e dificílima. Exigia muita habilidade, porque havia a necessidade de parar a ação dos heróicos revolucionários sem melindrá-los. Isso se tornava mais difícil, porque Plácido de Castro tinha a sensibilidade à flor da pele. Qualquer coisinha o chocava e isso deveria ser evitado a todo transe, porque êle era o verdadeiro "pai do Acre".

As negociações marcharam a contento, e a 17 de novembro de 1903 na risonha cidade serrana de Petrópolis, com êste nome, foi o tratado assinado, fixando, sem desdoiro para ninguém, as fronteiras, entre o Brasil e a Bolívia.

Bem certo andou Álvaro Lins, quando afirmou: "O Tratado de Petrópolis, com efeito, é uma obra de geógrafo, de diplomata e de político. O próprio Barão comparou-o nas conclusões da exposição de motivos, com as suas duas tarefas anteriores (Missões e Amapá) como a dizer claramente que também êle o considerava a sua obra-prima".

Na diplomacia — foi a coisa mais perfeita que fizemos. Só um Rio Branco seria capaz de realizá-la aproveitando de um modo sagaz e elevado a ação dos insurretos acreanos capitaneados por Plácido de Castro.

Pelo Tratado fomos obrigados a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, livrando o trecho encachoeirado do grande formador do Madeira. Essa ferrovia tornou-se um denominador comum de interêsses entre os dois países colidantes, portanto um polarizador de amizade internacional.

Deveríamos construir outrossim um ramal para Vila Bela, mas como o traçado da ferrovia se acolchetou no curso d'água o ramal quase se resumiria numa ponte sôbre o Mamoré. Por isso não foi feito. Quiçá houvesse aí dedo de Deus, porque a verba a êle destinada deu motivo à lembrança da estrada Brasil-Bolívia, entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, onde foi empregada.

Destarte está o grande chanceler ligado à construção do eixo transcontinental Santos-Arica.

Quando os homens atuam com os olhos voltados para o bem, defendendo os interêsses pátrios sem desprezar a amizade que deve unir os povos, o futuro encarrega-se de tornar maior, mais esplendorosa, mais benéfica, a obra que ergueram. Rio Branco foi assim.

Ao comemorarmos o cinqüentenário da assinatura do Tratado de Petrópolis ergamos dos túmulos Rio Branco e Plácido de Castro para festejarmos a paz e a felicidade da família americana.

☞ **Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.**

Evolução, Definições, Objeto e Divisões da Geografia*

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
Conselho Nacional de Geografia

Evolução da Geografia — a Geografia é uma das mais antigas ciências e desde as primeiras épocas foi praticada pelos viajantes. Paradoxalmente diz André Cholley, que embora os conhecimentos geográficos tenham interessado aos primeiros sábios, esta é uma das mais novas ciências, pois sòmente a partir do século XIX com o aparecimento dos trabalhos de Alexandre Humboldt e de Karl Ritter é que realmente a Geografia, começou a ser feita com métodos e princípios próprios. O grande característico da Geografia moderna é o de se ter tornado uma ciência explicativa.

A evolução da Geografia no tempo pode ser sintetizada nas seguintes etapas, segundo Pierre Deffontaines: 1) *Nomenclatura,* 2) *Mensuração,* 3) *Descrição,* 4) *Classificação* e 5) *Explicação.*

1) A primeira fase constitui apenas na denominação de diversos lugares. Qualquer tribo tem capacidade de dar nomes aos diferentes acidentes que aparecem na superfície da crosta terrestre, como: aos rios, aos lagos, às montanhas, aos fenômenos atmosféricos (raio, trovão, chuva).

Na Geografia atual existe a nomenclatura, mas apenas como um auxiliar, pois é indispensável, porque quando se faz a explicação de um fenômeno, somos obrigados a localizá-lo no espaço e no tempo.

2) Na etapa da mensuração temos a destacar os trajetos percorridos pelos diferentes navegantes, entre um ponto e outro que suscitaram dúvidas quanto à sua duração. Tendo em vista precisar as suas distâncias entre um ponto e outro começaram então as medidas. Mas, não apenas medidas de distância preocuparam os antigos geógrafos, mas também as medidas da Terra.

3) Todo o itinerário percorrido merece uma descrição, e durante muito tempo a Geografia permaneceu na fase descritiva.

4) O adiantamento da Geografia fêz com que esta não se contentasse apenas em descrever os fenômenos, procurou realizar classificações tornando assim a Geografia uma ciência mais original.

5) É no entanto a fase da *explicação* que tornou a Geografia uma ciência. A Geografia é essencialmente a ciência dos *porquês* e da sua explicação. O espírito explicativo da Geografia corresponde à necessidade essencial de compreender as causas das cousas.

Procuramos mostrar que através das diversas etapas evolutivas da Geografia, partiu esta da simples nomenclatura, isto é, denominação das cousas, gentes e lugares, até chegar ao máximo de desenvolvimento na fase *explicativa,* onde o geógrafo além da *descrição* tem o seu espírito voltado para o problema dos *porquês,* e a respectiva explicação.

No início a Geografia se resumiu em singelas listas de nomes ou de fatôres que serviam até como complemento a outros interêsses, constituindo-se assim etapa de simples *nomenclatura* ou *enumeração* de fatos e acidentes. Esta preparação do espírito geográfico foi necessária e podemos mesmo denominá-la de

---

* O presente artigo resultou das notas de aulas por nós ministradas na Faculdade Fluminense de Filosofia. Tais apontamentos nos foram cedidos pelas alunas Aidil Ferreira de Carvalho e Marlene Antonieta de Aragão. Visa êste trabalho fornecer aos alunos recém-ingressados na Faculdade, uma orientação de como devem preparar cada ponto do programa.

A bibliografia que acompanha êste trabalho foi organizada pelo estagiário Ricardo Rossi, sob orientação do autor.

fase subsidiária à *descrição*. Esta toma geralmente o colorido de quem escreve, e por vêzes pode acarretar o desenvolvimento de idéias perigosas para a própria humanidade.

Voltando as vistas para a história da Geografia, encontramos narrações de viagens fantásticas e fatos imaginários no decorrer da idade média. Hoje, os geógrafos se preocupam em descrever e explicar o que é *típico* na paisagem de modo que os fatos extravagantes e as próprias *aberrações* que por ventura possam aparecer numa paisagem não constituem motivo de digressão por parte do geógrafo.

Alguns autores chegam no entanto a negar à Geografia o direito de ser considerada como ciência, e isto por causa dos inúmeros dados, ou auxílio que recebe de outras ciências. E, a êste propósito torna-se interessante transcrever o que disse H. J. Fleure em seu livro "Introdução ao estudo da Geografia": "Em certo sentido, a maior parte das ciências especializadas podem considerar-se como ramos da Geografia, e há assim um fluxo incessante entre os estudos geográficos e outros, o que torna difícil a delimitação do campo próprio daqueles". (p. 7).

Antes de passarmos a estudar diversos conceitos a propósito do que se deva entender por *Geografia* é necessário acentuar que estas diferentes etapas a que nos referimos linhas acima, constituem *etapas do desenvolvimento das ciências geográficas,* já que esta, surgiu com caráter de *ciência independente* a partir dos trabalhos escritos no século XIX. Aliás insistimos neste fato tendo em vista que a Geografia não era ensinada como disciplina autônoma, e sim subsidiária de outras.

Definições da Geografia — na escola primária procura-se definir a Geografia de modo simples, analisando o significado da própria palavra: *Geo* — terra, *grafia* — descrição. Todavia no curso secundário tal conceito já é pôsto de lado, e os professôres procuram mostrar que a fase da simples descrição, já foi ultrapassada por esta ciência.

Acentuam, ainda na definição que até bem pouco tempo a Geografia consistia na decoração de listas intermináveis de acidentes de relêvo, de países produtores (produção vegetal, extrativa, mineral, etc.), cidades principais, ferrovias e rodovias importantes, etc. Após esta ênfase definitória, uma grande maioria cai justamente nesse campo cômodo do ensino decorativo, mas totalmente inócuo para o aprendizado da *Geografia ciência*.

No curso superior não se corre o mesmo risco e os alunos têm o suficiente amadurecimento para reclamar do professor um ensinamento científico, e além do mais propor a êste uma reflexão melhor do próprio conceito do que venha a ser a *Geografia*. Existe um grande número de definições, e pràticamente uma para cada autor. No entanto tôdas as definições procuraram mostrar: 1 — Que a Geografia é uma ciência. 2 — Que é um estudo da paisagem global ou regional. 3 — Que ela é um estudo das interrelações dos meios físicos e humanos.

Assim, segundo Emanuel De Martonne, a Geografia é a ciência que estuda a distribuição na superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas desta distribuição e as relações locais dêstes fenômenos.

Para Pierre Deffontaines a Geografia é a ciência do estudo da paisagem da Terra e dos agentes que elaboram essas paisagens. Podemos dizer que a Geografia é o estudo da paisagem cultural.

Everardo Backheuser definiu a Geografia como sendo a ciência que estuda as relações de interdependência, isto é, as ações e reações que exercem uns sôbre os outros, solo, clima e homem, em determinada região da superfície da Terra e em dado momento de sua história.

Para Pierre Gourou é a Geografia essencialmente descrição e explicação das paisagens. Nada mais é do que o estudo das diferentes paisagens existentes entre os diversos lugares e a explicação dessas paisagens.

Amorim Girão definiu a Geografia como a ciência da descrição e da interpretação dos traços fisionômicos da superfície da Terra, aplicando-se-lhe aquêles qualificativos, quando se considera a parte que nessa interpretação cabe aos diversos fenômenos físicos, biológicos e humanos que se manifestam sôbre essa mesma superfície.

Para Artur H. Neiva, a Geografia é a ciência que estuda áreas localizadas na superfície da Terra, numa época determinada, observando, situando e descrevendo suas semelhanças e diferenças, indicando as causas mesológicas, bio e ecológicas, sociais e culturais que as ocasionam, explicando os processos complexos das ações, interações e reações múltiplas entre elas e o meio e formulando as leis relativas ao conjunto de fenômenos considerados.

O Dr. Neiva analisando os diversos conceitos existentes propôs o que acima transcrevemos, com a justificativa de que na definição devem estar contidos os seguintes itens:

I — A Geografia é uma ciência.
II — A multiplicidade relativa dos fenômenos geográficos no tempo.
III — A localização das áreas na superfície da Terra.
IV — As semelhanças e diferenças entre essas áreas.
V — A existência de causas determinantes dessas semelhanças e diferenças.
VI — A multiplicidade dessas causas.
VII — A sua ação simultânea e interação recíproca.
VIII — A reação do meio sôbre as causas.
IX — Essas ações e interações se realizam através de um processo complexo que deverá ser explicado.

Para M. R. Ficheux: "A Geografia é a localização, a descrição, a explicação e a comparação das paisagens e das atividades humanas na superfície do globo".

Conceito lablachiano da Geografia — Vidal de La Blache considerou a Terra como um organismo vivo, por causa da influência das ciências biológicas em sua formação. O objeto essencial da Geografia passou a consistir nas conexões dos três estados da matéria: sólido, líquido e gasoso e nas ações e reações recíprocas do mundo terrestre e do meio vivo.

Objeto da Geografia — Partindo da própria definição da Geografia dada por De Martonne, o objeto da Geografia é o de estudar os fenômenos físicos, biológicos e humanos na superfície do globo terrestre em suas múltiplas relações. Pode-se dizer por conseguinte que o objeto da Geografia é o de descrever e interpretar as diversas paisagens existentes na suprfície do globo.

Divisão da Geografia — desde os mais remotos tempos vamos encontrar duas divisões no campo da ciência geográfica: 1) *Geografia Geral,* 2) *Geografia Descritiva,* que constitui aproximadamente o que denominamos atualmente de Geografia Regional. Assim se tomarmos como ponto de partida a ciência geográfica, na Grécia antiga, observamos de um lado a *Escola Jônica,* preocupada com a *Geografia Geral* e de outro a *Escola de Alexandria,* com a *Geografia Descritiva.*

A *Geografia Geral,* é aquela que estuda os fenômenos geográficos na superfície do globo de modo sistemático, isto é, considerando os diversos fatôres geográficos em tôda a área do globo terrestre.

A *Geografia Regional* que constitui a síntese do trabalho geográfico, estuda áreas localizadas na superfície do globo, porém, considerando todos os fatôres geográficos correlacionados.

As divisões da Geografia são muito variadas segundo os diferentes autores, porém, todos são acordes em considerar a existência dessas duas grandes divisões. Mas, o mais difícil é acomodar e comparar os assuntos colocados dentro de cada grande divisão.

André Cholley no seu livro intitulado "Guide de l'Etudient en Géographie" dividiu a Geografia do seguinte modo:

I) Geografia Física Geral
1) Morfologia
2) Climatologia

II) Geografia Humana Geral

1) Geografia Demográfica e Social
2) Geografia Econômica
3) Geografia Política

O autor não entra em pormenores colocando uma nota infra-paginal (pág. 60), na qual diz que apenas cuidará das duas primeiras divisões.

O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães apresentou recentemente um trabalho interessante no qual êle dividiu a Geografia do seguinte modo:

I) *Geografia Sistemática*

1) Geografia Sistemática Genérica
2) Geografia Sistemática Específica

II) *Geografia Regional*

1) Geografia Regional Genérica
2) Geografia Regional Específica

A *Geografia Sistemática* é o estudo da superfície da Terra em seu conjunto, analisando cada um dos fatôres geográficos de modo analítico. Ex.: estudo do relêvo, clima, a vegetação, *habitat*, cidades, etc.

A Geografia Sistemática Específica, usa o mesmo esquema da Sistemática Genérica, encarando, todavia, áreas mais restritas.

Ex.: o estudo geográfico da A. do Norte.

Os assuntos obedecem à seguinte ordem:

1) estrutura e relêvo
2) hidrografia e lagos
3) clima e vegetação
4) vida humana:
   a) população
   b) raças
   c) colonização
   d) línguas e religião
5) vida cultural
6) vida econômica

A Geografia Regional compreende os estudos complexos onde o geógrafo analisa os diversos fatôres geográficos correlacionando-os. Atualmente a Geografia está caminhando para as sínteses regionais.

A Geografia Regional Genérica compreende o estudo dos diferentes fatôres geográficos semelhantes. Ex.: Geografia das regiões de florestas tropicais; Geografia das regiões desérticas: a) desérticas quentes; e b) desérticas frias.

A Geografia Regional Específica estuda áreas mais localizadas, com extensões muito variáveis, sendo todavia, constituída por uma região natural.

Outra divisão da Geografia é que está sintetizada na fig. 1 da autoria do Prof. Edward A. Ackermann, (Treinamento do geógrafo, pesquisa em tempo de guerra e objetivos profissionais imediatos, in: Bol. Geográfico n.º 55) onde vemos a existência de duas grandes divisões da Geografia, cujos resultados convergem para a *Síntese Geográfica Regional Completa*. Interessante seria também realizarmos uma crítica pormenorizada das divisões feitas dentro da *Geografia Física* e da *Geografia Humana*.

Após estas considerações a propósito das divisões feitas na Geografia segundo o *campo de estudo*, passaremos agora a tratar das *divisões da Geografia segundo a natureza dos fenômenos que estuda*

Geografia Matemática: 1) Geografia Astronômica, 2) Cartografia.

Geografia Física: 1) Geomorfologia (elemento sólido), 2) Hidrografia (elemento líquido) e 3) Climatologia (elemento gasoso).

Geografia Biológica: 1) Geografia Botânica ou Fitogeografia, 2) Geografia Zoológica ou Zoogeografia.

Geografia Humana: 1) Geografia Humana pròpriamente dita, 2) Geografia Econômica, 3) Geografia Política.

A Geografia Matemática compreende assuntos que segundo alguns autores, são colocados como subdivisões da Geografia Física. Da mesma maneira a Bio-

geografia, isto é, a Fitogeografia e a Zoogeografia. Um dos melhores exemplos que podemos citar, para ilustrar estas nossas afirmações é o "Tratado de Geografia Física", do professor E. De Martonne.

Outro fato que é preciso salientar é o de que a *Geografia Econômica* segundo certos autores já deve constituir uma grande divisão da Geografia à semelhança da Geografia Física e da Geografia Humana. Por conseguinte não deve ser considerada como um capítulo da Geografia Humana.

No que diz respeito à *Geografia Astronômica* certos autores preferem a denominação de *Cosmografia,* uma vez que assim considerando, estão mais de acôrdo com o espírito da Geografia — ciência sintética — que estuda a Terra como astro, sendo assim quase um resumo da Astronomia.

Ciências auxiliares da Geografia — a Geografia é definida por certos autores como sendo uma ciência sintética. De grande número de ciências recebe a Geografia subsídios. Resumidamente podemos apresentar o seguinte quadro:

1 — Geografia Matemática:	Matemática Geodésia Topografia Desenho Cartográfico Astronomia
2 — Geografia Física:	Geologia Meteorologia Hidrologia Oceanologia Pedologia Química Física
3 — Geografia Biológica	Zoologia Botânica
4 — Geografia Humana:	Demografia Antropologia Sociologia Economia Política Estatística Política História

Êste quadro sumário é incompleto, porém, fácil de guardar de memória, tendo em vista que apenas destacamos as ciências auxiliares, que realmente podem ser consideradas *fundamentais* para a Geografia. Além do mais estas ciências forneceram subsídios à Geografia como um todo, e discriminando por partes, acontece que seria necessário uma repetição às vêzes, e o melhor exemplo é o caso das ciências auxiliares da Geografia Física e da Geografia Biológica que devem ser consideradas em conjunto. Todavia para facilidade didática é que apresentamos semelhante divisão.

O Prof. F. A. Raja Gabaglia em seu trabalho intitulado "Geografia e Política Geográfica" referindo-se às relações entre a Geologia e a Geografia Física e a Geografia Humana, teve oportunidade de salientar que: "O velho conflito entre Geologia e Geografia Física e o menos velho entrechoque da Geografia Humana com a Sociologia são assuntos que mantêm a inquietação dos profissionais sôbre o objeto, o método e a técnica das ciências geográficas". Por conseguinte não podemos deixar de insistir que um dos mais difíceis problemas para a Geografia é conseguir realmente delimitar o seu campo de estudo uma vez que no momento ela aparece como sendo uma síntese de conhecimentos que dizem respeito à paisagem.

A Geografia tal como é concebida com esta série de adjetivações, caminha cada vez mais em sentido oposto ao seu próprio objeto, qual seja o da *síntese.* A Geografia está ganhando muito em profundidade, porém, está fragmentando-se

demais. E, continuando a especialização nas *geografias adjetivadas*, podemos afirmar sem mêdo de errar que breve será o fim, a não ser que venha a se desenvolver com mais afinco a *Geografia Regional*. O estudo dos fenômenos correlacionados em áreas individualizadas da superfície do globo é que constitui realmente o campo da Geografia, e não o estudo dos diferentes elementos de modo analítico.

O estudo analítico pode ser feito por especialistas diversos, e com muito mais segurança que o próprio geógrafo. Todavia não podemos deixar de esclarecer que para fins didáticos e, para efeitos de preparação do *geógrafo* (no sentido regionalista), realmente não há outro processo que não seja o de fornecer os elementos de Cartografia, de Geografia Física, de Biogeografia, de Geografia Humana (*lato sensu*) e o método regionalista. Após esta preparação didática, acompanhada de trabalhos práticos e de campo ter-se-á o *geógrafo*, que deverá especializar-se em áreas e não nos elementos analíticos da Geografia.

A — *ASSUNTOS DE ESTÁGIO*.

Vamos passar em seguida a apresentar alguns temas que poderão servir de estágio a propósito do primeiro ponto. Visando, no entanto, a facilitar o trabalho do aluno e a título de exemplo vamos dar o esbôço, ou melhor o plano de seis temas propostos:

1 — *É a Geografia uma ciência?*

I) Introdução
II) Que é ciência?
III) Campo de estudo da Geografia e suas relações com as demais ciências
IV) Princípios e métodos da Geografia
V) Conclusões
VI) Bibliografia

2 — *Geografia Humana e suas relações com as ciências naturais*:

I) Introdução
II) Relações da Geografia Humana com as outras ciências .

a) Pedologia
b) Meteorologia Agrícola
c) Geologia Econômica
d) Biologia
e) Zootécnica
f) Silvicultura

III) Geografia Humana e suas relações com as ciências sociais:

a) Sociologia
b) Antropologia
c) Estatística
d) Demografia
e) Arqueologia
f) História e Pré-História
g) Economia Política
h) Política

IV) Conclusões

V) Bibliografia

3 — *Geografia Regional e Geografia Humana Geral.*

I) Introdução
II) Geografia Humana geral e seu campo de estudo
III) Geografia Regional — conceitos e sua importância nos estudos geográficas
IV) Conclusões
V) Bibliografia

4 — *Importância das ciências auxiliares para a Geografia*

I) Introdução
II) Geografia — objeto e campo de estudo
III) Que se entende por ciência auxiliar ou afim?
IV) Contribuição das ciências naturais para a Geografia Astronômica, Física e Biogeografia
V) Contribuição das ciências sociais ou humanas para Geografia Humana em sentido amplo
VI) Conclusões
VII) Bibliografia

5 — *Evolução da Geografia*

I) Introdução — Evolução histórica da Geografia: *a*) na antiguidade, *b*) na idade média, *c*) na idade moderna e *d*) na idade contemporânea.
II) Evolução da Geografia no tempo.

A) Descrição — Nomenclatura

B) Localização
- Espaço
  - Forma
  - Tamanho
  - Perímetro
- Posição
  - Situação em relação às grandes massas d'água; na superfície do globo, etc.

C) Explicação (métodos de estudo)

III) Contradições sôbre o verdadeiro campo de estudo da Geografia
IV) Divisão da Geografia

A) Segundo o campo de estudo

1) Geral
2) Regional

B) Segundo a natureza do fenômeno estudado

1) Geografia Matemática
2) Geografia Física
3) Geografia Biológica
4) Geografia Humana

V) Definição de Geografia
VI) Conclusões
VII) Bibliografia

6 — *Evolução dos conhecimentos geográficos no decorrer do século XIX.*

I) Introdução
II) Considerações gerais a respeito das principais idéias que norteavam a Geografia naquele século
III) Contribuição da escola geográfica alemã — Humboldt, Ritter, Ratzel, Richthofen, Penck, Philippson, Hettner e outros.
IV) Contribuição da escola francesa e os trabalhos de Vidal de La Blache
V) Desenvolvimento da escola geográfica americana
VI) Conclusões
VII) Bibliografia

B — *BREVE QUESTIONÁRIO.*

1 — Qual a evolução da Geografia segundo Pierre Deffontaines?
2 — Explicar o desenvolvimento da Geografia nas seguintes fases de sua evolução: descrição, localização e explicação.

3 — Alguns conceitos referentes à Geografia e a explicação do conteúdo dos mesmos.

4 — Divisões da Geografia, segundo o campo de estudo e a importância dessas divisões.

5 — Divisão da Geografia segundo a natureza dos fenômenos de que se ocupa e as ciências auxiliares.

6 — Importância dos estudos sistemáticos e regionais da Geografia.

C — *COMENTÁRIO DE DOIS ARTIGOS PUBLICADOS NO "BOLETIM GEOGRÁFICO"*:

1 — "Conceito de Geografia Regional e terminologia das divisões geográficas" Fábio de Macedo Soares Guimarães — In: "Boletim Geográfico" n.º 82.

2 — "A Geografia moderna, o professorado, e o papel no Brasil das faculdades de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia", José Veríssimo da Costa Pereira — In: "Boletim Geográfico", n.º 84.

D — *TÓPICOS PARA REFLEXÃO*:

1 — Só passam a ser considerados geográficos os fenômenos passíveis de fixação em certo e determinado lugar. Êsse lugar pode ser grande ou pequeno, a superfície da Terra ou a área de um simples coro, não importa, o fundamental para a Geografia é que haja um local. Inversamente, desde que não suporte localização o fenômeno não entra no campo da Geografia.

2 — Repare-se que o princípio da localização, é evidentemente aplicável à Geografia Física quanto à Geografia Humana, e em qualquer dos múltiplos setores de ambos, o que mostra sua generalidade. Por isso mesmo, é o mais próprio a lhe servir de alicerce quando se considera a Geografia como ciência dedutiva e unitária, na qual os parcelamentos sucessivos são antes de ordem didática que de natureza filosófica. A localização é pois, mais do que um princípio basilar da Geografia porque é a sua mesma essência.

3 — Alguns, abandonando a estrada real dos raciocínios sadios, preferem, principalmente, em Geografia Humana, embarafustar pelos ínvios caminhos das minúcias secundárias. Tomar de fato, para fundamento essencial da Antropogeografia, os gêneros de vida da população ou a maneira, produtiva ou improdutiva, de aproveitar o solo, é visivelmente erigir o particular, poderíamos mesmo dizer, o particularíssimo, em geral e começar o edifício do telhado para as fundações.

4 — Os fenômenos geográficos decorrentes da posição fornecem à Geografia Humana os mais controvertidos dos seus problemas. É de fato fácil tombar em exagerado determinismo tôda vez que se empresta subordinação muito rígida dos fatos geográficos às imposições do chamado meio físico que afinal nada mais é que modalidades variadíssimas de circunstâncias situacionais. Alguns, como Montesquieu, já se deixavam impressionar por êle antes de Darwin. A corrente se acentuou porém, depois que o sábio inglês expôs suas revolucionárias doutrinas. Taine e Demoulins, em França, Huntington e outros autores norte-americanos são corifeus da teoria. O próprio Vidal de la Blache não conseguiu fugir a êsse determinismo assoberbante, como se pode ver lendo "Principes de Géographie Humaine". Ratzel tem sido violentamente acusado de determinista, vítima como outros, dessa doença que grassou em todos os campos científicos em fins do século XIX e ainda tem caráter epidêmico nos Estados Unidos.

5 — Reconhecemos, porém, agora, que a Geografia não é senão a Geologia atual e que a Geologia em sua totalidade não é senão a

adição, a integração de tôdas as Geografias que o mundo viu, das quais a última é a atual Geografia. É preciso esperarmos ainda uns 20 anos, pelo menos, para que êste importante princípio de continuidade produza o seu justo efeito no ensino de nossa ciência.

6 — Uma outra causa importante do atraso sofrido decorre da concepção demasiadamente geral da Geografia como ciência empírica, contentando-se em saber da existência de uma montanha de tal altitude, tendo tanto de longitude e tanto de latitude; que há um rio que corre numa certa direção, com percurso de tantos quilômetros, para se lançar finalmente, em determinado oceano. O espírito explicativo da filosofia evolucionista só entrou na Geografia muito tarde, e lhe resta ainda muito que fazer.

7 — Compreendemos de início que a Geografia abrange o aspecto atual da Terra, e que o aspecto atual, é de todos os modos, uma herança de aspectos anteriores; por conseguinte, que devemos tratar de seu aspecto atual não empìricamente, como se êle não tivesse nenhuma relação com os períodos geológicos, mas sempre de uma maneira explicativa, reconhecendo a cada passo que o presente não é senão o desenvolvimento do passado.

8 — Todavia o geógrafo que prefere se servir do instrumento empírico tem suas respostas prontas para responder aos meus argumentos, e eu os conheço bastante por tê-los ouvido tantas vêzes! O geógrafo empírico vos dirá que as imagens dedutivas são de natureza tão teórica, que são de segurança duvidosa; que, quanto a êle prefere fiar-se mais nos fatos diretamente observados e nas simples generalizações indutivas que daí decorrem; que se contenta com os têrmos já introduzidos na nossa ciência e conhecidos de longa data, e que acha os têrmos novos pouco úteis e muitas vêzes apenas inteligíveis. Acrescentará que na sua opinião, os geógrafos fazem muito bem em não se arriscarem demasiadamente em especulações sôbre os processos do passado, que, aliás, pertencem antes à Geologia do que à Geografia e que melhor se faria seguir sempre o método da observação direta, o caminho seguro que já nos conduziu tão bem e tão longe, e no qual se pode ter completa confiança, em vez de nos arriscarmos adotando tôdas as maneiras hipotéticas e dedutivas dêsses tempos modernos e iconoclastas.

9 — Quanto à objeção de que a descrição explicativa da forma do terreno não é senão Geologia, certamente como já o disse, ela o é, como a Climatologia é Física. A Geografia inteira não é senão a última página dêste grande volume da história terrestre que constitui a Geologia, e da qual mesmo os geólogos ainda não conseguiram decifrar a primeira. Mais ainda, a Geografia, última página dêste grande volume é a página pela qual todo geólogo começa seus estudos, e sôbre a qual se fundam todos os princípios de sua ciência; o que não impede porém que sejam, não os geólogos, mas os geógrafos bons conhecedores da Geologia que nos forneçam os melhores quadros geográficos de nossas paisagens e de nossos países. Se, por meio de nossas descrições explicativas de nossas paisagens atuais, penetramos, nós geógrafos, nos domínios dos geólogos, nada fazemos senão seguir o ótimo exemplo que êles nos deram, fundamentando tôda a ciência dêles da Terra antiga sôbre os nossos domínios, quer dizer, sôbre os fatos da Terra atual.

10 — Como ciência de observação, ensina a "ver", o que é precisamente o mais importante, o que é típico, traçando uma espécie de fundamento do quadro geográfico, a paisagem clássica, a casa típica, a vida profunda, a beleza íntima. Destina-se, conforme

Deffontaines, a fazer compreender melhor tudo o que há de particular em cada região, porque permite adquirir essa noção essencial na disciplina da observação que é a "noção" de tipo".

11 — Estabelecendo a aproximação entre as ciências da natureza e as culturais, a Geografia é bem uma ciência viva, sintética e original que realiza, na vida do espírito, uma ação equilibradora.

12 — A Geografia moderna, portanto, não é uma evolução completa da Geografia clássica, da Geografia tradicional. Pelo contrário, ela procura renovar, tendo a região por base, pois a tradicional divisão de Geografia Física e Humana não cabe mais. A Geografia, hoje é, em outras palavras, o estudo dos contrastes regionais.

13 — Sinto, quando discutimos entre técnicos, a dificuldade que temos para definir claramente e delimitar precisamente o campo da Geografia Humana. Sinto muitas vêzes, e vejo na face de cada técnico, a dificuldade até de definir a Geografia Física. Por que? Porque nos esquecemos de que a Geografia Humana é um título geral e é constituída na realidade de Geografia Econômica, Política, etc. Na Geografia Física acontece a mesma coisa e consideramos a climatologia, o relêvo, etc., como se fôssem títulos à parte.

14 — A Geografia de hoje examina a localização, ou melhor, a distribuição dos fenômenos na terra e os contrastes que cada grupo de fenômenos homogêneos possa apresentar. Portanto, a definição muito sumária de que a Geografia é o estudo dos contrastes regionais, poderia dar causa a uma série de divagações, que não vou fazer. Entretanto, a Geografia Regional tornou-se quase sinônima de Geografia Utilitária, devido ao método de estudar os problemas e às conclusões a que chega e às sugestões de caráter evolutivo que apresenta. A Geografia hoje começou a adquirir um caráter dinâmico.*

E — *Bibliografia sumária:*

Ackerman, Edward A. — "Treinamento geográfico, pesquisa em tempo de guerra e objetivos profissionais imediatos" — "Boletim Geográfico", ano V, n.º 55, outubro de 1947, pp. 780 a 795.

Araújo Feio, José Lacerda de — "A Biogeografia e os outros setores da Geografia". As etapas de um trabalho biogeográfico. In "Revista Brasileira de Geografia", ano XII, n.º 3, julho-setembro de 1950, pp. 445 a 470.

Azevedo, Aroldo de — "Dez anos de ensino superior de Geografia" In: "Revista Brasileira de Geografia", ano VIII, n.º 2, abril-junho de 1946, pp. 227 a 242.

Azevedo, Prof. Aroldo de — "O ensino da Geografia européia nos cursos secundários" — "Boletim Geográfico", ano III, n.º 32, novembro de 1945, pp. 1078 a 1079.

— "Dez anos de ensino superior de Geografia (121ª tertúlia)" — "Boletim Geográfico", ano IV, n.º 39, junho de 1946, pp. 314 a 323.

Backheuser, Prof. Everardo — "Alguns conceitos geográficos e geopolíticos" — "Boletim Geográfico", ano IV, n.º 40, julho de 1946, pp. 403 a 409.

— "Fronteiras da Geologia e da Geografia e a unidade desta ciência" — "Revista Brasileira de Geografia", ano III, n.º 3, pp. 637 a 646.

— "O ensino da Geografia" — "Boletim Geográfico", ano IV, n.º 43, outubro de 1946, pp. 805 a 808.

---

* Os itens de 1 a 4 são do artigo intitulado "Os fatos fundamentais da Geografia", do Prof. Everardo Backheuser — "Boletim Geográfico" n.º 16; de 5 a 9 são do artigo "O Espírito Explicativo na Geografia Moderna", do Prof. W. M. Davis — "Boletim Geográfico" n.º 24; 10 e 11, do artigo "A Propósito da Evolução, Conceito e Método da Geografia", do Prof. José Veríssimo da Costa Pereira — "Boletim Geográfico" n.º 22; e de 12 a 14, são do artigo "Geografia: Ciência Moderna a Serviço do Homem", do Prof. Jorge Zarur — "Revista Brasileira de Geografia", n.º 3.

— "Os fatos fundamentais da Geografia" — "Boletim Geográfico", ano II, n.º 16, julho de 1944, pp. 399 a 403.

Bowman, Isaiah — "Interpretação Geográfica" (Comentário) In: "Revista Brasileira de Geografia", ano XIII, n.º 1, janeiro-março de 1951, pp. 91 a 101.

Cholley, André — "Guide d'Etudient en Géographie".

Costa Pereira, Prof. José Veríssimo — "Evolução, conceito e método da Geografia" — "Boletim Geográfico", ano II, n.º 22, janeiro de 1945, pp. 1477 a 1481.

— "A Geografia Moderna, o Professorado, e o Papel no Brasil das Faculdades de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia" — In: "Boletim Geográfico", ano VII, n.º 84, março de 1950, pp. 1395 a 1400.

Dagenais, Pierre — "Estudo do meio, base do ensino da Geografia" — "Boletim Geográfico", ano II, n.º 18, setembro de 1944, pp. 837 a 839. (Tradução).

Davis, W. M. — "O espírito explicativo na Geografia moderna" — "Boletim Geográfico", ano II, n.º 24, março de 1945.

Delgado de Carvalho, C. M. — "Evolução da Geografia Humana" — In: "Revista Brasileira de Geografia", ano III, n.º 2, abril-junho de 1941, pp. 422 a 431.

— "As excursões geográficas" — "Boletim Geográfico", ano V, n.º 59, fevereiro de 1948, pp. 1217 a 1220.

— "Geografia e Estatística" — "Boletim Geográfico", ano I, n.º 2, maio de 1943, pp. 9 a 18.

Delgado de Carvalho, C. M. — "O sentido geográfico" — "Boletim Geográfico", ano III, n.º 25, abril de 1945, pp. 7 a 10.

— "Metodologia do ensino geográfico" — Rio de Janeiro, 1925.

— "As três características do ensino geográfico" — "Boletim Geográfico", ano II, n.º 23, fevereiro de 1945, pp. 1667 a 1669.

Febvre, Lucien — "La terre et l'évolution humaine".

Ficheux, M. R. — "Ensino da Geografia" In: "Boletim Geográfico", ano VIII, n.º 85, abril de 1950, pp. 94 a 100. Ano VIII, n.º 86, maio de 1950, pp. 229 a 234. Ano VIII, n.º 87, junho de 1950, pp. 380 a 387. Ano VIII, n.º 89, agôsto de 1950, pp. 602 a 612. Ano VIII, n.º 91, outubro de 1950, pp. 854 a 863.

Gottmann, Jean — "Acêrca do método de análise na Geografia Humana" — "Boletim Geográfico", ano VII, n.º 74, maio de 1949, pp. 133 a 140. Tradução de João Milanez da Cunha Lima.

Guerra, Antônio Teixeira — "A moderna Geografia do Brasil" In: "Boletim Geográfico", ano X, n.º 109, julho-agôsto, 1952, pp. 402 a 406.

Guimarães, Fábio de Macedo Soares — "O estudo da Geografia e as regiões naturais" — In: "Boletim Geográfico", ano II, n.º 24, março de 1945, pp. 1862-1864.

"Conceito de Geografia Regional e terminologia das divisões geográficas" — "Boletim Geográfico", ano VII, n.º 82, janeiro, 1950, pp. 1089 a 1092.

James, Preston E. — "Formulando objetivos de pesquisa geográfica" — "Boletim Geográfico", ano VII, n.º 74, maio de 1949, pp. 140 a 145. Tradução de João Milanez Cunha Lima.

La Blache, P. Vidal de — "Sentido e Objeto da Geografia Humana" — "Boletim Geográfico", ano II, n.º 13, abril de 1944, pp. 18 a 25.

Le Lannou, Maurice — "A atual vocação da Geografia Humana" In: "Boletim Geográfico", ano V, n.º 59, fevereiro de 1948, pp. 1321 a 1325 e "Boletim Geográfico", ano VII, n.º 75, junho de 1949, pp. 266 a 270.

Magnanini, Alceo — "A situação atual da Biogeografia no Brasil" — Suas características e problemas. In: "Revista Brasileira de Geografia", ano XIV, n.º 4, outubro-dezembro, 1952, pp. 457 a 462.

Monbeig, Pierre — "Estudos Geográficos". In: "Boletim Geográfico", ano I, n.º 11, fevereiro de 1944, pp. 7 a 11.

— "A Geografia no Ensino Secundário" — "Boletim Geográfico", ano III, n.º 26, maio de 1945, pp. 163 a 171.

— "Pesquisas Geográficas" — "Boletim Geográfico", ano III, n.º 31, outubro de 1945, pp. 915 a 919.

Neiva, Artur H. — "Análise sumária do moderno conceito de Geografia" — "Boletim Geográfico", ano VII, n.º 81, dezembro de 1949, pp. 987 a 991.

Pomfret, John E. — "A Geografia Humana e a Cultura" — "Boletim Geográfico", ano I, n.º 2, maio de 1943, pp. 19 a 26.

Reeder, Edwin H. — "O espírito do ensino moderno da Geografia" — "Boletim Geográfico", ano VIII, n.º 93, dezembro de 1950, pp. 1111 a 1115.

Ruellan, Francis — "As normas da elaboração e da redação de um trabalho geográfico" — "Revista Brasileira de Geografia", ano V, n.º 4, pp. 559 a 572.

Russell, Richard Joel — "A Geografia de Após Guerra" — "Boletim Geográfico", ano IV, n.º 37, abril de 1946, pp. 44 a 50.

Sanchez, Pedro C. — "A evolução da Geografia" — "Boletim Geográfico", ano I, n.º 5, agôsto de 1943, pp. 32 a 46.

Vallaux, Camille — "A Geografia". In: "Boletim Geográfico", ano II, n.º 20, novembro de 1944, pp. 1164-1165.

Zarur, Jorge — "Geografia, Ciência Moderna a Serviço do Homem" — "Revista Brasileira de Geografia", ano VI, n.º 3, julho-setembro, 1944, pp. 313 a 326.

— "A Geografia no curso secundário" — In: "Revista Brasileira de Geografia", ano III, n.º 2, abril-junho de 1941, pp. 227 a 269.

* * *

"História da Geografia e Métodos Geográficos" (Bibliografia) — In: "Boletim Carioca de Geografia", ano III, n.ºs 2 e 3 — Rio de Janeiro, 1951.

"Trabalhos publicados no Brasil sôbre ensino e metodologia da Geografia" — In: "Boletim Geográfico", ano XI, n.º 113, março-abril, 1953, pp. 211 a 218.

☞ **Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguaçu — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

Leituras Geográficas

NOTA EXPLICATIVA

A — A LEITURA GEOGRÁFICA

No ensino moderno da Geografia, a leitura de textos escolhidos, relacionados com os assuntos estudados, se impõe como uma necessidade. Para tornar mais vivas as realidades geográficas, há vantagem em apresentá-las sob ângulos diversos tratados em livros, revistas e artigos de bons autores que, por assim dizer, colocam o leitor em contacto com estas realidades que observaram e descreveram.

Para bem cumprir a finalidade a que se destina, esta nova publicação do Conselho Nacional de Geografia, de traduções adaptadas, a Secção Cultural solicita dos senhores professôres sugestões que contribuam para a melhoria das leituras geográficas.

As leituras geográficas têm por objetivos principais:

1.º) Ilustrar o texto do compêndio de exemplos característicos bem escolhidos;

2.º) Fornecer ao professor matéria de discussão sôbre o ponto em estudo, trazendo novos pormenores a êste respeito;

3.º) Levar a uma nova consulta dos atlas e dos compêndios, para melhor localização e focalização dos fenômenos descritos;

4.º) Servir de textos de leitura-explicada.

B — A EXPLICAÇÃO GEOGRÁFICA

I — *O exercício prático*

1. Além do manuseio de aparelhos e de objetos, além da realização de excursões e visitas, pode ser dado um cunho prático ao estudo da Geografia por meio de leitura interpretada de trechos escolhidos em autores fidedignos. Constitui isso a "Explicação Geográfica".

A Secção Cultural do Conselho Nacional de Geografia, incumbiu-se de apresentar sugestões de leituras, chamando a atenção para certas palavras ou expressões que justifiquem comentários e explicações.

É incontestàvelmente mais fácil para o professor apurar os conhecimentos de seus alunos relativos a uma unidade do programa, por meio de perguntas referentes a uma leitura geográfica apropriada, do que por meio de um questionário, mais ou menos vago, sôbre a "lição", estudada ou memorizada. Em outros têrmos, uma pergunta motivada por um trecho interessante provoca muito mais fàcilmente uma resposta acertada do que uma simples interrogação de tipo inquisitorial, sêca e sem relação com uma atividade prévia, sem motivação.

2. Por isso, é propósito da Secção Cultural grupar as suas sugestões aos professôres segundo as unidades do programa. Os trechos escolhidos procurarão

---

Nota — Esta é uma série de trechos selecionados para uso dos professôres de Geografia, em tradução e adaptação de Cecília Cerqueira Leite Zarur. Muitos dêsses excertos estão condensados em folheto editado em 1949 pelo Conselho Nacional de Geografia.

A "Nota Explicativa" de autoria do Prof. Delgado de Carvalho, e que encima esta série serviu de introdução ao folheto atrás referido.

abranger, em conseqüência, a matéria essencial e visarão envolver em possíveis perguntas, a maior parte dos tópicos tratados em compêndios.

O tema de uma leitura explicada é normalmente suficiente para o mestre dar a sua nota sôbre os conhecimentos do aluno. Às respostas dêste, evidentemente, poderá acrescentar considerações suas sôbre o assunto. O tema se presta a digressões e ao alargamento das discussões. Só frases e trechos escolhidos como tais, necessitam de um preparo preliminar por parte do aluno.

3. Dêste modo, ao marcar "a lição" como ainda é usual entre nós, o professor entrega aos alunos os trechos de leitura relativos ao assunto em estudo. (As palavras sublinhadas têm por fim chamar a atenção dos alunos sôbre os principais pontos que serão objeto de argüição). O estudante, no preparo da "lição" terá assim que ler o seu compêndio em primeiro lugar, para saber do que se trata; em segundo lugar terá que procurar em mapas, dicionários, revistas ou livros, as explicações que o trecho comporta. A pesquisa terá um propósito: capacitar o aluno a responder acertadamente, a mostrar que entendeu e sabe do que se trata.

4. Ao "dar" a lição, o aluno não ficará mais de pé, de mãos nas costas, decorando frases recentemente lidas, mas, ao contrário, estará de livros abertos, com notas suas diante dos olhos, com mapas, diagramas, gráficos, cartas e gravuras, comunicando ao professor e discutindo com êle, o material que encontrou sôbre o assunto, justificando sua opinião ao comentar o trecho de leitura. É nisso que consiste a "Explicação Geográfica".

II — *Processo de aprendizagem*

1. O professor indica um certo número de trechos a estudar, de acôrdo com a unidade do programa que está em foco na turma.

2. O estudante prepara os trechos indicados por meio de notas cuidadosamente tomadas em leituras. Servir-se-á de compêndios, de revistas, de dicionários e de livros diversos assim como de mapas e gráficos, diagramas e estatísticas.

3. Em aula, o aluno é chamado a ler um ou mais dos trechos estudados. Não sòmente deverá comentar os têrmos sublinhados, como também poderá ser argüido sôbre o ponto, em relação ao trecho.

4. É indispensável, para a "Exposição Geográfica", que a turma tenha à sua disposição dois ou três compêndios de autores diferentes, que por empréstimo, os alunos possam consultar, além do compêndio adotado que cada um possui.

5. A "Revista Brasileira de Geografia" e o "Boletim Geográfico" devem igualmente estar à disposição para consultas. É recomendável que estejam convenientemente fichados.

D.C

O CONTINENTE TRÍPLICE

(EUROPA — ÁSIA — ÁFRICA)

Crowell — "The Lands", (excerto).

Comparada ao resto da superfície de terras do mundo, a extensão da Tríade Continental é impressionante. Ela cobre cêrca de 1/6 da *superfície total* da Terra e contém cêrca de 2/3 da *superfície terrestre* do globo. É duas vêzes maior que as Américas e a Austrália juntas. A *Austrália,* que contém cêrca de 7% da área terrestre, parece pouco mais que uma ilha quando comparada à massa terrestre da Afro-Eurásia. A *Eurásia* sòzinha é mais de três vêzes maior que a América do Norte. A Europa, o menor membro do Continente Tríplice, tem quase o mesmo tamanho da Austrália.

A Tríade Continental é a única massa de terra rodeada pelos *cinco oceanos,* resultando daí ser sua posição sempre importante estratègicamente, não importa que oceano esteja influenciando, no momento, as relações internacionais. Houve tempo em que a maioria do comércio marítimo mundial se fêz no mar *Mediterrâneo* e no oceano *Índico.* O *Atlântico* tornou-se mais tarde o grande teatro do comércio mundial. Em princípios do século XX começou o *Pacífico* a

atrair a atenção universal; a atual Idade do Ar focaliza o oceano *Ártico*. Uma longa linha de costa e pontos de contrôle estratégicos têm sempre existido no oceano que esteja centralizando os acontecimentos do momento.

A *forma da Tríade Continental* é também importante. Dessa massa terrestre os aviões podem, hoje em dia, controlar pràticamente tôdas as três rotas oceânicas comerciais mais utilizadas.

A Tríade Continental não só contém a maior parte da superfície terrestre, como também 7/8 *da população* do globo. Seis dentre as *sete maiores potências* mundiais estão localizadas nessa massa de terra tripartida.

FORMAS TERRESTRES CONSTRUTIVAS

Lobeck, A. K. — "Panorama of Physiographic Types" The Geographical Press, Columbia University, New York, 1947.

Um estudo em linhas gerais das divisões maiores da superfície da Terra permite classificá-las em dois grupos, de acôrdo com a estrutura.

1. Planícies e planaltos, forrados por *rochas sedimentárias*, com *estrutura simples* não perturbada ou quase horizontal;

2. Montanhas, com *estrutura perturbada*, mediante a qual as rochas sedimentárias podem ser dobradas para produzir "Montanhas de dobras"; arredondadas para produzir "Montanhas de domos"; com falhas para produzir "Montanhas de falhas"; ou, por uma combinação de dois ou mais dêsses processos, para produzir "Montanhas complexas".

Montanhas complexas podem também ser feitas de *rochas cristalinas*, devido: ou ao resfriamento de massas candentes muito profundas, sendo tais rochas conhecidas como ígneas; ou às rochas sedimentárias alteradas por grande pressão e calor, para produzir as chamadas *rochas metamórficas*, com sua estrutura cristalina. Vulcões incluem-se também nas montanhas como uma classe especial.

Os dois grupos acima citados, 1) Planícies e planaltos e 2) Montanhas, incluem tôdas as formações maiores que constituem os continentes. Êstes e as bacias oceânicas são às vêzes considerados "formas de relêvo da primeira ordem". Planícies, planaltos e montanhas são então considerados "formas de relêvo da segunda ordem". Constituem as "formas terrestres construtivas" porque são devidas a *fôrças construtivas* no seio da Terra, as quais levantam essas massas acima do mar ou as erguem a alturas maiores, onde estão expostas à ação destrutiva de fôrças externas.

FORMAS TERRESTRES DESTRUTIVAS

As formas produzidas pelo trabalho das *fôrças destrutivas*, agindo sôbre as formas maiores já definidas, constituem as "formas destrutivas", ou "formas de relêvo da terceira ordem". Elas podem ser julgadas como acréscimos sôbre as massas maiores. As formas produzidas pelas fôrças destrutivas são resultado ou de *erosão*, pela qual o material é removido, ou de *deposição*. Estas formas destrutivas podem ser fàcilmente classificadas acordes à fôrça que as produziu. Portanto:

FÔRÇA		FORMA	
	Pela erosão		*Pela deposição*
Correntes	*vales, cañons,*	*deltas, cones*	*detritos aluviais*
Geleiras	*círculos, depressões glaciais*	*morainas, "drumlins"**	
Ondas	*falésias, bancos de areia*	*pontais e barras*	
Vento	*alvéolos*	*dunas*	

* Montículos alongados formados de areias e pedras estriadas.

A PROVÍNCIA DO PLANALTO LOURENCIANO

Lobeck, A. K. — "Physiographic Diagram of the U.S." — The Geographical Press, Columbia University, New York, 1947.

No Canadá, bem ao norte dos *Grandes Lagos,* há uma extensão de terra quase nivelada, conhecida como *Planalto Lourenciano.* De qualquer pequena elevação sôbre essa superfície ou mesmo da fronde de qualquer árvore alta, pode-se olhar em tôdas as direções tanto quanto alcance a vista, e ver diante de si uma extensa floresta monótona e contínua. A linha do horizonte à distância é *plana como o mar,* e nenhuma montanha ou mesmo colina alta interrompem a vista. Longe, na direção do norte, essa superfície quase nivelada estende-se por centenas de milhares de milhas quadradas em direção às praias do Ártico; as florestas tornam-se mais e mais escassas até desaparecerem de vez, e surgem as *tundras desérticas.*

Sôbre a superfície desta grande região há uma intrincada rêde de rios e lagos, de modo que em alguns lugares, como em *Ontário,* 25% da área são cobertos d'água. Em tôda parte aparece o granito desnudo ou outra rocha cristalina semelhante. A camada de solo é pouco espêssa e em algumas partes falta por completo, resultando daí ser a agricultura quase impossível.

Acrescenta-se a essas condições adversas ter a região sofrido *clima tão severo* que dificilmente suportaria a menor habitação. Madeiras, até certa proporção, e o corte de árvores pequenas para a manufatura da polpa do papel constituem as indústrias principais.

Segue-se em importância a mineração. Ao NE da *baía de Geórgia,* no *lago Huron,* estão as importantes fontes de *níquel,* ouro, prata e *cobalto.* Tão notável é a produção de níquel que 95% do suprimento do mundo vêm dessa região.

Em sua margem leste o Planalto Lourenciano desce abruptamente sôbre uma escarpa de várias centenas de metros à planície do *rio São Lourenço.* Esta escarpa, vista da planície nas vizinhanças de *Ottawa e Montreal,* tem o aspecto de uma linha baixa de montanhas e é por isso chamada *montanhas Laurentidas.* Ottawa situa-se cêrca dessa escarpa e serve de escoadouro aos *produtos da floresta* que vêm do grande *hinterland* distante. Tem também a vantagem da energia elétrica, desenvolvida pelas correntes que caem do nível mais alto ao mais baixo da planície do São Lourenço.

Embora o planalto acima descrito seja característico de grande parte do *leste do Canadá* não está inteiramente confinado àquele país. Em dois lugares se estende ao sul, para os Estados Unidos.

Ao norte do estado de New York, nota-se uma segunda extensão do Planalto Lourenciano, nas *Montanhas Adirondack.* Essa extensa área montanhosa é ligada à grande massa por uma faixa de rochas cristalinas que cruzam o rio São Lourenço onde êste deixa o lago Ontário, e cujas proeminências rochosas, erguendo-se no canal, formam as *Mil Ilhas.*

Como no Canadá, as montanhas de Adirondack possuem numerosos lagos, alguns como o lago George, de grande beleza e fama.

O HINDU-KUCH

Blanchard, R. — Asie Occidentale. Vidal de la Blache, P. et Gallois, L. — Géographie Universelle, T. VIII — Librairie Armand Colin, Paris, 1929.

Além das fontes do *Murghab* e do *Héri-Rud,* as montanhas se alteiam e se condensam formando um enorme maciço pouco conhecido, que se presta ao papel de barreira e de tela condensadora das raras nuvens que se aventuram desde os mares do oeste a essa distância.

A leste da estrada de Bamiam a montanha se alarga ainda na massa possante do *Hindu-Kuch* pròpriamente dito, composto de *rochas graníticas* e me-

tamórficas, desviado para o sul. Os cumes têm formas desgastadas, horizontais, contrastando com a extrema aspereza das gargantas que os cruzam; trata-se evidentemente dum soerguimento muito recente. A altitude aumenta, torna-se himalaiana; bem a leste, enfim, êsse mundo de montanhas curva-se pouco a pouco para o *Pamir* e o *Mustag*.

No Hindu-Kuch pròpriamente dito é preciso distinguir entre a linha de cristas e as montanhas da borda. A cadeia central é árida, com algumas sarças baixas e agrestes. Ao norte, o planalto de *tipo jurássico* situado atrás de *Bactris* aperta-se em dobras mais agudas, formando elos de cadeias mais regadas já que na cadeia central, até 3 500 metros, alteiam-se *pastagens alpinas;* abaixo cultiva-se o centeio e a cevada. Os declives que baixam para Cabul são uma região soberba. Pela primeira vez também as *chuvas de monção* podem surgir, assegurando a êsse país quente, para o qual sobe todo o calor da bacia do *Indo,* uma vegetação exuberante. Os vales que desembocam sôbre Cabul formam um *maciço* bem regado, semeado de canais de irrigação, cheio de planícies, de vergéis, de *culturas em terraços.* Para leste o misterioso *Cafiristã,* hoje chamado *Nuristã* não parece menos dotado. Seus vales em leque, convergindo para a *bacia de Djelabad,* são outras tantas células isoladas por altas cadeias ou gargantas prodigiosas; mas cada uma delas é um pequeno paraíso. Nas partes baixas encontram-se as romãzeiras e as vinhas ao longo do curso d'água; soberbos plátanos e nogueiras; amoreiras, oliveiras selvagens e carvalhos verdes sôbre as encostas.

O vale de Cabul participa dêsse revigoramento de vegetação.

O Hindu-Kuch termina dignamente como precursor do *Himalaia,* esta barreira que, a leste e ao norte do *Irã,* detém os ventos carregados de vapor d'água e guarda para si a umidade e o verdor, mas não pode impedir a passagem dos povos; protege-os, conserva sua independência e constitui uma espécie de Irã bravio, mas livre e rico que o do interior.

DESERTOS ARENOSOS

Skeat, E. G. — "The Principles of Geography Physical & Human" Oxford at Clarendon Press, London, 1924.

Os *desertos de areia* encontram-se principalmente em depressões. Mesmo assim o aspecto, embora grandemente monótono, é diversificado por *dunas* de areia que cobrem grande parte da superfície e variam em altura desde montículos a quase montanhas. As dunas de areia do deserto assemelham-se em forma e estrutura às que caracterizam as praias arenosas, sendo também de *origem eólia;* mas não mantêm u'a marcha regular para diante, como as das praias; muitas são estacionárias, em parte devido à presença de um obstáculo, mesmo que êste possa ser simplesmente a própria areia. No deserto de *Sinai* há grande número de pequenas colinas, cada uma à volta de um tapête de vegetação rude; estas dunas não são comuns e chamam-se "Neulinge".

O trabalho do vento é *construtivo e destrutivo;* produz as dunas e tem também, no correr dos tempos, removido muita areia de algumas partes, empilhando-a em outras. As antigas cidades de Babilônia e Nínive estão fundamente soterradas abaixo do atual nível de superfície, e na escavação do Canal de Suez foram desenterrados remanescentes de antigos cortes de qualidade semelhante, o que mostra não se ter originado no século XIX a idéia de um canal. O trabalho destrutivo do vento é grandemente auxiliado pela areia que carrega.

O efeito polidor da areia ficou fortemente marcado na superfície da *Agulha de Cleópatra* que tinha permanecido meio soterrada nela por séculos. O obelisco conserva suas inscrições onde coberto de areia, mas estas foram apagadas nas superfícies expostas. Os desertos de areia são mais favoráveis aos viajantes que os de pedra, uma vez que existe água nas vizinhanças das dunas, na superfície ou a pouca profundidade.

(*Continua*)

O Mundo Redondo e a Conquista da Paz*

HALFORD J. MACKINDER

"The Round World and the Winning of the Peace" — Publicado em "The Foreign Affairs Reader", pages 385-395. New York, 1947.

Voltemos agora para o principal objeto do presente artigo — o esbôço de uma estimativa provisória do valor do conceito do "Heartland" num exame do mundo, que deve preceder a convênios ou acordos futuros. Deve ser entendido que estou tratando de estratégia, a qual naturalmente é efetiva tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. Não pretendo juntar-me aos amplos debates já em progresso os quais encaram gerações futuras: centralizo meus pensamentos nos anos durante os quais o inimigo está para ser dominado enquanto, em linguagem de Casablanca, sua filosofia de guerra morre.

O "Heartland" é a parte norte e interior da Eurásia. Estende-se desde as costas árticas até os desertos centrais e tem seus limites ocidentais no largo istmo entre os mares Báltico e Negro. O conceito não admite uma definição precisa sôbre o mapa pela simples razão de estar baseado em três aspectos distintos da geografia física os quais, embora se reforcem mùtuamente não coincidem exatamente. Primeiramente temos nesta região, ultrapassando de muito, a mais ampla extensão de terras baixas da face do globo. Em segundo lugar, fluem através dela alguns grandes rios navegáveis, alguns dos quais vão para o norte para o oceano Ártico e são inaccessíveis ao oceano, porque são estorvados pelo gêlo; enquanto outros correm para águas interiores, tais como o Cáspio que não tem saída para o mar. Em terceiro lugar, acha-se aí uma zona de prados, zona que desde os últimos cento e cinqüenta anos, apresentava condições ideais para o desenvolvimento de grande mobilidade por parte dos nômades ginetes de camelos e cavalos. Destas três feições mencionadas, as bacias fluviais são as mais fáceis para representar-se cartogràficamente; o divisor de águas que delimita todo o grupo dos rios Ártico e "continental" numa única unidade isola nìtidamente no mapa uma vasta e coerente área que é o "Heartland" de acôrdo com êste critério particular. A mera exclusão da mobilidade marítima e poder marítimo, entretanto, pode ser negativa se a diferença é grande; foi a planície e a faixa de prados que ofereceram as condições positivas que conduziram a um outro tipo de mobilidade que é próprio da pradaria. Como para os prados, ela cruza tôda a largura da planície mas não cobre sua inteira superfície. Não obstante estas aparentes discrepâncias, o "Heartland" oferece uma base física suficiente para um pensamento estratégico. Ir mais longe e simplificar a geografia artificialmente seria desorientador.

Pelo nosso presente objeto é suficientemente exato dizer que o território da U.R.S.S. é equivalente ao "Heartland", exceto numa direção, muito grande realmente, desenhemos uma linha reta com cêrca de 5 500 milhas de comprimento a oeste do estreito de Bhering até a Rumânia. A 3 000 milhas do estreito de Bhering esta linha atravessaria o rio Yenessei que corre até o norte, desde os limites da Mongólia até o oceano Ártico. A este do grande rio encontramos um país cujo aspecto geral é de montanhas, planaltos e vales, cobertos quase de um lado ao outro de florestas de coníferas, a êste país chamarei de Lenalândia, devido a sua feição dominante — o grande rio Lena. Isto não está incluído no "Heartland" russo. O Lenalândia russo tem uma área de 3 750 000 milhas quadradas, mas uma população de sòmente cêrca de 6 000 000, da qual quase 5 000 000 estão estabelecidos ao longo da ferrovia transcontinental de Irkutsk a Vladivostok. No território restante, há em média cêrca de 3 milhas quadradas

* Tradução de Lidnéa Barata Bessadas.

para cada habitante. Os ricos recursos naturais, madeira, energia hidráulica e minerais estão entretanto pràticamente intactos.

A oeste do Yenessei jaz o que descrevi como o "Heartland" russo, uma planície que se estende a 2 500 milhas de norte a sul e outro tanto de este a oeste. Possui 4 250 000 milhas quadradas e uma população de mais de 170 000 000. A população está crescendo numa razão de 3 000 000 por ano.

O mais simples e provàvelmente mais efetivo meio de apresentar os valores estratégicos do "Heartland" russo é compará-los com aquêles da França. No caso da França, porém, o alicerce é a primeira grande guerra, enquanto no caso da Rússia, é a segunda grande guerra.

A França como a Rússia é um país compacto tão comprido quanto largo mas, não tão bem delimitada como o "Heartland" e portanto com uma área um tanto menor em proporção à extensão de fronteira que deve defender. Ela é circundada pelo mar e montanha, exceto a nordeste. De 1914-18 não havia países hostis atrás dos Alpes e dos Pirineus, e a esquadra francesa e de seus aliados dominavam os mares. Os exércitos franceses e aliados se estendiam através das fronteiras abertas do nordeste e estavam portanto bem defendidos em qualquer flanco e seguros na retaguarda. A trágica passagem das terras baixas a nordeste, através da qual muitos exércitos surgiram do lado de dentro e de fora, possui uma largura de 300 milhas entre os Vosgos e o mar do norte. Em 1914 a linha de batalha tinha seu eixo no Vosgos, girava para trás para o Marne; e no fim da guerra em 1918 girava para diante, para o mesmo eixo. Durante o intervalo de 4 anos a frente elástica curvou-se e inclinou-se mas não se quebrou, nem sequer em face do grande ataque alemão na primavera de 1918. Assim como se provou, havia espaço dentro do país suficiente para a defesa em profundidade como para a retirada estratégica. Infelizmente para a França, entretanto, sua área industrial mais importante estava neste setor nordeste, onde a incessante batalha se estava travando.

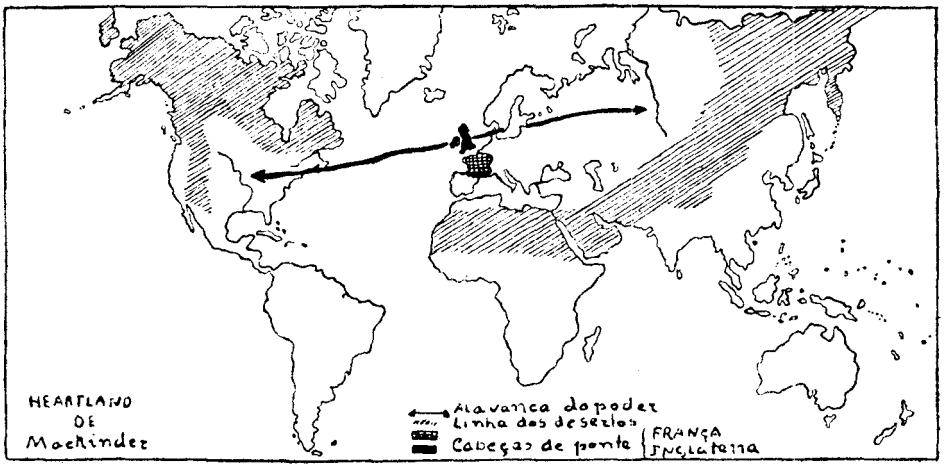
A Rússia repete, em essência, o modêlo da França mas numa escala maior e com sua fronteira aberta orientada para o oeste e não para o nordeste. Na presente guerra, o exército russo estava alinhado através desta fronteira aberta. Em sua retaguarda acha-se a vasta planície do "Heartland", apta para a defesa em profundidade e para a retirada estratégica. Muito para trás esta planície recua para este, até os baluartes naturais constituídos pela "inaccessível" costa ártica, o deserto do Lenalândia, atrás do Yenessei e a franja de montanhas do Altaí até o Hindu Kush, amparado pelos desertos de Gobi, Tibe e Irã. Estas três barreiras têm largura e substância, e muito superam em valor defensivo as costas e montanhas que circundam a França.

É verdade que a costa ártica não é amplamente inaccessível, no sentido absoluto que se conisderava até poucos anos atrás. Comboios de navios mercantes auxiliados por poderosos quebradores de gêlo e por aviões de reconhecimento, em busca de águas livres através das banquisas, comerciavam com os rios Obi e Yenessei e mesmo para o rio Lena; mas uma invasão hostil através da vasta área circumpolar, sôbre os musgos da Tundra e das florestas de Targa do norte da Sibéria, parece quase impossível, em face da defesa aérea soviética baseada em terra.

Para completar a comparação entre a França e a Rússia, consideremos escalas relativas e alguns fatos paralelos. O "Heartland" russo tem quatro vêzes a população, quatro vêzes a largura da fronteira aberta e vinte vêzes a área da França. Esta fronteira aberta não desproporcional à população russa; e para igualar a amplitude do desenvolvimento soviético, a Alemanha teve de compensar seu mais limitado poder humano, diluindo-o com tropas eficientes retiradas de seus países súditos. Em lugar de referência bastante importante, porém, a Rússia começou sua 2.ª guerra com a Alemanha, em posição não melhor do que a França ocupava em 1914; exatamente como a França sua agricultura mais próspera e suas indústrias se encontravam no caminho do invasor. O segundo "Plano Qüinqüenal remediaria aquela situação se a agressão alemã tivesse sido retardada de um par de anos. Talvez esta fôsse uma das razões de Hitler para romper seu tratado com Stalin em 1941.

As vastas potencialidades do "Heartland", entretanto para não dizer coisa alguma das reservas naturais do Lenalândia, estão estratègicamente bem localizadas. As indústrias estão crescendo ràpidamente em localidades tais como Urais sulinos, no verdadeiro núcleo da área "eixo" e na rica bacia carbonífera

de Kuznetz, a barlavento das grandes barreiras naturais a este do curso superior do Yenessei. Em 1938 a Rússia produziu mais que outro qualquer país, os seguintes produtos essenciais: trigo, cevada, aveia, centeio, e açúcar de beterraba. Produzia-se na Rússia mais manganês que em outro país. Aparecia com os Estados Unidos em 1.º lugar em relação ao ferro e permanecia em 2.º lugar em produção de petróleo. Em relação ao carvão, Mikhaylov dá por assentado que os recursos das bacias de carvão de Kuznetz e Krasnoyarsk estão cada uma com capacidade estimada para suprir as necessidades de todo o mundo durante 300 anos. A política do govêrno soviético consistiu em equilibrar a exportação e importação durante o primeiro "Plano Qüinqüenal". Excetuando-se poucos gêneros, o país é capaz de produzir tudo que necessita.



Tudo isto considerado, é conclusão invitável de que, se a União Soviética sai desta guerra como conquistadora da Alemanha, ela se coloca como o maior poder terrestre do globo. Será acima de tudo, a potência colocada estratègicamente na posição mais vantajosa quanto ao ponto de vista defensivo. O "Heartland" é a maior fortaleza natural da terra. Pela primeira vez na história está guarnecida por uma fôrça suficiente tanto em número quanto em qualidade.

Não pretendo exaurir o assunto da "Heartland", a cidadela do poderio terrestre no maior continente do mundo, num pequeno artigo como êste. Mas algumas palavras deveriam ser devotadas a outro conceito para compensá-lo.

De Casablanca veio recentemente o chamado para destruir a filosofia alemã dominante. Isto sòmente, pode ser feito irrigando-se a mente germânica com a água límpida de uma filosofia rival. Julgo que, para dar uma cifra, dois anos depois de ter sido dada a ordem de "cessar fogo" os aliados ocuparão Berlim, julgarão os criminosos, fixarão as fronteiras no lugar e levarão a cabo outros tratamentos cirúrgicos a fim de que a geração adulta na Alemanha, que morria impenitente e implacável não possa outra vez deturpar a história para a geração jovem. Mas seria mais do que inútil enviar professôres estrangeiros para trabalhar na Alemanha a fim de inculcar a teoria da liberdade. Liberdade não pode ser ensinada, pode ser ùnicamente dada para aquêles que podem usá-la. Entretanto, o canal poluído pode ser limpo de modo muito efetivo, se controlado por fortes reprêsas do poderio em ambos os lados — poder terrestre para o este, no "Heartland", e poder marítimo para o oeste, e na bacia Norte-Atlântica. Enfrentemos o espírito germânico com uma certeza absoluta de que tôda guerra empreendida pela Alemanha há de ser uma guerra em duas frentes inabaláveis, e os alemães sòzinhos resolverão o problema.

Para isto acontecer será necessário em 1.º lugar que haja efetiva e duradoura cooperação entre América, Inglaterra e França, a primeira para uma defesa em profundidade, a segunda como praça forte entrincheirada — uma Malta em grande escala — e a terceira como cabeça de ponte defensiva. O último não é menos essencial que os outros dois, porque o poder marítimo deve, em última

instância, ser anfíbio, se é que se deseja equilibrar o poderio terrestre. Em segundo lugar é necessário que aquêles três e o quarto conquistador, Rússia, comprometam-se juntos a cooperar imediatamente, se qualquer brecha da paz fôr ameaçada, de modo que o demônio não possa jamais levantar sua cabeça na Alemanha e deva morrer de inanição.

Algumas pessoas hoje em dia, parecem sonhar com um poderio aéreo mundial, que "liquidará" tanto esquadras quanto exércitos. Estou impressionado, porém, por suas amplas conseqüências, com a recente pronunciação de um aviador prático — "o poderio aéreo depende absolutamente da sua eficiente organização em terra". Isto é um tema bastante longo para discutir-se dentro dos limites dêste artigo. Sòmente se pode dizer que provas adequadas, não foram até agora apresentadas, de que a luta no ar não seguirá a longa história de tôdas as espécies de guerra, apresentando alternativas de superioridade tática ofensiva e defensiva enquanto se efetuam poucas trocas permanentes nas condições estratégicas.

Não tenho a pretensão de prognosticar o futuro da humanidade. Aquilo que me interessa são as condições sob as quais nos dispomos a ganhar a paz quando a vitória na guerra tiver sido alcançada. Olhando-se para o quadro mundial de após guerra, sendo agora estudado por muitas pessoas pela primeira vez, é importante que uma linha seja cuidadosamente desenhada entre planos idealistas e mapas realistas que apresentam conceitos — políticos, econômicos, estratégicos e assim sucessivamente — baseados no reconhecimento dos fatos que se impõe.

Com isto em mente, deve-se voltar a atenção para uma grande feição da geografia global: um cinturão como se fôsse colocar em volta das regiões polares ao norte. Começa pelo deserto de Saara e segue à medida que nos deslocamos a este pelos desertos árabe, iraniano, tibetano e da Mongólia e depois se estende pelos ermos desertos do Lenalândia, Alasca e escudo laurenciano do Canadá, até o cinturão subárido do oeste dos E.E.U.U. O cinturão dos desertos de areias e gelos é um característico de primeira importância na geografia mundial. Dentro dêle se encontram dois aspectos de quase igual significação — o "Heartland" e a bacia do oceano Midland (Atlântico Norte) com seus quatro subsidiários (mares Mediterrâneo, Báltico, Ártico, e das Caraíbas). Fora do cinturão está o grande oceano (Pacífico, Índico e Atlântico Sul) e as terras que drenam para êle (terras das monções asiáticas, Austrália, América do Sul e África sul do Saara).

Arquimedes disse que poderia levantar o mundo se encontrasse um ponto de apoio no qual fixasse sua alavanca. Nem todo o mundo pode ser elevado à prosperidade de uma vez. A região entre o Missouri e o Yenessei, com suas grandes linhas de estradas para aeronaves comerciais entre Chicago-Nova York e Londres-Moscou, e tudo que o desenvolvimento das mesmas pode representar, deve constituir o primeiro cuidado, porque pode ser o ponto de apoio. Prudentemente a conquista do Japão terá que esperar um momento. Quando a oportunidade se apresentar a China receberá capital em escala generosa, como débito de honra para ajudá-la em sua romântica aventura de construir para um quarto da humanidade, uma civilização nova nem muito oriental nem muito ocidental. Então, a ordem do Mundo Exterior será relativamente fácil, com a China, os Estados Unidos e o Reino Unido conduzindo o destino, o último dos dois seguido por seu séquito de um "Commonwealth" de nações livres, pois não obstante suas histórias serem diferentes o resultado será semelhante. Mas a primeira emprêsa a ser tomada para a reconstrução econômica deverá ser provàvelmente localizada dentro da área do cinturão de desertos, a fim de evitar que tôda a civilização se dilua num caos. É uma pena que a aliança negociada em Versalhes, entre os Estados Unidos, o Reino Unido e a França não tenha sido de fato efetivada. Quanto transtôrno e tristeza êste ato teria evitado!

E agora, para completar meu esquema do mundo esférico deixe-me resumir a argumentação exposta e adicionar três conceitos aos dois já exteriorizados. A propósito daquilo que vi descrito nas obras americanas como "grande estratégia" é necessário construir amplas generalizações em geografia, e também em história e economia.

Descrevi meu conceito de "Heartland", o qual não hesito em afirmar, é o mais válido e útil hoje do que o fôra a vinte ou quarenta anos atrás. Disse, com êle (Heartland" está colocado em seu cinturão de amplas defesas naturais — oceano Ártico — coberto de gêlo, Lenalândia florestal e escarpado, e as monta-

nhas e áridos altiplanos da Ásia Central. O cinturão está, porém, incompleto por causa de uma passagem aberta com 1 000 milhas de largura através da qual penetra a Europa Peninsular na planície interior, através do amplo istmo entre o Báltico e o mar Negro. Pela primeira vez em tôda a história há, dentro desta vasta fortaleza natural uma guarnição adequada para negar entrada ao invasor alemão. Devido a êste fato, e às defesas de flanco e retaguarda, que descrevi, a largura mesma da entrada para a fortaleza constitui uma vantagem, porque permite a oportunidade de derrotar o inimigo compelindo-o a fazer um desdobramento de seu poderio humano. E acima e abaixo do "Heartland" há um depósito de ricos solos para a obtenção de culturas, minérios e combustíveis para extração, o equivalente — ou quase equivalente a todo que existe acima e abaixo (do solo) dos Estados Unidos e Domínio do Canadá.

Sugiro que, uma corrente purificadora de contra-filosofia canalizada entre infiltráveis diques do poder, possam limpar a mente alemã de suas magias negras. Certamente ninguém será tão louco para enviar professôres estrangeiros a fim de exorcizar os espíritos demoníacos da alma da conquistada nação alemã. Nem tão pouco depois dos primeiros inevitáveis anos punitórios, tenho suficiente garantia de que as democracias conquistadoras manterão guarnições com o devido espírito e número, estacionadas nas terras vencidas; pois careceria de sentido pedir aos democratas que se obstinem numa atitude contrária ao verdadeiro espírito e essência da democracia. A corrente purificadora deve partir de alguma fonte alemã regenerada e regeneradora, para fluir entre os diques do poderio, uma dentro do "Heartland" e outra dentro dos três poderes anfíbios americano, britânico e francês. As duas fôrças, amigàvelmente, fazendo frente uma à outra através do fluxo do canal, seriam de poderio igual e estariam sempre igualmente prontas para a ação necessária. Então a Alemanha viveria continuamente sob a ameaca de uma guerra imediata nas duas frentes, se fôsse responsável pela violação dos tratados que proibem tanto uma preparação material para a guerra como o desvio da juventude, que é outro meio de preparação para a guerra. As guarnições democráticas em seus próprios países, pela fôrça do exemplo seriam, os mestres.

A êste propósito segue-se o meu segundo conceito geográfico, o de "Midland Ocean" — o Atlântico Norte — e seus mares dependentes e bacias de rios. Sem elaborar os pormenores dêste conceito, deixe-me representá-lo, outra vez em seus três elementos — uma cabeça de ponte na França, um aeródromo entrincheirado na Inglaterra e uma reserva de fôrça bem amestrada, de recursos agrícolas e industriais a este dos Estados Unidos e Canadá. No que diz respeito a potencial bélico, tanto os Estados Unidos como o Canadá são países atlânticos, e assim desde o momento em que a guerra terrestre está em vista, tanto uma cabeca de ponte quanto um aeródromo entrincheirado são essenciais para o poder anfíbio. Os três conceitos restantes dá-los-ei menos ainda que um esbôço, sòmente em atenção à integridade e equilíbrio do conjunto. Circundando a unidade gêmea descrita — "Heartland" e bacia do "Midland Ocean" — aparece no globo o manto de vazios, constituindo um espaço terrestre pràticamente contínuo, cobrindo cêrca de 12 000 000 milhas quadradas — ou seja cêrca da quarta parte das terras do globo. Sôbre esta vasta extensão vive hoje uma população total de menos de 30 000 000 ou melhor a décima-sétima parte da populacão mundial. Pelo visto, aeroplanos, naturalmente, voarão ao longo de muitas rotas sôbre êste cinturão de desertos; e através dêle serão traçadas estradas para veículos. Porém por muito tempo romperá a continuidade social, entre as comunidades principais da humanidade.

O quarto de meus conceitos integra as florestas tropicais de ambos os lados do Atlântico Sul, as da América do Sul e as da África. Se estas fôssem submetidas a uma agricultura e habitadas com a presente densidade da Java Tropical, poderiam sustentar um bilhão de pessoas, desde que se deduza que a ciência médica tivesse tornado o trópico tão apto para o desdobramento da energia humana como o são as zonas temperadas.

Em quinto lugar, e, finalmente, um bilhão de pessoas da antiga civilização oriental habitam as terras monçônicas da Índia e China. Devem alcançar prosperidade ao mesmo tempo que a Alemanha e o Japão são domesticados por causa da civilização. Então equilibrarão o outro mil milhão que vive entre o Missouri e o Yenessei. Um mundo equilibrado de sêres humanos. E feliz, porque equilibrado será livre.

Bibliografia e Revista de Revistas

Livros

CANADA 1953 — The official handbook of present conditions and recent progress.

Lembra a publicação "Brasil" editada anualmente pelo Ministério das Relações Exteriores. É uma síntese, em forma de documentário, das condições sociais, econômicas e culturais do Canadá, referente ao ano de 1952. Constitui um levantamento das riquezas físicas e condições gerais dêsse país em todos os setores de atividade. Êste volume foi organizado pelo Dominion Bureau of Statistics (Department of Trade and Commerce — Ottawa).

VIDA RELIGIOSA DO CABOCLO DA AMAZÔNIA — Eduardo Galvão — (Boletim do Museu Nacional — Antropologia — n.º 15, abril, 1953).

O presente trabalho é apresentado pelo autor como antecipação a estudo mais amplo sôbre a vida religiosa do caboclo amazonense. O material e o documentário de que se utilizou para elaborá-lo, colheu-o o Sr. Eduardo Galvão no decorrer de uma viagem de estudos à região do Baixo Amazonas, sob a orientação do cientista Charles Wagley, e patrocinada pela UNESCO. Assinala o autor, em conclusão, que as idéias e as instituições religiosas dos habitantes naturais da Amazônia, resultaram, como a própria cultura em geral do meio estudado, da fusão de elementos culturais ibéricos, levados pelos povoadores portuguêses e de elementos das culturas dos povos nativos da região. Quanto às influências culturais africanas, ali chegadas mais recentemente, considera-as o Sr. Eduardo Galvão secundárias e incapazes de modificar radicalmente a resultante da aculturação luso-amerindia. O opúsculo, de 18 páginas, contém 6 ilustrações mostrando cenas, divindades e objetos relacionados com os cultos religiosos do caboclo amazonense.

J. R. S.

ALGUMAS ROCHAS ALCALINAS DE POÇOS DE CALDAS RELACIONADAS COM AS JAZIDAS DE CALDASITO URANÍFERO — Djalma Guimarães, Milton Campos e Delba G. Figueiredo — (Publicação n.º 2 do Instituto de Pesquisas Radioativas — Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais — Belo Horizonte, 1953).

Conforme se esclarece em nota introdutória, o trabalho publicado sob o título acima informa acêrca dos resultados de estudos em laboratório de material colhido pelo geólogo Luciano Jacques de Morais, nas suas investigações de campo no planalto de Poços de Caldas. Das análises procedidas nesse material os autores chegaram às seguintes conclusões: 1) do ponto de vista genético, os fatos observados confirmam o que já foi exposto em comunicações anteriores; 2) o processo hidrotermal pré-vulcânico ou mesmo coevo dos últimos fenômenos paroxísmicos, foi o responsável pela mineração do zircônio originalmente contido nos minérios pirogenéticos, tais como a eudialita, a catapleitita, a giannetita, e outros ainda mal definidos, cuja ocorrência é freqüente nos foiaítos e tinguaítos do planalto de Poços de Caldas; 3) é aspecto interessante do geoquimismo regional o fenômeno de migração "per descensum" do urânio, sob a ação do intemperismo tropical e a retenção do rádio, sob forma de sal insolúvel, no caldasito. O trabalho objeto desta publicação n.º 2 do Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade de Minas Gerais, foi levado a efeito sob os auspícios do Conselho Nacional de pesquisas. A comunicação dos geólogos Djalma Guimarães, Milton Campos e Delba G. Figueiredo está contida em 39 páginas ilustradas com gráficos e abundante material fotográfico.

J. R. S.

Periódicos

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — Ano XV — N.º 1 — Janeiro-março de 1953 — Conselho Nacional de Geografia — I.B.G.E.

Publica: "Limites Meridionais e Orientais da Área de Ocorrência da Floresta Amazônica em Território Brasileiro", por Lúcio de Castro Soares; "Distribuição da População no Estado de Minas Gerais, em 1940", por Eugênia Gonçalves Egler.

O primeiro trabalho foi elaborado para a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia da Câmara dos Deputados, quando da discussão e aprovação do referido plano.

Representa sem dúvida, excelente e substancioso estudo, que ocupa 120 páginas do volume. Compreende duas partes. Na primeira delas o autor estabelece o objeto principal do trabalho, plano, método empregado e natureza; traça uma caracterização fitofisionômica da floresta amazônica; oferece uma descrição comentada dos limites da área de ocorrência dessa floresta nas unidades federadas onde confina com outras formações vegetais não amazônicas; apresenta um cálculo planimétrico da área de ocorrência da floresta amazônica dentro de nossas fronteiras e uma relação dos municípios abrangidos pela mesma área; desenvolve considerações sôbre a distribuição da população e principais características econômicas da área em exame; apresenta, por fim, um resumo e conclusões, assim como a bibliografia utilizada.

Abrange a segunda parte a monografia do botânico Dr. Ricardo Lemos Fróis sôbre os limites florísticos da Amazônia Maranhense, um breve estudo acêrca da evolução dos limites meridionais e orientais da flora e vegetação amazônicas e comentário sôbre a delimitação, finalmente aprovada por lei, da área que será atingida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Neste mesmo número David Pena Aarão Reis focaliza a figura de Aarão Reis; Paulo Vageler oferece uma contribuição ao problema da Sêca; J. de Sampaio Ferraz, em "A atual sêca nordestina", estuda êsse problema máximo da Meteorologia Brasileira, e Elza Coelho de Sousa Keller comenta o "Crescimento da População do Estado do Rio de Janeiro" (comparação entre os recenseamentos de 1920 e 1940).

A. V. L.

HILDEBRANDO MENESES — *História da Estatística da Paraíba* — 1720-1952. Departamento Estadual de Estatística — João Pessoa — Paraíba — 1953.

Contém êste folheto um ligeiro esbôço da história da Estatística na Paraíba, já publicado no *Boletim Estatístico* do Departamento de Estatística daquele estado. Nêle se estuda o desenvolvimento histórico da Estatística na Paraíba, desde as estatísticas demográficas e econômicas, ali realizadas, até o momento atual, em que aquêle Departamento trabalha em coordenação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A. V. L.

LUIGI VISINTIN — *Atlante Geopolitico Universale* — Instituto Geográfico de Agostini — Novara — Stampato in Italia — 1947.

Compõem êste atlas 210 cartas coloridas e mais duas partes de texto, uma de geografia geral e outra de geografia regional, além de um índice alfabético comparativo de terminologia geográfica e de um índice geral de nomes, em ordem alfabética.

Nêle se acha representado o mundo conhecido, por continentes, países e regiões.

O volume impresso com nitidez e apuro gráfico contém 593 páginas.

A. V. L.

CARMELO COLAMONICO — "Per la Carta della Utilizzazione del Suolo d'Italia" — *Memorie di Geografia Economica* — Vol. VII — Anno IV — Luglio-Dicembre 1952 — Napoli — Largo S. Marcelino, 10 — Italia.

O Congresso Internacional de Geografia, realizado em Lisboa, em 1949, aprovou a criação de uma comissão especial, encarregada de promover um levantamento geral sôbre a utilização do solo em todo o mundo, primeiro passo necessário à publicação de uma carta do mesmo gênero.

O presente volume enfeixa a monografia de Carmelo Colamonico refe-

rente à elaboração da carta agrária da Itália, a cargo de um comitê especial. Procura o autor oferecer completa notícia dos estudos e medidas relacionados com a execução técnica de tamanho vulto. Acompanha o volume a fôlha preliminar da mesma carta.

A. V. L.

RIVISTA DI AGRICOLTURA SUBTROPICALE E TROPICALE — Anno XLVII — Ottobre-Dicembre 1953 — n.º 12 — Firenze — Itália.

Quase tôda a matéria enfeixada neste volume foi objeto da reunião de técnicos do C.I.M.E. de Genebra (Comitê Inter-Governamental para as Migrações Européias), realizada na cidade de Florença (Itália), e da qual participaram representantes da Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Chile, Colômbia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Paraguai, Estados Unidos, Venezuela, assim como de representantes de organizações como a F.A.O.

Armando Maugini aprecia os resultados da reunião de Florença ("Riunione di esperti di colonizzazione agricola a fini immigratori nei paesi d'oltremare").

Três trabalhos interessam particularmente ao Brasil, a saber: — "Generalità sulla colonizzazione agricola in paesi d'oltremare" — A. Maugini; "Emigrazione e sviluppo dell'agricoltura" — Sir Bernard Binns; "Esperienze italiane in materia de colonizzazione agricola all'Estero" (relatório do govêrno italiano); "Esperienze acquisite dagli olandesi in materia de colonizzazione".

O volume publica também as "Considerações e sugestões finais" aprovadas no final da reunião, assim como o esquema de trabalho ("Documentário di Lavoro") apresentado pelo embaixador Hugh Gibson, diretor do C.E.M.E., na qual estuda a influência da colonização agrícola nos países de imigração, condições favoráveis a ela e considerações fundamentais para o estabelecimento de planos de colonização agrícola.

A. V. L.

L'UNIVERSO — Rivista dell'Istituto Geografico Militare — Anno XXXIII — N.º 6 — Novembre-Dicembre 1953 — Firenze — Italia.

Variadas são as contribuições que êste periódico oferece ao leitor.

Ressaltamos um estudo sôbre a origem e formação do novo Estado do Paquistão ("Uno sguardo al Pakistan, il paese tagliato in due" — Ardito Desio); notas sôbre o museu de História Natural de Nova York, fundação, desenvolvimento e situação atual do mais rico museu no gênero existente no mundo ("Il Museo di Storia Naturale di New York" Giorgio N. Fenin, uma descrição do mais elevado ponto da superfície terrestre ("Garzók-Tibet Occidentale — il luogo permanentemente abitato più elevato sulla Terra? — Giotto Dainelli).

A. V. L.

THE GEOGRAPHICAL REVIEW — The American Geographical Society of New York — October, 1953.

"The Northern Region of Nigeria: The Geographical Background of its Political Duality" — Keith Buchanan; "The Million City in Southeast Asia" — D. W. Fryer; "The Marine of Calabria" — George Kish; "Rural Settlement in the Campania" — Leonard Unger; "Climates of the Rodesias and Nyasaland According to the Thornthwaite Classification" — Melvyn Howe; "Fishery Geography of the North Pacific Ocean" — Edward W. Allen.

A.V.L.

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Bibliografia da Região Amazônica

Organizada por Maria Magdalena Vieira Pinto

(Trabalhos publicados na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico)

Das cinco regiões geográficas brasileiras, a Amazônia ou Região Norte, é aquela que desperta uma curiosidade maior e um interêsse mais acentuado. Tal fato pode ser explicado em virtude do grande desconhecimento que se tem desta enorme região que é a maior do Brasil, ocupando uma área de 3 579 991 quilômetros quadrados ou seja 42,05% do território brasileiro.

De modo geral, a Amazônia é conhecida entre nós erradamente. Salvo exceções óbvias, o que se sabe da grande Região Norte são pormenores imprecisos encadeados com mistérios legendários e muita fantasia. O resto é lenda e literatura sensacionalista, onde o cinema e outras reportagens jornalísticas contribuem lamentàvelmente com idéias falsas, da região.

Realmente na Amazônia, extensão e desconhecimento estão na dependência de fatôres inerentes à sua área equatorial (a floresta hileiana, o clima tropical) enfim elementos que arrolados apresentam como conseqüência indireta esta tendência maior de interêsse, embora êste corolário venha se tornando aos poucos, menos rígido pela maior divulgação da realidade amazônica.

E esta divulgação é fruto do Conselho Nacional de Geografia que vem empreendendo um estudo sistemático e científico da Amazônia desde 1945. Com efeito coube ao Conselho Nacional de Geografia, através de sua Secção Regional Norte (uma das secções especializadas da Divisão de Geografia) realizar estudos geográficos desta grande área com excursões de estudo e elaboração de monografias, trazendo ao público, o retrato fiel desta extensa região.

Os resultados dêstes estudos elaborados pela Secção Regional Norte além de outros trabalhos sôbre a Região, realizados por estudiosos, são divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia através de suas publicações periódicas ou em publicações especiais.[1]

Foi nosso objetivo ao prepararmos esta bibliografia colaborar com todos os interessados na Região Norte que sempre procuram o C.N.G., em busca de esclarecimentos e informações sôbre a Amazônia, oferecendo-lhes a relação completa de todos os trabalhos que dizem respeito a esta região, constantes nas publicações editadas pelo Conselho Nacional de Geografia, como seja a "Revista Brasileira de Geografia" (trimestral) e o "Boletim Geográfico" (bimestral).

A) — REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

1 — ARAÚJO LIMA
Explotação Amazônica
Ano V — N.º 3 — Pp. 371/418 — 1944

2 — BARBOSA DE OLIVEIRA, Américo
Considerações sôbre a explotação da castanha no baixo e médio Tocantins.
Ano II — N.º 1 — Pp. 3/15 — 1941

3 — BEZERRA DOS SANTOS, Lindalvo
Barão de Ladário (1825-1904)
Ano IV — N.º 1 — Pp. 133/134 — 1942

4 — BOTELHO MAGALHÃES, Amílcar
Do rio Amazonas e da pororoca
Ano V — N.º 1 — Pp. 87/98 — 1944

5 — BORROMEU. Pe. Carlos
Um mapa do rio Amazonas levantado há 250 anos
Ano III — N.º 3 — Pp. 712/714 — 1941

[1] *Amazônia Brasileira* — Excertos da *Revista Brasileira de Geografia* — Edição do Conselho Nacional de Geografia, comemorativa do "X Congresso Brasileiro de Geografia" realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1944 — Rio de Janeiro, 1944.

— *Documentário Amazônico* — Relação das contribuições bibliográficas, cartográficas e aerofotográficas, existentes no Conselho Nacional de Geografia, oferecida à reunião preparatória da criação do "Instituto da Hiléia Amazônica" a realizar-se em Belém, de 12 a 18 de agôsto de 1947 — Rio de Janeiro, 1947.

6 — CASTRO SOARES, Lúcio de
Alcide D'Orbigny (1802-1875)
Ano IV — N.º 1 — Pp. 134/135 — 1942

7 — Couto de Magalhães (1837-1898)
Ano III — N.º 1 — Pp. 108/111 — 1941

8 — Homem de Melo (1837-1918)
Ano I — N.º 4 — Pp. 85/87 — 1939

9 — John Casper Branner (1890-1922)
Ano III — N.º 1 — Pp. 111/113 — 1944

10 — Louis Agassiz (1807-1873)
Ano II — N.º 3 — Pp. 443/445 — 1940

11 — Rio Branco (1845-1912)
Ano I — N.º 3 — Pp. 89/91 — 1939

12 — Vaqueiro de Marajó
Ano II — N.º 1 — Pp. 89/90 — 1940

13 — Charles Frederic Hartt (1840-1878)
Ano II — N.º 4 — Pp. 591/593 — 1940

14 — Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico
Ano X — N.º 2 — Pp. 163/210 — 1949

15 — Limites orientais e meridionais da área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro.
Ano XV — N.º 1 — Pp. 3/122 — 1953

16 — CRUIS, Gastão
Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil (Estado do Pará)
Ano IV — N.º 1 — Pp. 3/25 — 1939

17 — CORRÊA FILHO, Virgílio
Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira
Ano IV — N.º 2 — Pp. 263/298 — 1943

18 — DELGADO DE CARVALHO
O rio Amazonas e sua bacia
Ano IV — N.º 2 — Pp. 333/350 — 1942

19 — DIAS DE AGUIAR, Brás
Geografia amazônica: Nas fronteiras do Norte
Ano VI — N.º 3 — Pp. 327/348 — 1945

20 — FERREIRA REIS, Artur César
A Amazônia Brasileira
Ano IX — N.º 1 — Pp. 83/104 — 1948

21 — As Cabeceiras do Orenoco e a Fronteira Brasileira — Venezuela
Ano VI — N.º 2 — Pp. 245/257 — 1945

22 — FRÓIS ABREU, Sílvio
Solo da Amazônia
Ano IV — N.º 2 — Pp. 299/312 — 1943

23 — Arpoadores de jacarés
Ano I — N.º 4 — Pp. 119/120 — 1939

24 — Observações sôbre a Guiana Maranhense
Ano I — N.º 4 — Pp. 26/54 — 1939

25 — GOUROU, Pierre
Observações Geográficas na Amazônia (1.ª parte)
Ano XI — N.º 3 — Pp. 356/408 — 1947

26 — Observações Geográficas na Amazônia (2.ª parte)
Ano XII — N.º 2 — Pp. 171/250 — 1950

27 — GUERRA, Antônio Teixeira
Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco (Território do Acre)
Ano XIII — N.º 4 — Pp. 545/576 — 1951

28 — Contribuição ao estudo da geologia do território federal do Amapá
Ano XIV — N.º 1 — Pp. 3/26 — 1953

29 — Formacão de lateritos sob a floresta equatorial amazônica (Território Federal do Guaporé)
Ano XIV — N.º 4 — Pp. 409/426 — 1953

30 — Observações geográficas sôbre o território do Guaporé
Ano XV — N.º 2 — Pp. 183/302 — 1953

31 — GUIMARÃES, Fábio. de Macedo Soares
Trecho de um rio na Amazônia
Ano I — N.º 4 — Pp. 121/122 — 1939

32 — Von Martius (1794-1868)
Ano II — N.º 1 — Pp. 36/37 — 1940

33 — HUBER, J.
Contribuição à geografia dos furos de Breves e da parte ocidental de Marajó
Ano V — N.º 3 — Pp. 449/474 — 1943

34 — JAGUARIBE DE MATOS, José de
Geratrizes Memoráveis da Geografia do Brasil
Ano I — N.º 2 — Pp. 3/19 — 1939

35 — LIMA FIGUEIREDO, José de
O Acre e suas possibilidades
Ano II — N.º 2 — Pp. 173/219 — 1941

36 — Alguns aspectos fisiográficos do território do Guaporé
Ano VII — N.º 2 — Pp. 245/260 — 1946

37 — Fonteiras da Amazônia
Ano IV — N.º 3 — Pp. 501/544 — 1943

38 — LIMA, Vivaldo
Discurso sôbre o IV centenário do descobrimento do rio Amazonas
Ano IV — N.º 2 — Pp. 371/370 — 1942

39 — MAGNANINI, Alceo
As regiões naturais do Amapá
Ano XIV — N.º 3 — Pp. 243/304 — 1953

40 — MARTINS, Luís de Sousa
Notas sôbre a geografia da Amazônia
Ano IV — N.º 3 — Pp. 709/748 — 1942

41 — MELO LEITÃO, Cândido de
Fauna amazônica
Ano V — N.º 3 — Pp. 342/370 — 1944

42 — MILANEZ, João da Cunha Lima Araújo Lima (necrológio)
Ano VII — N.º 3 — Pp. 540 — 1945

43 — SILVA, Moacir
Alguns animais curiosos da Amazônia
Ano IV — N.º 2 — Pp. 357/369 — 1942

44 — Transportes na Amazônia
Ano IV — N.º 3 — Pp. 545/572 — 1942

45 — MOURA, Pedro de
O Relêvo da Amazônia
Ano V — N.º 3 — Pp. 323/342 — 1943

46 — OLIVEIRA, Leônidas
As cabeceiras do Orenoco e a fronteira brasileiro-venezuelana
Ano VI — N.º 2 — Pp. 250/257 — 1944

47 — OLIVEIRA, Eusébio Paulo de
Orville A. Derby (1851-1915)
Ano I — N.º 4 — Pp. 88/89 — 1939

48 — PEDROSA, Carlos
Dr. Joaquim Augusto Tanajura (necrológio)
Ano III — N.º 3 — Pp. 715/716 — 1941

49 — Raimundo de Morais (necrológio)
Ano III — N.º 4 — Pp. 902 — 1941

50 — Professor Raimundo Lopes (necrológio)
Ano III — N.º 4 — Pp. 896/897 — 1941

51 — João Barbosa de Faria (necrológio)
Ano III — N.º 4 — Pp. 898/899 — 1941

52 — Curt Nimuendaju (necrológio)
Ano VII — N.º 4 — Pp. 675/677 — 1945

53 — Alberto Rangel (necrológio)
Ano VII — N.º 4 — Pp. 674 — 1945

54 — Documentação bibliográfica da Amazônia
Ano IV — N.º 2 — Pp. 433/461 — 1942
Ano IV — N.º 3 — Pp. 679/705 — 1942

55 — QUEIRÓS LIMA, Esperidião de
Excursão ao Amapá — A pororoca
Ano IX — N.º 2 — Pp. 289 — 1947

56 — Redação
Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas (noticiário)
Ano III — N.º 3 — Pp. 712 — 1941

57 — Solenidades comemorativas do IV centenário do descobrimento do rio Amazonas
Ano IV — N.º 2 — Pp. 370/382 — 1942

58 — Redação
Primeiro centenário do nascimento de Barbosa Rodrigues
Ano V — N.º 3 — Pp. 387/390 — 1943

59 — Amazônia Brasileira
Ano VI — N.º 4 — Pp. 381 — 1945

60 — Bibliografia Amazônica
Ano IV — N.º 2 — Pp. 434/461 — 1943

61 — Cinco novos territórios federais
Ano V — N.º 3 — Pp. 509/510 — 1944

62 — Conferência Internacional da Hiléia Amazônica
Ano X — N.º 3 — Pp. 467/468 — 1949

63 — Documentação bibliográfica da Amazônia
Ano IV — N.º 2 — Pp. 433/461 — 1943

64 — Instituto Internacional da Hiléia Amazônica
Ano IX — N.º 2 — Pp. 302/303 — 1948

65 — Mapa do rio Amazonas levantado há mais de 280 anos
Ano III — N.º 3 — Pp. 712/714 — 1942

66 — RODRIGUES PEREIRA, Renato Barbosa
O barão de Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil
Ano VII — N.º 2 — Pp. 187/244 — 1945

67 — ROCQUE, Jorge Pereira de la
Viagem ao Amapá
Ano XII — N.º 2 — Pp. 291/328 — 1951

68 — SAMPAIO, A.J.
A Flora Amazônica
Ano IV — N.º 2 — Pp. 313/332 — 1942

69 — SCHMIDT, José Carlos Junqueira
O Clima da Amazônia
Ano IV — N.º 3 — Pp. 465/500 — 1942

70 — STERNBERG, Hildgard O' Reilly
Vales tectônicos na Amazônia?
Ano XII — N.º 4 — Pp. 511/534

71 — VENÂNCIO FILHO, Francisco
Euclides da Cunha (1866-1909)
Ano II N.º 2 — Pp. 240/241 — 1940

72 — CORRÊA FILHO, Virgílio
Evolução cultural e religiosa da Amazônia
Ano V — N.º 3 — Pp. 419/440 — 1943

73 — Devassamento e ocupação da Amazônia Brasileira
Ano IV — N.º 2 — Pp. 263/298 — 1942

74 — Jacques Huber
Ano VIII — N.º 2 — Pp. 247/249 — 1946

75 — E. Levasseur
Ano VII — N.º 2 — Pp. 311/312 — 1945

76 — Domingos Soares Ferreira Pena
Ano VIII — N.º 1 — Pp. 125/127 — 1946

77 — E. Goeldi
Ano VIII — N.º 1 — Pp. 129/131 — 1946

78 — Duarte da Ponte Ribeiro
Ano VIII — N.º 3 — Pp. 371/373 — 1936

79 — A Geografia como fator das vitórias diplomáticas do barão de Rio Branco
Ano VII — N.º 2 — Pp. 261/302 — 1945

80 — Araújo Lima
Ano VIII — N.º 3 — Pp. 367/369 — 1946

81 — Raimundo Morais
Ano VII — N.º 4 — Pp. 653/656 — 1945

82 — Joaquim Caetano da Silva
Ano VII — N.º 2 — Pp. 305/308 — 1945

83 — VARGAS, Getúlio
Discurso do rio Amazonas
Ano IV — N.º 2 — Pp. 259/262 — 1942

84 — VELOSO, Marília Gosling
A explotação da borracha nos rios Arinos e Teles Pires
Ano XIV — N.º 4 — Pp. 377/406 — 1943

85 — COSTA PEREIRA, José Veríssimo da
La Condamine (1701-1774)
Ano IV — N.º 2 — Pp. 354/355 1942

86 — Henri Anatole Coudrau
Ano V — N.º 2 — Pp. 238/239 — 1943

87 — COSTA PEREIRA, José Veríssimo da
Barão de Capanema (1824-1909)
Ano VII — N.º 1 — Pp. 139/141 — 1943

88 — Alfred Russel Wallace (1823-1913)
Ano V — N.º 1 — Pp. 84/85 — 1943

89 — Regatões
Ano V — N.º 3 — Pp. 483/485 — 1943

90 — Vaqueiro do Rio Branco
Ano IV — N.º 3 — Pp. 607/608 — 1942

91 — Campos do Rio Branco
Ano IV — N.º 3 — Pp. 608/609 — 1942

92 — Jules Nicolas Crevaux
Ano IV — N.º 3 — Pp. 576/577 — 1942

93 — Seringueiros
Ano IV — N.º 2 — Pp. 383/384 — 1942

94 — Barbosa Rodrigues (1842-1909)
Ano IV — N.º 2 — Pp. 251/253 — 1942

95 — José Cândido Guillobel (1843-1925)
Ano V — N.º 2 — Pp. 238/239 — 1943

96 — Castanhais
Ano IV — N.º 3 — Pp. 487/489 — 1943

97 — Theodor Koch Grünberg (1872-1924)
Ano V — N.º 3 — Pp. 445/448 — 1943

98 — Joaquim Nabuco (1849-1910)
Ano VI — N.º 3 — Pp. 363/368 — 1944

99 — Silva Coutinho (1830-1889)
Ano IV — N.º 3 — Pp. 573/575 — 1942

100 — Torquato Tapajós (1853-1897)
Ano V — N.º 3 — Pp. 440/441 — 1943

B) — BOLETIM GEOGRÁFICO

1 — ANDRADE PINTO, Gilda
Região Norte
Ano I — N.º 11 — Pp. 51/52 — 1944

2 — BARONI, Orlando
A batalha da borracha
Ano V — N.º 50 — Pp. 158/160 — 1947

3 — BACKHEUSER, Everardo
Territórios nacionais
Ano IV — N.º 42 — Pp. 707/711 — 1946

4 — BATISTA, Djalma
Araújo Lima e a Amazônia
Ano III — N.º 32 — Pp. 1076/1078 1945

5 — BENCHIMOL, Samuel
O aproveitamento das terras incultas e a fixação do homem ao solo (aspectos antropogeográficos da imigração e colonização do Brasil)
Ano IV — N.º 42 — Pp. 684/700 — 1946

6 — BITTENCOURT, Agnelo
Povoamento e fixação demográfica em o estado do Amazonas
Ano IV — N.º 46 — Pp. 1265/1272 — 1947

7 — Uma região próspera: o Careiro
Ano IV — N.º 47 — Pp. 1478/1480 — 1947

8 — Melhoramentos da Amazônia — Ligeiras sugestões para a constituição de um plano de melhoramentos da Amazônia, bases para o seu aproveitamento sistemático
Ano IV — N.º 48 — Pp. 1634/1635 — 1947

9 — O lastro conveniente de um programa de ensino rural na Amazônia
Ano III — N.º 33 — Pp. 1159/1162 — 1945

10 — Manaus: sua origem e desenvolvimento
Ano VII — N.º 76 — Pp. 385/395 — 1949

11 — BRITO MELO, G. e CAUSEY O. R.
Malária no Vale Amazônico em 1942 e 1943
Ano VI — N.º 69 — Pp. 1080/1085 — 1948

12 — CASTELO BRANCO, José M. B.
Importância dos rios acreanos na história e geografia do Acre. Situação, clima e vegetação do Acre. O rio Juruá, descrição detalhada. A navegabilidade do rio nos seus três períodos: enchente, meia água e vazante.
Ano II — N.º 22 — Pp. 1563/1566 — 1945

13 — Afluentes do rio Juruá: o rio Purus e seus afluentes: o rio Abunã e o Javari; vegetação ribeirinha; a côr das águas dos rios; embarcações típicas da Amazônia
Ano II — N.º 23 — Pp. 1720/1733 — 1945

14 — CASTELO BRANCO, José M. B.
Comunicação sôbre o território do Acre — Tentativas de desbravamento da região do Acre
Ano III — N.º 28 — Pp. 595/603 —1945

15 — Terra e Gente do Acre
Ano VII — N.º 73 — Pp. 42/51 — 1949

16 — O nome do rio Acre
Ano VII — N.º 79 — Pp. 750/751 — 1949

17 — CASTRO SOARES, Lúcio de
A Região Norte do Brasil (I)
Ano V — N.º 58 — Pp. 1144/1154

18 — A Região Norte do Brasil (II)
Ano VI — N.º 60 — Pp. 1476/1484 — 1948

19 — Instituto Internacional da Hiléia Amazônica
Ano VI — N.º 63 — Pp. 207/209 — 1948

20 — Território do Amapá
Ano II — N.º 17 — Pp. 661/664 — 1944

21 — A origem da planície amazônica
Ano X — N.º 105 — Pp. 998/1000 — 1951

22 — Atividades da Secção Regional Norte
Ano IX — N.º 103 — Pp. 667/668 — 1951

23 — Território do Rio Branco
Ano II — N.º 17 — Pp. 661/673 — 1944

24 — CARVALHO, Manuel Pacheco de
Plano racional de recuperação e colonização da Amazônia
Ano X — N.º 109 — Pp. 407/421 — 1952

25 — COINTE, Paul Le
O clima amazônico (Particularmente o clima do Baixo Amazonas)
Ano VII — N.º 77 — Pp. 500/508 — 1949

26 — CORTESÃO, Jaime
A lenda do Lago Dourado e das Amazonas
Ano IV — N.º 47 — Pp. 1473/1475 — 1947

27 — DUTRA, Firmo
Regiões seringueiras matogrossenses
Ano I — N.º 7 — Pp. 39/40 — 1943

28 — DERBY, Orville A.
Contribuição para a geologia do Baixo Amazonas
Ano VII — N.º 80 — Pp. 830/849

29 — EICHHORN, Franz
Uma expedição ao rio Araguari — A pororoca
Ano II — N.º 24 — Pp. 1883/1886 — 1945

30 — FERREIRA REIS, Artur César
A planificação da Amazônia
Ano IV — N.º 47 — Pp. 1477/1478 — 1947

31 — A economia do vale do Amazonas no período colonial
Ano V — N.º 49 — Pp. 50/53 — 1947

32 — Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia
Ano V — N.º 51 — Pp. 262/274 — 1947

33 — Geografia Amazônica
Ano I — N.º 10 — P. 25 — 1944

34 — O fundamento político da autonomia amazonense
Ano II — N.º 19 — Pp. 1009/1010 — 1944

35 — A formação humano-política do Pará
Ano III — N.º 35 — Pp. 1375/1382 — 1946

36 — Antônio Vicente Cochado e a carta do delta do Amazonas (1923)
Ano IV — N.º 45 — Pp. 1089/1092 — 1946

37 — O desbravamento do sertão
Ano IX — N.º 99 — Pp. 290/291 — 1951

38 — A jornada de Pedro Teixeira
Ano IX — N.º 103 — Pp. 725/726 — 1951

39 — FONTOURA, João Neves da
Hiléia Amazônica
Ano V — N.º 56 — Pp. 894/896 — 1947

40 — GALVÃO, Mário Belford
Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira
Ano V — N.º 49 — P. 96 — 1947

41 — Agnelo Bittencourt (Apontamentos bio-bibliográficos)
Ano III — N.º 28 — Pp. 642/648 — 1945

42 — GOMES, Pimentel
A valorização da Amazônia
Ano IX — N.º 98 — Pp. 157/159 — 1951

43 — A Juta no Brasil
Ano VI — N.º 63 — Pp. 288/289 — 1948

44 — Exploração racional da floresta amazônica
Ano VIII — N.º 77 — Pp. 528/537 — 1949

45 — GOUROU, Pierre
Amazônia
Ano VIII — N.º 94 — Pp. 1182/1191 — 1951

46 — GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares
Território do Guaporé
Ano II — N.º 18 — Pp. 852/856 — 1944

47 — GUDIN, Eugênio
Aproveitamento Econômico da Bacia Tocantins-Araguaia
Ano III — N.º 33 — Pp. 1184/1186

48 — GUERRA, Antônio Teixeira
Alguns Aspectos Geomorfológicos do Litoral Amapaense
Ano IX — N.º 98 — Pp. 167/178 — 1951

49 — Importância da laterização para as construções feitas pelos engenheiros das obras públicas na faixa costeira do Amapá
Ano X — N.º 107 — Pp. 216/218 — 1952

50 — Notas sôbre o resultado de 4 análises de lateritos encontrados no território federal do Amapá
Ano X — N.º 110 — Pp. 559/564 — 1952

51 — Aspectos Geográficos Gerais do Território Federal do Guaporé
Ano XI — N.º 112 — Pp. 48/62 — 1953

52 — Alguns aspectos do território federal do Amapá
Ano X — N.º 108 — Pp. 291/1303 — 1952

53 — Notas sôbre as zonas econômicas do território federal do Acre
Ano XI — N.º 115 — Pp. 349/366 — 1953

54 — HIGBEE, Edward C.
O Homem e a Amazônia
Ano IX — N.º 101 — Pp. 461/482 — 1951

55 — LEITE DE CASTRO, Christovam
Hiléia Amazônica
Ano V — N.º 54 — Pp. 629/630

56 — LEITE RIBEIRO, Orlando
Brás Dias de Aguiar (Apontamentos bio-bibliográficos)
Ano II — N.º 19 — Pp. 1091/1093 — 1944

57 — LIMA FIGUEIREDO, José de
À margem do Amazonas
Ano IV — N.º 37 — Pp. 27/29 — 1946

58 — Silvícolas do Guaporé
Ano III — N.º 29 — Pp. 731/734 — 1945

59 — As savanas do Rio Branco
Ano VI — N.º 66 — Pp. 601/603 — 1948

60 — Terras Caídas
Ano III — N.º 28 — Pp. 237/239 — 1945

61 — Stradeli, um enamorado das Selvas
Ano III — N.º 28 — Pp. 571/574 — 1945

62 — LIMA, Magnólia de
A Amazônia
Ano VI — N.º 66 — Pp. 603/605 — 1948

63 — O Amazonas
Ano VII — N.º 79 — Pp. 752/758 — 1949

64 — MAGALHÃES, Basílio de
Os Novos Territórios
Ano I — N.º 8 — Pp. 69/71 — 1943

65 — MANIFOLD, C.B. e MARBUT, S.P.
A topografia do vale do rio Amazonas
Ano V — N.º 53 — Pp. 530/544 — 1947

66 — MARTINS, Luís de Sousa
A fronteira setentrional do Brasil
Ano IV — N.º 39 — Pp. 295/298 1946

67 — MELBY, John F.
Rio da Borracha
Ano I — N.º 4 — Pp. 26/34 — 1943

68 — MORAIS RÊGO, Luís Flores de
Notas geográficas e geológicas sôbre o rio Tocantins
Ano V — N.º 52 — Pp. 363/374 — 1947

69 — NUNES PEREIRA
A utilização da carne de jacaré na Amazônia
Ano II — N.º 14 — Pp. 150/152 — 1944

70 — A introdução do negro na Amazônia
Ano VII — N.º 77 — Pp. 509/515 — 1949

71 — OLIVEIRA, J. Coutinho de
Lendas amazônicas
Ano VI — N.º 69 — Pp. 1085/1087 — 1948

72 — OLIVEIRA CABRAL, Luís Caetano de
Borracha Amazônica
Ano IV — N.º 48 — Pp. 1610/1629 1947

73 — OLIVEIRA, Leônidas
Localizando o nascedouro do Orinoco
Ano II — N.º 17 — Pp. 641/647 1944

74 — OLIVEIRA ROXO, Matias de
O Vale do Amazonas
Ano II — N.º 22 — Pp. 1482/1491

75 — PEDROSA, Carlos
Avelino Inácio de Oliveira (apontamentos bio-bibliográficos)
Ano I — N.º 3 — Pp. 137/140 — 1943

76 — PEDROSO, Tabajara
As cabeceiras do Amazonas
Ano XI — N.º 112 — Pp. 44/47 — 1953

77 — RABELO, Sílvio
Euclides e o Mistério da Amazônia
Ano III — N.º 35 — Pp. 1418/1424

78 — RAJA GABAGLIA, F. A.
Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças
As bacias do Juruá, do Purus e do Madeira
Ano IV — N.º 39 — Pp. 306/311 — 1946

79 — Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças
A Região Acreana
Ano III — N.º 33 — Pp. 1199/1205 — 1945

80 — Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças
A Bacia do Rio Branco
Ano III — N.º 34 — Pp. 1300/1304 — 1946

81 — Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças
Os Rios Japurá e Içá
Ano III — N.º 36 — Pp. 1564/1569 — 1946

82 — Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças
A Bacia do Rio Negro
Ano III — N.º 35 — Pp. 1430/1435 — 1946

83 — Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças
O Javari — A região acreana

Ano IV — N.º 38 — Pp. 159/164 — 1946

84 — RAMOS, M. Barroso
Seringueiros e seringalistas
Ano V — N.º 52 — Pp. 388/397 — 1947

85 — Redação
Campanha da Borracha
Ano IV — N.º 45 — Pp. 1135/1139

86 — Amazonas (Diretório Regional de Geografia)
Ano VI — N.º 67

87 — O abastecimento do vale amazônico
Ano I — N.º 3 — Pp. 33/34 — 1943

88 — Efeitos da sêca prolongada na região amazônica
Ano I — N.º 3 — P. 34 — 1943

89 — O saneamento da Amazônia
Ano I — N.º 9 — P. 57 — 1943

90 — A Conferência de Belém
Ano I — N.º 3 — P. 36 — 1943

91 — Rodrigues Pereira, Renato Barbosa
Fronteira com a Colômbia — Demarcação
Ano V — N.º 49 — Pp. 58/66 — 1947

92 — RODRIGUES PEREIRA, Renato Barbosa
Fronteira com a Colômbia — Os tratados com a Colômbia
Ano IV — N.º48 — Pp. 1636/1641 — 1947

93 — Fronteira com o Peru
Ano V — N.º 50 — Pp. 161/165 — 1947

94 — Fronteira com o Peru — Demarcação
Ano V — N.º 51 — Pp. 278/284 — 1947
Ano V — N.º 52 — Pp. 416/422 — 1947

95 — SAMPAIO, J. Ferraz
Belém — aspectos geo-sociais do município
Ano VII — N.º 73 — Pp. 82/84 — 1949

96 — SELLIN, A. W.
A pororoca
Ano III — N.º 27 — Pp. 414/415 — 1945

97 — Silva, Moacir
Os gentílicos dos nossos territórios
Ano I — N.º 6 — Pp. 46/49 — 1943

98 — Os territórios federais — Novo capítulo de geografia das fronteiras do Brasil
Ano I — N.º 10 — Pp. 34/47 — 1944

99 — Zoneamento de povoadores da Amazônia
Ano II — N.º 18 — Pp. 839/846 — 1944

100 — SERRA, Adalberto e Ratisbona Leandro
As ondas de frio na bacia Amazônica
Ano III — N.º 26 — Pp. 172/206 1945

101 — SHAW, E. W. e DANIEL, J. L.
Uma região fronteiriça no Brasil — O sudeste do Maranhão
Ano IV — N.º 41 — Pp. 570/580 1946

102 — SOUSA, Henrique Capper de
Comunicação sôbre uma viagem ao Araguaia
Ano II — N.º 18 — Pp. 878/882 — 1944

103 — STERNBERG, Hilgard O'Reilly
Sismicidade e morfologia na Amazônia Brasileira
Ano XI — Pp. 595/600

104 — TATE, G. H. H.
Notas sôbre a região do monte Roraima
Ano III — N.º 33 — Pp. 1173/1182 — 1945

105 — ULHOA, Júlio Benevides
Centenário de Manaus
Ano V — N.º 57 — P. 1021 — 1947

106 — VIEIRA, Flávio
Ferrovias Amazônicas (III parte)
Ano VI — Ns. 67, 68, 69 — Pp. 677/683 — 821/826 1001/1008 — 1948

107 — VIEIRA LIMA, Arnaldo
Introdução ao estudo da Amazônia Brasileira
Ano VII N.º 78 — Pp. 650/651 — 1949

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Noticiário

Capital Federal

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

MEMBROS QUE INTEGRAM ÊSTE ÓRGÃO — O Presidente da República nomeou os membros que deverão compor a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, incumbida de assegurar as condições de estabilidade e eficiência da indústria carbonífera. O referido plano cuidará do aumento da produção do carvão bem como do barateamento de seu custo mediante a mecanização da extração e tratamento adequado do produto na região mineira, racionalização do trabalho no pôrto de embarque e finalmente utilização de uma frota especializada.

A aludida Comissão está integrada pelos seguintes membros: — Diretor Executivo, engenheiro militar Osvaldo Pinto da Veiga, coronel de Engenharia do Quadro Técnico do Exército; Diretores Assistentes, engenheiro de minas e civil Álvaro de Paiva Abreu, tecnologista engenheiro do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e o químico industrial Bernardo Geisel, professor catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul; Membros do Conselho Consultivo do mesmo Plano: engenheiros Ilmar Tavares da Silva, representante da E. F. da Central do Brasil, Camilo Soares Sollero, representante da Companhia Siderúrgica Nacional, Artur Pereira de Castilho, representante do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Dr. Silvio Fróis Abreu, representante do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, representante do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Dr. Luís Antônio Borges, representante do govêrno do estado do Rio Grande do Sul, engenheiros Augusto Batista Pereira, representante do govêrno do estado de Santa Catarina, Alberto Ildefonso Erichsen, representante do govêrno do estado do Paraná, e Dr. Ademar de Faria, representante do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão.

*

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

RESTABELECIMENTO DO MUSEU DE GEOGRAFIA — A respeito da inauguração das novas instalações do Museu, no Conselho Nacional de Geografia, o diretor da Divisão Cultural, a que está incorporado o referido Museu, escreveu no "Jornal do Comércio" o artigo que publicamos linhas abaixo. Êste museu tem finalidade didática e apresenta paisagens típicas, físicas e humanas de tôdas as regiões do Brasil, através de miniaturas, mapas, desenhos e fotografias. Criado em 1943, extinto em 1951, foi agora restabelecido. Em sua nova fase estará diàriamente aberto ao público em geral e aos estudantes. O ato com que o Conselho Nacional de Geografia inaugurou as novas instalações do Museu foi presidido pelo desembargador Florêncio de Abreu, presidente do I.B.G.E. Compareceram à cerimônia o Ten. Cel. De Paranhos Antunes, secretário-geral do C.N.G., o Eng. Virgílio Corrêa Filho, diretor da Divisão Cultural do mesmo órgão, os Profs. Alírio Hugueney de Matos, diretor da Divisão de Cartografia, Antônio José de Matos Musso, chefe da Secção de Divulgação Cultural, o general Jaguaribe de Matos, os deputados Ataíde Bastos e Celso Machado, além de numerosos convidados.

É o seguinte o artigo estampado no "Jornal do Comércio", de 28 de outubro de 1953:

"Quando o Conselho Nacional de Geografia atravessava promissora fase de expansão, que lhe inspirava alçar ao longe a mira das suas aspirações, o Diretório Central resolveu, a 18 de maio de 1943, prescrever normas para a conceituação e a estruturação do Museu, que pretendia criar.

Ainda mais, determinou que "o funcionário do Conselho que fôr designado para encarregado do Museu deverá fazer o Curso de Museologia, do Museu Histórico Nacional".

Nenhuma dúvida haveria a respeito da decisão dos dirigentes, que demonstraram claramente querer dotar a instituição, ainda nova, de um órgão especializado, que lhe ampliasse a ação educativa.

O Conselho abrasava-se no entusiasmo de difundir a cultura geográfica, interpretada pelos seus mais modernos métodos, de tôda maneira possível.

Abrira a sua biblioteca especializada, onde os consulentes encontravam ao seu dispor as obras clássicas dos mestres afamados e as revistas mais recentes, que se relacionassem com a geografia.

Freqüentemente promovia conferências e tertúlias, para o exame e debate de questões merecedoras de estudo.

Instituia cursos de aperfeiçoamento, assim em benefício exclusivo do seu pessoal, para lhe elevar os conhecimentos e apurar a técnica profissional, como também em proveito de professôres da disciplina.

Para os ausentes, editava publicações, que não tardaram em granjear alto conceito entre os sabedores.

A "Revista Brasileira de Geografia", cujo primeiro número veio a lume em janeiro de 1939, com "apresentação" do embaixador José Carlos de Macedo Soares, então presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desfraldou expressivo programa, ao definir as suas aspirações.

"A Geografia é um dos ramos dos conhecimentos humanos, assinalou então, que maior evolução experimentou, evolução sobretudo na sua metodologia. Em seu início, ela apenas dava nomes; e depois, em ciclos sucessivos, passou também a medir e a descrever; hoje, graças às conquistas culturais ainda não centenárias, a Geografia se preocupa com a explicação dos fenômenos físicos, biológicos e humanos que se estendem pela superfície da terra. A nomenclatura, a medição, a descrição e a explicação, eis os elos da cadeia geográfica.

A Geografia explicativa, porém, é dos nossos dias; Karl Ritter e Alexandre Humboldt, os seus fundadores, viram a segunda metade do século passado, a cujo patrimônio pertence o corpo de princípios básicos do novo método

científico: o princípio da extensão, que reconhece como geográficos sòmente os fenômenos que se espalham pela superfície da terra; o princípio da causalidade, que determina a pesquisa da causa dessa distribuição territorial do fenômeno; o princípio da conexão, que exige a investigação das interrelações existentes entre os fenômenos ocorrentes no mesmo local; o princípio da evolução ou da atividade, que obriga seja investigado o fenômeno geográfico não sòmente na sua apresentação atual mas também nos seus comportamentos passado e futuro provável".

Exposto, em linhas incisivas, pela autorizada palavra presidencial, o que pretendia, em prol da cultura geográfica no Brasil, a "Revista" emparceirou-se com as mais afamadas da classe.

Logo se manifestou, entretanto, a conveniência de libertá-la de secções, que melhormente assentariam a outro tipo de periódico, menos original, quanto à valia científica, mais penetrante nos meios intelectuais necessitados de informações precisas e freqüentes.

Surgiu, então, por abril de 1948, com o título de "Boletim do Conselho Nacional de Geografia", que se transformou em "Boletim Geográfico", do quarto número em diante.

Mensalmente, de princípio, assim se manteve, por pouco menos de uma década, enquanto o idealismo dos seus fundadores lhe garantiu o aparecimento oportuno.

Atraso ulterior inspirou a resolução 414, de 15 de abril de 1952, pleiteada pelos sucessores, que a tornou bimestral, "a partir de janeiro", assim retroagindo de quatro meses.

Além dessas duas publicações, que ainda perduram, outras edições empreendeu o Conselho, tanto na série da "Biblioteca Geográfica Brasileira", de nome expressivo, como avulsas, quando não se enquadravam nos padrões estabelecidos para alguma das séries, A (livros), B (folhetos), C (manuais).

Da influência exercida pelos cursos de aperfeiçoamento organizados pelo Conselho e por suas publicações, resultou a boa nomeada que alcançou entre quantos se dedicam aos estudos da Geografia.

Havia ainda um meio de aumentá-la, desde que fôsse possível proporcionar aos que desejassem conhecê-las, as diversas paisagens que distinguem entre si as regiões brasileiras.

Reunidas em pequeno espaço, ao alcance de simples visada, poderiam conter as características fundamentais que as individualizam.

Daí se causou o projeto de Museu de Geografia, que se incumbiria de cumprir a resolução n.º 130.

Não lhe bastou, entretanto, o dispositivo legal, nem o curso especializado, em que se diplomou o funcionário incumbido de dirigi-lo.

Contra ambos, desenvolveu-se tendenciosa campanha de extermínio, até que pràticamente soçobrou o Museu, antes que lhe proporcionassem meios de funcionar regularmente.

Apenas permaneceu o rótulo, a que já não correspondia conteúdo algum, escondido, como se achava, em sombrio desvão, onde hibernou, à espera de melhores dias.

Lá foi encontrá-lo o atual secretário-geral do Conselho, coronel De Paranhos Antunes, que bem compreendeu o alcance do restabelecimento do Museu, como elemento essencial da Divisão Cultural restaurada, que também soçobrara no período de ocultação dos ideais inspiradores da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Jamais o vira funcionar com eficiência, pois que o condenaram ao aniquilamento, antes que pudesse organizar-se, como havia mister.

Mas seria, se arranjado a preceito, mais um fator de difusão cultural, e tanto bastou para que lhe dedicasse atenção especial, patente nas recomendações a quantos contribuiram para lhe concretizar as aspirações luminosas.

Complemento da Biblioteca especializada, onde os consulentes encontrarão livros e revistas, que lhes atendem à curiosidade intelectual, principalmente em assuntos de geografia, o Museu, ao lado, destina-se a proporcionar aos visitantes síntese, fiel quanto possível, da imensidão brasileira, considerada em suas peculiaridades locais.

Certo, ninguém pretenderá encontrar em uma sala, por mais bem aparelhada que seja, tudo quanto se refira à vida nacional, complexa demais para caber em limitado recinto.

Mas a iniciativa patrocinada pelo Conselho, de distinguir no Brasil cinco grandes regiões, definidas por aspectos diferenciadores, proporcionou o primeiro argumento, em que se baseou a distribuição dos espécimes.

Não se confundem, assim ordenados, os mostruários da Região Norte, por exemplo, com os da Região Sul, ou Centro-Oeste, cada qual incumbido de servir de miniatura de certa porção do território brasileiro.

À primeira vista, logo ressaltam as características regionais, assinaladas pelos produtos naturais, fornecidas pelo solo, pela vegetação e fauna, pelos derivados do trabalho humano, aplicado à agricultura, às indústrias, pelas fotografias e quadros, com paisagens e tipos humanos correspondentes.

Meios de transporte, do cargueiro ao avião, da jangada ao transatlântico, gêneros de vida, do ripícola amazonense ao nordestino curtido pela soalheira, do seringueiro angustiado no sombrio da floresta ao vaqueiro gaúcho, afeito à amplidão das coxilhas descampadas, de tudo haverá expressiva amostra, que resuma os traços essenciais do aspecto visado.

E quem pretender fixar a atenção em determinado problema, como seja da formação geológica, terá a curiosidade satisfeita na apresentação dos grandes grupos de rochas que a distinguem, conforme sejam eruptivas, sedimentares, metamórficas.

Por não pretender exibir opulência, mas apenas fidelidade na miniatura, não obstante a magnitude do modêlo real e a complexidade de sua composição, o Museu apresta-se para acolher a visita dos estudantes de todos os níveis de ensino, que disponham de uma a duas horas para lhe examinarem as coleções.

Nesse curto prazo, poderão imaginar-se em excursão pelo território imenso, em que notarão a variedade de aspectos, agrupados sistemàticamente.

Objetos e quadros e legendas apontarão as particularidades de cada região, que se vão esbatendo na periferia, à medida que se aproxima a vizinha, com a qual se confundirá em faixa comum, mais ou menos larga.

Não formam divisões estanques, de linhas nítidas, mas simples frações territoriais, cujos limites, ideados por intuitos facilitadores de investigações de vária espécie, não pretendem manter fixidez, além da relativa, inspirada nos atuais conhecimentos geográficos.

De mais a mais, haverá uma ou outra minudência, comum a duas ou mais regiões, como prova de que forma o conjunto uma só unidade, se considerado o fenômeno de ma-

neira ampla, em relação ao continente e suas grandes subdivisões.

No âmbito nacional, todavia, distinguem-se fàcilmente as diversas porções, tanto pelas paisagens naturais, que vão das onduladas coxilhas gaúchas às caatingas nordestinas e aos igapós amazonenses, como pelas transformações causadas pela intervenção do homem, que ergueu usinas açucareiras em meio de canaviais, em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e outras paragens propícias.

Montou siderurgia, fomentadora de indústrias auxiliares, em Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso.

Organizou o parque industrial de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, que imprime ao quadro local feições diferenciadoras, como também as pastagens, naturais ou artificiais, povoadas de gado.

De todos êstes aspectos, encontrará o visitante amostras no Museu, que se destina a desempenhar ampla função educativa, graças à iniciativa realizadora do secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, apoiado decididamente pelo desembargador Florêncio de Abreu, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Inspirados por altos propósitos idealistas, reanimaram-no para que possa corresponder a preceito à curiosidade indagadora dos estudiosos da terra e da gente brasileira."

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFESSÔRES DE GEOGRAFIA DE NÍVEL SECUNDÁRIO — Como vem ocorrendo todos os anos, o Conselho Nacional de Geografia colaborou na realização do Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professôres Secundários, levado a efeito de 11 de janeiro a 3 de fevereiro do corrente ano, pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Além das aulas de fundamentação pedagógica e de didática comuns às várias especialidades em que se dividiu o Curso, o de Geografia, que estêve inteiramente a cargo do Conselho Nacional de Geografia, constou das seguintes matérias ministradas pelos professôres abaixo indicados: — "Geografia Política" (Prof. C. Delgado de Carvalho); "Evolução Geográfica das Fronteiras do Brasil" (Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes); "Ciclos Econômicos do Brasil" (Prof. José de Matos Musso); "Geografia Ferroviária" (Eng. Moacir M. F. da Silva); "Noções Gerais de Geologia" (Prof. Alfredo José Pôrto Domingues); "Climas do Brasil" (Prof.ª Lísia Maria Cavalcanti Bernardes); "Geografia Amazônica" (Prof. Lúcio de Castro Soares); "Geografia dos Territórios Federais Brasileiros" (Prof. Antônio Teixeira Guerra).

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento Nacional de Estradas de Ferro

CONCLUSÃO DE NOVAS LINHAS FÉRREAS — Em obediência ao plano geral para construção de 4 886 quilômetros de ferrovias, organizado pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, ultimaram-se durante o ano de 1953, cêrca de 300 quilômetros.

Atualmente, estão sendo construídas em todo o país as seguintes vias férreas: Coroatá a Pedreiras, no Maranhão; Teresina a Petrolina, Teresina a Periperi e Oiticica a Campo Maior, no Piauí; Piquet Carneiro a Crateús, no Ceará; São Rafael a Angicos e Jucurutu, no Rio Grande do Norte; Epitácio Pessoa a Macau, no Rio Grande do Norte; Bananeiras a Piauí, e Campina Grande a Patos, na Paraíba; o prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco a Salgueiro, em Pernambuco; Salgado-Simão Dias-Jeromoabo-Paulo Afonso, em Sergipe; Feira de Sant'Ana-Alagoinhas-Água Fria, na Bahia; Cruz das Almas-Santo Antônio de Jesus, na Bahia; Ubaitaba-Rio Novo-Jequié, na Bahia; Pirapora a Formosa, Belo Horizonte-Itabira-Peçanha, Dom Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, Catiara a Patos, Lima Duarte-Bom Jardim, em Minas Gerais; Leopoldo Bulhões-Goiânia-Alto Araguaia, em Goiás; Apucarana-Guaíra-Pôrto Mendes, no Paraná, Itanguá a Engenheiro Bley, no Paraná; Blumenau a Itajaí, Barra do Trombudo a Trombudo Central, em Santa Catarina; Ramal Itajaí a Brusque, em Santa Catarina e Caí a Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

★

Instituições Particulares

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

(Secção Regional do Rio de Janeiro)

ELEITA A DIRETORIA DESSA ENTIDADE PARA 1954 — A Diretoria da Secção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros para o corrente ano está assim constituída: — Diretor — Dra. Maria Conceição Vicente de Carvalho; Secretário — Dr. Lafaiete Pereira Guimarães; Tesoureiro — Prof.ª Dora Amarante Romariz.

Foi também eleita para completar o têrço do Conselho Diretor a Prof.ª Maria Luísa de Castro Lira Pôrto.

★

Certames

I CONGRESSO MUNDIAL DO CAFÉ

— PAISES PARTICIPANTES — Em Curitiba, realizou-se de 18 a 21 de janeiro do corrente ano, o I Congresso Mundial do Café, promovido pelo govêrno do estado do Paraná em comemoração à passagem do primeiro centenário da emancipação política daquela unidade federativa.

Além do Brasil, compareceram ao certame 36 nações a saber: Alemanha, Estados Unidos da América, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica,

Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Egito, El Salvador, Equador, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Guatemala, Haiti, Indonésia, Itália, Japão, Líbano, México, Nicarágua, Países Baixos, Paraguai, Peru, Portugal, Suécia e Venezuela.

A presidência de honra do Congresso coube ao governador — do estado do Paraná, Sr. Bento Munhoz da Rocha Neto.

Presidiu os trabalhos dêsse certame o Sr. João Pacheco e Chaves, delegado brasileiro e presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Numerosas teses foram aprovadas e convertidas em recomendações, entre as quais citamos as seguintes: "Reserva para a cultura cafeeira dos solos a ela apropriados"; "Introdução da cultura do café no Distrito Federal"; "Proteção da palavra café"; "Assistência Social Rural"; "Necessidade de uma adequada legislação rural".

Na cerimônia de instalação discursou o Sr. João Pacheco e Chaves, na qualidade de chefe da delegação brasileira, que iniciou a sua oração nestes têrmos: "É com grande honra que me dirijo a essa reunião de países e instituições interessadas na produção, comércio e consumo do café.

Como presidente do Instituto Brasileiro do Café e como estudioso dos problemas do café, reconheço a importância dêste conclave, pois da eficiência com que as atividades cafeeiras são conduzidas, depende em grande parte a riqueza de extensas zonas produtoras nas mais diversas regiões do globo e também a satisfação de um hábito alimentar definitivamente incorporado à sociedade consumidora em geral.

A importância do café, como determinante da riqueza em várias nações produtoras, pode ser verificada através das estatísticas de comércio internacional. No valor total das exportações de 14 países latino-americanos produtores de café, êsse produto contribuiu com 38% em 1952, sendo que Salvador, Guatemala, Colômbia e Brasil, as contribuições ainda foram superiores à média, atingindo 88%, 82%, 81% e 74%, respectivamente. Nas principais regiões produtoras da África, o café em 1950 e 1951 contribuiu com 13 e 10,4%, respectivamente, das suas exportações totais, tendo servido principalmente para manter relações de comércio entre as metrópoles e as colônias.

Referindo-se depois ao café nas relações pan-americanas, assim discorreu o orador: "Nesse himisfério, o café tem sido o principal cimentador das relações pan-americanas. É o principal produto de comércio entre os EE.UU. e os países latino-americanos e entre todos os ítens da pauta de importação dos EE.UU. o café alcança o maior valor, tendo atingido em 1951 a cifra de 1,3 bilhões de dólares ou sejam 12,4% do valor total das importações.

Tivemos, ainda uma vez em Boca Raton, a oportunidade de constatar que o café não é considerado pelos americanos do Norte, apenas como um item importante de sua balança comercial. Êle integrou-se plenamente nos seus hábitos alimentares, hábitos êsses de que não desejam privar-se e, por outro lado, govêrno e classes comerciais ligados ao café, sabem o que o mesmo significa para as boas relações interamericanas.

Êstes fatos fazem com que na América do Norte sejam encarados com simpatia especial os problemas dos países que lhe fornecem esta bebida.

Entretanto, apesar do papel importante do café na economia nacional de muitas regiões e principalmente nas relações comerciais e de amizade entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, nem sempre gozou êsse produto de uma situação favorável de preços.

Os países produtores já tiveram que enfrentar períodos de preços baixos e elevados estoques. Chegou-se mesmo à eliminação, pela queima dêsses estoques. Felizmente a situação mostra-se hoje, diversa. O consumo tem aumentado sensivelmente e os estoques são poucos".

Entre outros pontos, tratou o seu discurso do consumo e escassez do café, da melhoria dos preços do produto, da nacionalização da lavoura cafeeira e suprimento dos países consumidores.

★

II CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

RESENHA DOS TRABALHOS DÊSSE CERTAME FEITA PELO PROF. RENÉ RIBEIRO, RELATOR GERAL, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO — Reuniu-se nesta capital do estado do Paraná o II Congresso Brasileiro de Folclore aproveitando a ocasião das comemorações do primeiro centenário da emancipação da Quinta Comarca. Confirmando as previsões de Cruz Machado a prosperidade bateu à porta do Paraná, encontrando também quem a utilizasse para incentivo à formação de elites e de técnicos, quem se preocupasse com a planificação secial, quem agitasse os problemas do espírito e da cultura, sem os quais a enxurrada passa ou se desencaminha em inutilidade, quando não em cataclismo. Reuniu-se êste Congresso com a jovialidade que tem caracterizado tais conclaves — os "baianos" não se intimidando nem ligando para o frigorífico que o *senhor Tempo* instalou, sorrateiramente, para recebê-los. De que valem cobertores ... Mas ao contrário dêsse tirano o afeto e a simpatia paranaenses, tão tipicamente brasileiras, no que daqui há do *homem cordial,* têm aquecido nossos corações e aproximado, ainda mais, aos filhos desta terra os seus irmãos de todos os rincões brasileiros, aqui presentes. Associaram-se aos nossos trabalhos estudiosos e pesquisadores de outras plagas — de Portugal, da República Argentina, da França, dos Estados Unidos — assim afirmando uma vez mais que os folcloristas não estabelecem fronteiras e se sentem bem por igual, entre todos os povos. Daí ter o proprietário de conhecido restaurante chinês em Washington recoberto as paredes do seu estabelecimento com a declaração em belos caracteres estilizados de que a cozinha típica de cada povo seria o melhor veículo de aproximação internacional, enquanto no plano nacional já nos dizem lá no Norte, sem precisar de erudição, quem chegou no Pará parou; tomou açaí, ficou.

O tema preferencial dêste Congresso foi o do levantamento, em cada unidade federativa, dos folguedos populares ali existentes ou assinalados como tendo existido. Esses relatórios deveriam ser complementados com uma exposição fotográfica e cartográfica, fixando aspectos dos mesmos e sua distribuição especial. As comissões alagoana, paulista, capixaba e paranaense desempenharam-se a contento de tal tarefa, o Rio Grande do Sul, Pernambuco e Goiás apresentaram flagrantes dos vestuários típicos e de certas fases dos seus brinquedos populares. Com referência aos relatórios do grupo de trabalho correspondente, vale transcrever os têrmos do parecer elaborado pelo Sr. Édison Carneiro e aprovado em plenário:

"A Comissão teve a examinar duas espécies de trabalho — os relatórios das Comissões Estaduais e trabalhos individuais, de descrição ou estudo de folguedos populares.

Dos primeiros temos a lamentar que nem tôdas as Comissões Estaduais tenham contribuido com a sua parcela para o arrolamento

dos nossos folguedos populares. Apenas as Comissões de Alagoas, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Estado do Rio e Ceará cumpriram com essa exigência, do Congresso. A Comissão Nacional se incumbiu de apresentar os folguedos do Distrito Federal. Quanto a Minas Gerais colocou-se entre as demais Comissões Estaduais com o trabalho de Saul Martins sôbre festas e romarias que até pelo nome se vê que não cabe no tema preferencial embora seja um levantamento judicioso e fidedigno".

Êsse relatório destaca ainda que a contribuição de Téo Brandão, em nome da Comissão Alagoana "se estende por três grossos volumes de boa, cuidadosa e importante informação sôbre o populário alagoano", enquanto o relatório da Comissão Estadual de São Paulo é tido como se enquadrando "perfeitamente na boa documentação dos nossos folguedos, com a segurança que estamos acostumados a encontrar nos trabalhos de Rossini Tavares de Lima". Igualmente elogioso foi o respectivo relato para com as contribuições da Comissão Estadual do Espírito Santo e do Paraná, Manuel Diégues Júnior, por seu lado, foi o autor de duas introduções históricas aos folguedos populares de Alagoas e do Distrito Federal.

Especificamente os folguedos populares agora tombados e descritos pelas Comissões Estaduais, que responderam ao apêlo da Comissão Organizadora dêste Congresso e do I.B.E.C.C. foram:

Para São Paulo — Congadas, moçambiques, caiapós e folias de reis.

Para Alagoas — Os reinados, o bumba-meu boi (que julgava inexistente nesse Estado antes do presente levantamento objetivo), guerreiros, caboclinhos, taieiras, maracatus, baianas, quilombos, chegança, fandango, pastoril e cavalhada.

Para Espírito Santo — Alardo, ticumbi, marujada e reis de boi.

Para Paraná — cavalhadas, congadas e boi de mamão.

Para Estado do Rio — Camponesas.

Para Distrito Federal — Folias de reis, pastorinhas e escolas de samba.

Para Santa Catarina — Pau de fita, jardineira e o violão apresentados como contribuição pelo Dr. Osvaldo Cabral, em nome da Comissão Catarinense de Folclore.

No terreno das contribuições individuais o relator da comunicação do professor Aires da Mata Machado Filho sôbre "Catopês, marujos, caboclos: danças dramáticas da festa do Rosário do sêrro" em Minas Gerais, e a do companheiro Mário Ipiranga Monteiro sôbre os "Autos Folclóricos da Amazônia". Dignas de registro são ainda as "Notas sôbre o moçambique de Taubaté e Redenção da Serra", "Reizados no interior cearense", "Pesquisando Bailes-Pastoris" e "Notas e informações sôbre o boi-de-mamão", da autoria, respectivamente, dos companheiros Alfredo João Cabaçal e Ives L. Schmidt, Florival Seraine, Hildegardes C. Viana e Osvaldo Ferreira de Melo Filho.

As contribuições analisadas no 6.º Grupo de Trabalho dizem respeito ao folclore do Paraná. O relatório final dêsse grupo aceitou oito trabalhos dos nove apresentados. O primeiro dêles, intitulado "Vieira dos Santos e sua contribuição ao estudo do folclore do Paraná", registra o encontro de uma correspondência de valor folclórico remetida entre 1802 e 1818 para Portugal, concluindo o parecer respectivo que a Comissão Paranaense de Folclore destaque um dos seus membros para a análise das informações ali contidas. Essa contribuição pôs em foco, portanto, a utilização de documentos históricos no estudo de nossas disciplinas. Três outros trabalhos, "Contribuição ao estudo do pandango do rio dos Madeiros", "Folguedos Populares do Litoral Paranaense" e "Coletânea de advinhas" procedem ao levantamento e descrição do fandango, do pau-de-fita, das balaiinhas, do boi-de-mamão, em diversas regiões dêste estado, bem como a coleta de advinhas entre alunos dos Ginásios de Curitiba. "Dança de S. Gonçalo" e "Festa do Divino em Guaratuba" recolhem êsses componentes do folclore religioso, enquanto "A Pesca em Rio dos Medeiros" e "Nota prévia sôbre o vale do Bom Sucesso" se situam no campo limítrofe entre o folclore e a etnografia. A contribuição individual paranaense é assim não sòmente rica de valor documental, como extremamente sugestiva de problemas das relações do folclore com outras ciências.

O Grupo de Trabalho sôbre Cerâmica analisou dois estudos apenas: o de Osvaldo de Andrade Filho sôbre "Algumas indicações sôbre cerâmica em São Paulo", aliás completado por excelente carta de sua distribuição geográfica exposta no Museu Folclórico, e "Cerâmica popular exposta em Vitória", da autoria de Renato José Costa Pacheco.

O primeiro trabalho apresentado ao Grupo de Trançados "Nota prévia sôbre a cestaria em Santa Felicidade", estudava os aspectos históricos da introdução dessa indústria de tradição italiana, detendo-se na análise da preparação do material — o vime — e das técnicas empregadas, bem como dos problemas que lhe estão associados. O segundo e terceiros trabalhos "Nota prévia sôbre o traçado de cipó na região de Caiobá e Matinhos" e "O trabalho de esteiras nas praias do Leste", ambos de autoria do professor Loureiro Fernandes, têm o mérito de levantar, na opinião do etnólogo Jorge Dias, problemas novos no Brasil. "Além da boa qualidade dos trabalhos que focam os vários aspectos da indústria dêste artesanato — diz-nos — Loureiro Fernandes põe em destaque problemas técnicos de alta importância, como seja a necessidade de se fazer o levantamento de tôdas as técnicas de trançados e de se escolherem as designações mais apropriadas dentre aquelas usadas pelo povo. Loureiro Fernandes salientou que os estudos da cestaria levados a cabo por etnólogos estrangeiros utilizam designações que serão impróprias para serem usadas no Brasil". Competiria, pois, aos folcloristas colherem as terminologias populares que "os etnólogos que se dediquem à sistematização e estudos gerais das técnicas de trançados brasileiros o possam fazer baseando-se em dados nacionais de boa qualidade científica". No quarto trabalho "Os trançados no folclore catarinense", de autoria do professor João dos Santos Areão, aparecem dois tipos de trançados que terão de ser separados futuramente segundo a natureza dos materiais empregados: a classificação de trançados baseia-se no estudo tecnológico, mas o uso de materiais diferentes — fibras vegetais, couro ou pele de animal — obrigam a novas distinções.

O Grupo de Trabalho sôbre Instrumentos Musicais tomou posição definida com relação a certos problemas gerais que lhe diziam respeito, expressando-a em moções a serem sumariadas logo mais, neste relatório. Durante o decorrer dos debates, contudo, problemas especiais surgiram, tais como o da "afinação", conforme a compreendem os músicos, populares decidindo-se que o mais aconselhável é registrar a afinação das cordas sôltas, a disposição das mesmas com os cruzamentos de altura que possam ou não acusar, além da informação de natureza material e imediata que permita melhor apreciar a disposição sonora do formulário harmônico usado pelos músicos populares. Outro problema técnico também debatido foi o referente à impropriedade de no-

tação das modinhas. Muitas vêzes elas são registradas em compasso ternário quando na realidade se desenvolvem em rítmo binário, de subdivisão ternária, ou seja, em compasso composto, o que se pode verificar pela prosódia musical.

Nenhuma outra de nossas reuniões apresentou como o II Congresso Brasileiro de Folclore tão farto material documentário sob a forma de fotografias, cartas folclóricas, filmes, gravações em fita e disco, sendo de justiça salientar os magníficos "shorts" coloridos, de execução técnica perfeita apresentados pela Comissão Paranaense de Folclore. Êsses materiais refletem a sadia procupação de grande maioria dos folcloristas brasileiros de recolherem o maior número possível de dados objetivos e de campo sôbre as expressões do nosso povo.

As demonstrações folclóricas levadas a efeito no Instituto de Educação trouxeram novamente ao espírito dos congressistas o importantíssimo tema de folclore aplicado à educação das crianças, tema que se liga intimamente ao de assimilação dos grupos alienígenas de várias regiões do sul do país e sua integração na comunidade nacional; preservados para enriquecimento de nossa cultura alguns dos seus valores e muitas das suas expressões nacionais. Vendo danças ucranianas e japonêsas, como costumes típicos dêles e dos árabes, o folclorista não pode deixar de se aperceber da influência fecundante, pela diversidade, que essas alternativas de expressão e de satisfação estética hão de representar sôbre o povo e a cultura, que têm o privilégio de com êles contar.

Registro especial merece ainda a apresentação da congada da Lapa, cujas evoluções e vestuário deliciaram a quantos assistiram a ela e cujo texto, preservado, levanta fascinantes problemas que a competência de Loureiro Fernandes breve irá deslindar.

De par com as conclusões a que chegaram, em suas diversas comissões, os especialistas aqui reunidos, outras deliberações foram ainda tomadas através de moções que o plenário adotou, não raro depois de discutir o mérito, a importância e o interêsse do assunto.

Merece ressaltar, em primeiro lugar, a tomada de posição teórica na continuação de música folclórica e música popular, como base de estudo para considerar-se o respectivo tema no Congresso Internacional de Folclore, a reunir-se em São Paulo.

O Congresso votou a seguinte definição: "Música folclórica é aquela que, criada ou aceita coletivamente no meio do povo, se mantém por transmissão oral, transformando-se, variando ou apresentando aspectos novos e destinada à vida funcional da coletividade. Música popular.

Adotando preliminarmente esta conceituação, recomendou o Congresso seja o seu texto enviado às instituições de ensino e de cultura musical, solicitando-lhes sugestões. Encaminhou-se, desta forma a uma solução adequada um problema que vem preocupando os folcloristas brasileiros, especializados no campo musical, qual seja o de fixar a diferenciação sentida entre música folclórica e música popular.

Problemas metodológicos foram, de igual maneira, considerados, salientando-se duas deliberações de natureza musical. Uma recomenda que se realizem pesquisas sôbre a viola e a rebeca, como instrumentos musicais, levantando-se, em particular, os seguintes aspectos:

1) Utilização dos instrumentos (afinações, material empregado na fatura, dimensões, nomes das diferentes partes, número e disposição das cordas, nomes locais das cordas, material de que são feitas as cordas);

2) Utilização dos instrumentos (afinações usadas: nomes das afinações; registro em pauta ou gravação dos sons de cada corda e do toque de viola nas mencionadas afinações; descrição e registro fotográfico das diversas afinações, verificando as posições da mão esquerda do violeiro e a maneira de tocar com a mão direita);

3) Pequenas biografias dos violeiros ou rabequistas e referência dos folguedos, danças e cantos, nos quais são empregados os mencionados instrumentos.

Outra recomendou o estudo da classificação dos instrumentos musicais, tendo em consideração as peculiaridades que apresentam. Como base de referência foi apresentada a seguinte classificação dos instrumentos de música popular:

A) Som indeterminado — Percutidos — Agitados — Raspados.

Com a mão — Com um utensílio.

B) Som determinado
- 1) De melodia (melódicos)
  - Soprados
  - Friccionados
    - Tipo tambor
    - Tipo de arco
- 2) De harmonia (Polifônicos)
  - Soprados
    - Dedilhados
      - Diretamente
      - Com um utensílio
    - De teclado
      - Manual
      - Com um utensílio

Decorrente das discussões verificadas no grupo de trabalho de trançados, aprovou-se igualmente a sugestão proposta pelo professor Jorge Dias, no sentido de se processarem estudos monográficos neste campo de pesquisa folclórica. O tema, entre nós, é sem dúvida dos mais fascinantes, e merece um estudo mais aprofundado, em face das condições peculiares com que o povo trabalha o trançado nas várias regiões do Brasil. A proposta indicava que êsses estudos fôssem levados a cabo, de preferência, por equipes constituídas de folcloristas que revelassem aptidões várias, a fim de ser a cestaria brasileira estudada de maneira sistemática e sob todos os aspectos: materiais utilizados e sua preparação, técnicas, formas das peças, relações funcionais, valor estético, sem omitir a terminologia exata usada em cada região, além de outros aspectos a serem oportunamente aditados. Para êsse fim, os folcloristas, sem nada sugerirem ao inquiridor, devem obter os têrmos próprios usados, inclusive para designar as várias fases dos trabalhos de trançado. Completando o estudo recomendou-

se que seja considerada a posição econômico-social dos indivíduos dedicados a êste gênero de artesanato.

Debates se verificaram igualmente acêrca da notação gráfica da pronúncia popular, problema dos mais sérios com que se deparam os folcloristas na realização de pesquisas que envolvem a fonética. Seria supérfluo referir que, em nosso país, por suas diversidades geográficas, a formação cultural tomou, em cada área, feições próprias, sobretudo na pronúncia popular, de maneira que surgem, aqui e ali, aspectos particulares da grafia dessa pronúncia. Diante de um tema como êsse, e considerando a impossibilidade de se aplicarem os sinais internacionalmente convencionados, deliberou o Congresso, de maneira que se lhe afigurou mais acertada, recomendar o estudo dos sinais fonéticos, em particular sua adaptação às pesquisas folclóricas para transcrição exata da pronúncia dos textos populares.

No campo do ensino e da divulgação reiterou o Congresso pronunciamento da reunião de 1951, quanto à necessidade de criar-se, nas Faculdades de Filosofia, a cadeira de Folclore. Neste sentido foi aprovada uma resolução, encarecendo ao Parlamento Nacional urgência na votação do projeto Wanderley Júnior, apresentado como conseqüência daquela deliberação do I Congresso de Folclore. Além disso, completando a idéia anteriormente adotada, sugeriu aos governos federal, estaduais e municipais, a inclusão do estudo do folclore nas escolas normais, técnicas e de artes e ofícios, como parte das disciplinas em que sua aplicação se torne adequada.

Aprovou também o Congresso a sugestão, a ser encaminhada aos governos competentes, no sentido de instituirem-se bôlsas de estudo destinadas à especialização de folcloristas no país ou no exterior.

Assinalando que, em alguns estados, já estão em funcionamento museus folclóricos, ora anexos a museus estaduais, ora integrantes de universidades, deliberou o Congresso formular um apêlo para que se crie Secção de Folclore, quando não mais possível um museu de folclore, nos museus de universidades ou de outras instituições, onde êle caiba adequadamente.

Ainda no campo da divulgação da cultura popular aprovou o Congresso recomendação no sentido de promover-se a realização periódica de concursos e festivais folclóricos como atrativo turístico.

O desenvolvimento das pesquisas folclóricas foi encarado como necessidade fudamental para maior incremento dos estudos em nosso país. Para que estas pesquisas possam tornar-se eficientes, mais amplas e mais completas, o Congresso formulou um apêlo aos governos estaduais para que ampliem o apoio e auxílio que vêm dando às pesquisas folclóricas, ao mesmo tempo que se encareceu que ainda não o vêm fazendo possam quanto antes estimular as atividades dos folcloristas regionais.

Ao govêrno federal foi igualmente dirigido um apêlo no sentido de facilitar, por intermédio dos órgãos compententes da administração pública, sob a jurisdição, a importação de filmes e material cinematográfico, destinados às Comissões Regionais de Folclore. Esta providência se afigura urgente necessidade, tendo em vista os levantamentos documentários que se tornam indispensáveis para o próximo Congresso Internacional de Folclore.

A fim de se completarem, de maneira mais rica, as pesquisas regionais, adotou-se recomendação às Comissões Estaduais no sentido de chamarmos ao seu convívio, participando de suas atividades, os especialistas regionais nos diversos setores que interessam à pesquisa e ao estudo do folclore. Desta maneira tornar-se-ia mais rico o trabalho a cargo dos órgãos regionais, com a colaboração valiosa de quantos se dedicam a campos específicos de pesquisa e estudo da cultura popular.

Fato auspicioso que merece destaque especial, pela importância de que se reveste para a ampliação das pesquisas folclóricas, foi a comunicação trazida pelo representante do I.B.G.E. Atendendo a um apêlo formulado pelo I Congresso de Folclore, a atual direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística colocou à disposição da Comissão Nacional de Folclore a rêde de agentes municipais de Estatística para colaborar nas pesquisas locais. A êste fato, sobretudo valioso para as atividades folclóricas no país, será dada efetiva realização, através de entendimentos a serem oportunamente celebrados entre a direção do I.B.E.C.C. e a direção do I.B.G.E. conforme aprovou o plenário.

Tomando como exemplo a bibliografia do folclore pernambucano apresentada ao Congresso pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social decidiu-se a organização, nos mesmos moldes, de uma bibliografia geral de folclore nacional.

Coincidindo a realização dêste Congresso com o pronunciamento de Sua Santidade o Papa Pio XII sôbre o folclore, através de discurso hoje de repercussão universal, foi registrado o vivo regozijo dos folcloristas brasileiros por tão importante pronunciamento, o primeiro em que a Igreja, por sua voz suprema, apoiou o estudo e a divulgação dos motivos folclóricos.

Cabe registrar igualmente que êste Congresso não ficou indiferente às manifestações de apoio que o movimento folclórico tem recebido de autoridades e de instituições, aprovando votos que exprimem seu reconhecimento. Todos êstes votos, de congratulações uns, de agradecimentos outros, relacionados no relatório do secretário-geral do Congresso, sintetizam, não há negar, o sentimento de gratidão dos folcloristas brasileiros às autoridades, instituições, órgãos e particulares, em cuja palavra de apoio encontram, seja individualmente, seja pela Comissão Nacional de Folclore, o melhor incentivo ao desenvolvimento, cada vez mais aperfeiçoado, de suas atividades. Recolhe o movimento folclórico nacional neste estímulo não consagração de vitórias que tenha obtido, mas sobretudo novas fontes de energia para continuar a trabalhar, como o vem fazendo, em benefício dos estudos da cultura popular brasileira e do enriquecimento dessa mesma cultura pela absorção e integração de novas tradições.

A competência dos relatores dos vários grupos de trabalho, o perfeito serviço de secretaria organizado e executado por Fernando Correia de Azevedo e seus auxiliares, o generoso auxílio de Manuel Diégues Júnior, facilitaram consideràvelmente a tarefa do relator geral.

Encerrando êste relatório é grato registrar igualmente a cooperação de todos os colegas que abrilhantaram o II Congresso Brasileiro de Folclore com sua presença e suas contribuições, e que toleraram até agora êste "pau de arara" sem apelar para o nosso querido bichinho, o "Senhor Barão".

★

VII SEMINÁRIO MUNICIPALISTA BAIANO

O VII Seminário Municipalista Baiano, realizado na cidade de Santo Amaro em 7 e 8 de novembro de 1953, registrou as seguintes opi-

niões 1 — que se propugne pela elaboração de um plano diretor para cada cidade baiana, evitando-se o anárquico desenvolvimento e a irregular expansão urbanística das sedes municipais; II — que se empenhem todos os municipalistas no sentido de a Bahia comparecer com representação numerosa aos conclaves nacionais, assegurando maior possibilidade de aprovação dos seus pontos de vista e de satisfação de suas reivindicações; III — que se promova ação coordenada de esclarecimento e propagação das finalidades da campanha municipalista, visando a despertar o sentimento localista do homem do interior e fazê-lo interessado diretamente pelos problemas de sua comunidade; IV — que se faça veemente apêlo ao Ministério da Saúde a fim de serem executadas as obras de saneamento requeridas pela expansão da cidade de Santo Amaro, em direção sudoeste; V — que se sugira ao Poder Público o preparo de professôres primários para a zona urbana e professôres primários para a zona rural, distintamente, com o elevado objetivo de maior rendimento no ensino básico da população; VI — que se diligencie a fim de ser obtido do poder competente o restabelecimento da Cooperativa Mista dos Rizicultores de Santo Amaro, encampada pela Secção de Fomento Agrícola Federal, na Bahia; VII — que se encareça o funcionamento da Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia, para cumprimento de suas altas finalidades; VIII — que se lembre aos senhores prefeitos municipais maior celeridade na elaboração e encaminhamento de estudos e projetos referentes ao problema de abastecimento d'água, de modo que os seus pedidos de financiamento cheguem oportunamente ao Banco de Desenvolvimento Econômico; IX — que se insista na recomendação ao Poder Legislativo Estadual de uma emenda constitucional que atribua ao município baiano faculdade de elaborar a sua própria Lei Orgânica, como ocorre no estado do Rio Grande do Sul, desde a Constituição Federal de 1891; X — que se solicite dos órgãos legislativos locais o seu regular funcionamento, favorecendo os habitantes dos municípios com uma noção da excelência do regime representativo e do sistema democrático vigente, baseado nos três poderes; XI — que se crie e instale o Departamento de Saúde do município de Santo Amaro, unificando-se sob a sua superintendência mediante convênio, todos os serviços congêneres das esferas federal, estadual e municipal ali existentes; XII — que se interesse a Associação dos Municípios da Bahia pela obtenção de maior número de tratores e arados para os trabalhos de campo.

★

IV CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA

EM AGÔSTO, NA CIDADE SÃO PAULO, A REALIZAÇÃO DÊSSE CERTAME — PROGRAMA E TEMÁRIO — OUTRAS NOTAS — Em cumprimento ao que ficou deliberado no III Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária, levado a efeito em Buenos Aires, em novembro de 1952, a Associação Interamericana de Engenharia Sanitária promoverá, no período de 25 a 31 de julho do corrente ano, na capital paulista, a realização do seu IV Congresso como parte das comemorações ao IV centenário de São Paulo.

Além das reuniões de caráter técnico, que constituem o Congresso pròpriamente dito, o programa elaborado para êsse certame compreenderá visitas a obras e serviços de engenharia sanitária das cidades de São Paulo, Santos e Campinas, bem como passeios e excursões a locais de atração dessas mesmas cidades e uma viagem a esta capital.

Haverá também duas exposições: uma já tradicional, exibirá maquetas de obras, equipamentos, gráficos, etc., relativos à engenharia sanitária; a outra, de caráter educativo, constará de cartazes, palestras, filmes, folhetos, elucidativos de problemas de saúde pública.

A Comissão Organizadora estabeleceu o temário, dentro do qual deverão estar enquadrados os trabalhos a serem apresentados ao certame, assim constituído: Tema I — Planejamento, organização e administração dos serviços de engenharia sanitária; Tema II — Saneamento geral; Tema III — Abastecimento de água e sistemas de esgotos; Tema IV — Tratamento de águas de abastecimento e residuárias; Tema V — Química Sanitária e Microbiologia; Tema VI — Ensino de engenharia sanitária.

Para qualquer informação, os interessados poderão dirigir-se ao endereço da Secretaria Geral do Congresso, que é o seguinte: Caixa Postal 8099 — São Paulo.

★

Unidades Federadas

MINAS GERAIS

EDIÇÃO DO NOVO MAPA DO ESTADO DE MINAS — O Departamento Geográfico de Minas Gerais lançará dentro em breve o novo mapa do estado, elaborado de acôrdo com as adaptações decorrentes da recente lei que modificou a divisão administrativa daquela unidade federada.

Esta carta representará do modo mais exato possível a fisionomia do território mineiro, uma vez que será enriquecida com subsídios valiosos fornecidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem, Conselho Nacional de Geografia e outras repartições, federais e estaduais. Na elaboração dêsse mapa estão sendo utilizados os dados colhidos nos últimos levantamentos efetuados pelo Departamento Geográfico do Estado.

Data de 1944 a carta oficial ainda em vigor, organizada nas escalas de 1 : 500 000 e 1 : 1 000 000. Após aquêles anos foram criados novos municípios, os quais somam, atualmente, 485.

★

PARANÁ

COMEMORADO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DE SUA EMANCIPAÇÃO — ÍNTEGRA DO DISCURSO DO CHEFE DO GOVÊRNO FEDERAL — HOMENAGEM DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — O estado do Paraná comemorou o transcurso do primeiro centenário de sua emancipação política com várias solenidades, entre as quais a inauguração do monumento do centenário, a realização do III Congresso Regional de História do Paraná, do I Congresso Mundial do Café e da Exposição Internacional do Café.

À abertura oficial dos festejos compareceu o presidente Getúlio Vargas, o qual, após ter sido saudado pelo governador Munhoz da Rocha, proferiu o seguinte discurso:

"Povo do Paraná.

Nesta noite de glória, em que as bênçãos do Brasil inteiro se dirigem, fraternalmente, para o vosso estado, venho trazer-vos, de coração jubiloso, a homenagem do meu orgulho cívico por tudo quanto soubestes construir, pela inteligência, pela bravura e pelo trabalho, num século apenas de vida autônoma.

A pátria exulta com os resultados esplêndidos e as radiosas promessas da vossa energia criadora. A emancipação política, já sonhada por vós quando não alvorecera ainda a própria independência nacional, bem a justificastes nesses decorridos cem anos de heróico desbravamento, de constante labor, de fecundas iniciativas, que transformaram a antiga Quinta Comarca de São Paulo, pobre, inculta e quase deserta, na sua realidade magnífica de hoje. A riqueza sempre crescente, a civilização que dia a dia se apura, as cidades novas que surgem como por milagre em meio às fartas lavouras, as jovens indústrias que prosperam, as gentes de origem diversa que se irmanaram no cultivo da terra dadivosa, aqui nos fazem ver a materialização dos reinos encantados.

Parece que o destino vos reservou para alentar o país, na crise do seu desenvolvimento, mostrando aos pessimistas e aos céticos um tonificante exemplo das possibilidades imensas que se abrem para o nosso futuro. Ninguém ousaria descrer do Brasil, ao contemplar o espetáculo do Paraná moderno. Prenunciando o porvir esplendoroso, o vosso presente de estupendo progresso honra o passado e testemunha o vigor dêsse espírito bandeirante a que deveis as primeiras conquistas da vossa existência.

Pelas condições felizes da sua evolução histórica e política, o Paraná constitui uma singularidade na vida nacional. Pois, surgindo no quadro das nossas províncias quando o Império já se consolidara nos alicerces da sua estrutura, não conheceu os embates domésticos e as dissenções internas que marcaram o início da nossa árdua formação, deixando na alma de tantas populações locais o ferrête de animosidade que só aos poucos o tempo conseguiu apagar.

Desde os primórdios, oferecestes a lição extraordinária e admirável de um povo uno, sem preconceitos, sem obstinadas vinditas, sem tradições de rancor. Nunca vingaram aqui as prerrogativas diferenciadoras do nascimento e da fortuna. Em vosso clima estimulante nunca se respirou a atmosfera malsã das prevenções raciais ou religiosas. Sempre ignorastes o que divide os homens e compromete a ventura dos povos. Tendes motivos para vos ufanar da vossa fibra, dos vossos feitos, do vosso ímpeto desbravador, porém jamais erguestes as barreiras do regionalismo ou da xenofobia para afastar do convívio amigo, ou para excluir dos bens prometidos pelo solo generoso, os forasteiros que aqui arribaram, com o desejo e a esperança de prosperar.

Oportunidade para todos é o signo da vossa História, tão recente ainda, mas já tão bela. Graças ao vosso ânimo hospitaleiro, os filhos de outros estados, como os filhos de outras pátrias, encontram nestes rincões propícios a mesma fartura e o mesmo viver tranqüilo, como o prêmio do seu esfôrço.

Porque amais profundamente a vossa terra, sabeis dar incentivo aos que vêm de longe para cooperar no seu engrandecimento.

Imprimistes, no entanto, marcado cunho brasileiro à promissora civilização que estais levantando. Com milagroso poder de absorção e assimilação, a vossa gente fêz integrarem-se na mesma consciência da pátria nova os laboriosos núcleos de imigrantes que aqui se plantaram. Nem o vinco secular das nacionalidades fortes, nem o vigor dos costumes e tradições que se arraigaram através dos tempos, nem as crenças, nem os idiomas, resistiram à alma própria que havíeis formado nesses campos fertilíssimos, plenos de riqueza. Pelo sortilégio da vossa hospitalidade, as colônias estrangeiras deixaram de se constituir em círculos segregados, tomando parte na comunhão do trabalho, com o entusiasmo e a alegria de servir ao Paraná, em companhia da brava gente pioneira que devassou as regiões agrestes, que abriu estradas nas vastas matas virgens, que semeou povoações, que improvizou cidades e nelas procura estimular o gôsto pelas coisas da inteligência.

Em meio de tão arrojados e penosos empreendimentos para estabelecer a vossa prosperidade material, não esquecestes as criações do espírito. Embora tão jovem, o vosso estado já deu às letras do Brasil preciosa contribuição, com a plêiade ilustre de historiadores, ensaístas e poetas, de Rocha Pombo e Nestor Vitor, de Emiliano Perneta e Emílio de Meneses, que formaram a denominada Escola Paranaense, cujas irradiações de talento e cultura atingiram o país inteiro.

Meus amigos do Paraná:

Em meio a todos os acontecimentos da minha carreira política, entre os triunfos e vicissitudes que me acompanharam nos anos devotados ao serviço da pátria, a vossa fidelidade constante e inalterada foi sempre para mim motivo da mais profunda e comovida gratidão.

Guardo como um momento inesquecível do meu viver de homem público aquêle em que a vontade livre do povo do Paraná me foi buscar, no exílio a que me recolhera, para confiar-me o tão grato encargo de vos representar na Câmara Federal. Nunca me negastes o vosso apoio na obra de renovação em que me empenhei, porque sempre tivestes os olhos voltados para o futuro e em vossa marcha empreendedora nunca vos deixastes deter pelos rancores políticos de um passado de estagnação e indiferença.

Nesta noite memorável, nestas horas tão densas de conteúdo histórico, sei que exprimi o sentir de todos os brasileiros, quando rendo ao valoroso povo do Paraná o preito do meu entusiasmo.

Se a natureza já vos recompensa com a prosperidade o trabalho de todos os dias, é justo que também a pátria vos consagre no penhor do seu reconhecimento pelo concurso inestimável que prestais à sua grandeza.

Que êste último dia de um século de vitórias e conquistas seja para vós a véspera de uma era nova, na qual se transformem em realidade tôdas as vossas esperanças, é o voto ardente do Brasil".

Nesta capital o Conselho Nacional de Geografia prestou significativa homenagem ao Paraná, realizando uma sessão sob a presidência do desembargador Florêncio de Abreu, durante a qual o geógrafo Dora Amarante Romariz fêz uma conferência sôbre "Aspectos da geografia do Paraná". A conferencista focalizou os principais aspectos da geografia paranaense, como vegetação, uso da terra, colonização, distribuição das propriedades.

No início da reunião o Ten. Cel. De Paranhos Antunes, secretário-geral do C.N.G.,

discursou salientando o sentido geográfico da efeméride e a importância geopolítica da escolha de Curitiba para capital da nova província, embora Paranaguá, dotada de privilegiada situação em ótimo pôrto, possuísse, na ocasião, maior índice populacional.

★

PERNAMBUCO

CELEBRAÇÃO DO 3.º CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA — Transcorreu a 27 de janeiro o tricentenário da Restauração Pernambucana, que pôs fim ao domínio holandês em Pernambuco. Várias e excepcionais solenidades assinalaram o memorável acontecimento.

O presidente Getúlio Vargas associou-se ao júbilo do povo daquele estado, dirigindo-lhe patriótica mensagem de saudação cuja íntegra é a seguinte:

"Pernambucanos,

Tôdas as vêzes que, no decorrer de minha vida pública, me encontrei convosco na luta pelas grandes causas e no trato dos problemas nacionais, contei sempre com o estímulo e o confôrto da vossa inabalável confiança. Já em 1930 estivestes a meu lado, de armas na mão, trazendo às hostes revolucionárias o concurso da vossa tradicional bravura e a autoridade do vosso prestígio nestas paragens nordestinas.

Posso dizer, com legítimo desvanecimento, que desde êsse tempo temos lutado sempre, ombro a ombro, sob as mesmas bandeiras e em prol dos mesmos ideais.

Dirijo-me a velhos amigos com a emoção profunda de quem revê os companheiros de tôdas as lutas, os combatentes infatigáveis que têm sido, nas alternativas de minha carreira política, exemplos de valor e de fidelidade, de desinterêsse e de patriotismo.

Nesse momento de tão gratas recordações, não posso silenciar nem esquecer o nome de um de meus colaboradores mais constantes, Agamemnon Magalhães, cuja presença ainda é tão viva em nossos corações. Seu desaparecimento prematuro privou o país de um dos mais altos valores de Pernambuco, constituindo perda irreparável para os quadros da política nacional.

Substituiu-o nessa alta função, escolhido por vós, o governador Etelvino Lins, seu digno e esclarecido sucessor.

Atendendo ao convite para compartilhar das alegrias com que comemorais o Terceiro Centenário da Restauração Pernambucana, venho trazer-vos, em nome de tôda a Nação, as homenagens devidas aos vossos triunfos e aos vossos heróis.

Pelejastes, a bem dizer, contra tudo e contra todos, enfrentando adversários que haviam reunido milícias adestradas, com os melhores armamentos da época e a direção de militares capazes e experimentados. De vossa parte, tudo era improvisação, menos o desígnio de vencer, que vos fazia encontrar recursos onde êles menos existiam e vos levavam a combater quando tudo parecia perdido. Conseguistes assim triunfar pela bravura das vossas armas e pelo fervor de vossa causa, quando a própria esperança não pretendia ir tão longe quanto os vossos feitos.

Técnicos militares, que estudaram recentemente os documentos das batalhas temerárias, travadas no monte das Tabocas e nas colinas dos Guararapes, reconhecem e proclamam como prodígios de valor o êxito das fôrças da insurreição. Estas vitórias confirmaram no campo de batalha as palavras de João Fernandes Vieira em corajoso desafio: "Não vos iludais, senhores, que não foi feito para vós o Brasil".

Nesse lance da história o que estêve em jôgo e o que triunfou na Restauração foi o próprio destino da nossa terra, restituída à sua integridade, na mesma comunhão de idiomas e de crenças, de costumes e de tradições. Na vossa insurreição, de sentido nativista, despontava o sentimento nacional, como se, no tumulto das refregas, já tivésseis a antevisão da pátria coesa e grandiosa.

Na bravura e no espírito de sacrifício de heróis como André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Filipe Camarão e Henrique Dias já encontramos a marca da predestinação que vos constituiu em baluarte da unidade nacional.

O povo pernambucano mantém uma constante no seu determinismo histórico que é a da resistência tanto aos invasores externos como ao caciquismo das imposições internas.

Não devemos apenas cultuar como uma página do passado a lição dos vossos maiores. Que seja ela a diretriz e inspiração na nossa vida atual, reafirmando-se dia a dia na consciência do inquebrantável vigor da nossa nacionalidade.

Na salvaguarda dêsse bem supremo da pátria, contra quaisquer interêsses alheios que procurem ameaçá-lo, ou contra idéias e doutrinas contrárias à nossa formação histórica, saberemos repetir, com a mesma determinação, a advertência intrépida: "Não vos iludais, senhores, que não foi feito para vós o Brasil".

★

SÃO PAULO

DISCURSO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS POR OCASIÃO DO TRANSCURSO DO QUARTO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO — A 25 de janeiro a cidade de São Paulo completou quatrocentos anos de fundação. Êste acontecimento máximo da história bandeirante será assinalado, durante o corrente ano, por expressivas manifestações cívicas e culturais, a cargo da Comissão encarregada das comemorações do IV centenário de São Paulo.

Transcrevemos abaixo o discurso que o presidente Getúlio Vargas proferiu, por ocasião do banquete que lhe foi oferecido, pelo Sr. Lucas Nogueira Garcez, governador do estado, nos salões do Jóquei Clube de São Paulo, na data magna da Paulicéia:

"Podeis contemplar com o mais justo orgulho os quatro séculos de história que marcam a epopéia da magnífica civilização criada nestes fecundos campos de Piratininga. É como portentoso monumento às vossas virtudes mestras, de bravura e energia, iniciativa e paixão pelo trabalho, que hoje se impõe ao culto da pátria esta cidade gloriosa, estendendo-se a perder de vista por vales, encostas, colinas e várzeas, ou alçando-se em arrojos de cimento e ferro, na paisagem mansa onde o jesuíta lançou a semente da vila predestinada.

Quando galgou a montanha, para vir plantar a primeira povoação cristã e a primeira escola no planalto da grande esperança, a fé heróica dos missionários já vos augurava uma vida estuante de coragem e de fôrça empreendedora, escolhendo para vosso padroeiro o apóstolo da intrepidez suprema, da vontade inquebrantável e da ação prodigiosa.

Também a natureza vos apontava os rumos da aventura pioneira e desbravadora, com os rios que nascem nas úmidas vertentes das serras verdes e correm para os sertões então

desconhecidos e desafiadores, densos de perigo, exigindo para a sua conquista uma gente de fibra extraordinária, de valor sôbre-humano, uma verdadeira raça de gigantes, como Saint-Hilaire definiu a grei dos vossos avós.

A legenda maravilhosa das monções e das bandeiras dá sentido homérico aos vultos surpreendentes que daqui partiram para romper as selvas misteriosas, desvendar o solo imenso e as suas riquezas deslumbrantes, fundando núcleos de população dominadora no ínvio deserto e garantindo para os brasileiros a posse do Brasil. Muito da nossa vastidão territorial se deve, realmente à audácia dêsses incomparáveis caminheiros, cujos passos ampliaram nos confins do oeste e mesmo nas zonas fronteiriças do sul, os atuais contornos do país. Já o queríeis assim, grandioso e inquebrantável, porque desde cedo, impregnados pelo amor da terra que andáveis devassando, pressentistes o futuro e vislumbrastes dentro da noite colonial o alvorecer da nacionalidade.

Ainda não decorrera um centênio da vossa existência, quando o profundo sentimento nativista que se formava na Paulicéia indômita eclodiu em repentino surto insurrecional pela emancipação política. E só não o levastes adiante, aproveitando as circunstâncias históricas, porque a prudência do homem que escolhestes para chefe vos serenou o ímpeto combativo. Se não contivestes êstes prematuros anseios de liberdade, talvez tenha sido para salvaguardar a unidade da pátria que nascia, enorme e coesa, crescendo com o vosso esfôrço, afirmando-se no vosso espírito.

Entretanto, chegado o tempo de se concretizar, afinal, o sonho da Independência, desta cidade partiram, para o Regente, os apelos mais fervorosos e nela a alma do príncipe veio buscar a inspiração decisiva para o grito imorredouro, que ressoou nestas paragens abençoadas, consagrando-as como berço do Brasil soberano e senhor do seu destino.

De tamanha glória sempre vos mostrastes dignos, pelo concurso extraordinário que vindes prestando ao engrandecimento do país, não apenas com o vosso espantoso progresso material, mas também com a vossa apurada consciência cívica e democrática, o vosso estímulo às atividades científicas, literárias e artísticas, enfim, a vossa cultura, o vosso gênio criador, o florescimento da vossa jovem e máscula civilização.

Filhos da própria terra bandeirante ou das mais diversas regiões brasileiras, aqui encontraram precioso centro de estudos e de formação espiritual. A cidade vossa foi o ninho propício para muitas das figuras que celebramos como paladinos das causas sagradas e como expoentes da inteligência nacional, apóstolos dos princípios liberais, campeões generosos do abolicionismo, propagandistas da Federação e da República, além de tantos prosadores admiráveis e tôda uma plêiade imortal de poetas. O ideal político e o sonho romântico fizeram vibrar as arcadas tradicionais da vossa tão ilustre Faculdade de Direito, palpitaram nos grêmios associativos e repercutiram pelas praças tranqüilas, ainda não despertadas para o frêmito do trabalho moderno.

Durante mais de três séculos a velha Piratininga se encerrou em limites modestos, vivendo uma vida sóbria e altiva, de virtudes antigas, de trabalho tenaz, de tradição e cultura.

O povoamento e a valorização do interior paulista, sobretudo pela lavoura cafeeira, vieram imprimir o impulso inicial ao seu hoje fabuloso desenvolvimento. Daí por diante, num ritmo sempre cada vez mais intenso estiraram-se as suas ruas e desbordou o seu casario em proporções avassalantes.

A êsse ímpeto de progresso o surto industrial acrescentou um vigor ainda mais acentuado, fazendo do crescimento de São Paulo um fenômeno ímpar em nossa história e conquistando para vós a admiração do Brasil e a notoriedade mundial.

Nenhum bom brasileiro ignora hoje — e nenhum deixa de mencioná-lo com orgulho, — que São Paulo superou tôdas as cidades do mundo em índices de desenvolvimento urbano, tendo a sua população decuplicado nos últimos cinqüenta anos; que na vossa prodígiosa cidade uma edificação é concluída cada cinqüenta minutos, todos os dias do ano. Esta é a capital bandeirante, que enche os nossos olhos e nos comove na sua grandeza: 15 000 fábricas reunidas no mais potente parque industrial da América Latina, 390 000 prédios residenciais, 15 000 grandes edifícios, 8 000 escolas públicas.

Esta é a metrópole poderosa, que absorve e integra, numa só população ordeira, disciplinada e laboriosa, os que vêm de todos os rincões do Brasil e do mundo, em busca de um viver melhor. São Paulo não conhece preconceitos de qualquer ordem. Abre a perspectiva generosa de suas oportunidades a todos e a cada um, porque sabe que o progresso de cada um será o progresso de todos.

Êste é o nosso grande centro de trabalho, a oficina imensa e poderosa, onde a pujança econômica do país dia a dia se elabora no esfôrço cotidiano de quase meio milhão de operários organizados e esclarecidos quanto às nossas aspirações de um maior desenvolvimento econômico, melhor padrão de vida e perfeito equilíbrio social.

Não posso deixar sem uma menção especial as massas trabalhadoras a que São Paulo deve o maior e o melhor da sua grandeza e da sua prosperidade. Aqui se uniram, num mesmo esfôrço, os filhos da gleba paulista, forasteiros dos outros estados e homens vindos de terras longínquas, sem que lhes coubesse na comunhão da riqueza, a recompensa proporcional ao suor de sua labuta diária. Mas os tempos mudaram e hoje as massas trabalhadoras já estão organizadas como elemento dinâmico no equilíbrio social e fôrça ativa que se prepara para influir, de futuro nos destinos e no próprio govêrno de nossa pátria. A democracia puramente política em que ainda vivemos terá de evoluir, por meios pacíficos, para o plano da democracia social, que a todos conceda a segurança econômica, a igualdade de oportunidade, uma existência digna e decente e a partilha em comum dos bens, dos rendimentos e dos produtos do trabalho.

Obreiros das cidades e dos campos, os que acionam as indústrias e os que lavram as terras fecundas, tendes também direito a um lugar ao sol e não o deveis esperar como dádiva generosa mas como uma conquista do vosso esfôrço, do vosso espírito de luta, da vossa capacidade de organização e principalmente da união das vossas vontades em tôrno de uma mesma bandeira, de uma mesma causa, corporificada na justiça social e no bem-estar de todos.

Ao mesmo tempo que de suas inúmeras chaminés sobe o fumo do progresso material, São Paulo não abandonou as suas seculares tradições de centro cultural de primeira grandeza, continuando no gôzo do prestígio de seus foros de cidade universitária, para onde afluem estudantes de todo o país. O papel que exerce na evolução de nossas artes é de tanta importância quanto o que desempenha no terreno econômico mantendo sempre posição de vanguarda nos movimentos de renovação de nossos padrões artísticos.

Na data de hoje merecem referência especial o governador Lucas Nogueira Garcez que teve a ventura de ligar o seu nome às comemorações do IV centenário da fundação de São Paulo, e os esforços de sua administração operosa e profícua para o engrandecimento desta cidade, cujos destinos estão agora confiados ao espírito esclarecido e às mãos honradas do vosso digno prefeito.

Povo de São Paulo.

No fervor da mesma devoção, quatro séculos de história nos encontram reunidos para depor ante a cidade majestosa a oferenda cívica do nosso respeito pelo seu passado venerável e de entusiasmo pelas suas grandezas presentes. Com as bênçãos da pátria reverenciamos hoje os evangelizadores estóicos, os fundadores de Piratininga. E os heróis errantes da aventura sertanista, aquêles que abriram tantos caminhos do Brasil, semeando vida criadora nas solidões bravias. E os que ainda no amanhecer da nacionalidade, já pensavam na sua libertação. E os que, aqui contribuíram com o ardor de seu civismo para a proclamação da Independência. E os que formaram no planalto sobranceiro o clima estimulante de cultura para o desabrochar dos ideais generosos e dos sentimentos belos. E os que ergueram, num cenário de tradições tão radiosas, o mais pujante núcleo de trabalho e de progresso já sugerido em todo o continente.

Simbolizada nas figuras dominantes cuja memória cultuamos, essa obra exalta e consagra o povo inteiro da vossa cidade, pois não seria realizada sem a coragem anônima, o obscuro devotamento, a flama espiritual e a tenacidade laboriosa da gente humilde que devemos glorificar também neste dia de glórias. Marchando para conquistar as promessas esplendentes do futuro, o país confia em vossa alma vanguardeira, como sempre confiastes nos destinos grandiosos da pátria."

Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia — Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguaçu — Rio de Janeiro, D.F.

Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins

XIII sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia realizada em julho de 1953

MINAS GERAIS

Trechos principais do relatório apresentado pelo Dr. Valdemar Lobato, diretor do Departamento Geográfico e delegado do Estado de Minas Gerais.

Resumo das atividades desenvolvidas por êsse Departamento através de suas diferentes divisões.

"DIVISÃO DE OPERAÇÕES TERRESTRES — A Divisão contou com a colaboração de três turmas de campo, empenhadas na coleta de elementos necessários à Divisão de Aerofotogrametria.

Os serviços se desenvolveram em região de terreno bem acidentado, deparando-se aos operadores inúmeros obstáculos que os obrigaram a trabalhos a pé e a transportar sua bagagem por meio de carros-de-boi.

Uma das turmas iniciou os seus trabalhos de topografia expedita e de nivelamento no lugar denominado Rifânia e os levou pela margem direita do rio Grande. A mesma turma ainda fêz os levantamentos e nivelamentos do eixo Passos-Pôrto do Glória, prosseguindo em direção ao Pôrto do Surubi.

Outra turma deu partida com os seus trabalhos na estação de Sacramento, indo atingir a estação de Jaguara, na Estrada de Ferro Mojiana. Os trabalhos de nivelamento dessa turma prosseguiram pela margem esquerda do rio Grande, até alcançar o Pôrto de Jerônimo Ferreira. Foram feitas por essa mesma turma ligações de interêsse da carta geográfica do estado, na escala de 1/100 000.

A terceira turma percorreu a margem direita do rio Grande, subindo, a partir da linha férrea da Companhia Mojiana, em Jaguara, depois Franca-Ibiraci. Pela margem esquerda daquele curso d'água, percorreu o eixo Passos-Ponte do Surubi, via usina Rio Grande; pela serra da Canastra, partindo do povoado de Boqueirão, subindo pela margem direita do rio São Francisco e, finalmente, o circuito serra da Canastra e da Babilônia, partindo de Boqueirão.

A Divisão de Operações Terrestres apresentou, assim, em resumo, a seguinte produção:

Nivelamento	530,809 km
Levantamento expedito ...	685,709 km
Observações barométricas..	2.
Leituras de aneróide	93.

DIVISÃO DE GEODÉSIA E AEROFOTOGRAMETRIA. *Secção de Cálculos* — A Secção de Cálculos encarregou-se do seguinte trabalho:

a) Organização do fichário das bases geodésicas e topográficas medidas pelo Departamento, desde a sua fundação.

b) Cálculo de coordenadas geográficas da cadeia de quadriláteros do Conselho Nacional de Geografia, entre as bases de Uberaba e Araxá, tendo êste órgão técnico federal fornecido todos os dados para tal fim.

c) Cálculo das coordenadas geográficas e das altitudes dos vértices da rêde de triangulação que abrange grande parte da zona limítrofe Minas-Espírito Santo.

d) Fornecimento de coordenadas geográficas a diversas repartições públicas, com mais freqüência às seguintes: Departamento de Viação Aérea da Secretaria da Viação, Departamento Econômico da Secretaria da Agricultura, Rêde Mineira de Viação e Comissão de Estudos de Limites.

e) Atendeu a vários pedidos de prefeituras, bem como a inúmeras consultas de interessados sôbre o assunto.

Secção de Aerofotogrametria — Podemos alinhar os resultados da Secção de Aerofotogrametria, do seguinte modo:

a) Restituição de 13 faixas de vôos, na escala de 1/20 000, cobrindo a área total de 2 167 km², dos quais 1 408 km² de interêsse da fôlha de Ibiraci e 759 km², da fôlha de Delfinópolis.

b) Das faixas acima, foram feitos 28 clichês, na escala de 1/50 000, e transportados por cópia e apoios de paralelos e meridianos, para os esboços das fôlhas já citadas.

c) Os trabalhos da alínea "a" foram executados em boas condições técnicas, com contrôle perfeito, tanto em planimetria como em altimetria; os da letra "b" mereceram os devidos cuidados.

d) No Laboratório Fotográfico, por falta de material apropriado que não se encontra em Belo Horizonte, foram feitas experiências com outras chapas fotográficas, mas não se chegou a resultado verdadeiramente satisfatório, a não ser a conclusão de que o material próprio não tem substitutivo. A importação, por intermédio da Kodak do Brasil, de diapositivos para o Multiplex se impõe, para solução dos problemas que se apresentam à Secção de Aerofotogrametria.

Obtiveram-se, no Laboratório Fotográfico, 338 diapositivos, 28 reduções de esboços dos Multiplex, 18 reduções de mapas da divisa Minas-Espírito Santo, 182 cópias fotográficas cedidas ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo para estudos da futura rodovia Fernão Dias. Fêz-se uma transformação no ampliador, mudando-o de sua posição vertical livre para horizontal apoiada, obtendo-se mais estabilidade e comodidade em seu manejo.

Trabalhos preliminares — Por encomenda feita aos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, S. A., foram recebidas 1 780 fotogramas na escala de 1/25 000, compreendidos entre os

paralelos de 19° 00' e 19° 30' e meridianos de 44° 30' e 46°, interessando às fôlhas de Campos Altos, Luz, Pintangui, e Pará de Minas. Os dados tomados no campo pelas turmas encarregadas da execução dos eixos de terceira ordem, foram todos apurados e conjugados com os respectivos desenhos, a fim de que se tornasse possível, com rapidez, identificar-se qualquer altitude com o seu ponto no terreno, constante do caminhamento prèviamente identificado pelos seus extremos, amarrados em pontos perfeitamente conhecidos.

DIVISÃO DE CARTOGRAFIA E DESENHO — No exercício que está sendo relatado, a Divisão de Cartografia e Desenho aproveitou os elementos fornecidos pelas fotografias aéreas para melhoria da parte planimétrica da fôlha de Bambuí.

Foram impressas, no Serviço Geográfico do Exército, as fôlhas de Morro da Mesa, Boa Esperança, Carmo do Rio Claro e Cristais.

Planta cadastral de Uberlândia — O desenho da planta cadastral de Uberlândia, que passou a ser feito sob a orientação da Divisão de Cartografia e Desenho, quase ficou concluído. De início, foram colecionados todos os elementos úteis ao desenho, catalogando-se as fôlhas de cadastro e seus respectivos desenhos na escala de 1/250. Organizaram-se gráficos demonstrativos do andamento dos trabalhos e distribuíram-se os serviços de desenho das fôlhas na escala de 1/1 000. No último mês do ano de 1952 estava o desenho das fôlhas da planta cadastral de Uberlândia pràticamente terminado, faltando apenas o de algumas quadras, cujas operações de campo ainda não se tinha obtido. Também nessa data o preparo de cópia das fôlhas já estava pelo meio. O acabamento das fôlhas em papel "celotex" também se concluiu, excetuando-se o trabalho de aquarelar as áreas edificadas e a numeração das quadras e casas. Completou-se o trabalho de redução de 30 fôlhas das 44 de que se compõe tôda a planta de Uberlândia. A Prefeitura Municipal recebeu, nesse período, reproduções heliográficas de 28 fôlhas então copiadas, achando-se em andamento o plano de urbanização da cidade, do qual parte está estudada e projetada. O município já recebeu vários loteamentos de natureza urgente, elementos completos para locação da nova avenida denominada Rio de Janeiro, acompanhando o leito do córrego Cajubá.

Planta cadastral de Pará de Minas — Adotado, anteriormente, o processo de desenho das fôlhas da planta cadastral de Pará de Minas, em pranchas de alumínio, verificou-se que o papel "canção" se descolava do alumínio, o que se tornou bastante inconveniente, sendo necessário substituírem-se as pranchas de alumínio por pranchas de papel "celotex". Foram projetados todos os pontos de coordenadas das poligonais. O desenho completo da planta cadastral de Pará de Minas compreende 21 fôlhas de 800 x 600 metros, tendo-se adiantado o desenho de seis fôlhas. O Sr. Prefeito Municipal já recebeu vários elementos para locação de novos arruamentos e outros melhoramentos da cidade.

DIVISÃO DE GEOGRAFIA. *Divisão territorial e judiciária do estado* — Neste setor, foram prestadas as informações que se fizeram necessárias, quanto a divisas intermunicipais e distritais de Monte Alegre de Minas e Canápolis e outros dados referentes a Nanuque, Santa Rita do Sapucaí e Senador Lemos; forneceram-se dados ao "Centro de Excursionistas do Rio de Janeiro" quanto a pontos geográficos do estado. Foram informados, com dados e esclarecimentos necessários, os processos seguintes:

Rio Espera	Perímetros urbano e suburbano da cidade.
Barra Longa:	Situação de propriedades rurais.
Betim:	Perímetros urbano e suburbano da cidade.
Pedro Leopoldo:	Divisas com Lagoa Santa.
Prata:	Perímetro suburbano da cidade.
Itanhomi:	Dados geográficos.
Betim:	Descrição e esbôço da zona urbana e suburbana da vila de Ibirité.
Janaúba:	Retificação quanto à subordinação judiciária do têrmo.
Unaí:	Divisas com o município de Formosa, no estado de Goiás.
Pouso Alto:	Esclarecimentos sôbre alteração judiciária.
Canápolis:	Divisas com Centralina.

Forneceram-se elementos ao Departamento Estadual de Estatística relativamente aos municípios de Resplendor, Formiga, Abadia dos Dourados, Governador Valadares, Três Pontas, São Domingos do Prata, Mantena, Nepomuceno; Passa Quatro, Sete Lagoas e Visconde do Rio Branco.

Visitas e consultas — Registramos a visita do engenheiro Vitor Antônio Peluso Júnior, ilustre diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia de Santa Catarina. Visitou-nos também o engenheiro Orlando Rêgo Macedo, de São Paulo, em companhia do engenheiro Leroy A. Muffler, da Universal Consolidated Engineering Products C. de Los Angeles, U.S.A.

As turmas do 2.° e 3.° anos da Escola Nacional de Metalurgia de Ouro Prêto, composta de 43 alunos e chefiada pelo professor Paulo A. de Magalhães Gomes, fizeram sua visita à Divisão de Geografia.

Consignamos, ainda, a visita de uma turma de professôres, de médicos de Postos de Saúde, deputados, prefeitos municipais, funcionários técnicos dos Departamentos de Estradas de Rodagem, de Águas e Energia Elétrica, de Viação Urbana e Viação Aérea e outras pessoas, às quais foram prestadas informações ou facilitados os dados e consultas à Mapoteca e Biblioteca.

Mapas municipais — Com turma de desenhistas ainda mais reduzida, conseguimos, ainda assim, terminar o desenho dos 27 mapas municipais restantes da divisão administrativa do qüinqüênio 1949-1953 (72 mapas ao todo).

São os seguintes os mapas municipais concluídos:

Abadia dos Dourados:	1/150 000.
Antônio Carlos:	1/100 000.
Capitólio:	1/100 000.
Gumercindo:	1/100 000.
Córrego d'Anta	1/100 000.
Canápolis:	1/100 000.
Coroaci:	1/100 000.
Caraí:	1/200 000.
Coronel Fabriciano:	1/100 000.
Cruzília:	1/100 000.
Cascalho Rico: :	1/100 000.
Felixlândia:	1/ 50 000.
Galiléia:	1/150 000.
Iapu:	1/100 000.
Jequitaí::	1/200 000.
Janaúba:	1/200 000.
Jequitibá:	1/100 000.
Jordânia	1/150 000.
Juruaia:	1/ 50 000.

Pratinha:	1/100 000.
São Sebastião do Maranhão	1/100 000.
Santana do Pirapema:	1/100 000.
São João Batista do Glória	1/100 000.
Tumiritinga:	1/100 000.
Turmalina:	1/100 000.
Virgolândia:	1/100 000.
Virgem da Lapa:	1/150 000.

Foram iniciados os desenhos dos mapas que provàvelmente não sofrerão alterações em seus territórios no próximo qüinqüênio, especialmente daqueles que contam apenas um distrito.

No exercício que estamos relatando, concluiram-se as cartas dos municípios abaixo:

Astolfo Dutra:	1/ 50 000.
Araçuaí:	1/150 000.
Araxá:	1/100 000.
Arceburgo:	1/100 000.
Açucena:	1/100 000.
Ataléia:	1/200 000.
Bicas:	1/ 50 000.
Cambuquira:	1/ 50 000.
Carmo da Mata:	1/100 000.
Cabo Verde:	1/100 000.
Cristina:	1/100 000.
Campanha:	1/100 000.
Divisa Nova:	1/ 50 000.
Dores do Campo-	1/ 50 000.
Guaxupé:	1/ 50 000.
Guarará:	1/ 50 000.
Itaguara:	1/100 000.
Itamoji:	1/ 50 000.
Indianópolis:	1/100 000.
Laranjal:	1/ 50 000.
Moravânia:	1/150 000.
Monte Sião:	1/100 000.
Pirapetinga:	1/ 50 000.
Passa Quatro:	1/ 50 000.
Rubim:	1/150 000.
São Lourenço:	1/ 25 000.
Serraria:	1/ 50 000.
São João da Ponte:	1/250 000.
Simonésia:	1/100 000.
Santa Juliana:	1/100 000.

Trabalhos diversos — Foram executadas ampliações a pantógrafo dos municípios de Jordânia, Coroaci, Canápolis, Virgolândia e reduções para os municípios de Janaúba, Galiléia e seus confrontantes.

Atualizaram-se, a mão, nove exemplares da carta geográfica do estado na escala de 1/1 000 000, para atender-se a pedidos do Palácio da Liberdade, Comissão de Melhoramentos de Mantena e para o gabinete da Presidência da República.

Mapoteca — A Mapoteca da Divisão de Geografia recebeu, do Serviço Geográfico do Exército, onde foram impressas, as seguintes fôlhas topográficas:

Fôlha n.º 55, de Santa Luzia ..	4 000 exemplares de cada.
Fôlha n.º 56, de Carmo do Rio Claro	
Fôlha n.º 58, de Cristais	
Fôlha n.º 59, de Morro da Mesa	

Pela Divisão foram fornecidas para atender a requisições do Serviço de Vendas, as publicações abaixo relacionadas:

Carta geográfica em 1/ 500 000	32 exemplares.
Carta geográfica em 1/1 000 000	993 exemplares.
Mapas municipais	90 cópias.
Fôlhas da carta em 1/100 000	470 exemplares.
Mapas rodoviários	3 cópias.

Gratuitamente foram cedidas pela Divisão as publicações que abaixo se enumeram:

Mapa do estado em 1/ 500 000	2 exemplares.
Mapa do estado em 1/1 000 000	35 exemplares.
Mapas municipais	17 cópias.
Fôlha da carta em 1/100 000..	209 exemplares.
Cartogramas do estado na escala de 1/2 000 000	4 cópias.
Plantas de cidades e vilas ...	23 cópias.

A distribuição das publicações a que se refere o parágrafo anterior, fêz-se às seguintes repartições: Palácio da Liberdade, Palácio do Govêrno Federal, Secretaria da Viação do Estado, Departamento de Águas e Energia Elétrica, Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento de Viação Aérea, Gabinete do Departamento Geográfico, Centrais Elétricas de Minas Gerais, Estrada de Ferro Central do Brasil, Secretaria das Finanças, Secretaria da Agricultura, Departamento Estadual de Estatística, Divisões do Departamento Geográfico, Centro de Saúde, Inspetoria Regional de Estatística Municipal, Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, Circunscrições de Obras Públicas, Gabinete do Secretário do Interior, Coletorias Estaduais, Delegados Fiscais, Rádio Inconfidência, Deputados, Colégios, Cartórios, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Paróquias, Prefeituras Municipais, entidades civis e militares.

COLABORAÇÃO COM O CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Como nos anos anteriores, continuou o Departamento Geográfico do Estado a prestar a sua colaboração ao Conselho Nacional de Geografia. Permaneceram naquele órgão federal duas turmas de engenheiros e um auxiliar de engenheiro, além de duas turmas de operários.

Por seu lado, o Conselho Nacional de Geografia forneceu ao Departamento Geográfico, para aproveitamento nos trabalhos de elaboração de sua carta geográfica na escala de 1/100 000, 720,73 km de nivelamento de primeira ordem, 3 480 referências de nível. Também foi muito proveitosa a campanha de triangulação de primeira ordem em território mineiro, nesse exercício.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Tradicionalmente ligados os Departamentos Estadual de Estatística e o Geográfico na execução de campanhas orientadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, continuaram êsses órgãos regionais a auxiliar-se na troca de elementos e prestação de serviços durante o exercício de 1952.

O Departamento Estadual de Estatística mantém à disposição dêste órgão um funcionário seu, além de haver executado trabalhos que lhe foram solicitados pelo Departamento Geográfico.

De nossa parte, sempre com prazer fornecemos ao Departamento Estadual de Estatística as publicações de que precisou para suas importantes iniciativas, tais como mapas municipais, dados geográficos, etc.

SERVIÇOS DIVERSOS

Sempre que se reclamou a presença de um técnico para dirimir dúvidas de divisas intermunicipais ou interdistritais, o Departamento Geográfico, na medida de suas possibilidades, enviou topógrafo que se desobrigou da missão satisfatòriamente. Assim é que podemos registrar a solução definitiva de questões de di-

visas entre os municípios de Itambacuri e Ataléia, levantamentos de interêsse dos municípios de Moravânia e Rio Espera.

Por intermédio de vários de seus engenheiros, prestou o Departamento Geográfico sua colaboração em diversos empreedimentos do estado, tais como, levantamento de bacias hidrográficas, trabalhos de fomento da produção, estudos de estradas, planos de urbanização, mantendo funcionários à disposição das Secretarias da Agricultura, da Viação, dos Departamentos de Águas e Energia Elétrica e de Prefeituras Municipais."

★

PARANÁ

Principais trechos do relatório apresentado pelo respectivo delegado e referente às atividades geográficas desenvolvidas, durante o ano de 1952, naquele estado, a cargo do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO — 1 — AUTONOMIA DO D.G.T.C. — O ano de 1952 registrou um acontecimento de transcendente importância cujos reflexos benéficos já se fazem sentir no setor da Geografia: a autonomia do D.G.T.C., velho sonho agora concretizado pela lei n.º 866, de 16 de julho.

Até então subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, o D.G.T.C. encontrava, para a consecução de seus objetivos, uma série de obstáculos quase intransponíveis e hoje superados pela sua autonomia administrativa e financeira.

Os trabalhos de natureza geográfica que se achavam pràticamente paralisados, sofreram notável impulso, registrando-se, com o recobrimento aerofotográfico do estado, o surto de uma nova era para a nossa geografia que agora ensaia realizações mais arrojadas, coerentes com o febricitante desenvolvimento que agita a terra paranaense. De início cogita-se lançar nova campanha de coordenadas geográficas, seguida da participação ativa do D.G.T.C. na elaboração do arcabouço geodésico do estado.

2 — NOVO MAPA DO ESTADO — O D.G.T.C. através da sua Divisão de Geografia deu mais um grande passo no setor cartográfico com a publicação do novo mapa do estado, em sete côres, na escala de 1:650 000.

O mapa em aprêço, fruto de laborioso trabalho, não obstante as falhas, conseqüência lógica da falta de levantamento mais preciso, apresenta sensíveis melhoramentos em relação aos anteriores, além de obedecer à nova divisão administrativa do estado.

Justifica-se assim a grande satisfação com que o D.G.T.C. e o Diretório Regional anexam ao presente relatório, endereçado às demais entidades congêneres do país, um exemplar do novo mapa paranaense.

3 — LEVANTAMENTO AEROFOTOGRÁFICO — O Paraná, o mais novo estado da Federação, será o primeiro a possuir um mosaico não controlado da totalidade do seu território, graças ao levantamento aerofotográfico em tão boa hora patrocinado pelo D.G.T.C. e em franca execução pela firma "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A."

O recolhimento aerofotográfico do estado está sendo feito com fotografias na escala média de 1:20 000, sendo usadas câmaras Fairchild de distância nominal de 6", montadas em aviões Beechcraft bimotores tipo AT-2.

Os vôos são realizados em faixas paralelas com 60 quilômetros de comprimento médio, na direção leste-oeste. Atualmente cêrca de 100 000 quilômetros quadrados se acham sobrevoados e fotografados (metade da superfície do estado); no fim do corrente ano teremos os 200 000 quilômetros quadrados de solo paranaense condensados em pequeno arquivo fotográfico, através de 35 000 fotografias que se constituirão num dos mais preciosos repositórios de dados para qualquer planejamento estadual e municipal.

As faixas apresentam recobrimento marginal de 15% com o que se obtém perfeita superposição transversal; o recobrimento longitudinal de 60% permite não só a observação estereoscópica dos pares, como também futuros trabalhos de restituição estereofotogramétrica, com base em conveniente apoio terrestre, possibilitando então a confecção de ótimos mapas com preciosas informações planimétricas e altimétricas.

O D.G.T.C. disporá inicialmente de duas coleções de 35 000 fotografias e dum mosaico não controlado; está se preparando para em breve fornecer aos interessados fotografias aéreas e mosaicos; para isso contará com uma filmoteca, montada em câmara especial, com ambiente climatizado para evitar deformações nos filmes, que acarretariam modificação de escala, e de um laboratório fotográfico para cópias, reduções e ampliações.

Em nossos dias qualquer planejamento estadual ou municipal tem nos levantamentos aerofotográficos e aerofotogramétricos uma arma preciosa e indispensável; aos senhores delegados, versados em trabalhos desta natureza, seria ocioso enumerar as extraordinárias vantagens que decorrem de tais levantamentos com reflexos em quase todos os setores da engenharia civil, da administração, da estatística, etc.

4 — EXPOSIÇÃO DE MAPAS MUNICIPAIS — Tendo em vista os festejos comemorativos do 1.º centenário da emancipação política do estado, o D.G.T.C. fará realizar no fim do ano em curso, uma exposição de mapas municipais.

Desnecessário se torna encarecer a importância de tal empreendimento mormente em se considerando o elevado número de municípios novos, corolário natural do vertiginoso surto de progresso que avassala todo o estado.

Dos 119 municípios paranaenses, 50 se acham mapeados graças ao trabalho intensivo da Secção de Geografia na qual sete desenhistas selecionados se consagram exclusivamente a êsse mister.

5 — BOLETIM DO D.G.T.C. — Por iniciativa do atual diretor, engenheiro civil José de Freitas Saldanha, no mês em curso será publicado o primeiro número do "Boletim do D.G.T.C.", publicação trimestral que tratará de todos os assuntos que giram na órbita do Departamento de Geografia, Terras e Colonização; evidentemente, os de caráter geográfico encontrarão no referido órgão, ótimo veículo para sua divulgação.

6 — CÁLCULO COMPENSADO DAS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS — Tendo em vista a resolução n.º 392 aprovada pela XII reunião ordinária da Assembléia Geral do C.N.G., realizada em outubro de 1952, a Secção de Geografia do D.G.T.C., iniciou o cálculo compensado das áreas dos municípios paranaenses.

Aliás, tal medida seria tomada independentemente da citada resolução, como imperativo decorrente da nova divisão administrativa do estado.

A técnica adotada na medição é a mesma preconizada pelo C.N.G. Em cada quadrícula as áreas parciais são planimetradas por dois operadores efetuando cada um três mensurações; os valores obtidos são posteriormente compensados em função da área do quadrilá-

tero elipsóidico correspondente à quadrícula (Elipsóide Internacional).

Uma vez concluídos os cálculos a Secção de Geografia do D.G.T.C. encaminhará os resultados ao I.B.G.E., através do Diretório Regional no Paraná.

7 — NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA — A seguir apresentamos um quadro sintético da divisão administrativa do estado para o qüinqüênio 1952-1956, de acôrdo com a lei n.º 790 de 14-4-51:

N.º	MUNICÍPIOS	N.º	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
1	Abatiá	1	Abatiá	
2	Amoreira (ex-São Sebastião de Amoreira)	2	Amoreira (ex-São Sebastião de Amoreira)	
		3	Nova América da Colina (N)	
3	Andirá	4	Andirá	
		5	Itambaraca	
4	Antonina	6	Antonina	
		7	Cacatu	
5	Alvorada do Sul (N)	8	Alvorada do Sul	
6	Apucarana	9	Apucarana	
		10	Pirapó (N)	
7	Arapongas	11	Arapongas	
		12	Sabaudia	
8	Araruva (N)	13	Araruva	
		14	Tamarana	
9	Araucária	15	Araucária	
		16	Guajuvira	
10	Açaí	17	Açaí	
11	Astorga (N)	18	Astorga	
		19	Içara (N)	
		20	Santa Zélia (N)	
		21	Santa Fé (N)	
12	Bandeirantes	22	Bandeirantes	
13	Barracão (N)	23	Barracão (N)	
14	Bela Vista do Paraíso	24	Bela Vista do Paraíso	
		24A	Santa Margarida (N)	
		24B	Prata (N)	
15	Bocaiuva do Sul	25	Bocaiuva do Sul	
		26	Paranaí	
		27	Tunas	
16	Cambará	28	Cambará	
17	Cambé	29	Cambé	
18	Campo Largo	30	Campo Largo	
		31	Três Córregos	
		32	São Silvestre	
		33	João Eugênio	
		34	Ferraria	
		35	São Luís do Purunã	
		36	Bateias	
19	Campo Mourão	37	Campo Mourão	
		38	Mamburê (N)	
		39	Roncador (N)	
20	Capanema (N)	40	Capanema (N)	
21	Carlópolis	41	Carlópolis	
22	Cascavel (N)	42	Cascavel	
23	Castro	43	Castro	
		44	Socavão	
		45	Abapã	
24	Catuji	46	Catuji	
		47	Rio Bom	
25	Centenário do Sul (N)	48	Centenário do Sul	
26	Cêrro Azul	49	Cêrro Azul	
		50	Varzeão	
		51	São Sebastião	
27	Clevelândia	52	Clevelândia	
		53	Mariópolis (N)	
		54	Vitorino (N)	
28	Colombo	55	Colombo	
29	Congonhinhas	56	Congonhinhas	
30	Contenda (N)	57	Contenda	
		58	Areia Branca (N)	
31	Cornélio Procópio	59	Cornélio Procópio	
		60	Congonhas	
32	Curitiba	61	Curitiba	
		62	Campo Comprido	
		63	Santa Felicidade	
		64	Umbará	
		65	Tatuquara (N)	1 — Curitiba
				2 — Portão
				3 — Tabuão
				4 — Barreirinha (N)
				5 — Boqueirão

N.º	MUNICÍPIOS	N.º	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
33	Curiúva	66	Curiúva	
		67	Sapopema (N)	
34	Cruz Machado (N)	68	Cruz Machado	
		69	Pinaré	
35	Faxinal (N)	70	Faxinal	
36	Florestópolis (N)	71	Florestópolis (N)	
37	Foz do Iguaçu	72	Foz do Iguaçu	
38	Francisco Beltrão (N)	73	Francisco Beltrão (N)	
39	Guaíra (N)	74	Guaíra (N)	
40	Guaraniaçu (N) (Ex-Rocinha)	75	Guaraniaçu (N) (ex-Rocinha)	
		76	Catanduvas	
41	Guarapuava	77	Guarapuava	
		78	Guarapuavinha	
		79	Candói	
		80	Guairacá	
		81	Guará (N)	
		82	Goioxim	
		83	Palmeirinha	
		84	Pedro Lustosa	
		85	Pinhão	
		86	Marquinho (N)	
		87	Canta Galo (N)	
42	Guaraqueçaba	88	Guaraqueçaba	
		89	Ararapira	
		90	Serra Negra (N)	
43	Guaratuba	91	Guaratuba	
		92	Caruva	
44	Ibaiti	93	Ibaiti	
45	Ibiporã	94	Ibiporã	
46	Imbituva	95	Imbituva	
		96	Apiaba	
		97	Guamiranga	
47	Ipiranga	98	Ipiranga	
		99	Bitumirim	
		100	Ivaí	
48	Irati	101	Irati	
		102	Gonçalves Júnior	
		103	Guaramirim	
		104	Itapará	
49	Jacarèzinho	105	Jacarèzinho	
		106	Barra do Jacaré (N)	
50	Jaguapitã	107	Jaguapitã	
		108	Guaraci	
51	Jaguariaíva	109	Jaguariaíva	
		110	Arapoti	
		111	Bertanholi	
		112	Calógeras	
52	Jandaia do Sul (N)	113	Jandaia do Sul	
		114	Bom Sucesso (N)	
		115	Marumbi (N)	
53	Japira (N)	116	Japira (N)	
		117	Jabuti	
		118	Conselheiro Mairink (N)	
54	Jataizinho	119	Jataizinho	
55	Joaquim Távora	120	Joaquim Távora	
		121	Guapirama	
		122	Joá	
56	Lapa	123	Lapa	
		124	Água Azul	
		125	Antônio Olinto	
57	Laranjeiras do Sul	126	Laranjeiras do Sul	
		127	Virmond	
		128	Espigão Alto (N)	
58	Leópolis (N)	129	Leópolis	
59	Londrina	130	Londrina	
		131	Irerê	
60	Lupionópolis (N)	132	Lupionópolis (N)	
		133	Cafeara (N)	
61	Mallet	134	Mallet	
		135	Dorizon	
		136	Rio Claro do Sul	
62	Mandaguaçu (N) (Ex-Vila Guaíra)	137	Mandaguaçu (N) (Ex-Vila Guaíra)	
63	Mandaguari	138	Mandaguari	
64	Mangueirinha	139	Mangueirinha	
		140	Coronel Vivida (Ex-Barro Prêto)	
		141	Xopinzinho	

N.º	MUNICÍPIOS	N.º	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
65	Marialva (N)	142	Marialva	
		143	Itambé (N)	
66	Maringá (N)	144	Maringá	
		145	Floriano (N)	
67	Morretes	146	Morretes	
		147	Pôrto de Cima	
68	Nova Esperança (N) (Ex-Capelinha)	148	Nova Esperança (N) (Ex-Capelinha)	
		149	Alto Paraná (N)	
69	Nova Fátima (N) (Ex-Tulhas)	150	Nova Fátima (Ex-Tulhas)	
70	Urtigueira (N)	151	Urtigueira	
		152	Natingui	
		153	Barreiro (N)	
		154	Lajeado Bonito (N)	
		155	Monjolinho (N)	
71	Palmas	156	Palmas	
		157	Bituruna	
		158	General Carneiro	
		159	Jangada do Sul (N) (Ex-Jangada)	
72	Palmeira	160	Palmeira	
		161	Guaraji	
		162	Papagaios Novos	
73	Paranaguá	163	Paranaguá	
		164	Alexandre	
		165	Matinhos (N)	
74	Paranavaí (N)	166	Paranavaí	
		167	Pôrto São José (N)	
		168	Catarinenses (N)	
75	Pato Branco (N)	169	Pato Branco (N)	
		170	Vargem Bonita (N)	
76	Paulo de Frontin (N)	171	Paulo de Frontin	
		172	Vera Guarani (N)	
77	Peabiru (N)	173	Peabiru (N)	
		174	Araruna (N)	
		175	Engenheiro Beltrão (N)	
78	Pinhalão (N)	176	Pinhalão	
79	Piraí do Sul	177	Piraí do Sul	
80	Piraquara	178	Piraquara	
81	Pitanga	179	Pitanga	
		180	Manuel Ribas	
		181	Palmital	
		182	Santa Maria (N)	
		183	Ivainópolis (N)	
		183A	Guaritá (N)	
82	Ponta Grossa	184	Ponta Grossa	
		185	Itaiacoca	
		186	Uvaia	
83	Porecatu	187	Porecatu	
84	Pôrto Amazonas	188	Pôrto Amazonas	
85	Primeiro de Maio (N)	189	Primeiro de Maio	
		190	Ibiaci (N)	
86	Prudentópolis	191	Prudentópolis	
		192	Jaciaba	
		193	Patos Velhos	
87	Quatiguá	194	Quatiguá	
88	Rebouças	195	Rebouças	
89	Reserva	196	Reserva	
		197	Cândido de Abreu	
		198	José Lacerda	
		199	Teresa Cristina	
		200	Três Bicos	
90	Ribeirão Claro	201	Ribeirão Claro	
91	Ribeirão do Pinhal	202	Ribeirão do Pinhal	
92	Rio Azul	203	Rio Azul	
		204	Soares	
93	Rio Branco do Sul	205	Rio Branco do Sul	
		206	Açungui	
94	Rio Cinzas (Ex-Cinzas)	207	Rio Cinzas (Ex-Cinzas)	
95	Rio Negro	208	Rio Negro	
		209	Campo do Tenente	
		210	Pangaré	
		211	Pien	
96	Rolândia	212	Rolândia	
		213	São Martinho (N)	
		214	Pitangueiras (N) (Ex-Santo Antônio)	
97	Santa Amélia (N)	215	Santa Amélia (N)	

N.º	MUNICÍPIOS	N.º	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
98	Santa Mariana	216	Santa Mariana	
99	Santo Antônio (N)	217	Santo Antônio (N)	
100	Santo Antônio da Platina	218	Santo Antônio da Platina	
		219	Conselheiro Zacarias	
		220	Monte Real (N)	
101	Santo Inácio (N) (Ex-Redução de Santo Inácio)	221	Santo Inácio (Ex-Redução de Santo Inácio)	
		222	Itaguajé (N)	
102	São Jerônimo da Serra (Ex-Araiporanga)	223	São Jerônimo da Serra (Ex-Araiporanga)	
		224	Santa Cecília do Pavão (N)	
103	São João do Triunfo	225	São João do Triunfo	
		226	Palmira	
104	São José dos Pinhais	227	São José dos Pinhais	
		228	Mandirituba	
		229	Campo Largo da Roseira (N)	
105	São Mateus do Sul	230	São Mateus do Sul	
		231	Caitá (N) (Ex-Queimadas)	
		232	Fluviópolis	
		233	Lajeado (N)	
106	Sengés	234	Sengés	
107	Sertaneja (N)	235	Sertaneja	
		236	Paranaji (N)	
108	Sertanópolis	237	Sertanópolis	
109	Siqueira Campos	238	Siqueira Campos	
		239	Marimbondo	
		240	Salto do Itararé	
110	Teixeira Soares	241	Teixeira Soares	
		242	Angaí	
		243	Fernandes Pinheiro	
		244	Guaraúna	
111	Tibaji	245	Tibaji	
		246	Alto do Amparo	
		247	Ventania (N)	
112	Tijucas do Sul (N)	248	Tijucas do Sul (ex-Aruatá)	
		249	Agudos do Sul	
113	Timbu (N)	250	Timbu	
114	Timoneira	251	Timoneira	
		252	Campo Magro	
115	Toledo (N)	253	Toledo (N)	
116	Tomasina	254	Tomasina	
		255	Sapê (N)	
117	União da Vitória	256	União da Vitória	
		257	Paula Freitas	
		258	Pôrto Vitória (N)	
118	Uraí	259	Uraí	
		260	Rancho Alegre (N)	
		261	Serra Morena (N)	
119	Venceslau Brás	262	Venceslau Brás	
		263	São José da Boa Vista	
		264	Sant'Ana do Itararé	

☞ **AOS EDITÔRES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.**

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Leis

Lei n.º 2 128, de 4 de dezembro de 1953

Cria a Escola de Agronomia de Manaus, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos têrmos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — É criada a Escola de Agronomia de Manaus, Estado do Amazonas, destinada a preparar Engenheiros Agrônomos e técnicos rurais.

Art. 2.º — A Escola de Agronomia de Manaus reger-se-á de acôrdo com as normas vigentes ou que venham a ser adotadas para o ensino de Agronomia no país, atentas as peculiaridades regionais e as questões agrícolas típicas da zona central do vale amazônico.

Art. 3.º — O curso de agronomia, ministrado pela escola superior criada nesta lei, terá a duração que determina a legislação federal, obedecendo as disciplinas de seu programa às seriações e grupamentos estabelecidos na regulamentação baixada para a Escola Nacional de Agronomia, em face das condições especiais da região.

Parágrafo único — Os alunos da extinta escola de agronomia de Manaus poderão ser admitidos na nova escola, na série em que estavam matriculados, ou na imediatamente superior, mediante comprovação de matricula da série freqüentada ou do exame final da última que cursaram.

Art. 4.º — A Escola de Agronomia de Manaus é criada para ser imediatamente incorporada às realizações do Plano de Valorização da Amazônia, devendo ser contemplada, anualmente, com as verbas necessárias ao custeio de suas instalações, equipamento, pessoal e manutenção, conforme proposta dos órgãos dirigentes, enviada, em cada exercício, ao órgão de execução do mesmo Plano, para o seu devido exame e aprovação.

Art. 5.º — O corpo docente da Escola de Agronomia de Manaus será constituído na forma da legislação em vigor, podendo, entretanto, ser admitidos, contratados ou interinos, ou professôres da antiga Escola Agronômica de Manaus e, bem assim, técnicos nacionais ou estrangeiros para o provimento de cadeiras que exijam conhecimentos especializados.

Art. 6.º — São incorporados à Escola de Agronomia de Manaus, para constituição de seu patrimônio, os bens móveis e os imóveis em construção; terrenos e equipamentos adquiridos a partir de 1948 pelo Govêrno do Estado do Amazonas, por meio de verbas orçamentárias federais ao mesmo transferidas nos têrmos do contrato de cooperação assinado no Ministério da Agricultura, em data de 12 de novembro de 1948.

Art. 7.º — A Escola de Agronomia de Manaus começará a funcionar logo que esteja instalada, iniciando-se a matrícula para os seus cursos, de acôrdo com a época regulamentar da Escola Superior de Agricultura da União.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

(D.O., de 11-12-1953).

Decretos

Decreto n.º 34 132, de 9 de outubro de 1953

Aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único — O regulamento a que se refere êste artigo vigorará até que sejam aprovados pelo Congresso Nacional os atos mencionados no artigo 27 e parágrafo único da lei número 1 861, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 2.º — A fim de atender ao disposto no parágrafo 2.º, do artigo 8.º, da citada lei n.º 1 806, o Ministério da Fazenda recolherá, mensalmente, ao Banco do Brasil S. A., em conta especial do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, a ser movimentada exclusivamente pelo Superintendente do "Plano", importância equivalente a 3% (três por cento) da receita tributária da União, verificada no mês correspondente do exercício anterior.

Art. 3.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1953, 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Tancredo de Almeida Neves
Osvaldo Aranha.

REGULAMENTO DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º — O plano de Valorização Econômica da Amazônia se constitui de um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país.

Art. 2.º — O Plano a que alude o artigo anterior será realizado na ordem de planejamentos qüinqüenais prèviamente submetidos à aprovação do Congresso Nacional, mediante mensagem do Presidente da República.

Parágrafo único — Cabe à Comissão de Planejamento instituída pela lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, elaborar os referidos planejamentos, que serão executados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada pela mesma lei.

Art. 3.º — A execução do plano geral ou dos planejamentos ou programas parciais de trabalho, deverá obedecer à seleção dos problemas regionais e à prioridade que devam ter pela importância que apresentem no sistema econômico em que se incluem.

Parágrafo único — Ao ser estabelecida a ordem de prioridade para a execução dos diversos empreendimentos, deverá ser levada em consideração a natureza, o volume, a duração, o local e a oportunidade dos trabalhos, a fim de resguardar a harmonia do conjunto e a interdependência dos programas, e, principalmente, alcançar resultados proporcionais aos investimentos realizados.

Art. 4.º — Os serviços e obras relativos à execução dos planos qüinqüenais e do programa de emergência a que se refere o artigo 1.º da lei número 1 806, de 6 de janeiro de 1953, serão realizados ou explorados:

a) através de entidades de serviço público já existentes, mediante ajustes, acordos de cooperação ou convenções, submetendo-se a entidade cooperante à fiscalização da Superintendência;

b) por entidades privadas, de comprovada idoneidade moral, técnica e financeira, mediante contratos;

c) pelos órgãos e serviços próprios da Superintendência.

CAPÍTULO II

DO REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL

Art. 5.º — A execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia será custeada pelo Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, constituído dos seguintes recursos:

I — 3% da renda tributária da União;

II — 3% da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios, total ou parcialmente compreendidos na área da Amazônia Brasileira definida nos têrmos do artigo 2.º da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

III — rendas oriundas dos serviços do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou sua exploração, dos atos ou contratos jurídicos dêles decorrentes;

IV — produto de operações de crédito e de dotações extraordinárias da União, dos Estados ou Municípios;

V — juros das contas especiais, abertas no Banco do Brasil S. A., para centralização e movimentação dos recursos do Fundo e, bem assim, das que possam ser abertas em outras instituições de crédito oficiais;

VI — saldos que foram apurados nos balanços anuais da execução orçamentária do Plano.

Parágrafo único — Êsses recursos serão centralizados em conta especial no Banco do Brasil S. A., a ser movimentada exclusivamente pelo Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 6.º — Os recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia não poderão ser aplicados em medidas, serviços, empreendimentos ou obras, que não tenham fim estritamente econômico ou relação direta com a recuperação econômica da região.

Art. 7.º — Para aplicação dos recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, será elaborada anualmente, a proposta do Orçamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amzônia, a fim de ser apresentada, com a proposta do Orçamento Geral da União, ao Congresso Nacional, e com esta justamente discutida e votada, na base da receita tributária da União, dos Estados e Municípios da região, verificada no exercício anterior, sendo a despesa a efetuar prèviamente discriminada.

§ 1.º — O Orçamento do Plano será apensado ao Orçamento Geral da União e, em sua receita, serão incluídas as fontes que constituem o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 2.º — Os saldos de exercícios não se incorporarão à receita da União, mas serão transferidos para o exercício seguinte.

§ 3.º — Se as despesas houverem excedido a receita e as disponibilidades do Fundo de Valorização, por fôrça de créditos extraordinários ou especiais, será êsse excedente deduzido da receita do exercício seguinte.

§ 4.º — Atendendo à oportunidade conveniente à intensificação de inversões em setores básicos, o Orçamento anual poderá antecipar doações por conta da arrecadação, em exercícios futuros, das rendas de que tratam os itens I e II do art. 5.º.

Art. 8.º — Antes do início de cada exercício financeiro e respeitada a discriminação de créditos aprovada pelo Congresso Nacional, a Superintendência organizará um orçamento analítico das despesas, de acôrdo com as especificações constantes dos programas previstos no artigo 20 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953.

§ 1.º — A fim de restringir a abertura de créditos adicionais, sempre que possível o orçamento analítico consignará fundos de reserva constituídos de parcelas dos créditos votados pelo Congresso, e que só poderão ser empregados em casos especiais, a juízo do Superintendente.

§ 2.º — Atendendo à previsão estatística da arrecadação mensal da receita, as despesas serão programadas em períodos de tempo compatíveis com a natureza de cada obra ou serviço e a prioridade concedida à sua execução.

§ 3.º — O cômputo geral das despesas administrativas da Comissão de Planejamento e da Superintendência não deverão exceder a 8% (oito por cento) das dotações orçamentárias consignadas anualmente à execução do Plano.

§ 4.º — Nos casos de cooperação entre a Superintendência e a União, para a execução de obras e serviços a cargo do Govêrno Federal, pelos respectivos Ministérios, serão discriminadas as verbas necessárias, como refôrço às dotações orçamentárias federais próprias, para continuidade ou ampliação dos mesmos serviços e obras.

§ 5.º — As alterações do Orçamento só poderão ser feitas, mediante ato expresso do Superintendente.

Art. 9.º — Independerá de registro prévio no Tribunal de Contas a aplicação de dotações orçamentárias e adicionais provenientes do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 10 — Nenhuma despesa poderá ser autorizada sem que do crédito respectivo tenha sido prèviamente deduzida a importância da mesma.

Art. 11 — Quando forem celebrados contratos ou ajustes de valor superior a um milhão de cruzeiros (Cr$ 1 000 000,00) para a realização de quaisquer despesas à conta dos recursos do Plano, ficarão tais contratos ou ajustes sujeitos a registro prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único — Dentro de 20 dias, contados de sua assinatura, os contratos devem ser publicados no *Diário Oficial* da União ou no órgão que inserir os atos do Govêrno, nos Estados e Territórios, e, 20 dias depois de publicados, remetidos ao Tribunal, ou às suas Delegações, por protocolo, do qual constem o dia e a hora da entrega.

Art. 12 — As quantias correspondentes a material encomendado, serviço ordenado ou executado, cujo pagamento não tenha sido efetuado dentro do exercício, serão escrituradas como despesa efetiva por ocasião do encerramento do exercício e transferidas para uma conta de "Restos a Pagar", do Plano, a juízo do Superintendente.

§ 1.º — Idêntico regime será aplicado às despesas de obras iniciadas mas não concluídas dentro do exercício.

§ 2.º — Diante da prova de que o material foi recebido, o serviço foi executado e a obra foi concluída e aceita, e aprovadas as respectivas contas, serão efetuados os pagamentos sob o título "Restos a Pagar", desde que o direito ao recebimento não tenha incorrido em prescrição qüinqüenal.

Art. 13 — As dotações concernentes ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia terão o mesmo regime contábil do Plano Salte, naquilo que não fôr incompatível com os preceitos da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 14 — A comprovação primária das despesas realizadas à conta dos recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia será feita perante os órgãos próprios da Superintendência, de acôrdo com as instruções que forem baixadas pelo Superintendente.

Parágrafo único — Quando a aquisição de material ou a execução de obras ou serviços estiver a cargo de órgãos ou entidades não subordinados à Superintendência, a fôrça de comprovação será obrigatòriamente prevista nos têrmos dos ajustes, acordos ou contratos firmados.

Art. 15 — Anualmente, a Superintendência remeterá à Contadoria Geral da República os seus balanços gerais da receita e despesa e de ativo e passivo a tempo de serem os mesmos publicados em anexo aos balanços gerais da União.

Parágrafo único — Os títulos das contas, na escrituração a cargo do órgão contábil da Superintendência, serão os do orçamento analítico a que se refere o art. 8.º dêste Regulamento, mas os balanços anuais destinados à Contadoria Geral da República discriminarão a despesa de acôrdo com as especificações do Orçamento do Plano aprovado pelo Congresso Nacional.

Art. 16 — Até 30 de abril de cada ano, o Superintendente encaminhará ao Tribunal de Contas, com circunstanciado relatório da execução do Plano, os comprovantes das despesas efetuadas no exercício anterior e constantes dos balanços publicados em anexos aos da União.

Art. 17 — O Superintendente poderá efetuar suprimentos de numerário a servidores em exercício na Superintendência, devendo fixar, por ocasião da entrega do suprimento, os prazos de sua aplicação e comprovação, os quais não poderão exceder o exercício financeiro.

§ 1.º — Os suprimentos recebidos deverão ser obrigatòriamente depositados nas agências do Banco do Brasil S. A., onde as houver, ou, em sua falta, nas Caixas Econômicas Federais ou em estabelecimentos bancários idôneos, devendo a prestação de contas ser instruída com um extrato da respectiva conta corrente.

§ 2.º — Os juros das contas abertas nos têrmos do parágrafo anterior, constituirão renda do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia e serão recolhidos à conta especial da receita do Fundo, no Banco do Brasil S. A.

Art. 18 — A aquisição de material e à execução de obras ou serviços por particulares deverá proceder contrato, mediante:

a) concorrência pública, quando o valor da operação fôr superior a Cr$ 500 000,00;

b) concorrência administrativa quando êsse valor fôr igual ou superior a Cr$ 100 000,00 e inferior a Cr$ 500 000,00.

§ 1.º — O processo das concorrências obedecerá a instruções especiais baixadas pelo Superintendente, observadas as normas gerais estabelecidas no Regulamento Geral de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto n.º 15 783, de 8 de novembro de 1922.

§ 2.º — Fica o Superintendente autorizado a dispensar a concorrência, nos casos previstos no artigo 246 do Regulamento citado no parágrafo anterior.

§ 3.º — Dispensada a concorrência, ou quando o valor da operação fôr inferior a Cr$ 100 000,00, efetuar-se-á coleta de preços entre firmas idôneas, por qualquer processo comercial.

CAPÍTULO III

DO REGIME DO PESSOAL

Art. 19 — Os serviços da Superintendência serão atendidos:

a) por servidores da União e dos Territórios, requisitados na forma da legislação em vigor;

b) por servidores estaduais e municipais, postos à disposição da Superintendência pelos respectivos Governos;

c) por pessoal admitido, diretamente, para prestar serviços à Superintendência.

§ 1.º — O pessoal a que se refere a alínea "c" dêste artigo ficará sujeito ao regime previsto nos artigos 15 a 17, da lei n.º 1 765, de 18 de dezembro de 1952.

§ 2.º — Para a execução de obras diretamente pela Superintendência poderá ser admitido "pessoal de obras", sujeito às mesmas normas do Serviço Público Federal.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

SECÇÃO I

Da finalidade e organização

Art. 20 — A Comissão de Planejamento, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, tem por fim elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nos têrmos da lei n. 1 806, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 21 — A Comissão será composta de quinze membros, além de seu Presidente, sen-

do seis técnicos nomeados em comissão e demissíveis *ad nutum* pelo Presidente da República e nove representantes dos Estados e Territórios compreendidos na região amazônica, designados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos governos.

Parágrafo único — A Comissão funcionará sob a presidência do Superintendente e, nos seus impedimentos ocasionais, por seu substituto legal na forma dêste Regulamento.

Art. 22 — Os membros da Comissão terão residência obrigatória na cidade de Belém, enquanto no exercício de suas funções.

Art. 23 — Para execução de seus serviços administrativos, a Comissão disporá de uma Secretaria Administrativa.

Parágrafo único — A Secretaria será chefiada pelo Secretário da Comissão.

Art. 24 — O Secretário da Comissão será designado dentre os servidores em exercício na Secretaria ou na Superintendência.

Parágrafo único — Na ausência do Secretário da Comissão o Presidente designará um Secretário *ad hoc*, dentre os servidores da Secretaria.

SECÇÃO II

Da competência

Art. 25 — À Comissão compete:

I — elaborar os planejamentos qüinqüenais que constituem o Plano de Valorização da Amazônia e apresentá-los ao Presidente da República para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional;

II — submeter ao Presidente da República para serem posteriormente encaminhadas ao Congresso Nacional as alterações ou revisões dos planejamentos qüinqüenais que se fizerem necessárias;

III — preparar, em estreita articulação com o Setor Técnico e Orçamentário da Sueperintendência, a proposta anual do Orçamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e remetê-la, — até 15 de abril, — ao Departamento Administrativo do Serviço Público, a fim de que seja a mesma apensada à proposta do Orçamento Geral da União e encaminhada ao Congresso Nacional, nos têrmos do art. 7.º;

IV — elaborar, na forma prevista no art. 19 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, o programa de emergência que dará início ao primeiro plano qüinqüenal de valorização econômica da Amazônia, bem como o respectivo orçamento;

V — deliberar sôbre as alterações ao programa de emergência, a serem propostas ao Presidente da República;

VI — opinar sôbre os programas de trabalho elaborados pela Superintendência, tendo em vista a conformidade dos mesmos aos fins visados pelo planejamento em vigor no qüinqüênio;

VII — opinar sôbre as alterações ou revisões dos programas de trabalho a que alude a alínea anterior;

VIII — organizar-se em grupos de trabalho, tendo em conta os objetivos do planejamento;

IX — deliberar sôbre seu regimento interno;

X — deliberar sôbre operações de crédito por conta das receitas de exercícios futuros, quando propostas pelo Superintendente e necessárias à execução dos programas de trabalho.

Parágrafo único — A Comissão desempenhará suas atribuições em perfeita articulação com a Superintendência.

SECÇÃO III

Das atribuições do pessoal da Comissão de Planejamento

Subsecção I

Do Presidente

Art. 26 — Ao Presidente da Comissão compete:

I — orientar, coordenar e controlar os trabalhos da Comissão;

II — presidir as reuniões;

III — representar a Comissão em suas relações externas;

IV — despachar com o Presidente da República e entender-se diretamente ou autorizar entendimentos com as autoridades da União, dos Estados e dos Municípios, sôbre assuntos de competência da Comissão;

V — suprir as omissões do Regimento Interno, baixando as instruções necessárias à boa marcha dos trabalhos;

VI — dar posse e exercício aos membros;

VII — aprovar a pauta dos assuntos, organizada pelo Secretário da Comissão;

VIII — resolver as questões de ordem suscitadas nas reuniões, apurar as votações e proclamar os resultados;

IX — manter a ordem nos debates;

X — conceder aos membros autorização para se ausentarem da sede da Comissão, por motivo devidamente justificado;

XI — tomar parte nas votações;

XII — assinar as atas das sessões;

XIII — convocar sessões extraordinárias;

XIV — designar e dispensar o Secretário da Comissão;

XV — exercer as demais atribuições inerentes à sua função e não especificadas neste Regulamento.

Subsecção II

Dos Membros

Art. 27 — Aos Membros da Comissão compete:

I — proceder aos estudos e pesquisas necessárias ao desempenho das atribuições da Comissão;

II — comparecer às sessões e tomar parte nas discussões e votações;

III — examinar e relatar os trabalhos que lhes forem distribuídos, emitindo parecer;

IV — apresentar emendas;

V — requerer urgência ou preferência para a discussão e votação de determinado assunto;

VI — levantar questões de ordem;

VII — propor retificações à ata das sessões;

VIII — solicitar ao Presidente as medidas que considerem necessárias ao cabal desempenho da suas atribuições;

IX — assinar as atas das sessões a que tiverem comparecido;

X — integrar os grupos de trabalho para que tiverem sido designados.

Subsecção III

Do Secretário

Art. 28 — Ao Secretário da Comissão compete:

I — secretariar as reuniões;

II — organizar a pauta dos assuntos a serem apreciados, distribuindo-a, depois, de aprovada pelo Presidente, aos membros da Comissão, em tempo oportuno, para que tomem conhecimento da matéria a discutir em cada sessão;

III — encaminhar aos membros os trabalhos que lhes forem distribuídos pelo Presidente;

IV — mandar lavrar as atas das reuniões;

V — assinar as atas das sessões;

VI — convocar, de ordem do Presidente, as reuniões extraordinárias.

SECÇÃO IV

Da Secretaria Administrativa

Art. 29 — A Secretaria Administrativa compete executar todos os trabalhos administrativos necessários ao perfeito funcionamento da Comissão, especialmente:

I — lavrar as atas das reuniões;

II — organizar o arquivo das resoluções da Comissão;

III — opinar sôbre quaisquer assuntos de natureza administrativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente;

IV — juntar aos trabalhos e estudos os pareceres dos relatores;

V — organizar o *dossier* dos trabalhos e estudos levados a efeito pelos membros da Comissão;

VI — requisitar o material necessário aos serviços da Comissão;

VII — organizar o expediente relativo à posse dos membros da Comissão de Planejamento;

VIII — preparar e remeter ao Setor de Contabilidade as fôlhas e cheques para pagamento dos membros da Comissão;

IX — apresentar ao Presidente o relatório anual dos trabalhos da Secretaria;

Art. 30 — Aos servidores em geral, com exercício na Secretaria Administrativa, incumbe executar os trabalhos que lhes forem determinados pelo respectivo Chefe.

CAPÍTULO V

DA SUPERINTENDÊNCIA

SECÇÃO I

Da finalidade e organização

Art. 31 — A Superintendência, diretamente subordinada ao Presidente da República, com sede e fôro em Belém, capital do Estado do Pará, goza de autonomia administrativa e tem por fim fornecer elementos necessários à elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, promover a sua execução, coordenação e contrôle, nos têrmos da legislação em vigor.

Art. 32 — A Superintendência constitui-se das seguintes unidades:

I — Órgãos na sede:

Gabinete do Superintendente
Setor Jurídico
Setor Técnico e Orçamentário
Setor de Contabilidade
Setor de Pessoal
Setor de Material
Setor de Obras
Setor de Coordenação e Divulgação
Setor de Comunicações
Tesouraria
Zeladoria

II — Órgãos regionais:

1.ª Divisão, sediada em Manaus, com jurisdição no Estado do Amazonas e Territórios do Rio Branco, Acre e Guaporé;

2.ª Divisão, sediada em Cuiabá, com jurisdição no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único — A Superintendência poderá ter agências ou representantes onde forem julgados necessários aos seus trabalhos.

Art. 33 — A Superintendência será dirigida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República dentre brasileiros de notável cultura e reputação ilibada.

Parágrafo único — O Superintendente será substituído em seus impedimentos eventuais pelo Chefe do Gabinete.

Art. 34 — Os órgãos que integram a Superintendência funcionarão perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Superintendente.

SECÇÃO II

Da competência dos órgãos

Subsecção I

Gabinete do Superintendente

Art. 35 — Ao Gabinete do Superintendente compete receber e transmitir as ordens do Superintendente, prestar-lhe colaboração e assistência na sua representação política, administrativa e social.

Subsecção II

Setor Jurídico

Art. 36 — Ao Setor Jurídico compete:

I — defender os interêsses do Plano no Judiciário;

II — Examinar e estudar todos os assuntos contenciosos;

III — emitir pareceres ou redigir minutas sôbre assuntos de ordem jurídica ou administrativa que impliquem na interpretação da lei ou na aplicação de disposições legais ou regulamentares;

IV — colecionar leis, decretos, resoluções, avisos, portarias, pareceres e outros atos oficiais que se relacionem com o Plano;

V — colaborar, nos assuntos de sua competência, com os demais órgãos da Comissão e da Superintendência;

VI — realizar outros estudos de natureza jurídica que lhe forem atribuídos pelo Superintendente.

Subsecção III

Setor Técnico e Orçamentário

Art. 37 — Ao Setor Técnico e Orçamentário compete:

I — assessorar a Comissão de Planejamento, na elaboração dos planejamentos qüinqüenais que constituem o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e do programa de emergência a que alude o art. 19 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

II — elaborar, com o concurso dos demais Setores e na forma prevista no art. 20 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, os programas para execução do Planejamento qüinqüenal em vigor;

III — promover estudos e pesquisas visando à melhor coordenação dos empreendimentos constantes do Plano e entre êstes e as atividades desenvolvidas na região amazônica por outros órgãos;

IV — sugerir cláusulas que deverão constar de acordos, convenções e outros atos de cooperação que a Superintendência deve firmar com outros órgãos da União, Estados, Territórios, Municípios, autarquias ou entidades autônomas, sociedades ou entidades privadas;

V — prestar a mais ampla colaboração à Comissão de Planejamento, no preparo da proposta anual do Orçamento Geral do Plano;

VI — organizar, anualmente, com o auxílio dos demais Setores, e ouvidos os responsáveis imediatos pela execução das obras e serviços programados, o orçamento analítico das despesas de que trata o art. 8.º dêste Regulamento;

VII — pronunciar-se, do ponto de vista técnico e orçamentário, sôbre alterações ao programa de emergência, aos planos qüinqüênais, aos programas parciais, aos orçamentos analíticos de despesa e aos atos de cooperação a que se refere o item IV dêste artigo;

VIII — sugerir a prioridade que deverá ser concedida, anualmente, à execução dos programas parciais de trabalho aprovados;

IX — verificar se estão sendo eficientemente aplicados os recursos concedidos à conta do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, promovendo, inclusive, nas épocas determinadas pelo Superintendente e, se necessário, com o auxílio dos demais Setores, viagens de inspecção aos locais em que estejam sendo executados ou explorados serviços ou obras custeados, total ou parcialmente, à conta dos referidos recursos.

X — exercer, com o auxílio dos demais Setores, o contrôle técnico e a fiscalização financeira das emprêsas ou serviços autônomos da região, que se venham a integrar no Plano, nos têrmos do art. 17 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

XI — proceder a estudos sôbre as operações de crédito, internas ou externas, julgadas necessárias à realização de obras e serviços básicos do Plano;

XII — planejar, com a colaboração dos demais Setores, e tendo em vista os resultados da aplicação do presente Regulamento, a organização administrativa para execução do Plano e as normas de coordenação da Superintendência com as entidades federais, estaduais e municipais, a serem encaminhadas à aprovação do Congresso Nacional nos têrmos do artigo 27 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953.

Subsecção IV

Setor de Contabilidade

Art. 38 — Ao Setor de Contabilidade compete:

I — registrar o orçamento geral da Superintendência aprovado anualmente pelo Congresso Nacional, na forma do art. 9.º da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

II — escriturar o orçamento analítico das despesas, organizado pela forma prescrita no art. 8.º dêste Regulamento, de maneira que seja sempre posta em evidência a sua concordância com o orçamento geral a que corresponda;

III — proceder à declaração prévia nas dotações respectivas, nas despesas a serem autorizadas pela Superintendência;

IV — escriturar as despesas empenhadas, mantendo sempre em evidência o saldo das autorizações, bem como conferir e processor as respectivas contas, para o devido pagamento;

V — anotar, na escrituração, as despesas líquidas, antes da sua remessa para pagamento;

VI — confrontar os lançamentos da despesa autorizada, feitos durante o mês, com os pagamentos efetuados;

VII — apurar e escriturar em "Restos a Pagar", de acôrdo com determinação do Superintendente, as quantias correspondentes a material encomendado e as obras e serviços autorizados ou iniciados, cujo pagamento não tenha sido efetuado dentro do exercício;

VIII — escriturar, discriminadamente, por títulos e subtítulos, a receita prevista, de conformidade com o orçamento vigorante;

IX — escriturar, em títulos apropriados, qualquer quantia que fôr arrecadada ou despendida pela Superintendência;

X — visar, prèviamente, tôdas as guias de recolhimento de receita;

XI — escriturar as quantias caucionadas ou depositadas;

XII — informar e preparar os processos relativos às cauções ou depósitos;

XIII — fiscalizar e escriturar as operações da Tesouraria, representando ao Superintendente sôbre as faltas ou irregularidades verificadas e propondo as medidas julgadas necessárias;

XIV — escriturar e fiscalizar as contas dos responsáveis por suprimentos ou saldos em poder;

XV — balancear, obrigatòriamente, no fim do exercício e no mínimo uma vez em cada semestre, os valores e cargos dos responsáveis;

XVI — escriturar as operações efetuadas pela Superintendência diretamente com instituições de crédito, ou por intermédio delas, organizando, mensalmente, os balanços financeiro e patrimonial respectivos;

XVII — escriturar tôdas as operações de crédito, internas e externas, organizando, de acôrdo com os elementos fornecidos;

a) o registro completo de todos os contratos;

b) o levantamento de uma conta analítica de tôdas as operações pertinentes a cada empréstimo;

c) o desdobramento dessa conta e outras, parciais, discriminando as importâncias remetidas para o serviço, de juros, amortizações, comissões e demais despesas, e a aplicação dada às mesmas por parte dos agentes ou banqueiros;

d) o *dossier* de tôdas as observações relativas às operações ligadas a essas dívidas;

XVIII — registrar o ativo e passivo da Superintendência;

XIX — promover o levantamento anual dos inventários físicos dos bens e valores pertencentes ou sob a responsabilidade da Superintendência, confrontando os seus resultados com a sua escrituração;

XX — promover o levantamento de quaisquer bens, direitos ou valores pertencentes à Superintendência ou pelos quais esta deva responder;

XXI — registrar em contas de compensação os bens, direitos, valores e responsabilidades das emprêsas integradas no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, na forma do art. 17 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

XXII — levantar, mensalmente, ou quando houver necessidade, balancetes da escrituração, para demonstrar a situação orçamentária, financeira e patrimonial;

XXIII — organizar anualmente o balanço geral da receita e despesa e do ativo e passivo da Superintendência, em que serão obrigatòriamente postos em evidência a concordância da situação financeira com as mutações patrimoniais, quando estas não decorrerem dos efeitos que sôbre as mesmas tenham produzido as modificações extraordinárias provenientes de doações, valorizações, baixa, etc.;

XIV — organizar o processo de comprovação das despesas da Superintendência a ser presente ao Tribunal de Contas, na forma do artigo 16 dêste Regulamento.

Subsecção V

Setor do Pessoal

Art. 39 — Ao Setor de Pessoal compete, diretamente ou através dos órgãos regionais, estudar, coordenar e executar tôdas as medidas de caráter técnico, administrativo e de contrôle relativas aos servidores da Comissão de de Planejamento e da Superintendência, exceto o pessoal para obras, especialmente:

I — estudar as necessidades da Comissão de Planejamento e da Superintendência, no que se relacionar com os recursos de pessoal e estabelecer as respectivas lotações;

II — estudar e elaborar planos de pagamentos;

III — estudar sistemas para melhoria de salário;

IV — coordenar os assuntos relacionados com os servidores da Comissão de Planejamento e da Superintendência;

V — propor quaisquer medidas que considere úteis ao aperfeiçoamento e ao melhor aproveitamento do pessoal;

VI — diligenciar o cumprimento da legislação aplicável aos servidores da Comissão de Planejamento e da Superintendência;

VII — estudar e propor a revisão dos atos e decisões sôbre pessoal, contrários à legislação e normas em vigor;

VIII — prestar assistência aos servidores;

IX — colaborar na elaboração e execução orçamentária, na parte relativa a pessoal;

X — apreciar questões relativas à movimentação, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores;

XI — estudar e opinar quanto à celebração, renovação ou rescisão de contratos, ou têrmos aditivos;

XII — organizar os processos de admissão, melhoria de salário e dispensa de servidores;

XIII — promover inspeções médicas para efeito de admissão, licença e aposentadoria, bem como visitas médicas para comprovação de ausência dos servidores;

XIV — lavrar e registrar os atos concernentes aos servidores e promover a divulgação dos que não forem reservados;

XV — preparar o expediente necessário à requisição de servidores de outros órgãos da administração pública, de acôrdo com o art. 19, alínea *a;*

XVI — apurar a freqüência do pessoal;

XVII — preparar e remeter ao Setor de Contabilidade as fôlhas e cheques para pagamento do pessoal;

XVIII — providenciar a remessa aos órgãos competentes, dos boletins de freqüência dos servidores requisitados, para efeito do respectivo assentamento individual;

XIX — coligir e interpretar dados estatísticos que interessem ao desempenho de suas funções;

XX — organizar o quadro de funcionários da Superintendência, com os respectivos vencimentos ou remuneração, a ser encaminhado ao Presidente da República.

Subsecção VI

Setor de Material

Art. 40 — Ao Setor de Material compete, diretamente ou através dos órgãos regionais, estudar, coordenar e executar tôdas as medidas de caráter técnico, administrativo e de contrôle relativas ao material a ser utilizado pela Comissão de Planejamento e pela Superintendência, especialmente.

I — estudar e estabelecer as normas relativas a orçamento, requisição, especificação, compra, recebimento, guarda, distribuição, consumo e troca do material, submetendo-as à aprovação do Superintendente;

II — proceder ao estudo dos mercados nacionais e estrangeiros, para orientação das compras;

III — proceder ao estudo do custo do transporte do material adquirido e a adquirir;

IV — orientar os órgãos da Comissão de Planejamento e da Superintendência quanto à maneira de formular os pedidos;

V — orientar os trabalhos dos almoxarifados e depósitos;

VI — estudar as propostas orçamentárias parciais, na parte relativa ao material;

VII — verificar a existência, uso e estado de conservação dos bens móveis da Comissão de Planejamento e da Superintendência;

VIII — realizar concorrência e coletas de preços para aquisição ou alienação de material;

IX — propor a entrega a servidores de suprimentos de numerário para aquisição de material ou pagamento de serviços correlatos;

X — processar, mediante prévia autorização do Superintendente, a aquisição e distribuição do material necessário aos serviços da Superintendência e da Comissão;

XI — vender, permutar, ceder e dar baixa do material em desuso, imprestável ou desnecessário, mediante prévia autorização do Superintendente;

XII — lavrar os têrmos de ajustes, acordos, contratos e quaisquer outros atos relativos à aquisição, alienação, cessão, permuta e baixa de material;

XIII — providenciar o consêrto e conservação do material;

XIV — receber, conferir e examinar o material adquirido, encaminhando ao Setor de Contabilidade os elementos necessários à liquidação e pagamento das respectivas contas;

XV — relacionar por classes o material de aquisição para estoque;

XVI — organizar estoques para posterior distribuição e manter atualizado o respectivo registro;

XVII — manter o registro do material adquirido e balancear os estoques;

XVIII — organizar o registro dos fornecedores;

XIX — organizar e fazer publicar, mensalmente, a relação das aquisições efetuadas;

XX — organizar dados estatísticos relativos a material, inclusive os de seu custeio;

XXI — registrar o movimento dos almoxarifados e o consumo dos materiais por meio de boletins preenchidos pela Secretaria Administrativa e órgãos da Superintendência;

XXII — prestar aos órgãos da Comissão de Planejamento e da Superintendência quaisquer informações que interessem ao abastecimento de material.

Subsecção VII

Setor de Obras

Art. 41 — Ao Setor de Obras compete, diretamente ou através dos órgãos regionais, estudar, coordenar e executar ou fiscalizar as medidas de caráter técnico, administrativo e de contrôle relativas às obras compreendidas no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, especialmente:

I — estudar e fixar os padrões e normas para execução das obras compreendidas no Plano;

II — estudar o mercado de trabalho e os fatôres que nêle influam;

III — examinar os projetos, orçamentos e contratos de execução das obras;

IV — elaborar projetos, orçamentos e especificações relativos a obras que devam ser

executadas diretamente pela Superintendência;

V — executar as obras a que se refere a alínea anterior;

VI — estudar as propostas orçamentárias parciais, na parte relativa a obras e instalações de equipamentos;

VII — inspecionar e fiscalizar as obras executadas sob regime de contrato, ajuste ou acôrdo;

VIII — elaborar, de acôrdo com as entidades próprias, as especificações do material para obras;

IX — manter a estatística dos preços do material para obras e de custo da mão de obra, nas diversas zonas do país;

X — proceder aos trabalhos de expediente relativos às concorrências e tomadas de preços para a execução de obras e instalação de equipamentos;

XI — lavrar atas, contratos, ajustes e demais atos para a execução de obras e instalação de equipamentos, de acôrdo com as minutas aprovadas pelo Superintendente;

XII — comunicar, por escrito, ao Superintendente, qualquer infração de contrato ou ajuste;

XIII — organizar e encaminhar ao Setor de Contabilidade as fôlhas de pagamento relativas ao pessoal para obras;

XIV — manter organizados os arquivos de plantas, gráficos, orçamentos, preços e outros dados técnicos necessários ao exercício de suas atribuições;

XV — organizar dados estatísticos relativos a obras, inclusive os de seu custeio;

XVI — encaminhar ao Setor de Contabilidade os elementos necessários à liquidação e pagamento das despesas relativas a obras.

Subsecção VIII

Setor de Coordenação e Divulgação

Art. 42 — Ao Setor de Coordenação e Divulgação compete sistematizar as relações externas da Superintendência e divulgar suas realizações, especialmente:

I — coordenar as relações entre a Superintendência e as entidades federais, estaduais, municipais e territoriais, promovendo sua melhor articulação;

II — minutar os acordos ou convenções a que aludem os artigos 6.º, 11 e 16 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, em concordância com os elementos fornecidos pelos setores competentes da Superintendência;

III — adotar providências que possibilitem melhor coordenação entre a Superintendência e as entidades e serviços integrados no Plano;

IV — adotar providências administrativas para melhor informação do público e boa compreensão e aceitação dos programas de trabalho;

V — planejar e promover conferência, filmes e outros meios de divulgação próprios para alcançar os fins determinados no item anterior;

VI — redigir textos cuja publicação seja de interêsse para o Plano, a critério do Superintendente;

VII — promover, mediante prévia autorização do Superintendente, a edição de publicações relativas ao Plano;

VIII — guardar e distribuir as publicações a que alude o item anterior;

IX — redigir informações e o noticiário destinado à imprensa e aos órgãos próprios da administração federal, estadual, municipal ou autárquica, ou a entidades particulares que colaborem na execução do Plano;

X — coligir, classificar e conservar a documentação referente ao Plano e necessária ao estudo e orientação dos problemas a êle relacionados;

XI — preparar, anualmente, com a colaboração dos demais setores, o relatório circunstanciado da execução do Plano, apreciando e determinando especialmente sua influência na valorização econômica da região amazônica.

Subsecção IX

Setor de Comunicações

Art. 43 — Ao Setor de Comunicações compete:

I — receber, classificar, registrar e distribuir a correspondência e os processos relativos às atividades da Comissão de Planejamento e da Superintendência;

II — receber os papéis para expedição;

III — numerar e expedir a correspondência;

IV — colecionar os recibos e as relações da correspondência entregue à repartição dos Correios e Telégrafos;

V — organizar e manter em dia um fichário de endereços;

VI — controlar o andamento da correspondência e processos;

VII — extrair certidões, quando autorizadas pelo Superintendente;

VIII — promover a publicação das decisões relativas às atividades dos órgãos;

IX — promover o cumprimento de diligências necessárias à instrução de processos;

X — orientar o público sôbre todos os assuntos peculiares à Comissão e à Superintendência, habilitando-o a objetivar suas pretensões;

XI — guardar e conservar a correspondência oficial e de processos findos.

XII — atender às requisições da correspondência oficial e de processos sob sua guarda;

XIII — promover a incineração periódica de papéis julgados sem valor, mediante audiência prévia de comissão especial designada para êsse fim;

XIV — articular-se com os demais órgãos, no que disser respeito à matéria de sua competência;

XV — organizar a estatística do movimento geral de processos.

Parágrafo único — Sòmente o Setor de Comunicações poderá dar número ao expediente entrado ou saído e expedir a correspondência oficial da Comissão e da Superintendência.

Subsecção X

Tesouraria

Art. 44 — À Tesouraria, tècnicamente subordinada ao Setor de Contabilidade, compete arrecadar, guardar, entregar, pagar ou restituir valores pertencentes à Superintendência ou pelos quais esta responda.

Parágrafo único — A Tesouraria será chefiada por um Tesoureiro.

Subsecção XI

Zeladoria

Art. 45 — A Zeladoria tem a seu cargo o asseio, reparação, conservação e vigilância do edifício-sede da Superintendência, com todos os seus pertences, bem como a execução e direção dos serviços relativos a portaria e garagem.

Subsecção XII

Órgãos Regionais

Art. 46 — Às Divisões compete, de modo geral, representar a Superintendência na área de sua jurisdição e, especialmente:

I — supervisionar e executar os serviços da Superintendência, observando as instruções gerais baixadas pela sede;

II — cumprir e fazer cumprir as instruções gerais emanadas da sede;

III — manter a sede a par de tôdas as ocorrências relacionadas com as suas atividades;

IV — zelar pelos interêsses gerais da Superintendência;

V — entender-se diretamente com os Setores, em matéria de competência dêstes;

VI — exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelo Superintendente.

SECÇÃO III

Das atribuições do pessoal da Superintendência

Subsecção I

Do Superintendente

Art. 47 — Ao Superintendente compete:

I — orientar, coordenar e controlar os trabalhos da Superintendência;

II — representar a Superintendência em suas relações externas;

III — despachar com o Presidente da República e entender-se diretamente ou autorizar entendimentos com as autoridades da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, sôbre assuntos de competência da Superintendência;

IV — baixar instruções necessárias à boa marcha dos trabalhos da Superintendência;

V — requisitar, observadas as formalidades legais, servidores públicos federais, estaduais, municipais, autárquicos ou de entidades autônomas;

VI — admitir e dispensar o pessoal a que se referem os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 19;

VII — autorizar o pagamento de gratificações pela representação de Gabinete da Superintendência;

VIII — autorizar o pagamento de gratificação pela prestação de serviços extraordinários;

IX — autorizar o pagamento de gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico;

X — autorizar o pagamento de ajuda de custo e diárias, na forma da legislação em vigor;

XI — adotar as medidas que julgar convenientes a fim de que o pessoal admitido demonstre possuir as qualificações necessárias ao desempenho das respectivas funções;

XII — autorizar requisições de transporte;

XIII — conceder licenças;

XIV — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho;

XV — autorizar a antecipação ou prorrogação remunerada do período normal de trabalho;

XVI — designar e dispensar o Chefe de seu Gabinete, os responsáveis pelos Setores e Divisões, o Tesoureiro e o Zelador;

XVII — elogiar e impor penas disciplinares;

XVIII — determinar a instauração de processo administrativo;

XIX — autorizar viagens de inspeção aos locais em que estejam sendo executados ou explorados serviços ou obras custeados à conta dos recursos do Fundo;

XX — decidir, de acôrdo com o artigo 12, sôbre as quantias que devem ser escrituradas em "Restos a Pagar".

XXI — fixar a lotação dos vários órgãos;

XXII — designar servidores, mesmo quando requisitados, para serviço, missão ou estudo em qualquer ponto do território nacional;

XXIII — organizar a escala de férias do Chefe do Gabinete, dos responsáveis pelos Setores e Divisões, do Tesoureiro e do Zelador;

XXIV — apresentar, anualmente, ao Presidente da República, relatório das atividades da Superintendência;

XXV — submeter à aprovação final do Presidente da República, com parecer da Comissão de Planejamento, os programas de execução dos planejamentos qüinqüenais;

XXVI — promover, anualmente, a execução dos programas de trabalho aprovados, na ordem de sua importância para a economia amazônica, e de acôrdo com os recursos financeiros e administrativos mobilizáveis;

XXVII — coordenar e controlar a execução dos diversos programas de trabalho;

XXVIII — coordenar as atividades relacionadas com os programas de trabalho do Plano, sugerindo ao Presidente da República a celebração dos acordos e convenções julgados necessários, em relação às obras e serviços compreendidos na região amazônica e a cargo da União, dos Estados, Territórios, Municípios, autarquias ou de outras entidades autônomas, ou ainda de sociedades e entidades privadas;

XXIX — promover o recolhimento às agências do Banco do Brasil das contribuições percentuais das rendas tributárias dos Estados, Territórios e Municípios, que devam ser creditadas ao Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, nos têrmos do artigo 8.º, § 2.º, da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

XXX — movimentar, distribuir e aplicar os créditos orçamentários e adicionais à conta do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia;

XXXI — adquirir bens e propor a desapropriação de terras, de acôrdo com os planejamentos e programas a executar;

XXXII — realizar operações de crédito interno ou externo, por antecipação da receita do Fundo de Valorização nos exercícios futuros, destinados à execução de obras e serviços básicos previstos no orçamento do Plano, observado o disposto no artigo 65, VI, da Constituição;

XXXIII — solicitar ao Presidente da República, quando necessária, a garantia do Tesouro Nacional para as operações de crédito a que alude o item anterior;

XXXIV — realizar operações de crédito interno por conta da receita do exercício corrente, quando autorizadas em lei orçamentária ou especial e até a importância fixada na autorização;

XXXV — sugerir ao Presidente da República o encaminhamento ao Congresso Nacional do anteprojeto de lei que disporá sôbre a organização administrativa para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as normas de coordenação dos órgãos da Superintendência com as entidades federais, estaduais e municipais.

XXXVI — sugerir ao Presidente da República, para ser submetido ao Congresso Nacional, o quadro de funcionários da Superintendência, com os respectivos vencimentos ou remuneração, bem como a remuneração dos membros da Comissão de Planejamento;

XXXVII — aprovar o orçamento analítico das despesas e suas alterações;

XXXVIII — baixar instruções que regulem a comprovação primária das despesas realizadas à conta dos recursos do Fundo;

XXXIX — comprovar, na forma prevista no artigo 16, as despesas efetuadas no exercício anterior e constantes dos balanços publicados;

XL — regular o processo de realização das concorrências, de acôrdo com o artigo 18;

XLI — dispensar a realização de concorrência, nos casos previstos no artigo 246 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública;

XLII — autorizar a venda, permuta, cessão e baixa de material em desuso, imprestável ou desnecessário;

XLIII — criar agências ou designar representantes da Superintendência, fixando-lhes as respectivas atribuições;

XLIV — requisitar às autoridades alfandegárias o desembaraço dos materiais e mercadorias destinados aos serviços compreendidos no Plano, de acôrdo com o artigo 28 e seu parágrafo único da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953;

XLV — fixar atribuições e estabelecer normas de trabalho para as Divisões;

XLVI — autorizar o fornecimento de certidões;

XLVII — aprovar projetos, orçamentos e especificações para execução de obras ou serviços;

XLVIII — aprovar normas e especificações relaitvas a material, organizadas pelo Setor competente;

XLIX — autorizar a aquisição e distribuição de material necessário aos serviços da Superintendência e da Comissão;

L — autorizar a entrega a servidores de suprimentos de numerários;

LI — aprovar minutas de contratos, têrmos e ajuste, acordos ou convenções e outros atos da mesma natureza, inclusive para elaboração de projetos e estudos de natureza técnica ou especializada;

LII — assinar os atos a que se refere o item anterior;

LIII — autorizar publicações de textos ou obras de interêsse para o Plano;

LIV — delegar atribuições, quando assim entender conveniente.

LV — exercer as demais atribuições inerentes ao cargo e não especificadas neste Regulamento.

Subsecção II

Dos responsáveis pelos Setores e Divisões, do Chefe do Gabinete, do Tesoureiro e do Zelador

Art. 48 — Aos responsáveis pelos Setores e Divisões, ao Chefe do Gabinete, ao Tesoureiro e ao Zelador compete velar pelo cumprimento das atribuições do respectivo setor, devendo para tanto:

I — orientar, coordenar e controlar os trabalhos dos respectivos órgãos;

II — despachar pessoalmente com o Superintendente;

III — propor ao Superintendente a requisição ou a volta de servidores às respectivas repartições, bem como a admissão, remoção e dispensa de servidores;

IV — propor a concessão de vantagens aos seus servidores;

V — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho, até uma hora diária;

VI — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias, aos servidores que lhes forem subordinados, propondo ao Superintendente a aplicação de penalidades que exceder de sua alçada;

VII — determinar ou autorizar a execução de serviço externo, fazendo a devida comunicação ao Setor de Pessoal;

VIII — aprovar e alterar a escala de férias dos servidores que lhes forem subordinados;

IX — orientar a execução dos trabalhos e manter coordenação entre os elementos componentes do respectivo setor, determinando as normas e métodos que se fizerem aconselháveis;

X — distribuir os trabalhos ao pessoal lotado no respectivo setor;

XI — propor ao Superintendente quaisquer medidas consideradas necessárias ao aperfeiçoamento de seus serviços e que excedam de sua alçada;

XII — promover as diligências necessárias à execução dos trabalhos;

XIII — organizar, conforme as necessidades dos serviços turmas de trabalho com horário especial, fazendo a devida comunicação ao Setor do Pessoal;

XIV — dirigir-se aos chefes ou diretores das repartições públicas, em objeto de sua competência;

XV — velar pela disciplina e manutenção do silêncio nas salas de trabalho;

XIV — exercer outras atribuições determinadas pelo Superintendente.

Art. 49 — Ao responsável pelo Setor de Coordenação e Divulgação, além do enumerado no artigo anterior, compete:

I — autorizar a publicação dos trabalhos elaborados ou encaminhados ao Setor;

II — visar todo noticiário e todo material a ser divulgado.

Art. 50 — Ao Zelador, além do enumerado no art. 48, compete:

I — determinar os plantões e escalas de serviço e fiscalizar pessoalmente a execução dos trabalhos a cargo do pessoal respectivo;

II — atender, com presteza, aos pedidos e reclamações dos demais órgãos, tomando as medidas que couberem no limite de suas atribuições;

III — determinar o uniforme a ser usado pelos contínuos, serventes e mensageiros.

Art. 51 — Ao Tesoureiro, além do enumerado no art. 48, compete:

I — exercer sempre a mais completa vigilância sôbre todos os valores a seu cargo, propondo medidas de segurança, inclusive policiamento para os locais onde haja movimento de valores;

II — providenciar sôbre o suprimento de valores que tiver de movimentar e a guarda daqueles que tiverem de ser recolhidos sob sua responsabilidade;

III — assinar as guias de recolhimento ao Banco do Brasil;

IV — designar os Ajudantes que deverão transportar o numerário;

V — determinar a necessária vigilância na Tesouraria, de modo que nela não tenham ingresso pessoas estranhas, exceto servidores designados pelo Superintendente ou pelo responsável pelo Setor de Contabilidade, em objeto de serviço;

VI — distribuir pelos Ajudantes os trabalhos da Tesouraria, estabelecendo revezamento quando julgar conveniente;

VII — balancear, pelo menos semanalmente, os valores a cargo dos Ajudantes;

VIII — representar ao Superintendente, quando se verificarem quaisquer desvios de valores sob responsabilidade dos Ajudantes;

IX — fiscalizar a escrita de valores a cargo dos Ajudantes, de maneira que esteja sempre em ordem e em dia;

X — arrecadar, diretamente ou por intermédio de seus Ajudantes os valores a entrar na Tesouraria e, bem assim, efetuar ou mandar efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas, observando êste Regulamento e as instruções em vigor;

XI — organizar ou fazer organizar por seus auxiliares o registro das procurações para efeito dos pagamentos a serem realizados, examinando se tais procurações estão revestidas das formalidades legais;

XII — propor ao Superintendente, de acôrdo com a lotação que fôr estabelecida, a designação do pessoal auxiliar dos trabalhos de limpeza da Tesouraria e de transporte de numerário;

XIII — designar, prèviamente, o Ajudante que o substituirá nas suas faltas eventuais.

Art. 52 — Aos Ajudantes, que são diretamente subordinados ao Tesoureiro, incumbe:

I — prestar contas ao Tesoureiro, diàriamente, à medida dos pagamentos efetuados; e imediatamente, quando de volta de qualquer pagamento externo;

II — desempenhar as funções de seu cargo, de acôrdo com as ordens emanadas do Tesoureiro;

III — apor, nos documentos de receitas, a sua assinatura;

IV — datar e carimbar, apondo, também, a sua assinatura, nos documentos de despesa, ou relações de pagamentos diários que efetuar;

V — sugerir ao Tesoureiro, por escrito, as medidas que reputarem benéficas ao andamento dos trabalhos;

VI — dar aviso prévio ao Tesoureiro, quando não puderem comparecer aos trabalhos, a fim de que aquêle providencie sôbre a substituição;

VII — efetuar, de acôrdo com as determinações do Tesoureiro, os pagamentos das despesas, observando êste Regulamento e demais normas ou disposições em vigor.

Subsecção III

Dos servidores em geral

Art. 53 — Aos servidores em geral, com exercício na Superintendência, incumbe executar os trabalhos que lhes forem determinados pelos seus superiores imediatos.

CAPÍTULO VI

DO HORÁRIO

Art. 54 — O horário normal de trabalho será fixado pelo Superintendente, respeitado o número de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Federal.

§ 1.º — Em casos excepcionais e devidamente autorizado pelo Superintendente, o Tesoureiro poderá determinar horário diferente para os Ajudantes, respeitado o número de horas diárias fixado para a Superintendência.

§ 2.º — O expediente da Tesouraria só poderá ser encerrado quando concluídos os seus trabalhos diários.

Art. 55 — O Superintendente, o Chefe do Gabinete, os responsáveis pelos Setores e Divisões, o Tesoureiro e o Zelador, não ficam sujeitos a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

Art. 56 — O regime de trabalho da Comissão será o de tempo integral.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 — O Regulamento interno da Comissão de Planejamento disporá sôbre a forma pela qual serão exercidas suas atividades, a periodicidade de suas reuniões, a convocação de sessões extraordinárias, *quorum* para deliberar, sistema de voto, o modo pelo qual serão tomadas suas decisões, penalidades aplicáveis aos membros faltosos e normas de coordenação entre a Comissão e a Superintendência, tudo isso tendo em conta o melhor rendimento do trabalho.

Art. 58 — Os órgãos enumerados no art. 32 serão instalados de acôrdo com as necessidades dos serviços, a critério do Superintendente.

Art. 59 — A Comissão de Planejamento e a Superintendência gozarão de franquia postal e telegráfica em todo o território da União.

Art. 60 — São isentos de impostos e taxas de importação quaisquer máquinas e acessórios, utensílios e materiais destinados aos serviços em execução e a serem executados pela Superintendência, diretamente ou por contrato ou concessão.

Art. 61 — O Superintendente e os membros da Comissão de Planejamento não poderão exercer cumulativamente outro cargo ou função pública federal, nem poderão ser associados de firma ou emprêsa que mantenha contrato com a Superintendência ou a ela esteja ligada por interêsses financeiros.

Art. 62 — Enquanto não forem adotadas as providências de que trata o parágrafo único do art. 27 da lei n.º 1 806, de 6 de janeiro de 1953, os vencimentos do cargo de Superintendente corresponderão ao símbolo CC-1 e os de membro da Comissão de Planejamento e de Chefe do Gabinete do Superintendente ao símbolo CC-2.

Art. 63 — Será mandado proceder no mínimo quatro vêzes por ano, ao balanço da Tesouraria, realizando-se dois (2) por determinação do Superintendente e outros dois (2) por iniciativa do responsável pelo Setor de Contabilidade.

§ 1.º — A falta de cumprimento do disposto neste artigo importará, em caso de desfalque, na co-responsabilidade do Superintendente ou do responsável pelo Setor de Contabilidade.

§ 2.º — Dos balanços a que se proceder, lavrar-se-ão têrmos circunstanciados dos quais serão extraídas cópias, para conhecimento do Tesoureiro, do responsável pelo Setor de Contabilidade, e do Superintendente.

§ 3.º — Os membros da comissão de balanço responderão solidàriamente pelos prejuízos que acarretarem ao Fundo de Valorização, por inaptidão, negligência ou culpa.

Art. 64 — As reclamações contra atos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia serão dirigidas ao Presidente da República.

Art. 65 — A Superintendência do Plano de Valorização Econômica poderá, quando achar oportuno, desmembrar um do outro os atuais Serviços de Navegação da Amazônia e do Pôrto do Pará, continuando o Serviço de Navegação da Amazônia a constituir uma autarquia, com autonomia administrativa e os recursos que lhe forem reservados.

Art. 66 — As dúvidas surgidas na interpretação dêste Regulamento e os casos omissos serão resolvidos pelo Superintendente.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1953. — *Tancredo de Almeida Neves.*

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico

MINAS GERAIS

Lei n.º 1 039, de 12 de dezembro de 1953

Estabelece a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono seguinte lei:

Art. 1.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorará de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, de acôrdo com o disposto nos arts. 66 e 170 da Constituição Estadual, é a estabelecida nesta lei.

Art. 2.º — A presente divisão, no decurso do qüinqüênio acima fixado, não sofrerá qualquer alteração, não se entendendo, todavia, por alteração, os atos meramente interpretativos das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que vierem a se tornar necessários para a mais exata caracterização dos limites, atendendo às conveniências de ordem geográfica ou cartográfica.

§ 1.º — Constituem exceções a esta regra, no que se refere à divisão administrativa:

a) a modificação de limites intermunicipais, decorrente de acôrdo entre os municípios interessados, e mediante aprovação prévia da Assembléia Legislativa, nos têrmos do art. 96 da Constituição e 14 da lei n.º 28, de 22 de novembro de 1947, com as modificações da lei n.º 855, de 26 de dezembro de 1951;

b) a anexação de um município a outro, quando requerida à Assembléia Legislativa pelos municípios interessados, segundo a disposição dos arts. 97 da Constituição e 21 da lei n.º 28, de 22 de novembro de 1947, com as modificações da lei n.º 855, de 26 de dezembro de 1954;

c) a mudança de topônimo, quando comprovada a existência de outro idêntico ou semelhante no território nacional.

§ 2.º — Com relação à divisão judiciária, prevalecerá o princípio da inalterabilidade do qüinqüênio, salvo quanto às modificações solicitadas pelo Tribunal de Justiça, em proposta fundamentada, de acôrdo com o art. 66 da Constituição.

§ 3.º — Quer nas três hipóteses formuladas nas alíneas "a", "b" e "c" do § 1.º, quer na hipótese do § 2.º, as alterações previstas serão objeto de lei.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o referido qüinqüênio, compreende 271 comarcas, 485 municípios e 1 215 distritos. O distrito, com categoria única, é a circunscrição primária do território estadual, para fins de administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — Nos anexos, que constituem parte integrante desta lei, é feita a relação sistemática e ordenada de tôdas as circunscrições administrativas e judiciárias da divisão territorial, de acôrdo com o vencido e aprovado, com indicação da categoria das respectivas sedes que têm a mesma denominação que a própria circunscrição.

§ 2.º — Também constitui parte integrante desta lei o Anexo n.º 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscricionais, e onde se definem os perímetros municipais e as divisas interestaduais.

Art. 4.º — O princípio de inalterabilidade, pelo prazo estabelecido, da divisão territorial, não se aplica ao caso de subdivisão dos distritos, a qual poderá ser feita em qualquer tempo, em lei especial, para atender às necessidades do serviço público.

§ 1.º — A subdivisão de um distrito se fará em circunscrições denominadas subdistritos, correspondentes a subunidades administrativas e judiciárias.

§ 2.º — Os limites dos subdistritos, que não poderão ter sede distinta da sede distrital, serão fixados por linhas que distribuam todo o território do distrito pelos subdistritos considerados necessários, formando área contínua.

§ 3.º — Os subdistritos de um distrito serão numerados seguidamente, e designados pela respectiva numeração ordinal.

Art. 5.º — Para que possa ser instalado o distrito, é necessária a delimitação prévia dos quadros urbano e suburbano da sede.

Art. 6.º — O município criado ou aumentado com área desmembrada de outro será responsável pela quota-parte das obrigações do município desfalcado, quando comprovadamente aplicada na área desmembrada.

§ 1.º — A quota-parte será proporcional à média trienal da arrecadação, nos três últimos exercícios, no território desmembrado, em relação com a média trienal da arrecação dos três últimos exercícios do município desmembrado.

§ 2.º — Para fixação da quota-parte, proceder-se-á ao arbitramento, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da entrada em vigor da lei que determinou a nova divisão administrativa.

§ 3.º — O arbitramento obedecerá ao disposto nos artigos 1 031 a 1 040, do Código de Processo Civil, no que lhe fôr aplicável.

§ 4.º — Se não houver acôrdo entre os peritos, os municípios interessados, dentro de 15 (quinze) dias, procederão à escolha de desempatador.

§ 5.º — Findo o prazo referido no parágrafo anterior, sem que se tenha escolhido o perito desempatador, será êste designado, dentro de 8 (oito) dias, por solicitação de qualquer dos interessados, pelo Departamento de Assistência aos Municípios.

§ 6.º — Da decisão final, caberá recurso para o Tribunal de Contas, interposto dentro de 30 (trinta) dias, pelo credor que se julgar prejudicado.

Art. 7.º — Continuam em vigor as disposições de legislação estadual relativas à divisão territorial que, direta ou indiretamente, não colidam com as normas desta lei.

Art. 8.º — As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Juízes de Paz, e seus suplentes, nas novas circunscrições criadas por esta lei, coincidirão com as demais eleições do Estado, inaugurando-se administração própria das mesmas a primeiro de fevereiro de 1955, com entrada em exercício dos eleitos.

Art. 9.º — Cada novo município, até que se realize eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, e se inaugure administração própria, será administrado por Intendente Municipal, nomeado pelo Governador do Estado.

§ 1.º — O Intendente Municipal, cuja função é apenas de representante do Govêrno do Estado no novo município, iniciará a organização do serviços públicos locais, podendo contratar até três auxiliares, a título precário, com remuneração arbitrada, e promoverá a arrecadação das rendas municipais, não lhe competindo nenhuma função legislativa.

§ 2.º — As funções de Intendente Municipal são consideradas serviço público relevante e serão gratuitas, podendo, todavia, o seu titular receber a ajuda de custo fixa de Cr$ 1 000,00 (mil cruzeiros) mensais e diários de Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros), quando se tratar de servidor público investido nas aludidas funções, sendo aquelas diárias e ajudas de custo pagas pelos cofres municipais.

§ 3.º O Intendente tomará posse perante o Secretário do Interior, ou mediante solicitação dêste, perante o Juiz de Direito da Comarca.

§ 4.º — Dos atos do Intendente Municipal, caberá recurso para o Governador do Estado, interposto diretamente pelo interessado e dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, notificação ou ciência do ato.

Art. 10 — É declarada em vigor, para os novos municípios, a legislação de caráter geral dos municípios de que se hajam desmembrado, vigente à data de promulgação desta lei.

Art. 11 — As rendas dos novos municípios serão lançadas e arrecadadas de acôrdo com as leis e regulamentos tributários dos antigos municípios de que se hajam desmembrado, no que fôr aplicável.

Parágrafo único — Na escrituração dessas rendas, observar-se-ão as normas estabelecidas para a escrituração das dos antigos municípios obedecendo-se igualmente às especificações constantes dos orçamentos dêstes.

Art. 12 — As despesas estritamente necessárias à instalação dos novos municípios e as outras relativas à execução de seus serviços, que forem julgados necessários, durante o período de intendência, serão realizadas pelo Intendente Municipal, e sua escrituração, no que fôr aplicável, se fará sob os títulos gerais dos orçamentos dos municípios de que se desmembram, vigentes na data desta lei.

Parágrafo único — Os municípios criados por esta lei poderão realizar operação de crédito, por antecipação de receita, até o limite máximo de Cr$ 30 000,00 (trinta mil cruzeiros), para atender às despesas de instalação do município e a outros serviços de natureza inadiável, pagando, no máximo, a taxa de 10% (dez por cento) de juros ao ano, devendo tal operação ser resgatada dentro do exercício de 1951.

Art. 13 — As contas do Intendente Municipal serão submetidas à aprovação do Governador do Estado, depois de examinadas pelo Departamento de Assistência aos Municípios; serão prestadas em cada exercício e, no término da intendência, quanto às relativas ao período compreendido entre êste e o último exercício.

§ 1.º — Até o dia 30 de janeiro de cada ano, e, no término da intendência, quanto às relativas ao período compreendido entre êste e o último exercício, o Intendente Municipal enviará ao Departamento de Assistência aos Municípios, para os fins dêste artigo, um relatório de sua gestão no exercício anterior, acompanhado dos seguintes documentos:

1) balanço de receita e despesa;

2) demonstração das operações de crédito;

3) balanço de receita e despesa do município, por distritos;

4) balanço do ativo e passivo;

5) demonstração da dívida fundada;

6) demonstração discriminada da dívida flutuante;

7) demonstração das variações patrimoniais;

8) inventário geral;

9) quadro comparativo entre o balanço patrimonial do exercício encerrado e o do exercício anterior.

§ 2.º — Com os quadros e demonstrações constantes do parágrafo anterior, o Intendente remeterá ao Departamento de Assistência aos Municípios, em original ou segunda via, os documentos comprovantes da receita arrecadada e da despesa realizada.

Art. 14 — Compete ao intendente:

I — representar o município em juízo ou fora dêle;

II — publicar, por editais e pela imprensa local, onde houver, as tabelas de impostos, lançamentos para cada exercício e, mensalmente, o balancete da receita e da despesa e a relação discriminativa dos pagamentos;

III — fazer arrecadar, com a maior vigilância, as rendas municipais, zelando pela sua guarda e exata aplicação;

IV — promover o processo por infração das posturas municipais e impor as multas nelas previstas, ou em contratos;

V — manter em perfeito funcionamento:

a) as repartições da Prefeitura, expedindo os respectivos regulamentos;

b) os registros da contabilidade patrimonial e financeira, de acôrdo com as normas técnicas aprovadas e as instruções dos órgãos competentes.

VI — Manter e zelar o patrimônio do município, e, quanto ao territorial, fazer também afastar os intrusos;

VII — tomar as providências ao seu alcance para remediar as calamidades públicas, solicitando aos poderes públicos os socorros que se fizerem necessários;

VIII — promover a elaboração de projetos e orçamentos das obras de interêsse do município;

IX — conservar desimpedidos os caminhos e demais servidões do município, fazendo remover os embaraços que se verificarem;

X — promover o tombamento e inventário dos bens municipais, mantendo perfeito registro dêles;

XI — pôr em concorrência pública ou administrativa a execução das obras, cujos orçamentos excederem a Cr$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros), se não as executar por administração, e os fornecimentos embora parcelados, observando as seguintes normas:

a) a concorrência será anunciada, com prazo nunca inferior a trinta dias, por editais e na imprensa local, onde houver, sendo obrigatória a publicação no órgão oficial do Estado, quando esta se imponha pelo vulto da obra, serviço e fornecimento;

b) da concorrência serão excluídos seus descendentes e ascendentes, cunhados, durante o cunhadio, irmãos, sôgro e genro, bem como seus colaterais, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, e os funcionários ou servidores da Municipalidade;

c) para o fornecimento de material de uso corrente, poderá o Intendente estabelecer o regime de concorrência que fôr adotado, por lei, pelo Estado;

XII — prestar as informações que, sôbre o serviço público, lhe forem solicitadas pelo Govêrno do Estado e da União, pela Assembléia Legislativa e pelo Tribunal de Contas;

XIII — resolver sôbre os requerimentos e reclamações que lhe forem dirigidos;

XIV — determinar sejam expedidas as certidões solicitadas à Intendência por quaisquer interessados, não podendo negá-las, salvo casos excepcionais, em que o interêsse público impuser sigilo.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 12 de dezembro de 1953.

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA
Geraldo Starling Soares
Odilon Behrens
Bento Gonçalves Filho

(Minas Gerais, de 22-12-1953).

Nota — Esta lei foi publicada primeiramente no órgão oficial do Estado de Minas Gerais, aos 13-12-1953, e republicada no mesmo órgão aos 22-12-1953, por ter saído com incorreções, e aos 27-12-1953 acompanhada dos respectivos quadros.

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DIRETÓRIO CENTRAL

Íntegra das resoluções ns. 432 a 437

Resolução n.º 432, de 16 de dezembro de 1952

Autoriza a efetivação de interinos.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando haver o art. 27, da resolução n.º 368, de 9-7-1950, do Diretório Central, facultado a efetivação dos interinos que, na época, tivessem obtido nos dois últimos boletins de merecimento média igual ou superior a 65;

Considerando que dois Escriturários classe E, interinos, admitidos em 1948, não lograram efetivação por não satisfazerem a condição da média de merecimento estabelecida;

Considerando que, além dêsses dois Escriturários, há apenas, mais um servidor interino, Engenheiro classe K, admitido em setembro de 1950, e de reconhecida competência;

Considerando os serviços já prestados por êstes três servidores que se encontram no pleno e satisfatório desempenho de suas funções;

Considerando que o Conselho Nacional de Geografia tem ùltimamente adotado a boa norma de não admitir funcionários interinos,

RESOLVE:

Artigo único — Fica o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizado a efetivar os três (3) atuais interinos no Quadro Permanente do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1952, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira,* Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Luís Eugênio de Freitas Abreu,* Secretário-Geral, interino. — Publique-se: *Florêncio de Abreu,* Presidente.

Resolução n.º 433, de 16 de dezembro de 1952

Altera a série funcional de motorista da Tabela Numérica de Mensalistas do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando que a resolução n.º 383, de 13 de julho de 1951, do Diretório Central, que fixou a T.N.M. do Conselho para o ano de 1951, criou, na série funcional de motorista, uma referência 25, reduzindo de duas para uma, as referências 24, então existentes;

Considerando que em seu art. 2.º a citada resolução autorizava o Secretário-Geral a distribuir pelas séries funcionais da nova tabela o pessoal lotado na anterior, fixada pela resolução n.º 364, de 5 de maio de 1950;

Considerando que havia nessa época dois ocupantes da referência 24 e que, portanto, um dêles seria automàticamente aproveitado na referência 25.

Considerando que isso deixou de ser feito por se terem prolongado as diligências no sentido de se apurarem dúvidas quanto à antiguidade relativa dos dois ocupantes da referência 24;

Considerando que a resolução n.º 415, de 20 de maio de 1952, do Diretório Central, que fixou a T.N.M. para o ano de 1952, eliminou a referência 25 e criou uma segunda referência 24, restabelecendo, assim, a situação anterior à resolução n.º 383;

Considerando que na data da publicação da resolução n.º 383, um dos dois ocupantes da referência 24 adquiriu direito ao aproveitamento na referência 25 criada.

RESOLVE:

Artigo único — É restabelecida, a contar da data em que foi baixada a resolução n.º 415, do Diretório Central, na série funcional de motorista da Tabela Numérica de Mensalistas do Conselho, uma referência 25, ficando reduzidas de duas para uma, as referências 24.

Parágrafo único — Um dos dois atuais ocupantes da referência 24, será considerado aproveitado na referência 25, a contar da data da publicação da citada resolução n.º 383, de 13 de julho de 1951.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1952, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira,* Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Luís Eugênio de Freitas Abreu,* Secretário-Geral, interino. — Publique-se: *Florêncio de Abreu,* Presidente.

Resolução n.º 434, de 30 de dezembro de 1952

Fixa o orçamento do Conselho para 1953.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando a autorização que lhe foi dada pela resolução n.º 384, de 28 de outubro de 1952, da Assembléia Geral,

RESOLVE:

Artigo único — Os recursos orçamentários, no total de Cr$35 000 000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), atribuídos ao Conselho Nacional de Geografia pelo orçamento geral da República, segundo anexo 15, da lei n.º 1 757, de 10-12-52, e destinados a atender às despesas dos serviços e encargos superintendidos pelo Conselho, serão aplicados, no exercício de 1953, de acôrdo com a seguinte distribuição:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente	
a) Pessoal em Comissão....	877 800,00
b) Quadro Permanente	10 500 000,00
c) Quadro Suplementar ...	646 800,00
	12 024 600,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados	290 000,00
05 — Diaristas	2 221 920,00
06 — Mensalistas	4 578 080,00
07 — Tarefeiros	700 000,00
08 — Estagiários	300 000,00
	8 090 000,00

Consignação III — Vantagens

12 — Auxílio para diferenças de caixa	6 000,00
13 — Funções gratificadas	1 075 000,00
15 — Gratificação de representação	24 000,00
b — Gratificações especiais de representação (Resolução n.º 428, de 4-9-52, do D.C.) ...	70 000,00
17 — Gratificação por serviços extraordinários	50 000,00
18 — Gratificação por trabalho técnico ou científico	420 000,00
19 — Gratificação por trabalho em zona ou condições insalubres	750 000,00
	2 395 000,00

Consignação IV — Indenizações

26 — Ajudas de custo	35 000,00
27 — Diárias	1 200 000,00
	1 235 000,00

Consignação V — Diversos

31 — Diferença de vencimentos..	100 000,00
32 — Salário-família	220 000,00
33 — Substituições	50 000,00
34 — Indenização por outras despesas de pessoal	50 000,00
35 — Despesas com alimentação das turmas de campo	1 000 000,00
	1 420 000,00

TOTAL DA VERBA 1 — PESSOAL 25 164 600,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação 1 — Material Permanente

01 — Aparelhagem para cartografia de gabinete	10 000,00
02 — Aparelhos e material técnico para trabalho de campo....	80 000,00
03 — Automóveis, autocaminhões, camionetas, veículos, para serviço de campo; material flutuante e acessórios; utensílios e aparelhos mecânicos para consêrto	840 000,00
04 — Livros, fichas bibliográficas impressas, revistas e outras publicações especializadas ..	20 000,00
05 — Máquinas e aparelhos de fotografia e filmagem e respectivo material	30 000,00
06 — Material de acampamento e campanha; animais para trabalho e outros fins	150 000,00
07 — Material de ensino e educação; mapas e plantas topográficas; insígnias e bandeiras	5 000,00
08 — Móveis em geral; máquinas, equipamentos e utensílios de escritório e de desenho; material didático e de laboratório; material elétrico; utensílios de copa e cozinha; aparelhagem médico-cirúrgica	300 000,00
10 — Aparelhagem para geografia de gabinete	30 000,00
11 — Aparelhagem para reproduções e cópias de mapas e documentos	10 000,00
	1 475 000,00

Consignação II — Material de Consumo

13 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; fichas e livros de escrituração, impressos e material de classificação; material de apuração mecânica	350 000,00
14 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e aparelhos; sobressalentes de máquinas e viaturas; artigos de iluminação e eletricidade	1 900 000,00
15 — Material de consumo para fotografia, cinema e cópias	100 000,00
16 — Material de refeitório e objetos de copa e cozinha; material de limpeza e desinfecção	80 000,00
17 — Medicamentos e material de penso; produtos químicos e farmacêuticos; material de higiene e desinfecção	80 000,00
18 — Vestuário, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupas de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	100 000,00
20 — Material para a construção de marcos	150 000,00
	2 760 000,00

TOTAL DA VERBA 2 — MATERIAL 4 235 000,00

VERBA 3—SERVIÇOS DE TERCEIROS

Consignação I — Conservação e Reparos

01 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	290 000,00

Consignação II — Publicidade e Publicações

04 — Assinaturas de órgãos oficiais e aquisição de publicações periódicas	5 000,00
05 — Assinaturas de recortes, publicação de editais e avisos	8 000,00
07 — Serviços de encadernação	30 000,00
	43 000,00

Consignação III — Taxas de Serviços Públicos

12 — Assinaturas de telefone e caixa postal; telefonemas interurbanos	50 000,00
13 — Iluminação, fôrça motriz, gás e água	100 000,00
14 — Serviços postais, telegráficos e aéreos; radiogramas	5 000,00
	155 000,00

Consignação IV — Transportes e Viagens

19 — Acondicionamento e embalagens; armazenagens, fretes, carretos, estivas e capatazias; aluguel e alojamento de animais e de seus tratadores; estada de veículos em garage	25 000,00
20 — Indenização por condução e transportes urbanos	10 000,00
21 — Passagens, transporte de pessoal e sua bagagem	120 000,00
	155 000,00

Consignação V — Outros Serviços de Terceiros

26 — Custeio de lavagem e engomagem de roupa; serviço de asseio e higiene	2 000,00
28 — Despesas bancárias com remessa e transferência de fundos	15 000,00
	17 000,00

TOTAL DA VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS	660 000,00

VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS

Consignação I — Encargos Gerais

01 — Aluguel de bens imóveis	750 000,00
04 — Cursos técnicos e missões culturais no exterior	36 000,00
05 — Despesas miúdas de pronto pagamento	62 000,00
06 — Despesas pela participação em certames e exposições; realizações culturais	30 000,00
08 — Expedições científicas	100 000,00
09 — Representação social — recepções; excursões, hospedagens e homenagens	30 000,00
11 — Publicações periódicas, seriadas e avulsas da entidade	850 000,00
	1 858 000,00

Consignação II — Encargos Específicos

16 — Assistência aos órgãos regionais do C. N. G.	625 000,00
17 — Auxílio ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, para custeio da Comissão de Geografia	80 000,00
19 — Levantamentos especiais em cooperação com as organizações regionais	122 400,00
20 — Campanha das coordenadas geográficas	30 000,00
22 — Auxílio a entidades culturais, educacionais e outras:	
a) Faculdade Nacional de Filosofia para realização do Curso de Férias (Resolução n.º 332, de 25-2-49, do D.C.)	100 000,00
b) Faculdade Nacional de Filosofia para realização dos cursos de Geografia Regional e Cartografia (Resolução n.º 332, de 25-2-49, do D.C.)	40 000,00
c) Associação dos Geógrafos Brasileiros	50 000,00
d) Sociedade Brasileira de Geografia	50 000,00
25 — Indenização de despesas com a convocação, instalação e funcionamento da Assembléia Geral do C. N. G.	400 000,00
27 — Quota anual de adesão do Brasil à União Geográfica Internacional e à União Geodésica e Geofísica Internacional	50 000,00
29 — Participação do Conselho na execução do projeto de levantamento dos recursos naturais das Américas, patrocinado pelo I. P. G. H. e o O. E. A.	150 000,00
34 — Encargos com o preparo e impressão de mapas e outras publicações de caráter cartográfico	650 000,00
	2 347 400,00

Consignação III — Outros Encargos

38 — Obras de construção e aparelhamento de oficinas e depósitos	270 000,00
40 — Indenização por serviços fora da sede	100 000,00
50 — Despesas diversas com os serviços de campo	100 000,00
52 — Quota de despesas com a administração geral do I. B. G. E.:	
a) Gabinete da Presidência	240 000,00
	710 000,00

TOTAL DA VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS	4 915 40,00

VERBA 5 — EVENTUAIS

01 — Despesas imprevistas	25 000,00
TOTAL DA VERBA 5 — EVENTUAIS	25 000,00

RESUMO

VERBA 1 —	PESSOAL	25 164 600,00
VERBA 2 —	MATERIAL	4 235 000,00
VERBA 3 —	SERVIÇOS DE TERCEIROS	660 000,00
VERBA 4 —	ENCARGOS DIVERSOS	4 915 400,00
VERBA 5 —	EVENTUAIS	25 000,00
	TOTAL GERAL	35 000 000,00

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: *Paulo Augusto Alves*, Secretário-Assistente substituto. — Visto e rubricado: *Luís Eugênio de Freitas Abreu*, Secretário-Geral, interino. — Publique-se: *Rubens Pôrto*, Presidente em exercício.

Resolução n.º 435, de 30 de dezembro de 1952

Dispõe sôbre a concessão do abono de emergência aos servidores do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando que o item *c* do art. 20 da lei n.º 1 765, de 18-12-952, torna extensiva ao pessoal do Conselho a concessão do abono de emergência concedido aos servidores civis da União,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia a pagar aos seus servidores o abono de emergência, nas bases da lei n.º 1 765, de 18-12-52.

Art. 2.º — No exercício de 1952 as despesas decorrentes desta resolução, correrão à conta do crédito previsto no art. 24 da referida lei, já solicitado pela Presidência do Instituto, que suplementará a verba Pessoal, recolhendo-se ao Tesouro Nacional o saldo que porventura resultar dêsse pagamento.

Art. 3.º — Para os exercícios seguintes o Presidente do Instituto solicitará do Poder Executivo os recursos necessários ao pagamento do abono de emergência.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: *Paulo Augusto Alves*, Secretário-Assistente substituto. — Visto e rubricado: *Luís Eugênio de Freitas Abreu*, Secretário-Geral, interino. — Publique-se: *Rubens Pôrto*, Presidente em exercício.

Resolução n.º 436, de 30 de dezembro de 1952

Altera a lotação da classe inicial da carreira de Redator e dá outras Providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando o parecer de 18-11-1952, da Comissão de Legislação do Diretório Central, emitido no processo n.º 5 223/52;

Considerando que a criação de um cargo de Redator classe "J" não acarretará aumento de despesa, de vez que será suprimido um cargo de Assistente-Técnico do mesmo padrão de vencimentos,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criado, no Quadro Permanente do Conselho Nacional de Geografia, um cargo na classe inicial "I", da carreira de Redator, fixada pelas resoluções ns. 368 e 372, do Diretório Central passando a lotação desta classe a ser a seguinte:

3 Redator ..... J

Parágrafo único — O cargo criado por êste artigo destina-se a atender a transferência, a pedido, do atual Assistente-Técnico do Quadro Suplementar, do mesmo padrão de vencimentos, nos têrmos do parecer da Comissão de Legislação do Diretório Central, emitido no processo n.º 5 223/52 e aprovado na reunião ordinária de 2-12-52, do referido Diretório.

Art. 2.º — Será extinto o cargo que se vagar em virtude da execução do disposto no parágrafo único do artigo precedente, e transferida a correspondente dotação da verba I-1-01 — c — Quadro Suplementar, para a verba I-1-01 — b — Quadro Permanente, do orçamento do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: *Paulo Augusto Alves*, Secretário-Assistente substituto. — Visto e rubricado: *Luís Eugênio de Freitas Abreu*, Secretário-Geral, interino. — Publique-se: *Rubens Pôrto*, Presidente em exercício.

Resolução n.º 437, de 30 de dezembro de 1952

Regula o provimento de cargos vagos da carreira de Dactilógrafo do Conselho, reestruturada pela resolução n.º 406, de 22-1-952, do Diretório Central.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições:

Considerando que a resolução n.º 406, de 22 de janeiro de 1952, do Diretório Central, dispondo sôbre a carreira de Dactilógrafo, teve origem no propósito da Secretaria-Geral de dar melhoria de situação aos servidores do Conselho, lotados nessa carreira;

Considerando, todavia, que nos têrmos da mencionada resolução, em parte já aplicada, sòmente uma das classes da carreira em aprêço, recebeu, até agora, uma parcela dos benefícios previstos desde o comêço para todos os seus ocupantes de então;

Considerando ainda que, por salutar e universal princípio de eqüidade, deve ser dado aos servidores lotados na carreira de Dactilógrafo o mesmo tratamento dispensado, desde sempre, aos demais servidores do Conselho que têm colhido, de pronto, tôdas as vantagens decorrentes de reestruturações nas respectivas carreiras;

Considerando, finalmente, a conveniência de fixar, em têrmos claros e definitivos, o pensamento geral no tocante a êsse assunto, bem como a de oferecer à administração um critério justo, dentro do qual possa ser feita, desde

logo, a reclassificação da carreira de Dactilógrafo, fixada pela supracitada resolução n.º 406,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica ratificada a redação do texto da resolução n.º 406, de 22 de janeiro de 1952, que dispõe sôbre a carreira de Dactilógrafo, publicada no Boletim de Serviço n.º 38, de 26 de janeiro de 1952, do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 2.º — A reclassificação dos atuais ocupantes da carreira de Dactilógrafo será feita do seguinte modo:

a) nas classes F a I, de acôrdo com o critério de antigüidade e de merecimento, alternadamente;

b) na classe J (final), por escolha do Presidente do Instituto, dentre os servidores que por fôrça desta resolução, vierem a ser lotados na classe I.

Art. 3.º — Caberá à Comissão de Promoções fazer a apuração de que trata o item *a* do artigo anterior, encaminhando os resultados ao Secretário-Geral, para os devidos fins.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: *Paulo Augusto Alves*, Secretário-Assistente substituto. — Visto e rubricado: *Luís Eugênio de Freitas Abreu*, Secretário-Geral, interino. — Publique-se: *Rubens Pôrto*, Presidente em exercício.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.